

SOCIOLOGIA

VOL. XXVIII | JULHO-DEZEMBRO 2014

João Bilhim

Magda Nico

Rui Santos

Paula Guerra

José Soeiro

Patrícia Gomes

Rosalina Costa

Ricardo Noronha

Mónica Santos

Paula Queirós

Filipa Ribeiro

Paula Batista

Rita Bastos

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOlogia



REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. XXVIII • PORTO • 2014

DIRETOR:

Carlos Manuel da Silva Gonçalves, Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/ISFLUP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/ISFLUP; João Teixeira Lopes, FLUP/ISFLUP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/ISFLUP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/ISFLUP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)“Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations” (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/ISFLUP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/ISFLUP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/ISFLUP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Víctor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vitor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Marta Lima, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

TIRAGEM - 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EXECUÇÃO GRÁFICA - INVULGAR GRAPHIC - Penafiel

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
ARTIGOS	
Política e administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo João Bilhim	11
Para uma história operária do capital: classe, valor e conflito social Ricardo Noronha	33
Da <i>Geração à Rasca</i> ao <i>Que se Lixe a Troika</i> . Portugal no novo ciclo internacional de protesto José Soeiro	55
Rituais familiares: práticas e representações sociais na construção da família contemporânea Rosalina Costa	81
Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais Magda Nico	103
A fotografia como retrato da sociedade Ana Rita Bastos	127
Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise Paula Guerra e Mónica Santos	145

A socialização antecipatória para a profissão docente: estudo com estudantes de Educação Física Patrícia Gomes, Paula Queirós e Paula Batista	167
Fundos de conhecimento e egoredes: traduzindo uma abordagem teórico-metodológica Filipa Ribeiro	193
TEXTOS	
Contributos para a definição de uma visão estratégica na construção de um percurso profissional de sucesso Rui Santos	219
ESTATUTO EDITORIAL	227
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES	229
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS	231

EDITORIAL

O número XXVIII da *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* compõe-se de um leque de textos que oscilam entre um registo mais de natureza teórica e um outro em que subsiste um entrosamento entre teoria e empiria. Ambos os registos são importantes para uma permanente renovação do campo analítico da Sociologia, mormente da que se produz entre nós.

As relações entre os desempenhos de cargos políticos e os de cargos administrativos constituem o tema central do artigo de João Bilhim. Alicerçado numa análise da situação portuguesa, no período recente, o autor regista e problematiza, num plano sociológico, o tema que tem sido notoriamente objeto de discussão e de controvérsias em particular no campo político.

O texto de Ricardo Noronha propõe uma leitura das relações entre classe, valor e conflito social, tendo por base as teses de Mário Tronti, filósofo e político italiano. Mais especificamente apresenta-se uma proposta de análise que assenta numa releitura que o autor faz de dois momentos históricos do movimento operário, a revolução de 1848, em França, e a Comuna de Paris passados vinte e três anos.

Ainda no plano das lutas sociais, mas num momento histórico bastante recente da sociedade portuguesa, José Soeiro lança um olhar sobre as mobilizações da *Geração à Rasca* e *Que se Lixe a Troika!*. A par de enunciar as características de tais mobilizações, o autor avança com um conjunto de considerações, de natureza hipotética, que deixam ao leitor um elenco de pistas, que ganham uma maior acuidade se atendermos ao contexto e à crise socioeconómica que trespassa, na atualidade, a sociedade portuguesa.

Apontando a insuficiência de algumas das teorias acionadas para a análise das famílias, Rosalina Costa envereda por estruturar o seu texto em torno de uma questão – “quais são, como se caracterizam e que lugar ocupam os rituais familiares na construção da família contemporânea?”. Baseando-se numa investigação empírica, conclui da importância dos rituais para a construção da família na contemporaneidade.

Magda Nico apresenta-nos um estudo sobre mobilidade residencial na Área Metropolitana de Lisboa, sustentado em dois prismas analíticos. Um primeiro relacionado com os traços distintivos dos processos de mudança de casa dos indivíduos,

abordando as razões, as circunstâncias e os estatutos de cursos de vida subjacentes à mobilidade residencial, bem como as suas variações ao longo do tempo, tanto no plano individual, como social. Por outro lado, e partindo de uma visão holística, a autora analisa os padrões de mobilidade habitacional, lançando um olhar atento sobre os regimes de ocupação residencial e o lugar de classe dos indivíduos inquiridos.

Tendo por base a fotografia enquanto retrato societal, Ana Rita Bastos propõe-nos, no seu artigo, uma leitura sociológica de vários factos e acontecimentos sociais a partir da imagem, concedendo uma atenção especial ao retrato, à fotografia documental e ao fotojornalismo. Paralelamente, a autora apresenta-nos uma perspetiva histórica da fotografia, abordando os principais momentos que potenciaram a evolução da imagem fotográfica e a ampliação da sua importância, desde a sua origem até aos nossos dias.

Paula Guerra e Mónica Santos apresentam-nos um artigo que se centra na temática das relações entre o Estado e as organizações do Terceiro Setor no quadro da atual sociedade portuguesa. Em particular as autoras analisam, a partir dos discursos de atores-chave, as posições destes quanto às políticas de desenvolvimento do empreendedorismo social e às ações governamentais face a este domínio.

Identificar as razões para a escolha de um curso universitário (formação de professores de educação física) pelos alunos, bem como os agentes de socialização que prevaleceram nessa escolha são dois objetivos temáticos do texto de Patrícia Gomes, Paula Queirós e Paula Batista. Objetivos que se materializam, em termos empíricos, num estudo, que entrecruza uma leitura de cariz mais quantitativo com outra de cariz qualitativo, e que possibilita, por sua vez, a construção tipológica das razões expressas pelos estudantes e o destacar da relevância da influência da família na escolha do curso e da futura profissão.

O artigo de Filipa M. Ribeiro versa a relação entre as redes sociais e os fundos de conhecimento de investigadores e professores do ensino superior. Baseando-se numa análise interdisciplinar, a autora avança a tese de que a criação de conhecimento e a sua disseminação podem ser pensadas como e através de processos de tradução.

Por último, a Revista apresenta um texto de Rui Santos, em que se exploram as condições enformadoras de um percurso profissional de sucesso para os jovens diplomados pelo ensino superior.

Carlos Manuel Gonçalves e Marta Lima

2014

ARTIGOS

Política e administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo

João Bilhim¹

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e
Centro de Administração e Políticas Públicas

Resumo

É reconhecido o papel das reformas administrativas em Portugal na introdução de maior racionalidade técnica nos processos de gestão pública e nas reestruturações das organizações públicas (Bilhim, 2000a; Mozicafredo, 2000). Esta maior racionalidade técnica assenta na dicotomia entre Política e Administração (Wilson, 1941 [1887]) e na racionalidade do tipo puro de burocracia Weber (1952). Todavia, esta dicotomia é contestada por diferentes razões por Dwight Waldo (1946) e Herbert Simon (1997 [1947]). Neste artigo discute, em que medida o trabalho político releva na candidatura a um cargo na Administração.

Palavras-chave: racionalidade técnica; racionalidade política; sociologia da gestão.

Abstract

Politics and administration: in the extent to which the political activity is relevant for the exercise of an administrative position

It is acknowledged the role of administrative reforms in Portugal in the introduction of greater technical rationality in the process of public management and the restructuring of public organizations (Bilhim, 2000a); (Mozicafredo, 2000). This rationalization technique is based on the dichotomy between elected and “bureaucrats” appointed (Wilson, 1941 [1887]) and Weber (1952) with the “ideal type” of bureaucracy. However Dwight Waldo (1946) and Herbert Simon (1997 [1947]) challenged the dichotomy, each for different reasons. Then, in the 1980’s, the dichotomy reemerged and is now alive. In this article, discusses, in the light of the contribution of these founding authors of science of public administration, to what extent the work of a politician, as such, may be taken into account, in the evaluation of a jury, for public managers or top leader of the administration.

Keywords: technical rationality; political rationality; sociology of management.

¹ Investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) e professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa (ISCSP-ULISBOA) (Lisboa, Portugal).
Endereço de correspondência: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Rua Prof. Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa, Portugal. *E-mail:* bilhim@iscsp.ulisboa.pt. *Website:* <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4383179T3>

Résumé | *Politique et administration: dans quelle mesure l'activité politique se rapporte à l'exercice d'une administration*

Il est largement reconnu le rôle des réformes administratives au Portugal dans l'introduction d'une plus grande rationalité technique dans le processus de gestion publique et la restructuration des organismes publics (Bilhim, 2000a); (Mozicafredo, 2000). Cette processus de rationalisation est basée sur la dichotomie entre élus ou nommés (Wilson, 1941 [1887]) et Weber (1952) avec le type pur de la bureaucratie. Cependant, il a été contesté par des raisons différentes par Dwight Waldo (1946) et Herbert Simon (1997 [1947]). Cet article, discute, dans quelle mesure le travail politique, à ce titre, peut-être être pris en compte ou non, dans l'évaluation d'un jury, pour les gestionnaires publics ou le plus haut responsable de l'administration.

Mots-clés : rationalité technique; rationalité politique; sociologie de la gestion.

Resumen | *Política y Administración: en qué medida la actividad política debe contar para el ejercicio de un cargo administrativo*

Es reconocido el papel de las reformas administrativas en Portugal, con la introducción de mayor racionalidad técnica en los procesos de gestión pública (Bilhim, 2000a); (Mozicafredo, 2000). Esta mayor racionalidad técnica se sustenta en la dicotomía existente entre Política y Administración (Wilson, 1941 [1887]) y en la racionalidad del tipo puro de burocracia de Weber (1952). Sin embargo, esta dicomía aún es rebatida por distintas razones, por autores como Dwight Waldo (1946) e Herbert Simon (1997 [1947]). En este artículo se analiza en qué medida el trabajo político da relevancia o resalta en el concurso a un cargo en la Administración.

Palabras clave: racionalidad técnica; racionalidad política; sociología de la gestión.

Introdução

A questão da separação entre eleitos e nomeados foi, pela primeira vez apresentada, em 1887, por Woodrow Wilson quando, nos seus escritos sobre administração pública, afirma que os políticos eleitos não devem interferir com a administração enquanto representada por profissionais designados para os cargos e funções, nem esta com aqueles. Os gestores, isto é, os dirigentes, trabalhadores da administração, funcionários e servidores cumprem as orientações e respondem perante os políticos eleitos.

Woodrow Wilson assentou a sua construção da ciência da administração pública em princípios científicos e na dicotomia entre Política (os eleitos) e Administração (os nomeados para ocupar cargos não eleitos). No caso de Portugal, essa dicotomia centra-

se entre os membros do governo ou o presidente de um município e respetivamente os diretores gerais, os gestores públicos ou o diretor municipal. Para o autor e mais tarde presidente dos Estados Unidos da América, esta afastaria o domínio do sistema dos despojos, o qual era a origem da corrupção e discricionariedade (Rocha, 2001).

Nesta perspetiva, prevalece uma imagem platónica do gestor, executor de políticas que constituiria uma espécie de “homem máquina” que executa o que lhe mandam. É a retórica do gestor organizador e controlador do trabalho produtivo sob grande diversidade de condições e situações, nomeadamente políticas, cuja atuação estaria pautada pela racionalidade, otimização, eficiência, eficácia e economia. Este gestor tal como foi idealizado por Wilson centra a sua atividade, essencialmente, no controlo exercido diretamente sobre pessoas e objetos e na informação destinada à monitorização do comportamento dos indivíduos.

Esta separação reforça ainda o poder dos gestores públicos, como grupo profissional face aos políticos. Por um lado, a profissionalização permite o controlo legítimo de um certo tipo de trabalho que, desde logo, significa afirmação do direito do profissional desempenhar o trabalho da forma que considerar mais adequada. Por outro, através de conhecimentos especializados, princípios ou regras extraídas da experiência que são institucionalizados através de estratégias de controlo cognitivas ou organizacionais, afirma a sua autoridade profissional.

Importa igualmente salientar que esta questão da separação entre Política e Administração prende-se com uma outra que a antecede, que anda à volta das áreas científicas onde assenta a ciência da administração pública. Metaforicamente, a ciência da administração pública pode ser representada por uma espécie de tripé apoiado em três teorias diferentes, mas complementares para este efeito: na teoria da democracia/ ciência política/ direito; na teoria da decisão/ ciência da gestão; e na teoria das organizações/ sociologia.

Ora, apesar de a administração pública possuir um “campo” de estudo definido com alguma clareza desde os escritos de Bonnin (1809), tendo prosseguido com o labor científico de uma plêiade de pensadores americanos, ingleses, franceses, alemães, portugueses e espanhóis e italianos, estas três teorias que sustentam o tripé ainda fazem sentir fortemente a sua presença. Estas três teorias que constituem as pernas deste tripé prevalecerem ativas no interior da ciência da administração não tendo dado espaço para um novo corpo teórico emergir.

Acresce que nos escritos destes autores, um corpo teórico foi ganhando maturidade e conquistando autonomia científica através da urdidura de um saber que, se no início se assemelhava ao enunciado de boas práticas administrativas, com o tempo foi obtendo precisão e capacidade de compreensão e previsibilidade da realidade. Acresce que as instituições administrativas alcançaram um elevado grau de complexidade, especialização e diferenciação e os trabalhadores e dirigentes do setor público profissionalizaram-se com base nos conhecimentos recebidos. Todavia, a dimensão prática destinada a treinar profissionais e técnicos capazes de responder ao desafio que os cidadãos iam colocando à Administração sobrepôs-se à dimensão teórica, especulativa e abstrata da ciência.

Esta preocupação pela formação de gestores marca desde o verdadeiro início a ciência da administração com os trabalhos pioneiros de Bonnin (1809), em que ao autor deu vida à ciência da administração com os seus célebres quatro princípios da administração pública: a administração nasce com a comunidade; a sua conservação encontra-se no princípio da administração; a administração é o governo da comunidade; a ação social é o seu caráter e a sua atribuição é a execução das leis de interesse geral.

A consequência desta preocupação pela formação de gestores expressa-se na própria literatura onde se destaca a presença de trabalhos mais descritivos do que interpretativos, onde a dimensão aplicada se sobrepõe à especulativa ou teórica. Por isso, a ciência da administração ainda hoje enfrenta uma crise epistemológica (Candler, 2008), com os contextos nacionais a sobreporem-se ao crescimento internacional de um corpo teórico comum. Há uma perspetiva paroquial que se impõe a uma outra transversal às diversas culturas e Estados-nação.

Reconhece-se, porém, que estas limitações e constrangimentos da ciência da administração, no seio da qual tem lugar esta discussão da dicotomia Política/Administração, têm reforçado a racionalidade técnica da intervenção da Administração. Com efeito, nesta dicotomia subjaz a ideia de um certo tipo de racionalidade prosseguido pela Administração que é de natureza diferente da Política. A racionalidade técnica faculta uma base segura objetiva e forte, em termos cognitivos, para certas formas de ação administrativa, mesmo se atualmente desafiada por modos alternativos de cálculo e comportamento. Ao contrário dos clássicos hoje incorpora-se uma gama vasta de modos “não racionais” de pensar e agir que se misturam e alternam com sistemas mais formais e racionais de controlo da Administração.

1. Contexto

Uma das perceções mais fortes dos portugueses, patente em todos os inquéritos realizados com maior ou menor exigência científica, era a de que os dirigentes da Administração e os gestores públicos eram nomeados por escolha política, independentemente dos motivos, sem que o mérito constituísse um critério de exclusão. Nos quarenta anos de vida democrática em Portugal esta constitui uma característica da Administração. Assim, os jornais recorrentemente, em vésperas de eleições legislativas, denunciavam uma série de casos de nomeações de última hora.

Até ao XVII Governo Constitucional, que tomou posse a 12 de março de 2005, havia uma assimetria de perceções sociais acerca do carácter político dos dirigentes superiores da administração. Estes, quando questionados, assumiam-se como “não políticos”, mas a sociedade em geral encarava-os como tal. Assim, o XVII Governo Constitucional tentou resolver esta situação assumindo que todos eram políticos e, consequentemente, cairiam com o Governo, sem direito a indemnização. Apenas as secretarias e as inspeções gerais em cada ministério constituíam exceção a esta regra. Se é verdade que com esta opção o governo esclarecia e resolvia a dúvida sobre o carácter político destas nomeações, não menos verdade é que a solução passava pela assunção da sua politização.

Neste ponto, em artigo recente, as administrações públicas de Portugal e Espanha são vistas desta forma:

“En los Países latinos España e Portugal desde luego, la administración pública ha sido en medida no desdeñable y sobre todo en los últimos tiempos, botín de la clase política y sindical, amén de restos de apropiación corporativa (un tanto menguante frente a la invasión política y sindical.” (Soriano e Bilhim, 2013: 36)

O XIX Governo Constitucional assumiu uma opção diametralmente oposta: profissionalizar a direção superior da Administração. Assim, pela Lei 64/2011 de 22 de dezembro, cria uma entidade administrativa independente, denominada Comissão de recrutamento e seleção para a Administração Pública (CRoSAP), com a missão de recrutar e seleccionar os candidatos para cargos de direção superior na Administração Pública.

Para salvaguardar a autonomia dos membros da Comissão o legislador estipula que “os membros da Comissão e da bolsa de peritos atuam de forma independente no exercício das competências que lhes estão cometidas por lei e pelos Estatutos, não

podendo solicitar nem receber instruções do Governo ou de quaisquer outras entidades públicas ou privadas” (art.º 19º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro).

Às atribuições e competências que esta lei atribuiu à CReSAP outras se lhe juntaram com a alteração do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012. Com efeito, a seleção dos gestores públicos passou a assegurar a observância de critérios de transparência, isenção e mérito. Para tanto, foi cometido à Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública a avaliação curricular e o parecer sobre a adequação de perfil da personalidade a propor para exercer o cargo de gestor público.

Com a alteração no estatuto das empresas municipais cujos dirigentes passaram a estar abrangidos pelo Estatuto do Gestor público, os membros dos respetivos conselhos de administração que até recentemente se encontravam fora desta avaliação da CReSAP passaram igualmente a necessitar desta avaliação de perfil bem como todos os gestores públicos que integrem sociedades anónimas de capital total ou parcialmente público. Foi, assim, fechado o perímetro dos gestores públicos, permanecendo por fechar os dirigentes superiores das administrações municipais e regionais que ainda não se encontra obrigados a concurso público.

Acresce que o legislador atribuiu à CReSAP a competência para definir, por regulamento, os critérios aplicáveis na avaliação de candidatos a cargos de gestor público ou de dirigente superior da Administração, designadamente, as competências de liderança, colaboração, motivação, orientação estratégica, orientação para resultados, orientação para o cidadão e serviço de interesse público, gestão da mudança e inovação, sensibilidade social, experiência profissional, formação académica e formação profissional. A densificação destes doze critérios ficou a cargo da CReSAP que possui por defeito uma determinada definição de cada critério que justificadamente pode ser adaptado e endogeneizado a contextos específicos de gestão (por exemplo, o perfil do presidente do Conselho de Administração da RTP não é precisamente o mesmo do presidente do Conselho de Administração de um centro hospitalar e vice-versa).

Ora, neste contexto, não se pode deixar de colocar a questão de avaliar a experiência obtida por um candidato no exercício de cargo político como seja presidente de município, membro de Governo ou deputado.

Para alguns, será sempre difícil estabelecer uma linha divisora de águas entre o político e o técnico. Para justificar a sua posição não deixarão de recorrer ao caso de

certos municípios de menor dimensão, sem escala para disporem de diretores municipais onde no quotidiano o exercício de funções dos eleitos integram um pouco da dimensão política e da dimensão técnica (decisão sobre o que fazer e a quem agradar ou desagradar), com a técnica preocupada com a racionalidade do uso dos meios. Num município maior esta última dimensão estaria a cargo de um diretor municipal, o “burocrata” na expressão de Wilson (1941 [1887]). Salienta-se que entre os atributos específicos da ciência da Administração, encontra-se a submissão da Administração ao poder político (Pollit, 1993). A consequência óbvia desta submissão seria a transformação da administração pública, enquanto atividade, num conjunto de meios destinados à satisfação de fins políticos.

Para outros, fará todo o sentido estabelecer esta divisão de águas por corresponder a duas racionalidades diferentes – a técnica e a política. Neste ponto importa esclarecer desde logo que um sistema democrático se compõe, primeiro, de uma “nação” ou “povo” portador da formação de vontade política; em segundo lugar, de uma “comunidade de cidadão legalmente constituída”, enquanto associação voluntária de sujeitos livres; e, por último, do “Estado” enquanto organização que permite que os cidadãos ajam coletivamente. É por esta ação coletiva que o Estado assegura as liberdades, direitos e garantias e em particular procede à provisão de bens e serviços de cariz tendencialmente público, com o objetivo de servir a coletividade, e que têm como principal fonte de financiamento os impostos.

Ora, é sobre o Estado, enquanto organização, quer no sentido amplo, quer no restrito que recai a nossa reflexão neste trabalho. Nele os dois elementos – político e técnico – encontram-se presentes. A racionalidade política é marcadamente ambígua (Carvalho, 2013). É um modelo fundamentalmente comportamental cujo critério de decisão é serem “aceitáveis” os resultados, independentemente do custo, isto é, saber a quem se agrada ou desagradar com tal decisão. Nessa perspetiva, trata-se de um modelo incremental (Lindblom, 1991) baseado na racionalidade limitada de Simon.

A racionalidade técnica ou organizacional (Simon, 1960) encontra-se ligada a resultados que beneficiam a organização ou a instituição em si mesma, onde sobressai o fator “custo”, ou seja, a preocupação com a obtenção do melhor rácio entre meios e resultados. Em suma, os políticos preocupam-se na tomada de decisão com a estratégia, isto é, com o que fazer e a quem agradar; a área de competência dos técnicos, pelo contrário, é a eficiência e o “como” fazer.

2. A Racionalidade das reformas da Administração Pública

As ciências sociais, desde os anos setenta do século passado, salientam o facto de as formas organizacionais que dominaram as sociedades modernas, desde a segunda metade do século XIX, não se adequarem às condições económicas, políticas, tecnológicas do tempo atual (Giddens, 1992). A burocracia racional, com ênfase na disciplina, no controlo centralizado e na divisão do trabalho parece pouco adequada às necessidades da globalização e de uma sociedade aberta e de risco. Muitos autores têm abordado este tema de formas organizacionais pós-modernas de maneiras muito diferentes. Todavia, concordam que a trajetória do desenvolvimento institucional, nas sociedades industriais ou capitalistas está a empurrar na direção de um mundo organizacional pós-moderno.

Para Fernandes (2006: 145):

“A globalização cria a descoincidência entre a sociedade e a atividade política. Ao lado dos Estados nacionais, passa a existir uma sociedade mundial não estatal, que se compõe de atores transnacionais muito diversos, com as suas próprias modalidades de legitimação política. A sociedade mundial está a ser sujeita a um processo de crescente politização, em simultâneo com a ‘despolitização dos Estados’”.

Estas novas exigências conduzem à necessidade de reformar o que existe, desenvolvendo formas organizacionais que cortam em certa medida com a racionalidade burocrática clássica e reforçam a tendência para a transformação das pirâmides estruturais em redes de relações. Nestas redes alteram-se as relações entre centro e periferia; procede-se à descentralização de certos processos e a centralização de outros; muda-se a amplitude de controlo; reforma-se o tipo de especialização.

Este movimento, comum à sociologia das organizações, não deixa de fora as organizações públicas. A reforma da Administração é um instrumento com muitos e diferentes fins: equilíbrio orçamental e diminuição da despesa pública; qualidade do serviço público oferecido aos cidadãos; eficiência e eficácia; e responsabilização e prestação de contas de todos. Para atingir estes objetivos finais pode ter necessidade de alcançar objetivos intermédios, tais como: reforma do estatuto dos trabalhadores e dos dirigentes; do sistema de remunerações de carreiras e avaliação do mérito; da gestão financeira e operacional com a centralização ou partilha de serviços entre outros.

As reformas não valem por si mesmo, elas são normalmente consideradas meios destinados a obter uma determinada finalidade. Kurt Lewin (1951) definiu o processo de mudança organizacional com base em três diferentes fases: descongelamento, mudança, recongelamento. Seguindo idêntica linha de pensamento, Pollit e Bouckaert (2004), ao refletir sobre os processos de reforma administrativa, concebem um modelo de cenários onde existem três fases – o ponto de partida alfa, o ponto de chegada ómega e a trajetória ou cadeia de passos/ eventos entre os dois pontos.

Na perspetiva de Lewin, todo o processo de mudança requer que se atribua nova forma ao formato inicial, quer se trate de processos de gestão ou de configurações organizacionais. Assim, se a formatação anterior não passar pelo estado líquido, para voltar a congelar numa nova forma não haverá processo de mudança nem reforma. O autor está concentrado no objeto ou conteúdo da mudança “o que mudar” e no processo, ou seja, no “como” mudar (Bilhim, 2008). Pelo contrário, Pollit e Bouckaert estão centrados no processo, ou seja, a sua preocupação é antes a de rastrear os processos de reforma anunciados, identificando o ponto de partida alfa e descrevendo a cadeia de eventos necessários para atingir o ponto ómega.

Tanto Lewin quanto Pollit e Bouckaert estão preocupados com a gestão do processo de mudança ou de reforma e, nesta medida, procuram descrever o processo ou cenário que desejavelmente deveria ser seguido pelos reformadores.

Para Pollit e Bouckaert, os cenários podem ser um pouco mais do que um conjunto de ideias e orientações. Podem estar expressos num plano estratégico, com ações específicas, tempos e objetivos definidos. Os cenários não são sempre completos, na medida em que um ou mais dos três elementos podem estar ausentes. Por exemplo, se apenas existe um ómega – visão de um futuro desejado – sem uma especificação de alfa ou da trajetória, então falamos de utopia. Pode também acontecer existir um diagnóstico bem feito do ponto de partida e uma certa ideia da trajetória, mas não haver ideia alguma sobre o resultado de tudo isso, ou seja, um ir na onda e prosseguir uma trajetória por mimetismo externo do que está na moda.

Ao contrário de Lewin, estes autores alertam para a falta de racionalidade frequente com que este tema é tratado (Pollit e Bouckaert, 2004: 66): “*scenarios, with each of the three main elements clearly analysed and described, are definitely the exception rather than the rule in public management reform*”. Todavia, na perspetiva dos autores seria desejável que nos processos de reforma fosse seguido este modelo dos cenários.

Refletindo sobre os processos de reforma da Administração Pública Portuguesa nos últimos quarenta anos chega-se à conclusão que, após o processo de instauração da democracia representativa, período em que em certos pontos se andou na direção contrária à dos países da OCDE (Portugal cometia os erros que as velhas democracias já tinham cometido), só a partir de meados dos anos noventa do século passado, o movimento conhecido na literatura anglófona por *New Public Management* (NPM) chegava ao País. Portugal entra no comboio da nova gestão pública com o XIII Governo, entre outras medidas, com a introdução dos concursos para o exercício de cargos de direção intermédia até então eram objeto de escolhas de confiança política.

Mas será este movimento de reforma um processo do tipo nova gestão pública? Para Pollit e Bouckaert, (2004: 99): “*in the Continental European states is a distinctive reform model, one which we have decided to call the Neo-Weberian State (NWS)*”. Na perspetiva dos autores, os processos de reforma ocorridos fora do perímetro dos países de língua e expressão cultural do ponto de vista administrativo anglófono não foram atingidos propriamente pela nova gestão pública, mas antes sofreram uma reforma neo-weberiana. Esta linha de pensamento é corroborada em reflexões anteriores sobre o conceito de modernização administrativa, profissionalização dos gestores públicos, avaliação e promoção com base no mérito (Bilhim, 2000b).

Os elementos weberianos mais destacados nestes processos de reforma ocorridos em Portugal dizem respeito à reafirmação do papel do Estado como o principal ator para os novos problemas da globalização, mudança tecnológica, diminuição demográfica e danos ambientais; da democracia representativa ao nível central, regional e local; do papel do direito administrativo pela redução do peso do *Juris imperium*, reforçando a igualdade das partes contratantes (veja o caso da aprovação do código do processo administrativo); do serviço público, com distintivo caráter, cultura, termos e condições.

Entre os elementos novos destacam-se a criação de uma cultura de serviço ao cidadão, fruto de uma nova orientação estratégica voltada para o exterior/envolvente, destinada a satisfazer os cidadãos, que substitui a orientação anterior de caráter mecanicista concentrada no cumprimento de regras, regulamentos e lei; o reforço da democracia representativa baseado na premissa de que a mesma não é falsa, mas é fraca e, conseqüentemente, necessita de ser apoiada por uma maior atividade cívica, como é o orçamento participativo; a mudança do foco de controlo *de ex ante* para *ex post*, com reforço da gestão por resultados; a descentração da atenção dos funcionários da

interpretação e aplicação da lei, para a ideia que gerir é medir, medir é comparar e comparar é melhorar permanentemente.

O modelo Neo-Weberiano encontra-se plasmado nos estatutos dos dirigentes da administração pública portuguesa, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro. Este diploma dedica a seção II aos princípios de atuação dos dirigentes da administração pública e no seu art.º 3.º estabelece que constitui missão do pessoal dirigente assegurar um bom desempenho do serviço através da otimização dos recursos humanos, financeiros e materiais e a satisfação dos destinatários da sua atividade.

Este mesmo diploma dedica o seu art.º 5.º aos princípios de gestão, estabelecendo no início que os dirigentes devem promover uma gestão orientada para resultados, tendo em conta a calendarização temporal de objetivos, definindo os recursos a utilizar e os programas a desenvolver. Ficando ainda os dirigentes obrigados a aplicar de forma sistemática mecanismos de controlo e avaliação dos resultados.

Quando à orientação da sua atuação, o dirigente deve pautar-se por critérios de qualidade, eficácia, eficiência, simplificação de procedimentos, cooperação, comunicação eficaz e aproximação ao cidadão. O pessoal dirigente deve ainda liderar, motivar e empenhar os seus trabalhadores para o bom desempenho do serviço. Acresce que o legislador consciente do papel socializador da formação profissional estabelece no n.º 4 deste artigo que os dirigentes devem adotar uma política de formação que contribua para a valorização profissional dos seus trabalhadores e o reforço da eficiência.

A seção III é dedicada às competências do pessoal dirigente e o art.º 7.º estabelece um conjunto de doze competências no âmbito da gestão geral; de cinco no âmbito da gestão de recursos humanos; seis competências no âmbito da gestão orçamental e realização de despesas; e de quatro no âmbito da gestão de instalações. Os conteúdos destas competências, que vão da elaboração de planos, avaliação do mérito, elaboração e execução de orçamentos à conservação de equipamentos e instalações, visam, no seu conjunto, a eficiência, a eficácia, a economia, a satisfação dos cidadãos e dos destinatários e a razão de ser das atividades desenvolvidas.

Os dirigentes superiores da Administração pautam a sua atuação durante o mandato de cinco anos por uma “carta de missão”, que consta do aviso de abertura do procedimento concursal onde são fixados os objetivos que o Estado lhes estabelece para o mandato, sujeitos a revisão periódica por parte dos políticos e cuja responsabilidade

de designação, em virtude da legislatura ser de quatro anos, nunca será o mesmo governo e dificilmente o mesmo político.

Moldura idêntica se encontra nos estatutos do gestor público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro. No caso vertente, o “contrato de gestão” previsto equivale à carta de missão anterior. Neste contrato de gestão, previsto no art.º 18.º do Decreto-Lei, n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei, n.º 8/2012, de 18 de janeiro, definem-se metas objetivas, quantificadas e mensuráveis anualmente durante a vigência do contrato, nomeadamente em matéria de eficiência financeira e outros objetivos específicos. Acresce que, nos termos do n.º 5 deste mesmo artigo, o contrato de gestão deve conter a demissão quando a avaliação do desempenho seja negativa.

Da análise feita aos estatutos quer de dirigente superior da Administração Pública, quer de gestor público ressaltam os elementos de reforço do modelo weberiano tradicional e a emergência de valores novos, nomeadamente em matéria de responsabilização e prestação de contas. Os dirigentes da Administração ou o gestor público deixam de ser avaliados em termos da interpretação e aplicação que fazem da lei, passando esta a constituir um meio e emergindo como fim a satisfação de objetivos quantificáveis de satisfação dos cidadãos e de eficiência de gestão, ou seja, obtenção do melhor resultado ao menor custo. Ora, isto é racionalidade técnica; aqui não há ambiguidades, preocupação com a quem a decisão agrada ou desagrada.

3. Uma Dicotomia Polémica

Na perspetiva da dicotomia entre políticos e “burocratas”, o campo da Administração é um campo de atividades apolíticas. A Administração está fora da esfera própria da política. As questões administrativas não são questões políticas. Embora a política determine as tarefas para a administração, não se deve tolerar que ela maneje as suas repartições. A Política é o campo específico do estadista, a Administração, do funcionário técnico. “A elaboração de diretrizes políticas não prescinde da ajuda da Administração, mas nem por isso a Administração é Política” (Wilson, (1941 [1887]: 219). No caso vertente do gestor público, seria competência dos políticos a definição das políticas e dos administradores a implementação das mesmas segundo regras de boa gestão.

Os princípios e regras de boa gestão não se baseariam tanto na “gestão científica” de Taylor (Rocha, 2001), mas antes no resultado do labor científico que os principais autores, construtores dos fundamentos da ciência da administração iam obtendo. Para Wilson (1941 [1887]: 209): “*The object of administrative study is to rescue executive methods from the confusion and costliness of empirical experiment and set them upon foundations laid deep in stable principle*”.

Salienta-se que, nesta época, os cultores da ciência da administração esforçavam-se por estabelecer princípios que a distinguissem das restantes ciências, tal como fez Taylor na organização científica do trabalho. “*Quizá la administración pública sea la ciencia social que más haya invocado los ‘principios’, como eje axial de sus formulaciones científicas. Incluso, la segunda edición del libro de Bonnin los muestra con orgullo en su título*” (Orozco, 2009: 18).

Na identificação destes “princípios” fundadores da ciência da Administração e guias orientadores da ação de dirigentes e gestores públicos salientaram-se na década de trinta do século passado Luther Gulick e Lyndal Urwick (1937) ao desenvolver o “movimento da administração científica”², que se distingue do trabalho realizado vinte anos antes por Frederick Taylor conhecido por *scientific management*, que se dedica aos fluxos de trabalho procurando a eficiência económica, através da aplicação da engenharia aos processos de gestão.

Esta conceção de princípios científicos de carácter geral que superavam as regras de aplicação local pode estar na base da construção de uma certa retórica que transmite, com frequência, uma imagem platónica do gestor. Ele seria executor racional do sistema de planificação e controlo de uma estrutura organizacional, adaptável à envolvente. Quando encaramos o gestor pelo lado de dentro, vemos uma imagem muito diferente. A de alguém lutando para chegar a um acordo com a realidade que enfrenta e que se recusa a ajustar ou a conformar-se com as categorias e princípios universais que aprendeu.

Estes princípios científicos pautam a profissão dos dirigentes da Administração e gestores públicos na implementação das políticas decididas pelos eleitos. São os gestores os responsáveis pela organização e controlo do trabalho sob grande diversidade de condições e situações, através de um conjunto de mecanismos, processos e

² Luther Gulick desenvolveu o célebre acónimo – PODSCORB (*planning, organizing, directing, staffing, coordinating, reporting and budgeting*). Acresce que Lyndall Urwick foi quem, pela primeira vez, aplicou o conceito *span of control*.

estratégias respeitantes à produção de bens e serviços. As práticas de gestão consistem numa rede complexa de relações que se estabelece entre as dimensões técnica, política e ética, característica do desempenho de funções de gestão (Reed, 1989).

Nesta perspetiva, os gestores são profissionais de uma atividade cujo exercício exige a posse e a aplicação de saberes que os habilitam a lidar com as exigências contraditórias e as pressões impostas pela mobilização de recursos e a pressão dos esforços para manter aqueles profissionais dentro dos limites prescritos. O gestor é o equilibrista que, por um lado, em tensão negocia as pressões do lado da lógica do controlo burocrático e do lado das exigências operacionais; e, por outro, procura manter o equilíbrio entre as preocupações da manutenção da integridade e sobrevivência da estrutura organizacional e o pragmatismo das pressões de curto prazo destinadas a colmatar crises quotidianas e a encontrar soluções exequíveis. Pode ser grande a dificuldade dos gestores ao procurar conciliar o conflito entre a racionalidade instrumental, indispensável à sobrevivência e uma racionalidade ontológica que exige uma fidelidade aos fins éticos que devem orientar os atos de gestão.

Na perspetiva oposta à da dicotomia, encontra-se a da fusão entre política e administração. Nos Estados Unidos da América, no final da década de quarenta do século passado, um conjunto de autores, tendo à cabeça Waldo, contestam abertamente esta dicotomia (Waldo, 1946; Simon, 1997 [1947]). Waldo bate-se contra alguns pressupostos da teoria ortodoxa da dicotomia tais como: a compatibilidade entre democracia e eficiência e a separação clara entre decisores e executores nas políticas públicas. A primeira compatibilidade teria levado a criar uma ciência destinada a maximizar a eficiência na administração pública, tarefas dos administradores designados.

O autor analisa o papel da administração à luz de cinco perspetivas: a visão sobre o que deve ser uma boa sociedade; quais os critérios a seguir nas decisões que digam respeito à coletividade; quem deve governar; como devem ser repartidos os poderes do Estado, por exemplo, como articular o poder legislativo, judicial e executivo; a centralização e a descentralização ou centralização regionalização.

Waldo critica fortemente a crença dos estudantes de administração pública na eficiência administrativa e de que se houver eficiência na administração haverá uma sociedade melhor, bem como que deva ser este o seu campo específico de ação. Critica igualmente a crença de administradores e funcionários na otimização do rácio *in put out put*.

Em seu entender, esta crença e postura levariam a identificar a administração privada com a pública e argumenta que a equidade, o consenso, a satisfação de interesses particulares são critérios de ação em democracia e que os mesmos não são em si critérios de eficiência. Acrescenta que os administradores aceitam facilmente a eficiência como o seu principal princípio e guia de ação, mas aceitam igualmente a democracia que é notoriamente uma base pouco eficiente para a organização de uma sociedade.

A polémica instalada nos Estados Unidos da América no final dos anos quarenta do século passado conduziu a que entre os anos 1950 e 1970 a sabedoria em uso fosse a da “não existência de qualquer dicotomia”. Todavia, a partir dos anos oitenta do século passado, a dicotomia voltou à agenda de investigação e ensino e está na base da “*control bureaucracy theory*”. Esta perspetiva teórica estabelece a diferença entre atos e atores administrativos e políticos. Aliás, numa tentativa de responder a Herbert Simon, mais preocupado com a fundamentação empírica da ciência da administração, adianta que o político seria a variável independente e a administração a dependente. Nesta abordagem, os políticos eleitos devem controlar os administradores (funcionários) designados, mas não se confundem com eles e respeitam o seu específico campo de ação.

Atualmente, o encanto teórico da racionalidade técnica esmoreceu, na medida em que a decisão – o ato mais nobre da gestão – passou a ser encarada como um processo dominado pelas práticas cognitivas, ideológicas e políticas que destroem a clássica objetividade e neutralidade. Aliás, na perspetiva de Weick (1969), a racionalidade organizacional pode funcionar como: receita que muda à medida que as questões mudam; fachada criada para atrair os recursos; processo usado *a posteriori* para inventar razões, legitimando as decisões anteriores. Em qualquer caso, nem esta perspetiva permite que a racionalidade técnica se confunda com a racionalidade política, embora não deixe de lhe reconhecer uma maior área de ambiguidade relativamente aos clássicos.

4. A Relação Política/Administração como “tipo Ideal”

Analisar a relação entre política e administração como tipo ideal pode permitir trazer alguma nova luz a esta dicotomia. Weber analisara a burocracia como um “modelo ideal” (*idealtyp*). Ora, este tipo puro constitui, fundamentalmente, um instrumento de análise ou recurso avaliativo do cientista social. A característica

principal do modelo ideal não radica na sua capacidade de correspondência com a realidade, mas antes na sua potencialidade para ajudar à sua compreensão. Assim, este dava oportunidade a que, no terreno, pudessem ser observados diferentes tipos com apenas um ou mais dos traços desse modelo concetual.

Daí ter realçado a relação entre meios e fins, circunstância que confere à burocracia um carácter racional. Esta preocupação pela racionalidade técnica (eficiência) e a ênfase nos valores instrumentais da equidade e economia leva-o a salientar na burocracia como modelo organizacional o mérito e a profissionalização de funcionários ao que lhe juntou o seu carácter legal, que permitiria que a autoridade fosse exercida por um sistema de regras e procedimentos formais (Bilhim, 2008).

“O sistema de mérito constituía a imagem de marca da administração clássica. Os funcionários deveriam ser recrutados com base no mérito e neutral competência e por isso se desenvolveram os mais sofisticados testes, de modo a admitir *‘the right people for the right place’*, procurando fazer desaparecer qualquer vestígio de *‘patronage’* ou de empenhamento político-partidário dos funcionários” (Rocha, 2001: 4).

Nesta linha de pensamento, a dicotomia entre administração e política inicialmente afirmada por Wilson pode ser igualmente concebida com um tipo puro, um conceito teórico abstrato, servindo de “orientação” na diversidade de fenómenos que aparecem na realidade; por possuir uma base indutiva, realça a sistematização de padrões individuais concretos (característica das ciências humanas) e, desta forma, contrasta com a generalização, nos termos em que esta é conhecida nas ciências naturais.

Uma vez que, no setor público, a quem compete definir objetivos é aos políticos e aos administradores o uso eficiente dos meios, poder-se-ia com facilidade estabelecer a relação seguinte: a política está para os objetivos como a administração está para os meios. Ora, neste caso o que se verifica é que durante décadas se concebeu esta relação como uma porta corta-fogo, ou seja, ausência de relação.

Assim, propõe-se que esta dicotomia entre política e administração, ou seja, entre objetivos e meios seja antes encarada como um diálogo de racionalidades (Carvalho, 2013). Todavia, para que este diálogo não se transforme em domínio de uma dimensão sobre a outra importa, desde logo, assumir a sua diferente natureza e a sua respetiva complementaridade.

“In the reform era and the early decades of public administration, it was probably assumed that administration entailed a generous range of discretion that held open the doors for technical expertise and administrative efficiency. And it was further assumed that the line between policy/politics and administration was a ‘firewall’”
(Frederickson e Smith, 2003: 18).

Esta dicotomia, vista como tipo puro e não como porta corta-fogo, permitirá identificar no terreno exemplos em que os dirigentes e gestores públicos se encontram comprometidos com a fixação da agenda política e o desenho de políticas públicas e que os políticos se encontram igualmente envolvidos no que se poderia chamar o espaço dos administradores ou gestores públicos.

Nos estudos empíricos feitos por Svava (1994) sobre a realidade desta dicotomia nos municípios, o autor identificou quatro dimensões – missão, política, administração e gestão –, procurando identificar o espaço ocupado pelas unidades de análise, administração e política; chega à conclusão que existem quatro diferentes tipos de relação, isto é, há momentos em que o político invade a esfera do administrativo e vice-versa. Isto significa que apenas teoricamente no modelo ou tipo puro existe uma linha diagonal perfeita separando as águas.

A realidade é mais complexa e altera a orientação desta diagonal em estado puro. Todavia, importa reter que tal não permite concluir-se pela sua inexistência, total fusão ou impossibilidade, pelo menos teórica, de estabelecer esta separação. Na expressão de Frederickson e Smith (2003: 40): *“Therefore, it is wrongheaded to approach the subject of public administration on the assumption that politics and administration are more or less the same thing”*.

Aliás, as abordagens que estudam o controlo político da burocracia – indispensáveis para a compreensão da administração pública – têm ao seu dispor um conjunto de variáveis políticas e administrativas que lhes permitem discutir esta dicotomia em termos empíricos, assim como analisar o carácter e a qualidade do controlo da burocracia pela política. Acresce que a teoria do controle político da burocracia, que vem de Wilson até à nova teoria da agência, só existe e faz sentido porque existe uma separação entre Política e Administração (Selznick, 1949). Só após reconhecer a existência desta separação se poderá colocar a questão de quem “controla”, “captura” ou “influencia” quem.

Notas conclusivas

Chegados a este ponto importa analisar a questão que nos propusemos no início: deve ou não contar a atividade desenvolvida por um político quando está a concorrer para um cargo direção superior da Administração ou a ser avaliado para o exercício de gestor público?

A tradição teórica da ciência da administração norte-americana, por um lado, afirmou a existência de uma dicotomia entre políticos e administradores desde a sua origem até aos anos quarenta do século XX. Por outro lado, a partir do final dos anos quarenta desse mesmo século, quase em simultâneo, dois autores, por razões diferentes combateram, esta dicotomia: Dwaldo, para quem todo o ato administrativo é essencialmente político; e Simon, para quem é impossível separar cientificamente a dimensão política da administrativa.

Na tradição europeia continental, emerge, desde a revolução francesa, uma tentativa de, pela via regulamentar (esta dimensão jurídica da administração pública foi mais forte na Europa Continental que nos países anglófonos), garantir alguma autonomia e uma certa neutralidade dos funcionários face aos políticos.

Acabamos de ver que é, teoricamente, possível e, na nossa perspetiva, desejável estabelecer esta dicotomia não como porta corta-fogo, mas como tipo puro. Com efeito, no quotidiano, as diferenças entre realidades organizacionais públicas, o grau de intensidade da luta nas arenas políticas e os tempos e espaços de produção de serviço público obrigam esta linha a curvar-se, invadindo ora uma ora outra esfera. No desenho de políticas públicas, os eleitos e os seus programas eleitorais, posteriormente transformados em programas de governo e grandes orientações do plano, ocupam a totalidade do mesmo espaço; na implementação e execução concreta, detalhada e sistemática dessas políticas será o espaço típico de dirigentes e gestores públicos; na avaliação poderá haver um espaço mais sobreposto.

Ora, se a diferente natureza da realidade da esfera política *policy/politics* e da administrativa é fundamento suficiente para justificar esta dicotomia, assim também é, em nosso entender, justificação bastante para que as competências obtidas no exercício de cargos políticos não entre na avaliação de competências para o exercício de cargos direção na administração pública e de gestor público no setor empresarial do Estado.

No ordenamento jurídico português, a Lei n.º 64/2011 de 22 de dezembro, estabeleceu um divisor de águas entre o exercício de cargos políticos e o exercício de

cargos administrativos. A criação de uma entidade administrativa independente com esta missão de selecionar a direção superior da administração e avaliar a adequação de perfil das personalidades indicadas pelo Governo para o exercício do cargo de gestor público reforça este conceito de autonomia de esferas. Acresce que a independência da CReSAP chega ao ponto de o legislador ter proibido os membros da Comissão de pedir ou receber orientações do governo.

Por outro lado, os dirigentes superiores da administração são designados para um mandato de cinco anos, podendo ser automaticamente renovado por igual período, quando a legislatura tem um horizonte apenas de quatro anos. Assim, o legislador impediu de haver sobreposição temporal significativa ente a legislatura política e o mandato de gestão, circunstância que vem reforçar muito significativamente esta autonomia de esferas.

Referências bibliográficas

- BILHIM, J. (2000a), “Gerir a Administração Pública como uma Empresa”, in ISCSP, *Reforma do Estado e Administração Pública Gestionária*, Lisboa, ISCSP, pp. 75-84.
- (2000b), *Ciência da Administração*, Lisboa, Universidade Aberta.
- (2008), *Teoria organizacional: estruturas e pessoas*, Lisboa, ISCSP.
- BONNIN, CH. (1809), *Principes D’Administration Publique, pour servir a l’etudes des Lois Administratives, Et Considérations sur L’importance et la Necessité d’un Code Administratif, suivies du Projet de ce Code. Ouvrage Utile aux Préfets, Sous-prefets, Maires et Adjoints, aux Membres des Conseils Généraux de Départements, de préfetures, D’arrondissement, Comunaux et Municipaux*, 2^e édition, Paris, Clement Frères.
- CANDLER, G. (2008), “Epistemic Community or Tower of Babel? Theoretical Diffusion in Public Administration”, in *The Australian Journal of Public Administration*, 67, pp. 294-306.
- CARVALHO, E. (2013), “Decisão na Administração Pública: Diálogo de racionalidades”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 73, pp. 131-148.
- FERNANDES, A. (2006), *Monotonia Democrática e Diluição das Regulações Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- FREDERICKSON, H.; SMITH, K. (2003), *The Public Administration Theory Primer*, Oxford, Westview Press.
- GIDDENS, A. (1992), *As Consequências da Modernidade*, Lisboa, Celta.

- GULICK, Luther; WRWICK, Lyndall (Eds.), *Papers of the Science of Administration*, New York, Institute of Public Administration, Columbia University.
- LEWIN, K. (1951), *Field Theory in Social Science*, New York, Harper & Row.
- LINDBLOM, Ch. (1991), “The science of ‘muddling through’”, in J. M. Shafritz e A C. Hyde (Orgs.), *Classics of Public Administration*, Belmont, Wadsworth Publishing, pp. 224-235.
- MOZICAFREDO, J. (2000), “O Papel do Cidadão na Administração Pública”, in *Reforma do Estado e Administração Pública Gestonária*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp. 23-35.
- OROZCO, O. (2009), “La Formulación de principios en la administración pública”, in *Convergencia*, 49, pp. 15-35.
- POLLIT, C. (1993), *Managerialism and the Public Services*, 2nd ed., Oxford, Blackwell.
- POLLIT, C.; BOUCKAERT, G. (2004), *Public Management Reform: A comparative Analysis*, Oxford, Oxford University Press.
- REED, M. (1989), *The Sociology of Management*, London, Harvester Wheatsheaf.
- ROCHA, J. (2001), “As Relações entre o Poder Político e os Funcionários”, Comunicação nos *Colóquios sobre o Estatuto dos Funcionários Municipais*, junho de 2001, Lisboa, CEDREL.
- SELZNICK, P. (1949), *TVA and Grass Roots*, Berkeley, University of California Press.
- SIMON, H. (1946), “The Proverbs Administration”, in *Public Administration Review*, Winter, pp. 53-67.
- (1960), *The New Science of Management Decision*, New York, Harper & Row.
- (1997 [1947]), *Administrative Behavior*, New York, The Free Press.
- SORIANO, J.; BILHIM, J. (2013), “La Racionalidad Política y Técnica en la Selección de la Alta Administración Pública Portuguesa”, in *El Cronista del Estado Social y Democrático de Derecho*, 38, pp. 36-52.
- SVARA, J. (1994), “Dichotomy and Duality: Reconceptualizing the Relationship Between Manager Government in Council – Manager Cities”, in George Frederickson, *Ideal and Practice in Council – Manager Government*, Washington D. C., International City/County Management Association, pp. 53-69.
- WALDO, D. (1948 [1946]), *The Administrative State*, New York, The Ronald Press Company.
- WEBER, M. (1952), “The Essentials of Bureaucratic Organizations: an ideal-type construction”, in R. Merton et al. (Ed.), *Reader in Bureaucracy*, Glencoe Ill, The Free Press, pp. 18-27.
- WEICK, K. (1969), *The Social Psychology of Organization*, Reading, Addison-Wesley.
- WILSON, W. (1941 [1887]), “The Study of Administration”, in *Political Science Quarterly*, 2, pp. 197-222.

Legislação

Diário da República (2004), Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Diário da República (2007), Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012.

Artigo recebido a 19 de janeiro de 2014. Publicação aprovada a 20 de março de 2014.

Para uma história operária do capital: classe, valor e conflito social

Ricardo Noronha¹

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Resumo | Procura-se, neste texto, utilizar o conceito proposto por Mário Tronti – a “história operária do capital” – para analisar a história da modernidade à luz das relações de produção e das modalidades de conflituosidade social inerentes ao trabalho assalariado, passando em revista a revolução de 1848 e a experiência da Comuna de Paris, em 1871, no sentido de compreender a dinâmica de desenvolvimento do modo de produção capitalista à escala mundial.
Palavras-chave: classes; economia política; conflito social.

Abstract | *Towards a worker's history of Capital: class, value and social conflict*
This text seeks to employ the concept proposed by Mario Tronti – the “worker's history of capital” – to analyse the history of modernity under the light of the relations of production and the modalities of social conflict inherent to wage labour, along with the revolution of 1848 and the experience of the Paris Commune, in 1871, in order to understand the dynamics of worldwide development of the capitalist mode of production.
Keywords: classes; political economy; social conflict.

¹ Doutorado em História pela Universidade Nova de Lisboa e investigador do Instituto de História Contemporânea – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) (Lisboa, Portugal). Dedicar-se ao estudo de temas relacionados com a Revolução Portuguesa de 1974-75 e a História Social e Económica contemporânea. Endereço de correspondência: Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Av. de Berna, 26 C, Lisboa, Portugal. *E-mail*: ricardo.noronha@gmail.com

Résumé | *Pour une histoire ouvrière du Capital: classe, valeur et conflict social*

Dans cet article/texte nous utiliserons le concept proposé/développé par Mário Tronti – “l’histoire ouvrière du capital” – afin d’analyser l’histoire de la modernité. Cette analyse se fera à la lumière des rapports de production et des modalités de conflit social intrinsèques au travail salarié. Nous revisiterons pour ce faire la révolution de 1849 et l’expérience de la Commune de Paris en 1871, dans le sens de parvenir à la compréhension du processus/de la dynamique de développement du mode de production capitaliste à l’échelle mondiale.

Mots-clés: classes sociales; économie politique; conflit social.

Resumen | *Para una historia obrera del Capital: clase, valor e conflicto social*

Este texto pretende utilizar el concepto propuesto por Mário Tronti – la “Historia obrera del capital” - con el fin de analizar la historia de la modernidad a la luz de las relaciones de producción y de las modalidades de conflictividad social inherentes al trabajo asalariado, examinando la revolución de 1848 y la experiencia de la Comuna de París, en 1871, con la intención de comprender la dinámica de desarrollo del modo de producción capitalista a escala mundial.

Palabras clave: clases; economía política; conflicto social.

Introdução

Este texto tem como objetivo a abordagem crítica da relação entre classe, valor e conflito social. Pretende-se, com ele, sublinhar a natureza eminentemente histórica dessa relação, avançando alguns elementos para a sua interpretação, à luz de um campo teórico e conceptual empenhado, em distintos momentos e latitudes, no desenvolvimento de uma crítica da economia política inspirada nos escritos de Karl Marx.

O seu núcleo fundamental parte de uma hipótese avançada por Mário Tronti para interpretar a dinâmica de desenvolvimento do modo de produção capitalista em articulação com os conflitos sociais produzidos no seu seio. Trata-se de conceber a possibilidade de uma “história operária do capital”, tomando como elemento chave os comportamentos da classe trabalhadora no seio das relações capitalistas de produção.

O objetivo é estabelecer um diálogo entre essa hipótese e outros esforços de elaboração política e teórica igualmente empenhados em conceber a história da modernidade à luz do antagonismo entre trabalho e capital. A opção foi a de percorrer

alguns momentos dessa história, no sentido de ilustrar a proposta de Tronti e a sua pertinência para a compreensão de fenómenos frequentemente considerados distantes dos três conceitos aqui invocados. Se a dimensão eminentemente cultural e conceptual de qualquer uma destas realidades – classe, valor e conflito social - se tornar um pouco mais perceptível para o leitor, o intuito deste ensaio não terá sido completamente defraudado.

1. O tempo do valor

Ainda que a revolução industrial, iniciada na Grã-Bretanha no século XVIII, tenha representado uma incontornável descontinuidade do ponto de vista histórico, existia já um considerável grau de sofisticação, bem como um elevado índice de divisão do trabalho e de intercâmbios comerciais na economia do Antigo Regime². Nela interagiam e se sobrepunham diversas atividades concretas, cujos produtos se trocavam no mercado, serviam à subsistência ou se acumulavam em armazéns, cada um deles com as suas propriedades, especificidades e exigências, tendo por trás uma longa história de aperfeiçoamentos técnicos, bem como de consolidação e transmissão dos conhecimentos imprescindíveis à respetiva produção. Este conjunto de atividades em que se dividia socialmente o trabalho foi progressivamente subordinado a um processo de infinita acumulação de capital – primitiva primeiro, civilizada depois –, no qual as relações sociais assumiam a forma de movimentos de coisas, cujo controlo, ou até o significado, escapava por inteiro aos seres humanos.

Esta passagem foi assinalada por uma multiplicidade de conflitos e formas de resistência levadas a cabo pelas comunidades camponesas e artesãs – ou, como era o caso de várias regiões europeias na passagem do século XVIII para o século XIX, de comunidades camponesas que também se dedicavam a atividades artesanais, sob a alçada de comerciantes urbanos que controlavam o fornecimento de matérias-primas e o escoamento da produção –, relativas a questões tão díspares como o preço dos bens alimentares, o valor pago por cada peça produzida ou o emparcelamento de terrenos comunitários³.

Os primórdios da industrialização caracterizaram-se, assim, pela eclosão de movimentos de luta contra a sujeição ao trabalho industrial, contra a apropriação

² Veja-se as descrições e análises disponíveis em Braudel (1992) e Wallerstein (1990).

³ A este respeito veja-se, por exemplo, Thompson (2008, 2004: 39-176).

privada de recursos coletivos, contra os processos de mercantilização e monetarização da vida social, contra os procedimentos de disciplinamento das camadas populares, enquanto formas de resistência à afirmação da lei do valor e da subordinação do trabalho vivo ao trabalho morto, ou seja, da classe dos trabalhadores assalariados ao capital.

Foi no seio deste processo, em que os diversos trabalhos concretos, com as suas qualidades específicas, se tornaram comparáveis entre si na forma do tempo – uma categoria quantitativa por excelência – necessário à produção de uma dada mercadoria, que se afirmou o domínio da lei do valor sobre o conjunto da produção, enquanto mola propulsora da atividade social e elemento unificador de momentos produtivos aparentemente sem qualquer relação entre si. Apenas a partir do momento em que um alqueire de trigo passou a “valer” tanto como um fardo de algodão ou umas botas de couro, se encontraram reunidas as condições para que o capital, enquanto relação social, passasse a orientar a produção para o fim específico da sua reprodução alargada. As funções de intermediação entre a produção e o consumo puderam então ser ultrapassadas numa direção e noutra, separando integralmente os produtores dos seus meios de produção e confrontando os consumidores com mercadorias produzidas em novas condições, que incorporavam um valor superior ao que seria necessário para assegurar a subsistência do produtor, sem que essa diferença resultasse de um acréscimo do seu preço no momento da circulação, mas antes de uma profunda alteração no momento da produção⁴.

A formação histórica das duas classes centrais no modo de produção capitalista equivaleu, assim, a um momento em que detentores de capital e vendedores de força de trabalho se relacionavam simplesmente, enquanto partes contrapostas e claramente distintas nas suas funções específicas, no interior da relação social do capital. Uns produziam, em troca de um determinado preço, mercadorias que pertenciam a outros e que seriam vendidas por um valor superior ao despendido na produção. A primeira forma de mais-valia, a mais elementar e que crescia apenas em termos absolutos, corresponde a esta fase da acumulação capitalista. Foi em torno da sua contração ou expansão que os interesses distintos do capital e do trabalho começaram a manifestar-se, do ponto de vista material e conceptual.

⁴ Para uma síntese de vários estudos e trabalhos dedicados a este tema ver, por exemplo, Jappe (2006: 23-63).

O valor e a classe estão historicamente ligados e não é casual que a emergência da economia política, enquanto disciplina dedicada a conferir ao processo produtivo uma densidade teórica e um grau de abstração científica compatíveis com a sua crescente importância no plano social, tenha coincidido historicamente com a emergência dos problemas relacionados com a gestão da relação entre as duas partes contrapostas. O momento em que o processo produtivo se tornou cognoscível em todas as suas implicações – não apenas as manifestamente evidentes, como acontecia com as inovações técnicas introduzidas pela revolução industrial, mas também aquelas outras igualmente decisivas e mais invisíveis, que diziam respeito às relações sociais – foi também aquele que viu a mercadoria força de trabalho converter-se, crescentemente, numa parte variável do capital.

2. Uma história operária do capital

Nos primórdios da industrialização, cada conflito laboral continha em si os elementos de uma guerra civil cuja pacificação se transformou, progressivamente, numa ciência capaz de combinar métodos sofisticados com procedimentos brutais. Essas lutas atravessaram a história do capitalismo, constringendo-o a modificar-se constantemente, a expandir-se e a desenvolver-se, forçando as classes dominantes a responder, recuperar e incorporar as exigências operárias na dinâmica do seu próprio desenvolvimento.

É precisamente neste ponto, em que a história da classe e a história do capital se encontram, que se manifesta plenamente a capacidade capitalista para revolucionar o processo produtivo, promovendo a crescente subordinação do trabalho vivo ao trabalho morto. Já não se trata apenas da tentativa de aumentar a jornada de trabalho, somando uma hora de trabalho a várias horas de trabalho, ou de contrair o salário pago para a garantir. Essa estratégia revelou os seus limites históricos ao confrontar-se com formas de resistência operária cada vez mais encarniçadas, convertendo-se, inicialmente, num problema de ordem pública e, posteriormente, num problema de natureza política.

É nesse contexto que o processo de acumulação capitalista começa a subordinar a si mais do que o tempo de vida do trabalhador assalariado e a sua capacidade produtiva, para passar a transformá-los à medida das suas necessidades, aprofundando a separação entre os produtores e os meios de produção. Torna-se então imperioso, do ponto de vista capitalista, acelerar ritmos e aumentar a produção, fazendo crescer a composição orgânica do capital, mecanizando e uniformizando, alienando o trabalhador

não apenas do produto do seu trabalho, mas das próprias condições em que trabalha: gestos, posições, métodos e cadências passam a integrar um tempo que pertence crescentemente ao capital e que se tornará, em breve, um terreno de disputa. Tratar-se-á, doravante, de fazer com que uma hora valha várias horas em termos produtivos, sem sofrer alterações significativas em termos remunerativos. É esse processo que introduz o tema da alienação nos primeiros esboços de crítica da economia política:

“Alienado, o trabalho assalariado era-o já, em rigor, antes mesmo do advento da máquina, posto que o produto do trabalho já não pertencia ao trabalhador, assim como já não lhe pertenciam as condições da produção desde o advento da manufactura. Mesmo quando o trabalhador permanecia ainda fora dos muros da manufactura, o seu trabalho pode considerar-se ‘alienado’ na medida em que o fio que tecia lhe era fornecido de empreitada e em que, frequentemente, os próprios teares em que operava lhe eram também já fornecidos pelo capital mercantil ou manufactureiro. Todavia, só quando o seu próprio trabalho passado, morto, se apresenta diante dele como máquina, como ‘monstro animado’, é que se ultima a ‘alienação’ e o trabalhador se torna ‘acessório vivo’ do capital fixo” (Cabral, 1983: 41).

Tem então lugar a passagem de uma forma de exploração baseada no incremento da mais-valia absoluta para uma outra baseada no desenvolvimento da mais-valia relativa, através da subordinação real (e já não meramente formal) do processo de trabalho ao processo de valorização, do uso capitalista da tecnologia (e, portanto, a oposição crescente entre o trabalhador e a organização do trabalho) e da capacidade, por parte dos setores mais dinâmicos e poderosos do empresariado, de fazer crescer a taxa de exploração do trabalho assalariado, reduzindo o preço médio de cada mercadorias e, simultaneamente, aumentando a taxa de lucro do capital.

Através da organização científica do trabalho introduzida por Taylor na passagem do século XIX para o século XX (e que atingirá um ponto alto na linha de montagem introduzida na fábrica de automóveis de Henry Ford, em Detroit), tornava-se, doravante, possível controlar os ritmos de cada operário, moldar os seus movimentos e simplificar as suas tarefas, até o tornar um apêndice dos meios de produção. Estranho ao seu trabalho e ocupando um lugar parcelar no conjunto do ciclo produtivo, o trabalhador assalariado vê-se, progressivamente, incapaz de ultrapassar, na esfera da consciência, uma perspetiva fragmentária do conjunto das relações sociais de produção em que se

insere. É neste processo que a sua capacidade de ação coletiva se torna um elemento cada vez mais imprescindível e as modalidades primitivas de organização e associação operária começam a consolidar-se na sua forma partidária e sindical, representando os interesses do conjunto da classe trabalhadora face aos interesses patronais e abrindo a porta aos processos de negociação coletiva entre as duas partes.

Mário Tronti sugeriu a expressão “história operária do capital” para propor uma interpretação que rompe com as visões tradicionais, que fazem a classe operária derivar do desenvolvimento capitalista, enquanto resultado de um processo objetivo resultante da iniciativa do capital:

“Também nós próprios começámos por ver primeiro o desenvolvimento capitalista e só depois as lutas operárias. É um erro. Tem de se inverter o problema, mudá-lo de sinal, recomeçar desde o princípio: e o princípio é a luta da classe operária. Ao nível do capital socialmente desenvolvido, o desenvolvimento capitalista é subordinado às lutas operárias, vem depois delas e a elas tem de fazer corresponder o mecanismo político da sua própria produção” (Tronti, 1976: 93).

Pelo contrário, segundo esta abordagem, seria a formação da classe operária enquanto realidade coletiva e objetiva, caracterizada pela separação relativamente aos meios de produção e pela cooperação estabelecida no processo produtivo, a determinar as modalidades da exploração por parte do capital e a forçá-lo a formas de racionalização sempre mais complexas dessa relação. Nesta leitura crítica da economia política, a produção deixa de existir enquanto forma genérica e intemporal, para assumir a forma de um antagonismo vivo em perpétua reprodução:

“Eis porque razão o processo produtivo – enquanto processo produtivo do capital – não é separável dos momentos da luta de classes, isto é, não é independente dos movimentos da luta operária: é feito, composto, organizado, pela série sucessiva de todos esses momentos. [...] É o ponto de vista do capitalista individual que vê a luta operária como um momento, embora insuprimível, do processo produtivo. Do ponto de vista do operário – que na produção já não pode ser o do operário individual - trata-se mais uma vez do contrário: o processo produtivo revela-se como *um* momento – igualmente insuprimível – da luta operária. Revela-se pois como o terreno táctico mais favorável ao desenvolvimento da luta operária” (Tronti, 1976: 226).

Do confronto permanente entre as duas classes – quer ele se manifestasse em campo aberto ou assumisse formas subterrâneas, quer se jogasse no campo político mais geral ou no próprio terreno da produção – resultava um processo de socialização do capital (do qual a força de trabalho é a articulação dinâmica), que forçava a associação dos capitalistas enquanto classe, o reconhecimento da classe operária enquanto sujeito político, a extensão das relações de produção capitalistas a todos os domínios e o seu desenvolvimento à escala internacional. Momentos como a limitação da jornada de trabalho e a legislação inglesa sobre as fábricas, o sufrágio universal, o direito à greve e o reconhecimento dos sindicatos, mas também as conquistas imperiais e o caminho de ferro, os conflitos militares e o crescimento do mercado mundial, a construção do Estado moderno e a mecanização da agricultura, a formação do capital financeiro e a organização científica do trabalho – tudo isto surgia nesta proposta de rutura teórica enquanto o resultado da pressão operária sobre o salário, da sua capacidade de resistência e de ataque, da sua preponderância no processo produtivo:

“Assim como no acto de compra e venda da força de trabalho já está contida a relação entre duas classes antagonistas, em que se funda posteriormente toda a história propriamente dita do capital, do mesmo modo, no processo de consumo da força de trabalho no momento da produção, está já preparado todo o terreno da luta directa entre as duas classes, a qual determinará, um após outro, o nascimento, o desenvolvimento e a queda da sociedade capitalista. [...] A força de trabalho, como vimos, é introduzida, tem de ser introduzida no processo de produção já como classe e como classe antagonista. É apenas como força produtiva social que pode, não só produzir capital, mas ainda pertencer ao capital, tornar-se uma parte interna deste processo. [...] Mas a passagem – simultaneamente lógica e histórica – do proletariado vendedor de força de trabalho a classe operária produtora de mais valia assinala o início daquela *história operária do capital* que é, no fundo, a história propriamente dita da sociedade capitalista” (Tronti, 1976: 181-182).

A tendência histórica de crescente abstração do trabalho e separação do trabalhador relativamente às condições de produção – o aumento da composição orgânica do capital, o incremento da produtividade e a regulação política das relações de exploração do trabalho assalariado – marcou a evolução das sucessivas etapas históricas do desenvolvimento capitalista e da subordinação da atividade humana ao processo de acumulação. Cada salto na expansão capitalista teria, assim, correspondido à

necessidade de desvalorizar o trabalho e fazer crescer a taxa de mais-valia, de criar ao nível da sociedade as condições necessárias à máxima exploração do trabalho assalariado, de subordinar a sociedade à fábrica como meio de subordinar o trabalho ao capital, até chegar ao mais alto ponto de socialização: a classe operária completamente dentro do capital como condição da sua valorização, o máximo poder capitalista sobre os movimentos da classe como terreno da sua máxima vulnerabilidade. Tronti preocupou-se, sobretudo, em sublinhar a capacidade, por parte da classe, de contrapor a sua subjetividade política à objetividade económica, assumindo-se enquanto fonte viva do valor, afirmando, parcial e unilateralmente, o seu interesse específico e organizando, ao nível da produção, um poder operário contraposto à organização capitalista do trabalho e capaz de a influenciar decisivamente:

“A luta da classe operária constrangeu o capitalista a modificar a forma do seu domínio. O que quer dizer que a pressão da força-trabalho é capaz de constranger o capital a modificar a sua própria composição interna e que intervém dentro do capital como componente essencial do desenvolvimento capitalista; que ela empurra para a frente, por dentro, a produção capitalista, até a fazer trespassar completamente todas as relações externas da vida social” (Tronti, 1976: 47).

Tronti escrevia no âmbito de um movimento de renovação teórica do marxismo, formado em Itália nos anos Sessenta do Século XX, o *operaismo*, inicialmente composto por elementos críticos ou dissidentes do Partido Comunista Italiano, do Partido Socialista Italiano e do movimento sindical (CGIL), vindo a assumir um papel preponderante na vaga de lutas estudantis de 1968 e de lutas operárias de 1969 (culminando no “Outono Quente”)⁵. Ainda que os seus escritos sejam inseparáveis do contexto e dos objetivos que acompanharam a sua escrita, a opção deste ensaio é apenas a de assumir a sua proposta, de releitura da história do desenvolvimento capitalista, como um ponto de partida particularmente fecundo para uma análise que equacione a subjetividade da classe trabalhadora enquanto o eixo central das transformações históricas do modo de produção capitalista, atribuindo à racionalidade da gestão empresarial um papel de recuperação e adaptação dos movimentos da mercadoria força de trabalho.

⁵ Uma descrição exaustiva da história política e social italiana neste período pode ser encontrada em Ballestrini e Moroni (2003).

3. A subjetividade do trabalho vivo (I): “Maldito seja Junho!”

Uma vez abordado o momento histórico de formação do modo de produção capitalista e identificada a possibilidade da sua interpretação à luz dos comportamentos, resistências e formas de organização e ação coletiva da classe trabalhadora, torna-se imperioso retomar o tema central deste ensaio: Que forma concreta assumem esses elementos constitutivos da classe trabalhadora em cada momento histórico? Como se relacionam eles com o problema mais amplo da formação de uma identidade coletiva de classe e com aquilo a que se convencionou chamar “consciência de classe”?

É necessário, para isso, recuar no tempo, regressando a uma época em que um espectro percorria a Europa, formando uma figura ameaçadora, porque correspondente à coligação de todas as “classes perigosas”, na qual assumia uma crescente centralidade a multidão de trabalhadores assalariados que, todas as manhãs, se erguia para pôr em movimento tudo aquilo sem o qual a sociedade capitalista não poderia funcionar⁶. A particularidade da mercadoria força de trabalho residia, precisamente, na sua dupla natureza enquanto classe social que era, simultaneamente, objeto de exploração e sujeito de insubordinação. Na sua condição encontravam-se todos os elementos de dissolução das antigas formas de sociedade, prévias ao processo de acumulação capitalista e de industrialização.

Os que, em tempos, haviam sido marceneiros, ferreiros, tecelões ou vidreiros – possuidores das suas ferramentas e portadores de uma identidade social caracterizada pela sua independência e saber profissional – transportavam para o interior dos grandes estabelecimentos fabris a consciência aguda da expropriação a que haviam sido submetidos e da irreparável perda que esta representava.

Os que, em tempos, haviam sido servos ou camponeses submetidos a corveias senhoriais, transportavam para as novas cidades industriais a consciência igualitária da sua exploração e o horizonte milenarista de um futuro redentor.

Qualquer que fosse a sua proveniência, os operários partilhavam uma condição comum. Pela arquitetura das suas casas como pelo aspeto do seu vestuário, pela sua alimentação como pelas suas formas de sociabilidade, pela sua cultura como pela sua política, a classe operária era, no interior de cada país, um corpo à parte, um objeto estranho no contexto da sociedade burguesa. A sua experiência quotidiana, de trabalho

⁶ Uma abordagem do conceito de “classes perigosas” pode ser encontrada em Chevalier (1978).

assalariado em fábricas e oficinas, confrontava-a permanentemente com a dialética do modo de produção capitalista e constringia-a a organizar-se, para fazer valer coletivamente os seus interesses face aos dos seus patrões.

Num livro recente, Luciano Canfora apresenta uma narrativa do doloroso parto da democracia representativa, debruçando-se, inicialmente, sobre a antiguidade clássica para dela saltar diretamente para o palco da Revolução Francesa (Canfora, 2004). Relembrando-nos que o sufrágio universal e a representação parlamentar foram, durante a primeira metade do século XIX, uma reivindicação da esquerda radical da época, Canfora procurou nesse esforço filológico e genealógico demarcar o conceito de “democracia” do lugar que ela veio a ocupar no quadro do pensamento liberal, relembrando que durante o período épico da modernidade – grosso modo, o que vai da tomada da Bastilha até à revolução de 1848 – aquilo a que se chamava o “partido democrático”, a vasta amálgama do que restava do jacobinismo com o que começava a ser o movimento comunista/socialista, era considerada um perigo pelos principais estadistas da época e uma ameaça aos fundamentos da ordem tradicional – a propriedade, a família e o Estado.

De um lado e de outro das barricadas parisienses de 1830, de 1832 ou de 1848, pensava-se – como acontecia, aliás, na Grã-Bretanha, no mesmo período, relativamente ao movimento cartista – que o sufrágio universal, ao fazer valer o peso numérico das camadas mais pobres da população, e, desde logo, o aguerrido proletariado que a revolução industrial concentrara nos grandes centros urbanos, constituiria uma ameaça permanente para as classes abastadas que detinham o governo das respetivas nações. Isso mesmo afirmava o respeitável burguês Saint-Marc Girardin, em 1831, no *Journal des debates*:

“Todo fabricante vive na sua fábrica como os plantadores coloniais no meio de seus escravos, um contra uma centena, e a subversão de Lyon é uma espécie de insurreição de São Domingos. [...] Os bárbaros que ameaçam a sociedade não estão nem no Cáucaso nem nas estepes tártaras; estão nos subúrbios das nossas cidades industriais. [...] A classe média deve reconhecer claramente a natureza da situação e conhecer o chão que pisa” (citado em Hobsbawm, 1985: 270).

Assinalando o facto de a Constituição jacobina do Ano III (1793) ter sido a primeira a prever o sufrágio universal masculino e de a revolução de fevereiro de 1848

ter sido a primeira a permitir a sua concretização, Canfora convida-nos a interpretar o processo histórico de consolidação das modernas formas da política como o resultado de ásperas lutas sociais e ferozes conflitos armados, um edifício erguido sobre um numeroso amontoado de cadáveres (Canfora, 2004: 93-129).

Apenas dois meses após a eleição da Assembleia Constituinte da II República, relembre-se, já o proletariado parisiense se revoltava contra o hemiciclo a quem cabia representar a nação francesa, naquela que Tocqueville viria a considerar “a maior insurreição da nossa história e, porventura, de todas as outras” (Canfora, 2004: 110). A insurreição parisiense de junho de 1848 foi despoletada pela expulsão de todos os operários solteiros das Oficinas Nacionais, estabelecimentos públicos inicialmente criados pelos elementos socialistas do governo provisório para enfrentar o problema do desemprego entre a classe operária. Precedida embora por movimentos insurrecionais operários em Viena (1819) e Lyon (1831 e 1834), a insurreição de junho ultrapassou-os em termos de escala e de impacto, desde logo por ser travada contra instituições republicanas e não contra um regime absolutista.

Se aqui evocamos o momento em que a “mercadoria força de trabalho” aparece enquanto “classe operária” na primeira cena dos acontecimentos políticos, é precisamente porque ele coincide com a afirmação de um ponto de vista novo sobre a história. Comentando o período situado entre 1848-1851, equivalente à curta vida da II República francesa, Marx introduziu na análise da evolução política a centralidade das classes sociais, assinalando a relação permanente entre os seus interesses e as posições dos agrupamentos políticos, como pano de fundo tanto dos grandes afrontamentos históricos, como dos pequenos debates parlamentares (Marx, 1982). A sua afirmação original, de que a revolução e a proclamação da república com base no sufrágio universal iniciavam um novo ciclo histórico, atribuía à representação parlamentar uma natureza eminentemente cénica, na qual “todas as classes foram de repente arremessadas para o círculo do poder político, obrigadas a abandonar os camarotes, a plateia e a galeria e a vir representar, em pessoa, no palco revolucionário” (Marx, 1982: 44). A novidade era, neste caso, o surgimento de uma classe com objetivos específicos e parciais, contrários à ideia de universalidade e de interesse geral que caracterizava a tradição jacobina francesa, como Marx escreveu na *Nova Gazeta Renana* (a revista alemã que dirigia a partir de Paris), apenas uma semana após a insurreição:

“Nenhuma das numerosas revoluções da burguesia francesa desde 1789 fora um atentado contra a *ordem*, pois todas deixavam de pé a dominação de classe, a escravidão dos operários, a ordem *burguesa*, muito embora a forma política dessa escravidão mudasse. Junho tocou nessa ordem. Maldito seja Junho!” (Marx, 1982: 62).

Embora o movimento operário estivesse já organizado em França, e tivesse inclusivamente assumido formas insurreccionais anteriores, é notório que Marx encarou o tempo da II República como o da sua aprendizagem política coletiva e momento decisivo de emancipação estratégica e organizativa relativamente à tradição jacobina. Doravante, a centralidade dos trabalhadores no processo produtivo deveria corresponder à sua organização em classe, tendo em vista a tomada do poder político e a abolição do sistema capitalista. O problema da identidade coletiva (extremamente vincada entre os operários parisienses que participaram na insurreição de junho⁷) passava a cruzar-se com o da consciência de classe, abrindo a porta àquilo a que o filósofo húngaro Lukács viria a denominar “o ponto de vista do proletariado”, ou seja, o conjunto de ideias e formulações que resultavam de uma *praxis* coletiva e que permitiam à classe trabalhadora compreender o seu lugar no seio do modo de produção capitalista, formular um horizonte político próprio e construir uma cultura de resistência e insubordinação relativamente ao conjunto da sociedade burguesa (Lukacs, 1960: 187-256).

4. A subjetividade do trabalho vivo (II): “A tradição dos oprimidos”

O impacto deste choque sobre a estrutura da sociedade capitalista é evidenciado num estudo que Walter Benjamin dedicou a Paris no século XIX, onde é sublinhado o processo de reorganização do tecido urbano da cidade conduzido pelo Barão Haussman durante o II Império, em função de preocupações relacionadas com a manutenção da ordem pública:

“O verdadeiro objectivo dos trabalhos de Haussman era a prevenção face à eventualidade de uma guerra civil. Desejava tornar para sempre impossível a construção de barricadas nas ruas de Paris. Em função do mesmo objectivo, Luís Filipe havia já introduzido os pavimentos de madeira. Apesar disso, as barricadas haviam desempenhado um papel decisivo durante a Revolução de Fevereiro de

⁷ Cf. Löwy (2002).

1848. Engels havia-se ocupado dos problemas táticos dos combates de barricadas. Haussmann procurou preveni-los de duas maneiras. A largura das ruas tornaria a sua construção impossível e as novas vias conduziriam em linha recta desde as casernas aos bairros operários. Os contemporâneos baptizaram a sua obra de ‘embelezamento estratégico’ ” (Benjamin, 2003: 18).

A reorganização de uma cidade que havia já sido palco de inúmeras sublevações confronta-nos com dois tipos de problemas. Por um lado, a organização do proletariado enquanto classe constrangia as classes dominantes, vitoriosas em 1848 e cujo domínio se vira plenamente consolidado com o golpe bonapartista de 1851, a alterar as formas de uma cidade que servia de referência cultural e política a todo o continente europeu, tornando-a plenamente funcional à afirmação do monopólio da violência por parte do Estado. Por outro, era também o desenvolvimento da produtividade do trabalho e, em geral, a consolidação e o alargamento do domínio do capital sobre diversas esferas da vida social, sob o braço protector do II Império, que permitia o lançamento de uma política de obras públicas tão ambiciosa⁸. A repressão sobre as organizações operárias, após a execução ou deportação dos mais ativos insurrectos de 1848, era o pano de fundo desta recomposição, inserida numa dinâmica de desenvolvimento industrial construída à custa dos salários operários.

Naturalmente que a classe propriamente dita não podia ser removida da produção e, como tal, estava destinada a ressurgir no palco histórico de onde havia sido provisoriamente removida. Como Benjamin afirma, no mesmo estudo, “a barricada foi ressuscitada pela Comuna, mais forte e melhor concebida do que alguma vez se erguera” (Benjamin, 2003: 19). Um historiador da Comuna ofereceu uma descrição sugestiva destas fortalezas improvisadas, cuja altura se viu reduzida de maneira a permitir uma resistência superior contra a artilharia, avançando ainda alguns elementos preciosos para a compreensão da sua insuficiência:

“Já não se trata dos redutos tradicionais, da altura de dois andares. As barricadas improvisadas nas jornadas de Maio são feitas de pedras da calçada, à altura de um homem. Por trás, têm por vezes um canhão ou uma metralhadora. No meio, entalada entre duas pedras, a bandeira vermelha, cor da vingança. Bastam vinte pessoas, por trás destes redutos rudimentares, para deter regimentos inteiros. [...]

⁸ Veja-se, a propósito do desenvolvimento do capital financeiro em França durante o II Império e o seu impacto sobre as reflexões de Marx na elaboração dos *Grundrisse* (Bologna *et al.*, 1974: 16-25).

Mas os federados, sem direcção, sem conhecimento da guerra, limitaram-se a defender os seus bairros, e alguns apenas a sua rua. Em vez de duzentas barricadas estratégicas, solidárias, fáceis de defender por sete ou oito mil homens, formaram-se centenas, impossíveis de guarnecer” (Lissagaray, 1995: 241).

A reorganização urbana encetada por Haussman tinha, em todo o caso, outro tipo de efeitos, que apontavam para a consolidação da ordem capitalista a um nível mais banal e, talvez por isso mesmo, mais efetivo: o da vida quotidiana. Para além de anteciparem profeticamente novas insurreições e de materializarem espacialmente a divisão da cidade em territórios de classe, com a criação de zonas operárias afastadas dos quarteirões do centro, onde imperava o comércio e o consumo, as escolhas arquitetónicas de Haussman desenhavam já a colonização dos tempos livres pelas atividades mercantis e os processos de subjetivação capitalista característicos da modernidade:

“A maior e mais profética obra de arte do século dezanove foi a reconstrução de Paris pelo barão Haussmann. Durante as décadas de cinquenta e sessenta, retalhou a cidade e fez tudo de novo. Reordenou labirínticas ruas, fez romper largas avenidas, como se fossem rios, por toda a cidade, acabou com os bairros de ofícios, separou as residências dos locais de trabalho e os locais de trabalho dos espaços de lazer, afastou os aglomerados urbanos dos lugares de consumo e as classes umas das outras. Dizer que as avenidas desenhadas por Haussmann foram feitas para facilitar a circulação de tropas e para impedir a repetição das barricadas de 1848 não passa de um truísmo. É menos óbvio, mas possivelmente mais certo, que Haussmann tenha pensado em alterar um conjunto de bairros com vida própria, de modo a transformá-los numa rede para a circulação de mercadorias, um sistema de trânsito que pudesse servir o novo desejo do capital em se movimentar e se mostrar. [...] Paris era uma nova cidade; e os parisienses eram também outros. A separação entre trabalho, família e lazer, forçada pela nova topografia da cidade, foi assimilada pelos indivíduos autónomos da nova Paris fragmentada – porque, ao fim e ao cabo, toda a noção de ‘individualismo’ encerrava um modernismo, uma função ligada às escolhas que se podiam fazer com dinheiro para gastar e tempo livre” (Marcus, 2000: 154-156).

A cidade convertia-se assim num espaço retalhado em dois tempos, uma vez que a sua arquitetura, que antecipava já hábitos sociais que se tornariam dominantes num futuro próximo, mantinha ainda as recordações do seu passado recente, sublinhadas por Lissagaray no momento da derrota final dos *communards*:

“Entrincheirados nas casas, os federados não cedem nem recuam. E, graças a este sacrifício, a Bastilha disputará durante mais seis horas os seus restos de barricadas e as suas casas desfeitas. Cada pedra tem a sua história, naquele estuário da Revolução. Encostados aos mesmos muros que os pais, os filhos dos combatentes de Junho de 1848 disputam as mesmas pedras da calçada” (Lissagaray, 1995: 275-276).

Outro texto de Benjamin, fragmentário e incompleto, permite-nos encarar a experiência proletária do século XIX a uma outra luz. Embora não o refira explicitamente, vários elementos presentes em *Sobre o conceito de história* ganham legibilidade quando confrontados com o estudo sobre Paris. Procurando combater o culto do progresso instalado no movimento operário, Benjamin recorreu à imagem de um quadro de Paul Klee para construir uma alegoria histórica que nos transporta de novo para as descrições de Lissagaray, relativamente à Paris derrotada pelas tropas de Versalhes. A imagem do progresso é ali equivalente à de uma catástrofe:

“[O anjo da história] Voltou o rosto para o passado. A cadeia de factos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já as não consegue fechar. Este vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até ao céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval” (Benjamin, 2010: 13-14).

Não será casual a referência, numa outra tese, a uma “tradição dos oprimidos”, que cada época teria como tarefa “arrancar da esfera do conformismo que se prepara para a dominar” (Benjamin, 2010: 11), através da identificação com a figura dos vencidos e da interpretação do presente à luz das múltiplas possibilidades encerradas pelo

passado. Seria necessário, segundo Benjamin, olhar para lá do aparente esplendor de maneira a identificar a barbárie que lhe era subjacente:

“Aqueles que, até hoje, sempre saíram vitoriosos integram o cortejo triunfal que leva os senhores de hoje a passar por cima daqueles que hoje mordem o pó. Os despojos, como é da praxe, são também levados no cortejo. Dá-se-lhes geralmente o nome de património cultural. Eles poderão contar, no materialista histórico, com um observador distanciado, pois o que ele pode abarcar desse património cultural provém, na sua globalidade, de uma tradição em que ele não pode pensar sem ficar horrorizado. Porque ela deve a sua existência não apenas ao esforço dos grandes génios que a criaram, mas também à escravidão anónima dos seus contemporâneos. Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie” (Benjamin, 2010: 12).

Passar a história a contrapelo equivaleria por isso a uma apropriação da memória, capaz de a tornar efetiva na luta dos herdeiros dos vencidos contra os herdeiros dos vencedores. Mais uma vez, é a imagem da Comuna de Paris que uma das suas teses convoca, quando equaciona a ameaça representada pelo avanço dos fascismos no continente europeu:

“Articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo «tal como ele foi». Significa apoderarmo-nos de uma recordação quando ela surge como um clarão num momento de perigo. Ao materialismo histórico interessa-lhe fixar uma imagem do passado tal como ela surge, inesperadamente, ao sujeito histórico no momento do perigo. [...] Só terá o dom de atizar no passado a centelha da esperança aquele historiador que tiver apreendido isto: nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E este inimigo nunca deixou de vencer” (Benjamin, 2010: 11).

Ao considerar que “o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe lutadora e oprimida” (Benjamin, 2010: 16), Benjamin aproxima-se, inscreve-se numa sensibilidade partilhada também por Lukács e Tronti, que acentua o aspeto subjetivo da experiência proletária como elemento constitutivo da formação de uma consciência de classe. Também Tronti partira do proletariado como o sujeito de uma forma particular de conhecimento, determinado pela sua posição antagónica face ao capital, relativamente ao qual seria necessário elaborar um novo tipo de ciência:

“Para quem tem medo, será difícil admiti-lo: mas uma nova grande estação de descobertas teóricas só é possível hoje do ponto de vista operário. A possibilidade, a capacidade de síntese, ficou inteiramente em mãos operárias. Por uma razão fácil de compreender. Porque hoje a síntese só pode ser unilateral, só pode ser, conscientemente, ciência de classe, de uma classe. Na base do capitalismo, o todo só pode ser compreendido pela parte. O conhecimento está ligado à luta. Conhece verdadeiramente quem verdadeiramente odeia” (Tronti, 1976: 10).

A figura aqui delineada – simultaneamente um sujeito atuante e um intérprete dessa ação – definir-se-ia, então, pela sua capacidade de ler o conjunto das relações sociais na sua dimensão histórica, de encarar o modo de produção capitalista como um objeto estranho e de identificar – no seio da sucessão de acontecimentos própria de uma conceção de tempo vazio e homogêneo – aqueles momentos de afrontamento que deram lugar ao presente. A sua emancipação relativamente à dominação capitalista dependeria tanto da sua capacidade de mobilização coletiva no contexto do conflito social, como da sua capacidade de elaborar uma narrativa autónoma da sua própria história.

Conclusão

Uma vez que o processo de afirmação da mais-valia relativa – enquanto forma historicamente consolidada de exploração da força de trabalho e de subsunção da classe trabalhadora no interior do capital – coincidiu historicamente com o desenvolvimento de formas de representação e participação política capazes de integrar os partidos operários e as organizações sindicais no interior do Estado moderno, tanto a perspetiva crítica aqui abordada, como a sensibilidade que lhe deu forma, ocupam um lugar marginal e, por vezes, impercetível na história do movimento operário. Elas emergem e ganham uma nova centralidade, porém, quando os momentos de radicalização do conflito levam a classe a transbordar os canais institucionais, as mediações estabelecidas entre o seu interesse parcial e o funcionamento global do modo de produção capitalista. Isso explicará, porventura, por que razão as posições políticas que podemos designar, por facilidade de expressão, como o “outro movimento operário”, se viram soterradas juntamente com os vários movimentos insurrecionais que atravessaram o continente europeu no período entre as duas guerras mundiais, para virem novamente ao de cima,

em toda a sua força, no contexto das lutas sociais das décadas de Sessenta e Setenta⁹. Fora do campo de ação constituído pela contraposição entre a subjetividade do trabalho vivo e a objetividade das relações de produção capitalistas, semelhantes posições políticas assumem um interesse sobretudo filológico. Se cruzarmos os ciclos da conflituosidade social com os ciclos do pensamento crítico, porém, torna-se possível estabelecer o parentesco aqui sugerido e identificar, numa multiplicidade de abordagens teóricas desenvolvidas em momentos distintos, um fio vermelho que a todas une, ligando os movimentos de luta da classe trabalhadora aos desenvolvimentos que, ao nível da crítica da economia política, os procuram interpretar.

E é, precisamente, a esse nexos que podemos regressar, quando confrontados com a necessidade de cartografar os conflitos sociais do presente, retomando a hipótese trontiana de uma história operária do capital. A centralidade do simbólico e do imaterial que caracteriza o nosso tempo pode, então, ser encarada como o ponto mais alto do desenvolvimento capitalista, o momento em que o trabalho abstrato – ou seja, a lei do valor no comando do processo produtivo – se tornou a forma hegemónica do trabalho vivo, num tempo longo assinalado por sucessivas recomposições tecnológicas que ampliaram a potência do capital, promovendo a “flexibilidade” e a “mobilidade” da classe trabalhadora, esvaziando de qualquer qualidade concreta a atividade produtiva e tornando-a, cada vez mais, uma função subordinada do capital, apropriando-se de novos domínios da vida social, aumentando as capacidades produtivas do trabalho e acentuando a sua exploração, dissolvendo antigas identidades territorializadas em formas híbridas e multiplicando as formas atípicas de trabalho. A necessidade de recompor a força de trabalho numa figura produtiva capaz de valorizar uma massa de capital altamente valorizada constrangeu a iniciativa capitalista a mundializar a produção e a investir sobre domínios anteriormente pertencentes ao campo da reprodução da força de trabalho, como o campo dos lazeres, da cultura, do entretenimento ou da saúde, subordinando-os ao domínio da lei do valor¹⁰. É neste processo que a subsunção do trabalho dentro do capital assume a mais ambiciosa das investidas, no sentido de tornar indistintas as relações sociais de produção e as relações sociais *tout court*.

⁹ A expressão “outro movimento operário”, da qual faço um uso livre neste ensaio, foi avançada para descrever a história da conflituosidade social na Alemanha, desde a unificação nacional até ao período do pós-guerra (Roth, 1977).

¹⁰ Veja-se, a este respeito, Foucault (2010).

O reverso deste processo, que converte o conjunto do espaço metropolitano numa fábrica social, é o de construir as condições materiais para novas formas de organização do trabalho vivo. O novo sujeito produtivo, composto pelo conjunto da cooperação social necessária à valorização capitalista, é também um sujeito de desejos cada vez mais incompatíveis com o processo de valorização, capaz de articular capacidades inventivas e criativas no seu processo de organização e de agregação que ultrapassam largamente a iniciativa capitalista de reestruturação. Tal como os *boulevards* de Haussman forçaram a reinvenção das barricadas no sentido de as tornar efetivas face à artilharia móvel, sem contudo as conseguir erradicar, é possível que velhas formas de luta proletária se vejam ressuscitadas em novos moldes, adaptadas às novas condições do terreno. A dimensão cultural e intelectual da experiência proletária converteu-se num elemento decisivo do conflito social, no campo em que se joga a própria ontologia do trabalho vivo.

O que aqui se procura sugerir, à luz das considerações prévias, é que os trabalhadores assalariados, enquanto classe dotada de um ponto de vista parcial e específico relativamente ao modo de produção capitalista, se revelam capazes de imaginar novas modalidades de organização social e dar-lhes forma através da sua ação coletiva. E que, pelo contrário, enquanto indivíduos submersos nas formas de consciência reificada que são próprias da sua condição subalterna, fragmentados e dispersos pelos diferentes momentos do ciclo da reprodução alargada do capital, se vêm incapazes de ultrapassar a sua existência enquanto mercadoria força de trabalho e parte variável do capital. O primeiro caso integra a história operária do capital, ao passo que o segundo não terá dificuldades em figurar numa história capitalista do movimento operário. Não será porventura casual o facto de aquele poder vir a merecer um capítulo inteiro ao passo que este último dificilmente passará de uma nota de rodapé. No que respeita a histórias contadas de um e de outro ponto de vista, é razoável afirmar que a tradição dos oprimidos se encontra ainda nos primeiros volumes e que este vendaval a que chamamos progresso não deixará tão cedo de acumular ruínas sobre ruínas.

Referências bibliográficas

BALLESTRINI, Nanni; MORONI, Primo (2003), *L'Orda d'oro 1968-1977*, Milano, Feltrinelli.
BENJAMIN, Walter (2003), *Paris, capital du XIX siècle*, Paris, Allia.

- (2010), *O anjo da história*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- BOLOGNA, Sérgio *et al.* (1974) (Org.), *Crisi e organizzazione operaia*, Milano, Feltrinelli.
- BRAUDEL, Fernand (1992), *Civilização material, economia e capitalismo (Séculos XV-XVIII)*, II Volumes, Lisboa, Teorema.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1983), *Proletariado – o nome e a coisa*, Porto, Afrontamento.
- CANFORA, Luciano (2004), *A democracia – história de uma ideologia*, Lisboa, Edições 70.
- CHEVALIER, Louis (1978), *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié do XIXème siècle*, Paris, LGF.
- FOUCAULT, Michel (2010), *O nascimento da biopolítica*, Lisboa, Edições 70.
- HOBBSBAWM, Eric (1985), *A era das revoluções 1789-1848*, Lisboa, Presença.
- JAPPE, Anselm (2006), *As aventuras da mercadoria – Para uma nova crítica do valor*, Lisboa, Antígona.
- LISSAGARAY, Prosper-Olivier (1995), *História da Comuna de 1871*, Lisboa, Edições Dinossauro.
- LÖWY, Michel (2002), *A teoria da revolução no jovem Marx*, Petrópolis, Vozes.
- LUKACS, Georg (1960), *Histoire et conscience de classe*, Paris, Les Editions de Minuit.
- MARCUS, Greil (2000), *Marcas de Baton – uma história secreta do século XX*, Lisboa, Frenesi.
- MARX, Karl (1982), *As lutas de classes em França*, Lisboa, Edições Avante!.
- ROTH, Karl Heinz (1977), *L'altro movimento operaio : storia della repressione capitalistica in Germania dal 1880 a oggi*, Milano, Feltrinelli.
- THOMPSON, E. P. (2004), *A formação da classe operária inglesa*, Vol. II, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- (2008), *A economia moral da multidão na Inglaterra do Século XVII*, Lisboa, Antígona.
- TRONTI, Mário (1976), *Operários e capital*, Porto, Afrontamento.
- WALLERSTEIN, Immanuel, (1990), *O sistema mundial moderno – O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia (1600-1750)*, 2º Volume, Porto, Afrontamento.

Artigo recebido a 2 de setembro de 2013. Publicação aprovada a 5 de março de 2014.

Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. **Portugal no novo ciclo internacional de protesto**

José Soeiro¹

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Resumo

Desde os finais de 2010, assistimos a uma nova vaga internacional de mobilizações que revela uma crise de legitimidade dos agentes políticos, um descontentamento generalizado com as respostas face à crise económica e uma contestação dos processos de precarização laboral. Em Portugal, esse ciclo de ação coletiva teve o seu acontecimento fundacional na manifestação da *Geração à Rasca* e a sua expressão mais recente nos protestos convocados pelo grupo *Que se Lixe a Troika*, a partir de 2011. Neste artigo, procuramos explicitar o pano de fundo destas mobilizações, identificar as suas principais características e avançar com uma série de hipóteses de interpretação do seu significado sociológico.

Palavras-chave: ciclo de ação coletiva; austeridade; movimentos sociais.

Abstract

From Geração à Rasca to Que se Lixe a Troika: Portugal in the new international cycle of protest

Since the end of 2010 we have witnessed a new wave of international protest that reveal a crisis of legitimacy of political agents, the widespread dissatisfaction with the responses to economic crisis and a challenge to the processes of labour precarisation. In Portugal, this cycle of collective action had its foundational event in the “*Geração à Rasca*” demonstration and its most recent expression in the protests called by the “*Que se Lixe a Troika*”. In this article, we try to explain the background of these mobilizations, to identify their main features and present a number of hypotheses to interpret its sociological meaning.

Keywords: cycle of collective action; austerity; social movements.

¹ Sociólogo. Doutorando na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) / Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) (Coimbra, Portugal). Endereço de correspondência: Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal. *E-mail*: josemourasoeiro@gmail.com

Résumé

De la Génération à Rasca au Que se Lixe a Troika: Portugal dans le nouveau cycle international de protestation

Depuis la fin de l'année 2010 on assiste à une nouvelle vague internationale de protestations qui révèle une crise de légitimité des agents politiques, l'insatisfaction généralisée par rapport aux réponses face à la crise économique et une opposition au processus de précarisation du travail. Au Portugal, ce cycle d'action collective a eu son événement fondateur dans la manifestation de la "*Geração à Rasca*" et son expression la plus récente dans les mobilisations convoquées par le groupe "*Que se Lixe a Troika*". Dans cet article, nous essayons d'expliquer l'arrière-plan de ces mobilisations, d'identifier leurs principales caractéristiques et de proposer un certain nombre d'hypothèses pour l'interprétation de sa signification sociologique.

Mots-clés: cycle d'action collective; austérité; mouvements sociaux.

Resumen

De Geração à Rasca a Que Se Lixe a Troika. Portugal en el nuevo ciclo de protestas internacionales

Desde finales del año 2010 asistimos a una nueva ola internacional de protestas que revela una crisis de legitimidad de los agentes políticos, la insatisfacción generalizada con las respuestas frente a la crisis económica y una contestación a los procesos de precarización del trabajo. En Portugal, este ciclo de acción colectiva tuvo su acto fundacional en la manifestación de la "*Geração à Rasca*" y su expresión más reciente en las protestas convocadas por el grupo "*Que se Lixe a Troika*". En este artículo se intenta de explicitar el trasfondo de estas movilizaciones, de identificar sus principales características y se presenta una serie de hipótesis de interpretación de su significado sociológico.

Palabras clave: ciclo de acción colectiva; austeridad; movimientos sociales.

Introdução

As mobilizações sociais que têm eclodido desde 2011, de que são exemplo a *Geração à Rasca* ou o protesto *Que se Lixe a Troika*, evidenciaram que a cidadania potencialmente ativa vai muito para além das formas mais clássicas de organização de interesses nas sociedades contemporâneas – partidos, sindicatos, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais. Estes acontecimentos contestatários parecem assumir um caráter fundacional, criando uma cultura e uma marca identitária próprias. Em função da comunicação em rede e da difusão na Internet, eles produziram um certo sentido de “comunidade imaginada global”, através do qual as experiências de diferentes países se contaminam e inspiram. Sendo certo que se tratam de fenómenos com motivações, características e modalidades de ação diversificadas, podemos encontrar elementos comuns: um discurso centrado na denúncia do sistema económico e na captura das instituições e agentes políticos pelo poder financeiro; a exigência de

“mais” ou de uma “verdadeira” democracia; a juventude precarizada como catalisador de lutas sociais mais amplas; uma certa recusa da delegação e um ceticismo mais ou menos ressentido com a ação institucional; a produção de novas referências plásticas e estéticas; a ocupação transgressiva do espaço público; a valorização da diversidade de expressão nos protestos de rua; o uso intensivo das redes sociais; a importância da cultura audiovisual e das novas tecnologias de informação e comunicação; a busca de formas tendencialmente horizontais de organização (Hughes, 2011; Pinto, 2011; Taibo, 2011; Writers for the 99%, 2011; Pickerill e Krinsky, 2012)

Apesar de frequentemente celebrados como sendo uma absoluta novidade, por contraste com outras formas de protesto e de organização, um estudo mais cuidado destes fenómenos revela uma disposição para a articulação entre diferentes atores sociais e uma trajetória de polienvolvimento entre os protagonistas destes movimentos, que circulam entre velhas e novas militâncias e acumulam experiências em novas e velhas formas de organização. Neste ensaio, procuraremos discutir estes fenómenos de mobilização que têm tido lugar em Portugal, enquadrando-os no contexto da crise capitalista e de instalação das políticas de austeridade, bem como no ciclo internacional de protesto que se tem desenvolvido desde o final de 2010 e cujas diferentes expressões têm simultaneamente pontos de contacto e elementos de diferenciação.

1. Um novo ciclo internacional de protesto

Desde final de 2010 e início de 2011, temos vindo a assistir a um novo ciclo internacional de mobilizações. Com diferenças significativas nos contextos em que ocorrem, nas agendas e nas formas de ação, vários dos protestos que têm eclodido em diversos países partilham um conjunto de características e estão interligados entre si. Eles revelam, de modo diferenciado, uma crise de legitimidade dos agentes políticos, um descontentamento generalizado com as respostas face à crise económica e uma preocupação relativamente aos processos de precarização laboral que são hoje uma tendência forte à escala global, com uma expressão muito relevante entre a juventude da Europa do Sul e dos países árabes.

De formas diversas, a combinação de uma degradação das condições materiais de uma parte significativa da população, aliada à crise de legitimidade das instituições políticas responsáveis pela gestão da vida coletiva, é o pano de fundo desta vaga de mobilizações que teve a sua origem nos países árabes e o seu começo simbolicamente

associado à imolação de um jovem tunisino em dezembro de 2010², mas que percorreu desde então diferentes países em várias partes do globo. A experiência da Tunísia e, de modo diferente, a experiência da Islândia e da sua *wikiconstituição*³, foram inspiradoras e tornaram-se referenciais para as mobilizações que se seguiram, porventura também porque, ao conseguirem uma mudança institucional concreta, mostraram que era possível vencer.

Num livro recente sobre os “movimentos sociais na era da Internet”, o sociólogo Manuel Castells tenta identificar os fatores da emergência da revolta na Tunísia, sugerindo três elementos essenciais: (1) a existência de um contingente de jovens qualificados e desempregados, capazes de liderarem a revolta dispensando as tradicionais estruturas de poder e representação; (2) a existência de uma cultura de ciberativismo muito forte, que permitiu criar um espaço público crítico do regime ditatorial e com autonomia relativamente à repressão do Estado; (3) uma taxa de difusão do acesso à Internet significativa, seja em postos domésticos, seja em cibercafés ou espaços educativos o que, combinado com a existência de setores juvenis com altas qualificações e sem emprego, fez da juventude um ator central da revolução (Castells 2012: 28-29).

No caso tunisino, a primeira das revoluções da Primavera Árabe, não é difícil aceitar a ideia segundo a qual a existência de uma “cultura de Internet” feita de *blogs*, redes sociais e ciberativismo, foi crucial na capacidade de derrubar uma ditadura que parecia imutável. Não porque esse processo de mobilização se tenha desenvolvido apenas no espaço virtual das redes, mas precisamente porque, ainda seguindo o argumento de Castells, “a ligação entre comunicação livre no *Facebook*, no *YouTube* e no *twitter* e a ocupação do espaço urbano criaram um espaço público híbrido de liberdade que foi uma característica fundamental da rebelião tunisina, prenunciando os

² A 17 de dezembro, um jovem vendedor tunisino imolou-se pelo fogo frente a um edifício governamental. Poucas horas depois desse acontecimento, centenas de jovens que sofriam o mesmo tipo de humilhações concentravam-se em protesto frente ao mesmo edifício. O primo de Mohamed Bouazizi fez um vídeo desses protestos que se tornou viral e, nos dias que se seguiram, várias manifestações tiveram lugar de forma espontânea um pouco por todo o país. A partir de um acontecimento catalisador, desenvolveu-se um processo de mobilização revolucionária.

³ A Islândia assistiu, desde janeiro de 2009, a um processo inédito de mobilização popular contra o resgate das dívidas da banca privada e as decisões das instituições políticas. O protesto cidadão conduziria à nomeação, pelo Parlamento, de um grupo de 25 cidadãos independentes para fazerem o projeto de uma nova constituição. Esta comissão lançou um processo participativo, através das redes sociais e da Internet que recolheu mais de 16 mil sugestões. Ao fim de 4 meses, aquele grupo apresentou um projeto de Constituição, que ficou conhecido como uma “wikiconstituição”, dado que foi feito recorrendo às plataformas interativas e colaborativas permitidas pelo ciberespaço.

movimentos que teriam lugar noutros países” (Castells 2012: 23). Os telemóveis e as redes sociais desempenharam um papel vital na difusão de imagens e de mensagens que foram importantes para a mobilização. Mas a rebelião explodiu através da passagem do ciberespaço para o espaço físico, fazendo com que aquelas ferramentas fossem um meio de expressão e comunicação da revolta contra o desemprego, a carestia, a desigualdade, a pobreza, a brutalidade policial, o autoritarismo, a censura e a corrupção. No mundo árabe, uma nova era de turbulência e sublevação revolucionária teve lugar e a aspiração democrática levou milhares de pessoas a tomar o destino nas suas mãos (Khosrokhavar, 2012).

A celebrada “Primavera Árabe” marcaria assim o início de um conjunto de mobilizações que começaram na Tunísia, e um pouco antes na Islândia, mas que depois tiveram expressão no Egito e na sua revolução, em Portugal com a *Geração à Rasca* e o que se seguiu, em Espanha com as *Acampadas* e os *Indignados*, na Grécia com o movimento das Praças, nos Estados Unidos com o movimento *Occupy*, entre outros. Estas mobilizações não parecem ser apenas uma sequência de acontecimentos, mas um conjunto de protestos em interligação e comunicação, onde os efeitos de contágio e de inspiração se revelam evidentes. Quando propôs a noção de *ciclo de mobilização* (*cycle of protest* ou *cycle of collective action*), Sidney Tarrow (1995) identificou cinco elementos que dariam corpo ao conceito: uma intensificação do conflito; a sua difusão geográfica; o desencadeamento de ações inorgânicas mas também de novas organizações; a emergência de novos símbolos, interpretações do mundo e ideologias; o alargamento, em cada ciclo de protesto, do repertório de ação disponível. Ora, parece ser razoável o entendimento de que vivenciamos um processo deste tipo. Em qualquer um dos casos – da Tunísia ao Egito, da Grécia aos Estados Unidos da América, passando por Portugal ou Espanha –, a ação coletiva intensificou-se, difundiu-se, apareceram novas modalidades de ação e novas organizações, com referências comuns a um nível global e dinâmicas de solidariedade que ocorrem à escala do Estado-Nação, mas se mantêm conectadas à escala internacional em tempo real pelo espaço da Internet. Desse ponto de vista, parece existir uma espécie de *efeito de ciclo* que agiu pelo contágio e onde as diferentes escalas geográficas – local, nacional, regional e global – se articularam. Na Tunísia, na praça do Governo para onde confluíram os manifestantes nos primeiros dias de 2011, havia palavras de ordem em árabe, inglês e francês, revelando uma certa disposição internacionalista do protesto, que parece não estar desligada da consciência da importância do apoio da comunidade internacional. Por sua

vez, nas primeiras ocupações da praça Tahrir, na capital do Egito, gritava-se “Tunísia é a solução”. Nos Estados Unidos da América, a primeira convocatória *online* que daria origem ao movimento *Occupy*, que data de julho de 2011, incitava à ocupação de uma praça na baixa nova-iorquina, coração do capitalismo financeiro, perguntando “*Are you ready for a Tahrir moment?*”. Nas mobilizações europeias, a silenciada “revolução islandesa” servia como exemplo de resistência cidadã ao ataque do setor financeiro sobre os estados: “Menos Irlanda, mais Islândia”, podia ler-se em cartazes durante as mobilizações em Portugal. Em meados de fevereiro de 2012, em mais de uma dezena de países houve concentrações cuja palavra-de-ordem era “Somos todos gregos”.

2013 assistiu à continuação destes processos. No Egito, no verão deste ano, uma nova vaga de manifestações pôs em causa o regime autoritário apoiado pelas potências ocidentais, que foi a solução política que sucedeu aos protestos anteriores. Na Europa, as mobilizações continuam ao ritmo de novos pacotes de austeridade. Mas este ano viu também emergir mobilizações inéditas em países cujas condições económicas e políticas são bastante diferentes das que existiam quer nas ditaduras árabes quer nos estados europeus mergulhados na austeridade.

Em maio, na Turquia – país recorrentemente louvado, na Europa, pela sua “prosperidade económica” e pelo seu “islamismo moderado” –, o abate de centenas de árvores e a destruição de um jardim para construir um centro comercial no centro de Istambul motivou um ato de resistência que foi a faúlha que incendiou a revolta. Erguendo-se contra a comercialização do espaço público, ela rapidamente se transformou num amplo movimento contra o autoritarismo político e religioso, de oposição ao primeiro-ministro Erdogan e pela defesa da liberdade de expressão.

No verão de 2013, no Brasil, mobilizações de centenas de milhares de pessoas ocuparam as ruas das principais cidades. Iniciado pelo *Movimento Passe Livre*, que contestava o aumento do preço dos transportes públicos e reivindicava o direito à mobilidade no espaço urbano, o movimento foi o espaço de expressão de outras agendas relacionadas com a questão urbana – como a segregação espacial, a política dos mega-eventos (no caso, em particular, os Jogos Olímpicos), as lógicas de gentrificação – ou com a crítica da representação política. Tendo lugar num país em pleno crescimento económico, onde se assiste à expansão da classe média e onde, na última década, se ampliaram alguns direitos sociais, os protestos parecem ter acontecido de surpresa, pelo menos para os mais desatentos. Para Ruy Braga (2013), tratam-se de revoltas de quem está empregado, mas não vê associadas a esse trabalho perspectivas para o futuro, em

resultado dos baixos salários, das precárias condições de vida nas periferias da cidade, da perseguição policial às famílias trabalhadoras, o que faz com que, como afirmou na apresentação do livro⁴, uma “vitória individual” da conquista de um emprego formal se transforme num “alarmante estado de frustração social”. Com uma forte presença dos jovens, as denominadas “jornadas de junho” brasileiras têm em comum com os outros acontecimentos a que nos vimos referindo não só esse protagonismo mas também a centralidade da ação direta e da ocupação do espaço público (Harvey *et al.*, 2013), bem como terem-se feito à margem das estruturas tradicionais. Mas os significados destes protestos, que abalaram o aparente clima de prosperidade e paz social naquele país, estão obviamente ainda em disputa, não apenas no campo sociológico mas no próprio campo dos agentes que os protagonizaram⁵.

Em qualquer um destes exemplos, a ação coletiva não nasceu espontaneamente do agudizar das dificuldades e do agravamento das condições de vida, mas precisou de aproveitar momentos e oportunidades políticas, implicou uma mobilização emocional capaz de transformar o desespero em raiva e a revolta em entusiasmo e espaços de comunhão e de reconhecimento coletivo. O “espaço público híbrido” (Castells, 2012) constituído neste ciclo de protesto, formado da articulação entre a ação nas redes sociais *online* e a ocupação do espaço público físico das cidades, deu origem a novas escalas de ação, a novas formas de mobilização e organização, marcadas pela cultura da rede, pela comunicação horizontal, por mecanismos colaborativos de trabalho, pela tentativa de evitar lideranças, pela mistura e combinação de referências internacionais. Para Slavoj Žizek, estes diferentes movimentos têm a uni-los uma oposição a diferentes aspetos e configurações do capitalismo global, que expande o reino do mercado através da mercantilização do espaço público e dos serviços sociais (saúde, educação...) e que se apoia em formas de poder político autoritário. Na sua opinião, todos estes protestos lidam com pelo menos duas questões: “uma económica, de maior ou menor radicalidade (de temáticas que variam de corrupção e ineficiência até outras francamente

⁴ Cf. http://www.boitempoeditorial.com.br/livro_completo.php?isbn=978-85-7559-341-7

⁵ De acordo com Raquel Rolnik (2013: 19), estes protestos não tiveram nem uma causa nem uma voz unificada, sendo antes um “concerto dissonante, múltiplo, com elementos progressistas e de liberdade mas também de conservadorismo e de brutalidade”. Reivindicações associadas ao direito à cidade, ao combate às desigualdades no território, às dinâmicas de exploração no trabalho ou à defesa do investimento público na educação e na saúde juntaram-se a outras mais relacionadas com a ausência de canais de representação ou com a identificação, de forma frequentemente conservadora, dos “políticos” como sendo a origem do mal, numa narrativa construída, geralmente, a partir dos escândalos de corrupção. O episódio da agressão de militantes de partidos políticos por outros manifestantes ficaria marcada como uma das expressões das grandes contradições que atravessaram as mobilizações.

anticapitalistas), e outra político-ideológica (que inclui desde reivindicações pela democracia até exigências para a superação da democracia multipartidária usual)” (Zizek, 2013). Será que estes elementos comuns nos permitem falar de um novo tipo de ação coletiva?

2. Portugal: precarização, sociedade da austeridade e desafeição pelas instituições políticas

Em Portugal, este ciclo teve o seu momento fundacional com a manifestação do 12 de março de 2011. Organizada a partir de um apelo inicial no espaço dos fluxos da Internet, foi o primeiro protesto convocado fora de qualquer estrutura tradicional que encheu as ruas de várias cidades do país, tendo tido a adesão de cerca de meio milhão de pessoas. A identificação de uma condição comum associada à precariedade entre os jovens – a denominada *Geração à Rasca* – produziu um sentimento de união e de reconhecimento que ultrapassou o ciberespaço e se materializou na ocupação do espaço público urbano. Essa manifestação foi intergeracional na sua composição e muito diversa no tipo de reivindicações que ali se exprimiram, com as questões do trabalho e do emprego a terem predominância, mas onde o descontentamento face ao Governo, aos agentes políticos em geral e à corrupção tiveram também um peso relevante⁶.

No contexto internacional, o caso português tem especificidades relacionadas com a condição semiperiférica do país, com os ritmos próprios do seu processo político, da sua história e da sua estrutura institucional. Há todavia um conjunto de características que aproximam a manifestação do 12 de março de outros fenómenos que compõem este ciclo de ação coletiva, designadamente a informalidade, a procura de horizontalidade, a presença de lógicas de contaminação e fluxos transnacionais, o protagonismo da juventude qualificada e precária ou desempregada, a utilização intensiva das redes sociais, a criação desse “espaço público híbrido” que combina *online* e *offline*, bem como uma certa fluidez programática e um desejo de experimentação democrática.

Este ciclo de protesto iniciado em Portugal a 12 de março de 2011 tem tido uma sequência feita de altos e baixos, mas é possível e útil identificar algumas das datas mais marcantes. Por ordem cronológica, o 15 de outubro de 2011 (*Dia de Ação Global*),

⁶ No último ponto apresentamos os dados preliminares de uma investigação em curso que demonstra o peso relativo de cada um destes temas nas folhas e cartazes dos manifestantes do 12 de março.

a greve geral de 24 de novembro de 2011 (organizada conjuntamente pela CGTP e pela UGT), a *Primavera Global* de 12 de maio de 2012, o 15 de setembro de 2012 (*Que se Lixe a Troika*), o 13 de outubro de 2012 (manifestações culturais do *Que se Lixe a Troika*) e a greve geral com dimensão europeia de 14 de novembro de 2012 (que aconteceu em Portugal, Grécia, Espanha, Malta e Chipre). Trata-se de uma dinâmica marcada por diferentes lógicas e acontecimentos, cuja importância para cada mobilização é diversa e cuja temporalidade nem sempre é coincidente. Todavia, e numa tentativa de sistematização, poderíamos caracterizar o pano de fundo no qual irrompe esta onda de ação coletiva a partir de três grandes tendências: (1) a precarização do trabalho e a instalação em força do desemprego de massa, nomeadamente entre os mais jovens; (2) a crise económica e a estratégia austeritária; (3) a des-democratização da democracia e a desafeição relativamente à representação política e institucional.

Começemos pelo primeiro. Desde há mais de uma década, o desemprego estrutural e a precariedade vêm-se instalando como um regime permanente e como a tendência dominante de evolução do capitalismo (Castel, 2009). O processo de precarização é uma das tendências mais fortes da “grande transformação” (para retomar a expressão celebrizada por Karl Polanyi) que está em curso no regime do capitalismo, que afeta as suas formas de produção, de troca e o seu modo de regulação. Na última década, em Portugal, ele acentuou-se e ganhou novos contornos. O desemprego era, no início deste ciclo de protesto, superior a 14%. No quarto trimestre de 2012, atingia já 16,9%, ou seja, cerca de um milhão de pessoas, e entre os jovens (15 a 24 anos) era de 40% (INE, 2013). No nosso país, a percentagem de trabalho precário é próxima dos 30% do volume global de emprego. De acordo com fontes oficiais, em 2010 havia 37,6% de trabalhadores na faixa etária dos 15-34 anos com contratos a prazo e, se considerarmos o grupo etário de 15-24, esta percentagem passa para perto de 50% (Carmo, 2010; Estanque, Costa e Soeiro, 2013). O trabalho temporário foi o que mais cresceu neste período, com maior expressão nos trabalhos desqualificados no setor dos serviços e do comércio. De acordo com os dados do IEFP (2011), abrangia 280 mil trabalhadores em 2010, mas é provável que chegue hoje, na realidade, a quase meio milhão pessoas e a tendência é que este enquadramento se vá expandindo, dado que tem sido a única modalidade de emprego a aumentar em termos absolutos em contexto de crise. Entre os jovens, a pluriatividade e o trabalho informal ou clandestino são um fenómeno de larga escala (Guerreiro e Abrantes, 2007; Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2011), multiplicando-se os famosos “ganchos” e “biscates” (Pais, 2001).

Por outro lado, o peso da economia informal e subterrânea e a persistência de traços característicos dos regimes pré-fordistas de organização do trabalho não são em Portugal um mero resquício do passado, mas um fator estrutural e estruturante das relações económicas e sociais, justamente responsáveis por uma parte não negligenciável das situações de subemprego e de emprego desprotegido e sem fatores de satisfação e reconhecimento ao nível do seu conteúdo (Pinto, 2005). Esta desregulação *de facto* cria também verdadeiras zonas francas do direito laboral e é uma das “patologias da democracia laboral” em Portugal (Ferreira, 2009).

A massificação da precariedade tem consequências relevantes em termos de modo de vida, nomeadamente para a juventude, particularmente exposta ao fenómeno. Ela significa, entre outros processos, (1) uma maior vulnerabilidade a processos de exclusão persistentes, (2) o alongamento, a deslinearização e a complexificação das transições juvenis, (3) a generalização de estados de *stand-by* em termos de projetos de vida, (4) a dificuldade de emancipação e ausência de autonomia habitacional (com o prolongamento – e mesmo o regresso – a casa dos pais), (5) o desfazamento entre as expectativas de mobilidade social associadas a maiores níveis de qualificação e a estrutura objetiva de oportunidades do mercado de trabalho, (6) a sobre-exposição ao subemprego e à ausência de acesso a proteção social, (7) a emigração forçada, (8) o esgotamento emocional resultante da permanente imprevisibilidade do futuro (Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2011; Soeiro, 2012; Nico, 2012).

Para além da precarização, a segunda grande característica deste tempo é a crise financeira, rapidamente transubstanciada em crise das dívidas soberanas em resultado da recapitalização, pelo Estado, do setor financeiro, cujo efeito foi transferir para os cidadãos os custos dessa recuperação (Reis e Rodrigues, 2011). Estas orientações fazem parte de uma estratégia de austeridade, que corresponde a uma espécie de “política de requisição civil”, segundo a qual as soluções para a crise se encontram “através dos indivíduos e das suas privações subjetivas e objetivas” (Ferreira, 2011: 119). Assim, como defende Casimiro Ferreira (2011) a “sociedade da austeridade” opera através da combinação de atores eleitos e não eleitos (no caso português, o Governo e a *Troika*), recorrendo a um direito de exceção e a uma forma de governação orientada por um processo de legitimação baseado no medo. Os seus efeitos políticos são o desmantelamento do Estado Social, pela tripla via da privatização dos bens públicos, da individualização dos riscos sociais e da mercadorização da vida social. Na sociedade da austeridade, “à fórmula conhecida de contenção das despesas do Estado, privatização do

setor público, aumento dos impostos, diminuição dos salários e liberalização do direito do trabalho corresponde uma lógica sociológica de naturalização das desigualdades” (Ferreira, 2011: 120). Deste modo, é invocado um “Estado de Emergência Social” cuja retórica assenta no clamor pelos sacrifícios em nome do bem comum, resultando contudo evidente que são precisamente as classes subalternas e os escalões mais pobres aqueles que têm sido os sacrificados neste processo de transferência massiva de rendimentos do trabalho para o capital. Os resultados económicos das políticas de austeridade são, por isso, a compressão forte da procura e do poder de compra, a recessão, a descida de salários, o acréscimo de assimetrias na relação laboral, a redução da capacidade produtiva e o aumento das desigualdades (Reis, 2012: 33-34).

A esta dinâmica de austeridade soma-se uma outra, aliás reforçada pela instalação deste “estado de exceção”: a desafeição e um distanciamento relativamente à representação política e às suas instituições. Em Portugal, um recente estudo sobre a qualidade da democracia revelava que 78% dos cidadãos inquiridos estavam de acordo ou muito de acordo com a ideia segundo a qual “os políticos preocupam-se apenas com os seus próprios interesses” e “as decisões políticas no nosso país favorecem sobretudo os grandes interesses económicos”, sendo evidente a desconfiança face aos partidos políticos pela cartelização do Estado e aparecendo os movimentos sociais de protesto acima destes enquanto capazes de dar voz às preocupações populares (Pinto, Magalhães, Sousa e Gubernova, 2012: 35). Ao mesmo tempo, as expectativas em relação ao Estado e à democracia enquanto sistema de redistribuição de bens são muito altas, o que reforça as frustrações face à incapacidade das políticas públicas responderem aos principais problemas identificados nesse mesmo inquérito, a saber, o desemprego (37%), a pobreza e a exclusão (16%), a dívida do Estado (13%) e o crescimento económico (11%) (Pinto, Magalhães, Sousa e Gubernova, 2012: 29). No contexto europeu – e tivemos os exemplos eloquentes da Grécia e da Itália – não apenas fica a sensação de impotência ou da complacência dos poderes eleitos em relação às lógicas dos mercados financeiros, mas foi possível assistir a uma espécie de “golpes de estado pós-modernos” através dos quais, no período imediatamente posterior à eclosão da crise, a sua gestão passou por uma estratégia “pós-democrática” que operou através da nomeação ou imposição de governos tecnocráticos não eleitos (Sevilla, Fernandes e Urbán, 2012).

O exemplo português é pois interessante para refletir sobre as condições da ação coletiva em sociedades marcadas, do ponto de vista económico, pela recessão e por um

processo galopante de precarização, do ponto de vista político pela fragilização da democracia face às agendas das instituições internacionais e dos mercados financeiros e do ponto de vista social por lógicas fortes de individuação.

3. Do 12 de março à greve geral europeia: retomando a cronologia dos acontecimentos

Algumas perspetivas sociológicas mais estruturalistas tendem a desvalorizar as abordagens centradas no “acontecimento” ou na exploração de episódios concretos, como se estas estivessem mais próximas da arte do que da ciência. Ora, como defende Luc Boltanski num artigo recente acerca das teorias da revolta, a reabilitação do acontecimento e do episódico é uma tarefa importante para as ciências sociais (Boltanski, 2012: 108). Com efeito, o momento em que se desencadeia uma revolta é sempre do domínio do imprevisível, é sempre uma singularidade. Os acontecimentos catalisadores das mobilizações podem ser tão diversos quanto a representação de uma música (no caso português ou no caso islandês), um ato desesperado (a autoimolação no caso tunisino) ou a indignação face à violência da repressão policial (como aconteceu em junho de 2010 no Egito, ou um ano e meio antes, na Grécia, com o assassinato do jovem Alexis Grigoropoulos). Por isso, os fenómenos de protesto e os seus ciclos devem ser apreendidos levando em linha de conta quer os contextos históricos e as tendências de longa duração que ajudam a explicá-los (no caso, por exemplo, as transformações no trabalho, a imposição da austeridade e o esvaziamento da democracia), quer a densidade dos episódios concretos que, como diria Walter Benjamin, “fazem explodir a continuidade da história”, introduzindo o acontecimento de forma disruptiva no “tempo homogéneo e vazio” dos relógios (Benjamin, 2012: 139).

Em Portugal, mais do que movimentos sociais – que implicariam a existência de um adversário claramente identificado, de um objetivo comum, de formas de mobilização de recursos capazes de sustentar uma luta prolongada e de modos de organização com alguma continuidade – este ciclo de ação coletiva tem sido marcado sobretudo por grandes manifestações e acontecimentos contestatários. Vale por isso a pena tentar enumerá-los brevemente, tentando identificar a estrutura de oportunidades políticas que os explica e procurando reconstituir as ligações entre essas mobilizações e o ciclo internacional nas quais parecem integrar-se, quer do ponto de vista das suas

referências quer relativamente ao seu repertório de ação.

O 12 de março correspondeu a uma gigantesca manifestação onde convergiram a juventude atingida pela precarização, as gerações mais velhas também precárias ou solidárias, organizações sociais (feministas, LGBT, entre outros), setores organizados da esquerda anticapitalista (como o Bloco de Esquerda), alguns setores da direita (como a JSD), e onde marcaram também presença, por exemplo, o líder à época da maior central sindical portuguesa (CGTP), Carvalho da Silva, e até alguns elementos de extrema-direita. Essa amplitude na rua não significa que a convocatória do protesto não tivesse contornos definidos ou que os seus organizadores – os quatro jovens que criaram o evento no *Facebook* – não tenham insistido nessas características, a saber: uma manifestação democrática, “laica, apartidária e pacífica”, centrada em torno da exigência de maior transparência e de respostas contra o desemprego e a precariedade da juventude, rejeitando apropriações, combatendo o discurso antissindical ou a narrativa liberal da “guerra de gerações”. O *12 de março* teve a capacidade de marcar a agenda política e determinar os temas do debate público, sobretudo em torno das questões da precariedade. Contudo, vale a pena discutir a sua eficácia na marcação dos termos desse debate. A fluidez programática foi frequentemente considerada simultaneamente a sua força e a sua fraqueza, na medida em que as consequências imediatas destas mobilizações ficam dependentes do modo como reagem os agentes institucionais e como se redefinem as relações de força no campo político.

A 15 de maio de 2011, mais de 100 mil pessoas responderam ao apelo da *Democracia Real Ya!*, um pouco por todo o estado espanhol, com manifestações expressivas em Barcelona, Madrid ou Sevilha. Na sequência destas manifestações de 2011, cerca de 200 pessoas decidem acampar na Puerta del Sol, dando origem às *Acampadas*, que se estenderiam depois a várias cidades espanholas (Granada, Barcelona, Sevilha, Bilbao, Compostela, entre outras). Em Portugal, houve uma tentativa de replicar este fenómeno, mas as acampadas não tiveram uma expressão forte como no Estado vizinho. A acampada do Rossio, em Lisboa, começou no dia 20 de maio e contou, nessa noite, com 37 pessoas que dormiram na praça. Durou 12 dias, mas nunca atingiu uma dimensão próxima da que teve em Espanha, e os grupos que se assumem da sua continuidade (como os *Indignados Lisboa*) têm uma dimensão muito reduzida do ponto de vista numérico. Em 10 de julho, elementos das acampadas promoveram uma reunião internacional em Lisboa que juntou 130 ativistas e cujo principal resultado prático foi a convocação da jornada de 15 de outubro.

A 15 de outubro teve lugar uma “manifestação internacional pela mudança global”, também chamada *Global Day of Action*. A data coincidia, propositadamente, com os cinco meses da primeira acampada em Espanha. O protesto teve lugar em 951 cidades em 82 países do mundo. Na Europa, as maiores manifestações foram em Espanha, Portugal e Itália. Em Madrid, estiveram cerca de 500 mil pessoas segundo os organizadores, em Barcelona 250 mil, em Sevilha 50 mil, em Bilbao mais de 10 mil. Em Portugal, o 15 de outubro beneficiou não apenas da sua dimensão de convocatória internacional, mas ainda de outros dois fatores. Por um lado, o anúncio feito pelo primeiro ministro, nas vésperas da manifestação, de um novo programa de austeridade que implicava o corte do subsídio de férias e de natal (isto é, na prática, de dois salários). Por outro, a visibilidade e o novo fôlego trazido pelo movimento *Occupy Wall Street*, que tivera início em meados de setembro no coração do bairro financeiro de Nova Iorque, um dos centros nevrálgicos do sistema capitalista global, e que adotou essa data como sua também. Em relação ao 12 de março, destacam-se duas diferenças importantes. Por um lado, uma convocatória mais definida politicamente. Por outro, a presença forte de setores politicamente organizados, sendo o manifesto assinado não por alguns indivíduos mas sim por 41 associações ou coletivos, sobretudo ligados às organizações que protagonizam uma parte importante dos movimentos sociais existentes no país (GAIA, Umar, Panteras Rosa, SOS Racismo, Zeitgeist, Opus Gay, Pagan, Associação José Afonso, entre outras) e organizações ligadas à esquerda radical (nomeadamente à esquerda extraparlamentar). A manifestação teve lugar em várias cidades, entre as quais Angra do Heroísmo, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Ponta Delgada e Santarém e Porto. Em Lisboa a organização apontou para 100 mil o número de pessoas que desfilaram pelas ruas.

A 24 de novembro ocorreu a greve geral convocada pelas duas centrais sindicais, CGTP e UGT (a sétima greve geral desde 1974 e a terceira convocada em conjunto por ambas as centrais). As principais razões invocadas prendiam-se com as medidas de austeridade contidas na proposta de Orçamento de Estado anunciada pelo Governo em meados de outubro de 2011, em particular os cortes de salário, a eliminação de feriados e o aumento do horário de trabalho (através, por exemplo, do aumento de meia hora por dia de trabalho). Com uma adesão significativa, sobretudo no setor dos transportes e nos serviços públicos, a greve foi considerada pelos porta-vozes sindicais como “a maior Greve Geral de sempre”, com os trabalhadores a demonstrarem “a sua indignação e o seu protesto pelo brutal ataque que o governo e agentes

estrangeiros estão a fazer aos seus direitos, à democracia e à liberdade”⁷. Um dado relevante foi o facto de a greve ter contado com o apoio explícito e a mobilização de alguns dos movimentos envolvidos na convocatória do 15 de outubro. Nesse dia, houve pela primeira vez uma manifestação convocada pelas organizações sindicais. Essa decisão inédita, que permitiu que a greve tivesse uma expressão de rua, não é estranha à pressão dos próprios movimentos e à sua insistência na ocupação do espaço público. A convergência, ainda que não isenta de tensões, do movimento sindical e de outros protagonismos sociais, como estudantes e movimentos de trabalhadores precários, que se juntaram frente à Assembleia da República, foi o testemunho de uma aliança concreta entre os chamados “velhos” e “novíssimos” movimentos, contrariando a ideia de uma absoluta concorrência ou incomunicação.

A 12 de maio de 2012 teve lugar a *Primavera Global*, um protesto “Pela Democracia Global e pela Justiça Social”. Juntando alguns dos protagonistas das anteriores mobilizações, e em face de divergências internas e de um certo esvaziamento da plataforma 15 de outubro, criou-se uma nova plataforma para convocar este protesto, que aconteceu em Braga, Coimbra, Évora, Faro, Porto, Santarém e Lisboa. Com uma adesão muito mais modesta, em termos quantitativos, que os protestos anteriores, esta data coincidiu com o aniversário do movimento das praças em Espanha.

15 de setembro de 2012 é a data de um novo protesto. Um grupo de 29 cidadãos lançou uma convocatória nas redes sociais para uma manifestação nesse dia sob o lema *Que se lixe a Troika! Queremos as nossas vidas de volta!*. No manifesto da iniciativa podia ler-se um diagnóstico muito crítico sobre as escolhas políticas recentes: “depois de mais um ano de austeridade sob intervenção externa, as nossas perspetivas, as perspetivas da maioria das pessoas que vivem em Portugal, são cada vez piores” porque “a austeridade que nos impõem e que nos destrói a dignidade e a vida não funciona e destrói a democracia”. O apelo à insubmissão cidadã – “se nos querem vergar e forçar a aceitar o desemprego, a precariedade e a desigualdade como modo de vida, responderemos com a força da democracia, da liberdade, da mobilização e da luta” – acabou por ter eco e materializar-se em mais de 30 manifestações que terão juntado cerca de um milhão de pessoas em várias cidades portuguesas.

Esta data foi aquela que teve uma participação mais massiva desde o início deste ciclo de protesto iniciado em 2011, quer em termos de extensão territorial quer de

⁷ De acordo com a declaração feita pela CGTP na sua página oficial no *Facebook* no dia 24 de novembro de 2011, num *post* publicado às 18h40.

adesão, ultrapassando, segundo vários analistas, as manifestações ocorridas no 1.º de maio de 1974. Uma das razões que explica o sucesso da mobilização prende-se com o anúncio, pelo Governo, de alterações à Taxa Social Única, reduzindo as contribuições patronais para a segurança social, aumentando a proporção das contribuições dos trabalhadores e tendo associado um aumento do IVA. Esta medida gerou uma onda de indignação muito expressiva, merecendo a oposição de setores que tradicionalmente se opunham à estratégia e ao programa político do Governo (centrais sindicais, partidos da oposição), mas também de outro tipo de atores sociais, como os representantes dos comerciantes (por exemplo, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal), alguns grandes empresários e várias figuras destacadas do bloco social que apoia o Governo das Direitas, entre as quais dirigentes e ex-dirigentes do PSD e do CDS. Na sequência desta manifestação e de um aparente esboroamento do apoio social do Executivo, é convocado um Conselho de Estado, de onde saem indicações, por parte do Governo, de uma disponibilidade para estudar alternativas à medida, nomeadamente sob a forma de aumento de impostos.

Na sequência do sucesso desta mobilização, o grupo *Que se Lixe a Troika* convocou para 13 de outubro novos protestos, desta vez sob a forma de “manifestações culturais”, que acabariam por ocorrer em 23 cidades (nomeadamente Porto, Coimbra, Braga, Aveiro, Viseu, Faro, Viana do Castelo, Beja, Portimão e Lisboa), contando com a adesão de figuras muito significativas do mundo das artes do espetáculo e do audiovisual. No manifesto, lido no próprio dia pelos organizadores, afirmava-se “No dia 15 de setembro, rompemos o silêncio e enfrentámos o medo. O Governo tremeu. O povo derrotou a política da *Troika* e a TSU, mas ainda não vencemos a guerra” e lançava-se um apelo à participação “em todas as formas de resistência e pressão que nos próximos 15 dias vão tomar forma, até derrubarmos este orçamento, esta política e este governo”. A escolha do dia teve também uma simbologia no quadro das referências transnacionais do protesto, dado que, nesse mesmo dia, em centenas de cidades do mundo, teve lugar o Ruído Global (*Global Noise*) contra as políticas de austeridade.

A primeira greve geral com dimensão europeia aconteceu a 14 de novembro de 2012. Organizada pela Confederação Europeia dos Sindicatos sob o lema «Pelo emprego e a solidariedade na Europa, não à austeridade», mobilizou cerca de 40 organizações sindicais, através da paralisação em Portugal, Grécia, Espanha, Malta e Chipre e de protestos e manifestações importantes em vários outros países como França ou Bélgica. Em Portugal, juntaram-se aos sindicatos no apelo à mobilização

organizações e movimentos como os Precários Inflexíveis, os Intermitentes do Espetáculo, os Estudantes pela Greve, a Plataforma 15 de outubro, os estivadores, os Cidadãos pela Dignidade ou o Movimento 12 de março. A greve ficou marcada pela intervenção policial realizada frente ao Parlamento, com a detenção de centenas de manifestantes em condições de legalidade duvidosa, no que foi considerado pelos movimentos como “uma operação política e policial”, que pretendeu por “em causa o direito de manifestação, criminalizar a contestação social e fazer esquecer as medidas de austeridade imposta”⁸.

4. Hipóteses prévias de interpretação sociológica sobre o atual ciclo de ação coletiva em Portugal

A mera descrição deste conjunto de acontecimentos e de experiências de mobilização seria insuficiente para construir uma interpretação sobre o seu significado sociológico no quadro do ciclo de ação coletiva a que nos vimos referindo. Assim, pretendemos de seguida, a partir deles, identificar algumas características e enunciar de modo provisório e aproximativo alguns debates, procurando salientar os elementos latentes, as emergências, as potencialidades e as tendências que estas mobilizações parecem revelar.

1. Naquele que acabou por tornar-se o paradigma dominante de interpretação dos novos movimentos sociais (Touraine, 1978; Melucci, 1980), vingou a ideia segundo a qual os valores pós-materialistas e as questões identitárias estariam, desde as décadas de 1960 e 1970, no centro das novas formas de mobilização social. Na análise da ação coletiva da juventude, essa centralidade das questões pós-materiais foi várias vezes enfatizada. Contudo, um dos elementos mais fortes do atual ciclo de protesto é o regresso das questões materialistas, nomeadamente relacionadas com o trabalho e o emprego, ao topo das preocupações e das causas da indignação das pessoas, constituindo-se como poderosos fermentos da ação coletiva.

Nos dias anteriores à manifestação do 12 de março, os organizadores fizeram um apelo para que cada participante levasse consigo, no próprio dia da manifestação, uma folha A4 ou um cartaz que identificasse um problema e apresentasse uma solução. Estes

⁸ Cf. *Jornal i*, “Movimentos sociais condenam ‘violência gratuita e indiscriminada’ da policia no dia 14”, 20 de novembro de 2012.

documentos seriam depois remetidos aos responsáveis políticos. Cerca de 2 mil pessoas entregaram esses papéis aos organizadores, que os depositaram no Parlamento para que os deputados pudessem consultá-los. Dados preliminares de um estudo que realizei a partir das folhas entregues na Assembleia da República revelam alguns elementos interessantes⁹. Em primeiro lugar, os temas sócio-laborais são, de longe, aqueles que mereceram mais referências nos protestos da *Geração à Rasca*. Cerca de metade das referências (49%) são sobre trabalho, sendo que, dentro desta categoria, os recibos verdes, a precariedade em geral, os estágios não remunerados e o desemprego são as categorias mais presentes. Estes documentos revelam também que as questões do sistema político (14%) e da transparência e combate à corrupção (9%) estão entre as mais mencionadas sendo que, dentro destas, a crítica ao nepotismo e às “cunhas”, aos “privilégios dos políticos” e a “redução do número de deputados” são das mais frequentes.

Este mesmo elemento pode ser encontrado nas outras mobilizações. No 15 de outubro e na greve geral de novembro de 2011, teve centralidade a rejeição dos cortes salariais anunciados e das políticas de austeridade. No 15 de setembro, foi muito relevante, em termos da mobilização, a oposição à perda de salário e de rendimento para os trabalhadores que implicava a proposta governamental de alteração das contribuições para a segurança social. A primeira característica deste ciclo parece ser, assim, o regresso das questões materiais como os elementos centrais da mobilização política e da construção de identidades de luta. Às transformações associadas ao trabalho, caracterizadas sobretudo pela instalação de taxas de desemprego inéditas e por um galopante processo de precarização das relações laborais, somam-se as dinâmicas introduzidas pelas políticas de austeridade, cujos efeitos passam pelo corte de salários e apoios sociais, pelo encolhimento das funções sociais do Estado e pelo agravamento do problema do endividamento, resultado da transformação da crise do sistema financeiro numa crise de dívidas soberanas dos Estados.

⁹ Este levantamento reporta-se às folhas entregues na Assembleia da República no dia 25 de março de 2011 pelos organizadores da manifestação. Incide sobre a totalidade dos documentos entregues e registou um total de 2083 referências. A partir de uma grelha de análise categorial, classificaram-se as referências e fez-se um tratamento quantitativo e qualitativo, distribuindo-as pelas categorias de “Educação”, “Ética, Transparência e Combate à Corrupção”, “Sistema Político”, “Fiscalidade” e “Outros”. Este trabalho é realizado no âmbito de um projeto de doutoramento “Geração Precária? Trajetórias, vivências, subjetividade coletiva e discurso público sobre a precariedade dos jovens em Portugal”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH / BD / 48470 / 2008).

2. Estes protestos não se dirigem apenas ao funcionamento da economia, mas são reveladores, também, de uma crise de legitimidade das instituições políticas. Com efeito, se este ciclo de mobilizações se iniciou com movimentos democráticos em países do chamado mundo árabe cujos regimes políticos eram claramente autoritários, a sua expressão nos países do Sul da Europa ou o modo como emergiu do outro lado do oceano, nos Estados Unidos da América, faz transparecer uma desconfiança dos cidadãos relativamente aos responsáveis políticos e a exigência de uma “democracia real” (para recorrer à expressão dos *Indignados* espanhóis). A diversidade em termos políticos e até uma certa fluidez programática podem ser identificados em vários destes protestos. Percorre-os, sem dúvida, um descontentamento acentuado com as formas amputadas da democracia atual, que se dirige em relação ao Estado e às instituições. Mas estas mobilizações trouxeram uma dimensão nova, que é um desejo de experimentação democrática. Em espaços de autonomia e com práticas assembleárias e horizontalistas, essa experimentação tenta prefigurar no presente o tipo de *democracia de alta intensidade* pela qual se luta, numa tensão por vezes problemática por vezes criativa entre o agora e o futuro, o institucional e as práticas insurgentes e disruptivas.

3. Ainda que de forma diferenciada, a Internet e os dispositivos de comunicação sem fios desempenharam, neste ciclo de lutas, um papel fundamental, não apenas como meios de comunicação, mas como elementos que prefiguram as formas de organização, de deliberação e de participação políticas, dando lugar a novas práticas colaborativas, à reinvenção democrática e à abertura de novos horizontes políticos (Alcazan *et al.*, 2012). A reapropriação multitudinária das redes sociais e da comunicação sem fios pode ser caracterizada como um mecanismo de “auto-comunicação de massas” (Castells, 2012). A produção da mensagem é decidida autonomamente pelo emissor, mas este comunica com muitos, potencialmente com milhões. Dependendo da difusão através da Internet e das redes sem fio, utilizadas como plataformas de comunicação digital foi possível criar, em muitas circunstâncias, fenómenos virais.

As redes de comunicação virtual permitiram que se organizassem protestos de massa à margem das estruturas tradicionais pré-existentes e que se construíssem espaços públicos autónomos, constituindo-se como fatores determinantes do empoderamento dos indivíduos. Foram, além disso, uma condição indispensável da contaminação internacional de uns movimentos por outros. A ocupação de espaços públicos como ruas, praças, edifícios simbólicos ou outros, aliada aos espaços virtuais – redes sociais,

fóruns participativos, aplicações de telefones ou outros dispositivos – criou novas esferas públicas. Estas, seja nas redes de Internet seja nos espaços libertados das praças ocupadas ou das *Acampadas*, foram uma fonte de autonomia imprescindível, ao potenciar processos de comunicação que escapavam ao controlo daqueles que detêm o poder institucional.

4. À semelhança de outros países, a juventude portuguesa tem estado entre os segmentos da população que mais se ressentem com um contexto de recessão económica e encontra-se particularmente desprotegida, do ponto de vista sócio-laboral, para poder enfrentar esta conjuntura com um mínimo de segurança. Não surpreende, por isso, que os jovens, em particular os jovens com altas qualificações e com uma inserção subalterna no mercado de trabalho, estejam entre os mais ativos protagonistas das primeiras mobilizações e que tenham conseguido ser catalisadores de um descontentamento geral. O sentimento de perda de qualidade de vida, seja em relação a níveis anteriormente experimentados, seja tomando por referência as expectativas ou aquilo que legitimamente se esperaria dado o acréscimo e o investimento em qualificação, é um dos fatores que ajuda a explicar o atual ciclo de mobilizações. Mas a tendência é para que os próprios organizadores dos protestos sejam crescentemente diversos, nomeadamente do ponto de vista geracional. Estes segmentos escolarizados e precários, cujos limites etários se vão estendendo cada vez mais, têm revelado uma desconfiança em relação a formas tradicionais de organização, como os sindicatos e os partidos.

5. A eclosão de fenómenos de mobilização inorgânica com grande capacidade de atração da massa dos descontentes tem reconfigurado o campo do protesto, obrigando partidos e organizações sindicais a posicionarem-se, numa relação marcada por ambiguidades, tensões e disputas. Como salienta Boaventura Sousa Santos (2011: 106), estes fenómenos evidenciaram que “as formas de organização de interesses nas sociedades contemporâneas (partidos, sindicatos, movimentos sociais, ONG) não captam senão uma pequena faixa da cidadania potencialmente ativa” e inauguraram por isso um novo pólo de contestação. Este facto coloca desafios importantes aos atores sociais que tradicionalmente representam os interesses dos grupos subalternos, como sindicatos ou partidos de esquerda. Além disso, desafia a sociologia a interpretá-los à

luz das contradições da sociedade portuguesa e das teorias sobre movimentos sociais e ação coletiva.

6. Um dos debates estratégicos mais importantes passa por saber que tipo de convergências existem ou podem desenvolver-se entre estas novas dinâmicas de mobilização e as organizações e movimentos existentes, sejam os sindicatos, seja o que se convencionou designar de “novos movimentos sociais”. Em Portugal, muitos dos principais dinamizadores da *Geração à Rasca* (M12M, Precários Inflexíveis e outros) e do *15 de outubro* participaram em ações com a CGTP e apelaram à presença dos “jovens indignados” na greve geral de novembro de 2011. O apelo por parte desses movimentos para que houvesse manifestações no dia da greve foi aliás um fator de condicionamento da central sindical, que acabou por decidir, pela primeira vez, que as greves gerais teriam de ter uma expressão de rua para além dos piquetes.

É evidente que nem todas as relações são fáceis. Ao disputar aos “velhos movimentos” e até a alguns dos chamados “novos movimentos” e às suas organizações o monopólio da mobilização social, estes “novíssimos” movimentos suscitam também reações adversas entre setores políticos e sindicais cuja atitude oscila entre a cooptação e a tentativa de isolamento. Por outro lado, da parte da multidão dos indignados há também, por vezes, alguma hostilidade, desconfiança, vontade de diferenciação ou de demarcação em relação a outras formas de organização, sejam elas associações ou sindicatos e, acima de tudo, como é óbvio, em relação aos partidos. Entre os que defendem uma diferenciação absoluta, estão os que consideram que os movimentos devem esgotar-se nos espaços libertados de sociabilidade que geraram e que isso é diametralmente oposto a qualquer lógica das organizações ou de representação¹⁰. Estão, ainda, alguns setores anarquistas que rejeitam o diálogo com as principais organizações sindicais. Exemplos de convergência com tensão e conflito existiram na greve geral portuguesa de março de 2012. Mesmo havendo uma convergência na data – a *plataforma 15 de outubro* convocou uma manifestação no dia da greve para que as duas dinâmicas coincidissem – o resultado acabou por ser uma manifestação partida em dois e confrontos entre manifestantes – nomeadamente, entre o cordão de segurança da central sindical e membros de outros movimentos. A favor da convergência têm estado muitas das organizações políticas e sociais com maior continuidade, havendo

¹⁰ Seria interessante analisar, a este nível, o ressurgimento de coletivos libertários, nomeadamente vinculados a determinadas subculturas musicais e urbanas.

recentemente também uma maior abertura do discurso sindical em relação a estes fenómenos.

7. Algumas análises sociológicas tendem a salientar aquilo que distingue, em termos de características e protagonistas, os “velhos”, os “novos” e os “novíssimos” movimentos. Contudo, para compreender o atual ciclo de ação coletiva, é importante problematizar estas tipologias e questionar a heurística e a operacionalidade destas categorias. Em particular no caso português, esta distinção é contrariada por alguns elementos importantes. O primeiro é de ordem histórica. Como explica Santos (2012: 693), no nosso país, os “velhos” e os “novos” movimentos surgiram praticamente ao mesmo tempo. Do mesmo modo, as diferentes gerações de direitos conceptualizados por Marshall (2009 [1950]) – cívicos, políticos e económicos – nasceram todos no mesmo período, com 25 de Abril de 1974.

O segundo é de ordem prática. Estudos realizados noutros países demonstraram a existência de uma importante circulação de ativistas entre “velhos”, “novos” e “novíssimos” movimentos sociais, facto que uma análise das trajetórias longas de militância e das dinâmicas de “polienvolvimento” revela (Sawicki e Siméant, 2009: 100). Em Portugal, o campo dos movimentos sociais é particularmente diminuto e constituído por um número relativamente escasso de agentes. O que temos verificado, no caso português, é que grande parte dos organizadores destas mobilizações adquiriram as suas “competências militantes” em organizações sindicais e/ou partidárias, por terem sido, no passado, membros dessas organizações ou por acumularem, no presente, diferentes tipos de compromisso militante. Esse facto, em si mesmo, nada diz da autonomia dos movimentos relativamente à agenda de determinada organização, mas desmente uma interpretação dos diferentes “movimentos” como pertencendo a esferas e universos sociais estranhos e paralelos. Contrariando algumas simplificações do senso comum e do discurso mediático, uma análise sociológica mais fina desvenda que existe, entre as diferentes modalidades de militância, um contato muito mais estreito do que por vezes se afirma.

Referências bibliográficas

- ALCAZAN *et al.* (2012), *Tecnopolítica, Internet y R-Evoluciones. Sobre la centralidade de redes digitales en el #15M*, Barcelona, Icaria.
- ALVES, Nuno de Almeida; CANTANTE, Frederico; BAPTISTA, Inês; CARMO, Renato Miguel (2011), *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, quotidiano e futuro*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- BENJAMIN, Walter (2012), *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa, Relógio D'Água.
- BOLTANSKI, Luc (2012), “Pourquoi ne se révolte-t-on pas?”, in *Contretemps*, 15, pp. 107-120.
- BRAGA, Ruy (2013), “Sob a sombra do precariado”, in David Harvey *et al.*, *Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo, Boitempo, pp. 79-82.
- CARMO, Renato Miguel do (Org.) (2010), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- CASTEL, Robert (2009), *La Montée des Incertitudes. Travail, protections, statu de l'individu*, Paris, Seuil.
- CASTELLS, Manuel (2012), *Networks of Outrage and Hope. Social Movements in the Internet Era*, Cambridge, Polity Press.
- ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes Augusto; SOEIRO, José (2013), “The new global cycle of protest and the Portuguese case”, in *Journal of Social Science Education*, 12 (1), pp. 31-40.
- FERREIRA, António Casimiro (2009), *Da Sociedade Precária à Sociedade Digna. Balanço da Evolução Social em Portugal 2003-2008* (estudo não publicado), Lisboa, UGT.
- (2011), “A sociedade de austeridade: Poder, medo e direito do trabalho de exceção”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 95, pp. 119-136.
- GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro (2007), *Transições Incertas. Os jovens Perante o Trabalho e a Família*, Lisboa, CITE.
- HARVEY, David *et al.* (2013), *Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo, Boitempo.
- HUGHES, Neil (2011), “Young People Took to the Streets and all of a Sudden all of the Political Parties Got Old: The 15M Movement in Spain, Social Movement Studies”, in *Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 10 (4), pp. 407-413.
- IEFP (2011), *Análise dos Principais Indicadores do Sector do Trabalho Temporário – ano 2010*, s/l, Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- INE (2013), *Estatísticas do Emprego. 4º trimestre de 2012*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, [Consult. a 27.02.2013]. Disponível em: <http://www.ine.pt/>.
- JORNAL i (2012), “Movimentos sociais condenam ‘violência gratuita e indiscriminada’ da polícia no dia 14”, edição impressa de 20 de novembro de 2012.

- KHOSROKHAVAR, Farhad (2012), *The New Arab Revolutions That Shook The World*, London, Paradigm Publishers.
- MARSHAL, T. H. (2009 [1950]), “Citizenship and Social Class”, in Jeff Manza e Michael Sauder (Ed.), *Inequality and Society*, New York, WW Norton and Co, pp. 149-154.
- MELUCCI, Alberto (1980), “The New Social Movements: A Theoretical Approach”, in *Social Science Information*, 19 (2), pp. 199-226.
- NICO, Magda (2012), “A Massificação da precariedade juvenil”, in José Nuno Matos e Nuno Domingues (Org.), *Novos Proletários. A precariedade entre a “classe média” em Portugal*, Lisboa, Edições 70, pp. 43-55.
- PAIS, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto, Âmbar.
- PICKERILL, Jenny; KRINSKY, John (2012), “Why Does Occupy Matter?”, in *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 11 (3-4), pp. 279-287.
- PINTO, Ana Filipa (2011), *À Rasca. Retrato de uma Geração*, Lisboa, Booket.
- PINTO, António Costa; MAGALHÃES, Pedro; SOUSA, Luís; GOBURNOVA, Ekaterina (2012), *A Qualidade da Democracia em Portugal: A Perspectiva dos Cidadãos (Relatório I)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- PINTO, José Madureira (2005), “Precarização e relações de sentido no espaço social do trabalho”, comunicação no *Encontro Científico Internacional Trabalho, Emprego e Precariedade Laboral*, [Consult. a 08.03.2011]. Disponível em:
www.maydayporto.blogspot.com.
- REIS, José (2012), “Austeridade”, in *Dicionário da Crise e das Alternativas*, Coimbra, Almedina, pp. 33-34.
- REIS, José; RODRIGUES, João (Eds.) (2011), *Portugal e a Europa em Crise: para acabar com a economia de austeridade*, Lisboa, Le Monde Diplomatique – Edição Portuguesa.
- ROLNIK, Raquel (2013), “As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações”, in David Harvey et al., *Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo, Boitempo, pp. 7-12.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2011), *Portugal. Ensaio contra a autoflagelação*, Coimbra, Almedina.
- (2012), “O intelectual de retaguarda – Entrevista por Helena Mateus Jerónimo e José Neves”, in *Análise Social*, 204, XLVII (3), pp. 685-711.
- SAWICKI, Frédéric; SIMEANT, Johanna (2009), “Décloisonner la sociologie de l’engagement militant. Note critique sur quelques tendances récentes des travaux français”, in *Sociologie du Travail*, 51 (1), pp. 97-125.
- SEVILLA, Carlos; FERNANDES, Joseba; URBÁN, Miguel (2012), *¡Ocupemos el mundo!*, Madrid, Antrazyt.

- SOEIRO, José (2012), “‘Perdi o Emprego, encontrei uma ocupação’. Juventude, precariedade e o novo ciclo de protesto global”, in Giovanni Alves e Elísio Estanque (Orgs.), *Trabalho, Juventude e Precariedade*, Bauru, Editorial Praxis, pp. 123-157.
- TAIBO, Carlos (2011), *El 15-M en sessenta perguntas*, Madrid, Catarata.
- TARROW, Sidney (1995), “Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention”, in Mark Traugott (Ed.), *Repertoires and Cycles of Collective Action*, Durham, Duke University Press, pp. 89-116.
- TOURAINE, Alain (1978), *La Voix et le Regard*, Paris, Seuil.
- WRITERS FOR THE 99% (2011), *Occupying Wall Street. The Inside Story of an Action that Changed America*, New York, Haymarket Books.
- ZIZEK, Slavoj (2013), *Problemas no Paraíso*, [Consult. a 21.10.2013]. Disponível em: blogdaboitempo.com.br/jornadas-de-junho/.

Artigo recebido a 1 de março de 2013. Publicação aprovada a 24 de outubro de 2013.

Rituais familiares: práticas e representações sociais na construção da família contemporânea

Rosalina Costa¹

Universidade de Évora e
Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

Resumo | Este artigo procura contribuir para o questionamento e a discussão crítica em torno da teorização sociológica recente que apresenta a família contemporânea como uma categoria ‘efémera’, ‘fluida’ e ‘frágil’. A opção por estudar as práticas familiares, concretamente os rituais, combinada com uma abordagem metodológica qualitativa, intensiva e em profundidade, permitiu estabelecer e desenvolver o argumento principal aqui apresentado: as teorias da desinstitucionalização, individualização e risco são insuficientes para a compreensão do que é hoje a família, e é necessária uma abordagem mais texturada, que permita captar o seu significado enquanto espaço simultaneamente físico, relacional e simbólico.

Palavras-chave: família; ritual; construção social da realidade.

Abstract | *Family Rituals: Practices and Social Representations in the Construction of the Contemporary Family*

This article aims to contribute to the questioning and critical discussion of the recent sociological theorization often presenting the contemporary family as an ‘ephemeral’, ‘fluid’ and ‘fragile’ reality. Empirically, the family was conceptualized through the lens of family rituals, combined with a qualitative, intensive and in-depth methodological approach. The main argument presented here is that the theories of deinstitutionalization, individualization and risk are insufficient for understanding the nowadays family, and one needs a more textured approach, capturing its meaning while being simultaneously a physical, relational and symbolic space.

Keywords: family; ritual; social construction of reality.

¹ Professora Auxiliar na Escola de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia da Universidade de Évora (Évora, Portugal). Doutorada em Ciências Sociais, Especialização Sociologia Geral. Investigadora do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Departamento de Sociologia, Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7004-516 Évora, Portugal. *E-mail*: rosalina@uevora.pt

Résumé

Les rituels familiaux: les représentations sociales et des pratiques dans la construction de la famille contemporaine

Cet article souhaite contribuer à la remise en question et la discussion critique de la récente théorie sociologique qui présente souvent la famille contemporaine comme une catégorie ‘fluide’, ‘éphémère’ et ‘fragile’. Pour tenter de mieux cerner cette question, l’option était de “fixer” la famille à travers des rituels, combinée à une approche qualitative, approfondie et intensive. Le argument principal qui est présenté ici est que les théories de la désinstitutionalisation, l’individualisation et du risque sont insuffisants pour comprendre la famille de nos jours, et il faut une approche plus texturé, ce qui permet de capturer tout son sens tandis que elle est un espace en même temps physique, relationnel et symbolique.

Mots-clés: famille; rituel; construction sociale de la réalité.

Resumen

Los rituales familiares: representaciones y prácticas sociales en la construcción de la familia contemporánea

Este artículo busca al cuestionamiento y discusión crítica de la reciente teoría sociológica que a menudo presenta la familia contemporánea como una realidad ‘efímera’, ‘fluida’ y ‘frágil’. En un intento de comprender mejor este tema, elegimos captar a la familia a través de los rituales, junto con un enfoque cualitativo, intensivo e en profundidad. El argumento principal que aquí se presenta es que las teorías de la desinstitutionalización, individualización y riesgo son insuficientes para la comprensión en la actualidad de la familia, y es necesario un abordaje con más textura, e que permita captar su significado, mientras que espacio al mismo tiempo físico, relacional y simbólico.

Palabras clave: familia; ritual; construcción social de la realidad.

Introdução

“Sou sociólogo. Especializado no estudo da família. Tento desvendar os segredos deste domínio íntimo que acreditamos conhecer profundamente, porque nele vivemos diariamente”². Estas palavras de Jean-Claude Kaufmann (1989: 7) são particularmente reveladoras do desafio que enfrentamos no momento em que nos interessa, também a nós, a compreensão da família contemporânea³. Se é certo que o

² Todas as citações extraídas de obras em língua estrangeira foram livremente traduzidas para português pela autora.

³ Este texto adapta e sintetiza resultados de uma tese de doutoramento em Ciências Sociais, Especialidade Sociologia Geral, intitulada *Pequenos e Grandes Dias. Os Rituais na Construção da Família Contemporânea* (Costa, 2011), realizada pela autora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de

ofício do sociólogo se constrói sobre a operacionalização do imperativo que nos impele a *tornar estranho aquilo que nos é familiar*, certo é que este imperativo é tanto mais difícil de operacionalizar quanto o objeto sobre o qual nos detemos é de tal forma familiar que recai, precisamente, sobre a família.

Ora, como captar, empiricamente, a família contemporânea? Por um lado, a família contemporânea não existe senão como construção social (Berger e Luckmann, 1999; Saraceno, 1997); por outro, não existe uma família contemporânea, do mesmo modo que não existe uma família do passado, da Antiguidade Clássica ou do Antigo Regime. Ainda assim, é possível identificar no plano da abstração teórica traços que de um modo mais ou menos global procuram enfatizar as principais características da família num determinado momento histórico-social, construindo, assim, o modelo dominante em termos de teorização sociológica. A literatura está, aliás, repleta de exemplos do trabalho de sociólogos que se preocupam com o estudo, a análise e a compreensão da “família contemporânea”, objetivos e projetos intelectuais visíveis inclusivamente nos títulos escolhidos para as suas obras⁴. Mais de cem anos volvidos sobre a lição “*Introduction à la sociologie de la famille*”⁵, move-nos exatamente o mesmo móbil de Durkheim, o de estudar não a família do passado ou a família do futuro, mas a família contemporânea, “aquela que existe atualmente aos nossos olhos e no seio da qual vivemos” (Durkheim, 1975: 7).

Com base nos resultados obtidos a partir de uma investigação que tomou como objeto empírico o estudo dos rituais familiares na contemporaneidade (Costa, 2011), procuramos neste texto questionar e discutir o alcance das teorias da desinstitucionalização, individualização e risco enquanto chave explicativa para a compreensão sociológica do que é, hoje, a família.

Lisboa (ICS-UL), com orientação científica de Ana Nunes de Almeida e apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/38679/2007).

⁴ Veja-se, a título de exemplo, *Sociologie de la Famille Contemporaine* (Singly, 1993); *The New Family?* (Silva e Smart, 1999) ou *Reinventing the Family: In search of New Lifestyles* (Beck-Gernsheim, 2002), onde os adjetivos “contemporânea” e “nova(os)” remetem precisamente para a dimensão de contemporaneidade (nos vários presentes, obviamente) das reflexões empreendidas.

⁵ Lição de abertura do curso de Ciência Social na Faculdade de Letras de Bordéus, em 1888. Texto publicado primeiramente em Durkheim (1888).

1. Desinstitucionalização, individualização e risco. A família “líquida”?

O campo de estudos coberto pela Sociologia da Família tem sido um laboratório de ensaio das teorias desenvolvidas pelos grandes pensadores sociológicos, acompanhando-as epistemológica e temporalmente. Estudar a família é, por isso, estudar também o modo como esta, enquanto objeto científico, tem sido perspectivada na relação (e associação) com forças sociais mais amplas, como a industrialização, o capitalismo ou o patriarcado (Smart, 2007).

Na atualidade, são as teses da individualização, desinstitucionalização e risco, hegemónicas no pensamento social contemporâneo a partir dos anos 90 do século XX e já nos anos 2000 (Brannen e Nielsen, 2005), que fazem a ligação entre a ordem social mais ampla e a mudança na família, nomeadamente a explicação para o conjunto de mudanças radicais a que assistimos na sociedade ocidental contemporânea⁶. É nas agendas de trabalho de autores como Anthony Giddens (1996; 2000a; 2001), Ulrich Beck (1992), Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim (1995; 2002), Beck-Gernsheim (2002) e Zygmunt Bauman (1999; 2001; 2006) que, partindo do indivíduo, se discutem agora questões como as das funções, contornos e até o futuro da família. Nestas teses, a mudança na família justifica-se por processos gerais de mudança social (como a maior igualdade, escolarização, globalização, etc.), donde resultou uma individualização crescente que confere aos indivíduos o “poder” (e “dever”) para moldar a sua biografia (Beck, Giddens e Lash, 1994).

A nível macro, esta meta-teorização sugere grandes tendências e procede a um conjunto de generalizações sobre a direção da mudança na sociedade ocidental (Brannen e Nilsen, 2005). As críticas que lhe são endereçadas insistem, justamente, no modo como estas teses apresentam uma imagem demasiado homogénea da família e das relações interpessoais contemporâneas. Uma visão “monocromática”, para utilizar a expressão de Carol Smart e Beccy Shipman (2004), retomada mais tarde por Déchaux (2007). Acusadas de insuficiente ancoragem empírica (Brannen e Nielsen, 2005), alimentam por meio de um discurso dedutivo e generalista a ideia de, senão desaparecimento, “instabilidade”, “diluição” e “fragilidade” da família. De facto, a apresentação das coordenadas espaço-temporais que nos ajudariam a compreender a

⁶ Propositadamente evitamos utilizar as expressões “segunda modernidade” e “modernidade reflexiva” (Beck, 1992), ou “modernidade tardia” (Giddens, 2001). Em alternativa utilizamos “sociedade contemporânea” ou “contemporaneidade”, por nos parecer um vocábulo simultaneamente mais neutro e menos implicado teoricamente para nomear o tempo presente.

contextualização das afirmações é geralmente parca, vaga e as fontes empíricas muitas vezes omitidas⁷. Apesar disso, esta teorização influencia de modo notável a representação da família contemporânea junto da comunidade de jovens aprendizes de sociólogos ou leigos na matéria, cuja principal via de acesso à Sociologia passa pela leitura de obras de alcance mais geral, como os manuais especificamente desenvolvidos para o público universitário⁸. Nestas obras, a imagem que é dada da família e das relações íntimas na contemporaneidade é a de uma realidade em mudança permanente. Também aí o ponto de partida é quase sempre o debate sobre o (aparente) declínio da família e dos valores familiares na sociedade pós-industrial. Num cenário atravessado pelo discurso penetrante e sedutor das teses de individualização e risco, a família surge nestas obras como uma categoria “difusa”, afastada da “instituição” e com uma ênfase muito forte nas ideias de “instabilidade”, “diluição” e “fragilidade”.

A nível micro, as teses da desinstitucionalização, individualização e risco têm sido, nos últimos anos, responsáveis por um ímpeto dado ao estudo e à investigação de novos modos de intimidade não cobertos pelas definições cada vez menos consensuais de parentesco, casamento ou coabitação heterossexual. Prova disso é a forte atividade tanto de investigação, como editorial, donde resulta uma recente, intensa e diversificada literatura ancorada em estudos de micro ou grande escala, de índole mais qualitativa, quantitativa ou ambas, e de corte mais transversal ou longitudinal (Smart e Shipman, 2004; Déchaux, 2007).

É certo que as novas famílias ou os novos estilos de vida⁹ “não cabem” nas categorias pré-estabelecidas e qualquer tentativa para forçar a adequação destas novas formas aos velhos “recipientes” iria, inevitavelmente, “falsificar a realidade” (Beck-

⁷ *The Economist* é frequentemente a principal fonte citada por Giddens quando trata das mudanças na família (Giddens, 2000b). Já em *Transformações da Intimidade* (Giddens, 1996), apoia-se sobremaneira em textos de autoajuda ou guias de relacionamentos. Também Bauman insiste na recolha de informação secundária, nomeadamente dos meios de comunicação, sobretudo as revistas populares. Por exemplo, utiliza de forma recorrente o *The Guardian Weekend* como uma das principais fontes empíricas para compreender a natureza das relações contemporâneas (Smart e Shipman, 2004: 507).

⁸ Entre eles, inclui-se, a título de exemplo, *Sociology*, de Anthony Giddens, *best-seller* atualmente na 7.ª edição (Polity Press, 2013; ed. portuguesa da Fundação Calouste Gulbenkian), ou *Sociology – Exploring the architecture of everyday life* (Newman, 2010).

⁹ A instabilidade da família, não sendo característica da sociedade contemporânea, distingue-se do passado precisamente porque não depende de obstáculos ou imposições exteriores, nem de circunstâncias externas como a doença, a morte ou as migrações forçadas por razões profissionais ou da guerra, mas por uma decisão voluntária de si próprio (Beck-Gernsheim, 2002: 14), que opta entre casar ou não casar, ter ou não ter filhos, viver ou não em conjunto. Em última instância, trata-se de um entendimento próprio e individual do que é normal e desviante, do que é a regra e a exceção.

Gernsheim, 2002: 3). Mas o que estes estudos têm demonstrado é que a família enquanto constructo social continua a existir para além das categorias sociológicas que a dão como “incrustada”, “zombie” ou “líquida”. A desinstitucionalização, a individualização e o risco de que falam Beck, Beck-Gernsheim, Giddens e Bauman surgem, no campo específico da Sociologia da Família, como traços de uma contemporaneidade objetivada no ideal da família conjugal e relacional moderna, triplamente construída como um processo de sentimentalização, privatização e individualização (Ariès, 1988; Shorter, 1995; Burguière *et al.*, 1995; Kellerhals, Troutot e Lazega, 1989; Singly, 1993 e 2001; Kaufmann, 2000 e 1993; Roussel, 1989). As afirmações segundo as quais os indivíduos fazem escolhas “fáceis”, “egoístas” ou “abandonam compromissos” estão, assim, a ser desafiadas e nalguns casos refutadas por um conjunto crescente de estudos que, ao nível empírico, olham a contextos sociais particulares, em espaços e tempos concretos (Brannen e Nilsen, 2005). Para lá da retórica das imagens da família, estes estudos têm contribuído para trazer para o discurso sociológico uma visão mais “policromática” e “texturada” das famílias (Smart, 2005; 2007).

Não há dúvida que os conceitos de família e parentesco estão a ser reinventados, exigindo uma “elasticidade conceptual” e “redefinição” (Beck e Beck-Gernsheim, 1995: 20). Mas independentemente do carácter mais ou menos “efêmero” e “frágil” das relações contemporâneas e apesar do contexto de “risco” que as circunda, os “mecanismos de atração” – e não apenas os de “repulsa” – continuam a existir. Depois de argumentarem inicialmente sobre o modo como a lógica inerente ao processo de individualização estaria a produzir uma sociedade “sem famílias”, feita apenas de indivíduos (Beck, 1992: 116), estes autores viram-se mais tarde “obrigados” a assumir a existência de uma família pós-casamento (Beck e Beck-Gernsheim, 1995: 145) e pós-familiar (Beck-Gernsheim, 2002: ix). A conclusões semelhantes chegam outros, nomeadamente Giddens (1996), para quem o compromisso é condição de revelação ao outro, e Bauman (1999), que vê na ambivalência que caracteriza a contemporaneidade uma ânsia e procura incessante pela ligação emocional. Ora, como assinala Théry (1993), a família sobrevive à des-conjugalização e à des-coabitação e, aparentemente paradoxal, a experiência de estilos de vida individualizados afirma a procura pelo mundo da intimidade, segurança e proximidade (Crow, 2005). As famílias continuam, afinal, a existir e a afirmar-se na sua pluralidade e diversidade.

Questionamo-nos, então, sobre o que constrói uma família mais do que aquilo que a torna “efémera”, “fluida” e “frágil”. Vejamos como.

2. Do sagrado à vida de todos os dias: práticas, rituais familiares e imaginação sociológica

Na esteira de David Morgan (1996, 1999, 2011), propomo-nos olhar e conceptualizar as famílias não por aquilo “que são” ou “para que servem”, mas “pelo que fazem”. Optámos por analisar as “práticas familiares”, especificamente os rituais familiares, reconhecidos por vários autores como uma das portas de entrada para o estudo das representações e práticas na e da família (Bossard e Boll, 1950; Imber-Black e Roberts, 1993; Neuburger, 2003; Gillis, 1996).

As dificuldades associadas à definição de ritual familiar tornam-se mais complexas no quadro de uma paisagem caracterizada pela diversidade de áreas disciplinares de origem dos investigadores atraídos pelo estudo deste objeto desde que, em 1950, James Bossard e Eleanor Boll publicaram *Ritual in Family Living* (Bossard e Boll, 1950). Não obstante, as origens do estudo do ritual confundem-se com a própria origem da Antropologia e Sociologia. Foi, aliás, associado ao estudo da religião, do sagrado, da magia ou do divino que os rituais começaram por ser cientificamente construídos como objeto de estudo. De salientar o trabalho indelével de Émile Durkheim em *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse* (2002), cuja abordagem aproxima rito e religião, e enfatiza, no domínio do sagrado, a função social do ritual, ausente na esfera do profano. A Antropologia viria, ela própria, a estar inextricavelmente associada ao estudo dos rituais, inicialmente por força das origens já enunciadas e, mais tarde, pela mão de Arnold Van Gennep (1965), Edmund Leach (1954) e Victor Turner (1980, 1995). Mas os desenvolvimentos na abordagem dos rituais passam também pela própria Sociologia. Depois que em 1950 James Bossard e Eleanor Boll publicaram *Ritual in Family Living*, os contributos de Erving Goffmann (1974) e Pierre Bourdieu (1982) são, porventura, aqueles que mais se destacam nesse domínio.

À medida que a perspetiva antropológica e sociológica caminhou do sagrado para a vida de todos os dias, a aplicação da categoria “ritual” ao domínio particular da sociologia da família conheceu avanços e retrocessos. A fim de operacionalizar este

conceito, definimos rituais familiares como práticas prescritas que resultam da interação familiar, direcionadas para um fim específico e das quais se pode retirar um significado simbólico. Adicionalmente, partimos de uma classificação considerada clássica – proposta por Wolin e Bennett (1984) – que distingue entre celebrações, tradições e interações padronizadas, para designar esses dias, momentos ou acontecimentos, considerados “especiais” na vida dos indivíduos e das famílias. Os primeiros – as celebrações – são simultaneamente os mais organizados e mais esporádicos (e.g. associados ao nascimento, casamento ou morte), ao passo que os últimos – as interações padronizadas – são os mais espontâneos e frequentes (e.g. práticas quotidianas associadas ao dormir, alimentação ou lazer). Entre um e outro, as tradições afirmam-se por relação à idiosincrasia de cada família (e.g. os modos particulares de festejar os aniversários, ocupar as férias de verão ou celebrar o Natal).

O estudo dos rituais familiares convida-nos, assim, a relativizar o diagnóstico atual de fluidez da família contemporânea. Através dos rituais a família observa-se, percebe-se e “sente-se” (Kaufmann, 1997: 142), construindo-se quer enquanto realidade objetiva, quer enquanto representação (Bourdieu, 1993; Gillis, 1996).

Foi neste enquadramento que definimos a principal questão de investigação: quais são, como se caracterizam e que lugar ocupam os rituais familiares na construção da família contemporânea? Face a este enigma, estabelecemos como objetivo último o de retratar e compreender, por dentro e na sua diversidade, o modo como os rituais familiares ajudam à construção da família contemporânea, já que sociólogos e antropólogos sugerem que os rituais constituem uma forma de as famílias delimitarem as suas fronteiras, estruturarem a definição e a atribuição de papéis, e criarem e reafirmarem uma representação e sentido sobre elas próprias e a sua existência. Implicitamente avançamos na investigação com a hipótese geral de que os rituais familiares constituem lugares de construção da família contemporânea (*para dentro e para fora*) e que, acompanhando o processo de modernização da família, são hoje tendencialmente privados, individualizados e sentimentais, ao mesmo tempo que fortemente matizados por estruturas e dinâmicas familiares, contextos sociais de pertença e dinâmicas de género.

É justamente a explicitação do caminho metodológico que nos conduziu das interrogações e intenções de partida ao “artesanato intelectual” (Mills, 1975) – que, em última instância, a apresentação de resultados representa – que expomos na secção que se segue.

3. Das interrogações de partida ao “artesanato intelectual”

Se, como afirma Barbara Fiese, “cada família define o que é importante para si” e “dá significado às práticas diárias e celebrações especiais” (Fiese, 2006: 3), teremos, necessariamente, de deixar às próprias famílias – e aos seus protagonistas – a possibilidade de dizer o que constitui e não constitui um ritual familiar e onde radica o caráter “especial” que lhe é atribuído ou reconhecido. Ao encontro da tradição weberiana (Weber, 1947) privilegiámos uma abordagem qualitativa, intensiva e em profundidade, com vista à compreensão dos significados, interpretações e experiências subjetivas associadas aos rituais enquanto práticas familiares.

Para o recorte da amostra optámos por um processo de “amostragem teórica” (Glaser e Strauss, 1967), nele procurando estudar componentes não estritamente representativas, mas “características da população” (Quivy e Campenhoudt, 1992: 164). De modo mais específico, seguimos um processo de amostragem por caso múltiplo, a “amostra por homogeneização” (Pires, 1997). Neste tipo de amostra, o controlo da diversidade não é realizado face a elementos externos ao conjunto de indivíduos selecionados, mas internamente, procurando com isso as variáveis mais pertinentes que fazem variar a posição do ator perante o objeto em estudo. Reunindo as diversas pistas suscitadas a partir da revisão da literatura selecionámos indivíduos a viver em contextos familiares diversificados, especificamente os que derivam da morfologia familiar em presença e respetiva duração da situação conjugal, e ainda do número e idade dos filhos. Sob pena de cairmos na singularidade e especificidade de cada caso, o que nos impossibilitaria de extrair para a análise algumas regularidades sociais, optámos por circunscrever o recorte empírico a famílias bi-parentais e monoparentais (materno e paternocêntricas). Desta forma, introduzimos na nossa amostra um princípio de diversidade interna (Pires, 1997), central para o tipo de amostra adotado e, simultaneamente, revelador e heurístico para a realidade das famílias cujo quotidiano é alterado pela via do divórcio ou separação entre parceiros (Imber-Black, Roberts e Whiting, 2003; Johnson, 1988; Whiteside, 1989; Pett, Lang e Gander, 1992; Lobo, 1995, 1996 e 2009). Para as várias morfologias familiares, entrevistámos homens e mulheres (dado o interesse em captar as narrativas masculina e feminina sobre os rituais familiares), submetidos a um critério de “duração”, privilegiando-se a seleção de

indivíduos há pelo menos dois anos na situação conjugal atual¹⁰. Um segundo critério de constituição da amostra contempla a situação dos indivíduos perante a parentalidade. Neste domínio, e porque estudos anteriores apontam também para a diversidade e complexidade de rituais familiares em função do número e idade das crianças (Lueschen *et al.*, 1971; Fiese *et al.*, 1993; Churchill e Stoneman, 2004), privilegiámos a seleção de pais e mães de filhos com idade compreendida entre os 3 e os 14 anos.

Diversificada a amostra em função da conjugalidade, parentalidade e género, optámos por homogeneizar os meios sociais de pertença (definidos a partir do capital escolar e profissional dos seus membros) e a origem geográfica dos entrevistados. Uma vez que o objetivo geral se centra no estudo dos rituais na família contemporânea, o nosso enfoque recaiu sobre indivíduos de classe média, selecionados empiricamente a partir do nível de instrução mínimo que contempla a conclusão do ensino secundário, e profissões centradas nos primeiros grupos da Classificação Nacional das Profissões¹¹.

Finalmente, quanto à delimitação espacial, a opção foi a de tomar uma cidade como Évora, de média-dimensão, que, em contexto português, representa, de algum modo, a norma dentro da exceção que constituem as duas únicas áreas metropolitanas do país. Por outro lado, a opção por uma cidade de média dimensão vem descentralizar a investigação sociológica em torno da família, afastando-a da área metropolitana de Lisboa onde tem sido particularmente profícua (Almeida, 1993; Torres, 1996 e 2002; Guerreiro, 1996), para avançar para novos terrenos. À semelhança de outros estudos em profundidade (Wall, 1998; Lalanda, 2003; Dias, 2004), procuramos, assim, contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico e para a compreensão de um cenário mais exaustivo sobre o quotidiano e as dinâmicas das famílias no Portugal contemporâneo que já conhecemos (Wall, 2005). Em suma, entrevistámos para o nosso estudo homens e mulheres de classe média, com pelo menos um filho com idade compreendida entre os 3 e os 14 anos de idade, residentes na cidade de Évora (Portugal) e que, independentemente da situação conjugal à data da entrevista, nela estivessem há, pelo menos, dois anos.

Efetivamente procurámos construir uma amostra que desse conta da máxima variabilidade dentro da tipicidade associada aos critérios estabelecidos à partida.

¹⁰ Critério utilizado para reconhecimento das uniões de facto do ponto de vista jurídico em Portugal (Art.º 1.º, 2.º da Lei n.º 23/2010 de 30 de agosto).

¹¹ Em particular: o Grupo 2 – Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; o Grupo 3 – Técnicos e profissionais de nível intermédio; o Grupo 4 – Pessoal administrativo e similares; e o Grupo 5 – Pessoal dos serviços de proteção e segurança da CNP/94 (IEFP, 2001).

Atendendo aos propósitos e aos contextos da investigação, a amostra final foi empiricamente construída de modo intencional (não probabilístico) e os entrevistados selecionados a partir da combinação de diferentes técnicas de recrutamento, tanto a de conveniência (através das redes pessoais e profissionais da investigadora), como em bola de neve (entrevistados acessíveis a partir de outros entrevistados).

O recurso a uma entrevista qualitativa foi a forma que encontramos para captar a perspetiva interior sobre o indivíduo enquanto membro de uma família que pretendíamos. Ao fazê-lo, identificamo-nos com a já longa tradição qualitativa de análise dos rituais familiares (Bossard e Boll, 1950; Viere, 2001; Fiese *et al.*, 2002) e reconhecemos as suas mais-valias para os objetivos em presença, sobretudo quando comparadas às metodologias quantitativas¹². A solução encontrada passou, então, por privilegiar a aproximação à entrevista de episódio (Flick, 1997; 2005). Este tipo de entrevista parte do pressuposto que as experiências dos indivíduos são armazenadas e recordadas na forma de conhecimento semântico (conceitos e inter-relações entre conceitos) e de narração de episódios (experiências, situações e circunstâncias concretas).

O trabalho de campo decorreu nos anos de 2008 e 2009. No final, obtivemos um total de trinta entrevistas válidas, integralmente conduzidas pela investigadora e registadas com recurso a gravador áudio. Após a transcrição *verbatim* procedemos à análise interpretativa dos dados através de uma análise de conteúdo, tendo como pano de fundo a tradição sociológica de análise qualitativa (Glaser e Strauss, 1967). As narrativas analisadas foram perspetivadas não como um fim em si mesmo mas como uma “janela para a experiência humana” (Ryan e Bernard, 2000: 769) em busca de significado e compreensão e seguindo de perto as orientações de Laurence Bardin (1977) para a análise categorial temática e estrutural. Do ponto de vista instrumental, a análise de conteúdo foi efetuada com recurso a *software* para análise qualitativa de dados (*NVivo*, ©*QSR International*). Finalmente, para a apresentação dos dados e para a análise e discussão de resultados, optámos pela reconstrução textual de narrativas contextualizadas (Flick, 2005)¹³. São justamente as principais conclusões deste trabalho que apresentamos e discutimos nas páginas que se seguem.

¹² Referimo-nos, em particular, à utilização de escalas para avaliar a frequência e a importância dos rituais familiares: quer o FRI – *Family Routines Inventory* (Boyce *et al.*, 1983; Jensen *et al.*, 1983); quer o FRQ – *Family Ritual Questionnaire* (Fiese e Kline, 1993).

¹³ Perante as limitações de espaço a que o formato de artigo obriga, optámos por não incluir aqui quaisquer excertos das entrevistas realizadas. Remetemos, por isso, para o texto original de que partimos

4. Pequenos e Grandes Dias

Perante o discurso dedutivo e generalista de boa parte das definições e aceções aparentemente acabadas que, no domínio da teorização social contemporânea, adjetivam a família de “efêmera”, “fluida” e “frágil” (Brannen e Nielsen, 2005), pretendíamos, com este estudo, alcançar uma compreensão ampla, plural e atual das inúmeras evidências pelas quais a família se nos apresenta na contemporaneidade enquanto “categoria realizada” (Bourdieu, 1993). De modo transversal ao modelo de análise, na recolha de dados e, por fim, na análise que empreendemos, procurámos mapear a família nos seus múltiplos tempos e espaços diurnos e noturnos, ritmos matutinos e vespertinos. No dia a dia, ao longo da semana, do ano e no tempo das suas vidas, atentámos a pais e filhos, adultos e crianças e as muitas famílias a que pertencem: biparentais, monoparentais, nucleares e alargadas. Instigámos a linguagem silenciosa do espaço e a dimensão oculta do tempo como dimensões simbólicas estruturantes (Hall, 1986; 1996) e, por fim, encontrámos momentos iguais e “*banais*”, mas também alguns outros diferentes e “*especiais*”.

Centrados nos rituais familiares e com a questão de partida em pano de fundo, guiou-nos o conjunto de três sub-questões principais definidas ao início. Procurámos, primeiro, a resposta para a identificação das celebrações, tradições familiares e interações padronizadas que estruturam a constelação dos rituais familiares; depois, a sua caracterização em termos de protagonistas, espaços, tempos, sensações, símbolos e significados; por fim, a revelação das relações que estabelecem e o modo como se articulam com as estruturas e dinâmicas familiares, os contextos sociais de pertença e as dinâmicas de género.

Inscritos no calendário familiar (Daly, 1996), simultaneamente construído a partir do interior mas também pelo exterior (Imber-Black e Roberts, 1993), concluímos pela existência de uma multiplicidade e diversidade de rituais familiares. Centrados sobre a díade conjugal, a criança tomada individualmente ou na sua interação com pais e pares, ou ainda na família como um todo, os rituais ora envolvem o casal, ora mobilizam pais e mães *a solo* com os respetivos filhos, ora envolvem toda a família, incluindo nalguns casos também não-familiares.

a leitura das narrativas contextualizadas que, a um mesmo tempo, apresentam, analisam e discutem os resultados obtidos (Costa, 2011).

Mas, o que confere a determinadas práticas a adjetivação de ritual familiar? Os dados analisados destacam três dimensões como especialmente importantes. Primeiro, o tempo. Distintos das rotinas nas dimensões de comunicação, compromisso e continuidade (Fiese *et al.*, 2002; Fiese, 2006), os rituais familiares são momentos ou eventos que reservam para si um tempo protegido, que alteram a normalidade e que no quotidiano, ao longo do calendário anual das famílias ou do tempo de vida dos indivíduos que a elas se ligam, impõem um tempo diferente e especial, que pode ser antecipado e, mais tarde, lembrado e reinterpretado. Em segundo lugar, o espaço. A coordenada tempo funde-se no e com o espaço e dá-lhe significado. O espaço condiciona, molda e transforma o banal e a *performance* dos vários atores, ao mesmo tempo que define as fronteiras entre quem faz e não faz parte da família, quem é anfitrião ou convidado, protagonista ou destinatário. Finalmente, a emoção. Há um compromisso afetivo que une os vários protagonistas do ritual e que é responsável por uma espécie de colorido emocional que pincela tais ocasiões (Imber-Black e Roberts, 1993). Essas emoções não são apenas momentâneas, já que, como vimos, os rituais deixam vestígios emocionais quando cumpridos e mantêm significados em potência passíveis de serem visitados, revisitados e, também por isso, reinterpretados do ponto de vista da experiência afetiva e simbólica que consigo transportam.

Com vista à caracterização detalhada dos vários rituais familiares, retomámos e desenvolvemos a classificação de Wolin e Bennett (1984) que distingue entre celebrações, tradições familiares e interações padronizadas. Com base numa lógica eminentemente indutiva, reorganizámo-la a partir de um novo ponto de vista: o modo como os rituais servem os propósitos de construção social da família, hipótese aliás subjacente à nossa análise. Na delimitação de fronteiras, na definição e atribuição de papéis e ainda na criação e afirmação de uma representação e sentido sobre si próprias e a sua existência, começámos por distinguir os rituais que inscritos no dia a dia irrompem a normalidade do quotidiano e ajudam a construir a família *para dentro*. São momentos quotidianos ou semanais que acontecem tanto no espaço da casa como no espaço público e nos quais pais, mães e filho(s) são simultaneamente orquestradores e protagonistas de um conjunto de práticas que emergem como significativas. Os rituais que fazem parte destes “pequenos dias” – as rotinas de deitar que envolvem pais e filhos (e.g. o momento de contar as histórias de dormir para as crianças) e os dias e respetivas “chegadas” e “partidas” vividas semanalmente ou de quinze em quinze dias entre pais divorciados e os filhos cuja coabitação alternam com os ex-cônjuges – surgem

imbricados num quotidiano feito de dias normais, diferentes e alternados. Compreender o modo como estes rituais ajudam a construir a família na sua dinâmica interna obrigou, por isso, a olhar demorada e exaustivamente “as teias que a família tece”¹⁴: pela manhã, de tarde e à noite; nos dias de semana, Sábados e Domingos; na copa e na cozinha, no quarto das crianças ou ainda na arena do supermercado.

Um outro conjunto de rituais ajuda, principalmente, à construção da família para fora, isto é, perante o exterior. É certo que implicam também, de um ponto de vista interno, uma redefinição de papéis familiares e ajustamentos quotidianos vários. Apesar disso, agrupámo-los num todo por serem tradicionalmente vistos como ritos de passagem, hoje reinterpretados, mas ainda assim mantendo valor heurístico na conceptualização, definição e redefinição de fronteiras, ao adicionar novos membros (e.g. através do casamento, formas diversas de entrada na conjugalidade e nascimento de crianças) e subtrair outros (e.g. pela separação, divórcio ou morte de familiares significativos, aqui percecionada pelo momento do funeral e respetivas exéquias fúnebres).

Por fim, *in media res*, incluímos as festas de aniversário, as férias em família e ainda as ocasiões familiares regulares como a celebração do Natal. Não apenas operam ao nível da definição de valores de proximidade e pertença (para dentro, portanto), como também abrem espaço à inclusão de outros membros da família alargada ou do grupo de pares, e implicam, por vezes, deslocações no espaço e mobilidades físicas, geográficas, mas também imagéticas entre famílias do presente e do passado, reais e imaginadas.

Ao final, a análise e discussão dos resultados permite concluir de uma forma simultaneamente nova e original que a família, enquanto realidade sociológica, faz os rituais. A um mesmo tempo, estruturas e dinâmicas familiares, contextos sociais de pertença e dinâmicas de género contribuem para definir, moldar e estruturar a constelação de práticas adjetivadas como especiais. Porém, os rituais familiares são também um lugar de construção da família. Isto acontece justamente porque, pela conjugação das coordenadas tempo, espaço e emoção, servem o propósito de afirmar a suspensão da realidade que as famílias enfrentam: um tempo escasso, um espaço avulso e fragmentado, e uma ação que obriga mais à injunção que à reflexão. Simultaneamente, ajudam a construir o seu oposto: um tempo e espaço especial, atravessado pela emoção

¹⁴ Expressão tomada de empréstimo a João Arriscado Nunes (1992).

e memória. Ao suspenderem o quotidiano, os rituais familiares constroem, consolidam e reproduzem não apenas as famílias em que os indivíduos vivem, como também aquelas pelas quais vivem (Gillis, 1996).

Conclusão

A opção por “fixar” a família a partir dos rituais familiares, isto é, das práticas que empreendem (Morgan, 1996; 1999; 2011), permitiu, em suma, estabelecer e ampliar o argumento principal aqui desenvolvido, o de que as teorias da desinstitucionalização, individualização e risco são insuficientes para a compreensão do que é, hoje, a família, e de que é necessária uma abordagem mais texturada (Smart, 2005; 2008) que permita captar o seu significado enquanto espaço simultaneamente físico, relacional e simbólico (Saraceno, 1997).

Qual caleidoscópio, os rituais familiares permitem captar a um só tempo as dinâmicas familiares internas e externas nas suas múltiplas tensões e contradições. Para a construção da família enquanto espaço físico, contribuem com a afirmação de fronteiras em fluxo permanente, que oscilam entre as culturas da casa e da domesticidade (como se nota no momento que envolve o deitar e adormecer as crianças pequenas ou no cuidado colocado na antecipação das atividades dirigidas para os dias alternados que pais divorciados passam com os filhos, por exemplo de quinze em quinze dias); e o modo como a economia e cultura de consumo publicita e vende a possibilidade de encontrar uma família longe da família (por exemplo, em férias, na praia ou em parques temáticos, onde o cenário de diversão e fantasia ajuda a esbater as fronteiras que no dia a dia separam pais e filhos).

Do ponto de vista relacional, os rituais familiares levantam o véu sobre os vários modos e estruturas de relação que neles se jogam entre adultos e crianças. Da família biparental à monoparental, e da nuclear à alargada, afirmam os seus personagens centrais (a criança e também o casal), revelam novos (o homem-pai, os pais e mães divorciados, mas também os avós, graças ao prolongamento da esperança de vida e à melhoria generalizada da qualidade de vida de que a terceira idade beneficia atualmente) e redescobrem os velhos (a mulher-mãe e as famílias de origem e alargada, como bem comprovam as narrativas em torno da pressão, importância ou simplesmente influência de pais e sogros em esferas hoje aparentemente tão individualizadas quanto os modos de assinalar a entrada na conjugalidade, o momento do nascimento das crianças ou ainda

no confronto com uma morte significativa e o direito à privatização da dor). Ao mesmo tempo que (re)descobrem os vários elementos que compõem a família em rede, os rituais familiares revelam também os enredos por detrás de cenários, guiões e protagonistas tão diversificados, suas tensões e contradições.

Por último, inscrevem-se num universo de construção do simbólico ancorado nas “famílias imaginadas” e na estética familiar que lhes subjaz, o que, por sua vez, ajuda à construção da identidade e da memória familiar. Paradoxalmente, a força da imagem da família enquanto espaço simbólico radica no irreal e na efemeridade do “ser família” que os rituais encerram. O ritual suspende as divergências e produz um sentido de unidade. A injunção e esforço canalizado para a sua realização, manutenção ou continuidade são um sinal da própria existência e continuidade da família: além da fluidez do dia a dia, como nas rotinas de deitar as crianças, ao garantir as férias a que “têm direito”, ou fazer a festa de aniversário para assinalar um dia “especial”; além da distância espacial como nos momentos vividos entre filhos e pais divorciados ou entre famílias aquando do Natal; além da fluidez das relações familiares, como acontece na afirmação ritualista da entrada na conjugalidade ou no encontro de familiares na visita hospitalar a mãe e bebé; e, por fim, além da própria morte, com as reuniões em cerimónias fúnebres, mesmo que – não raro – essas mesmas reuniões deixem nos indivíduos a sensação de que pertencem a uma “família de estranhos”. Neste último caso, a injunção à celebração dos rituais pode ser geradora de tensões familiares e obrigar a uma redefinição dos modos e locais de celebração, mas a ideia – e a prática – da “reunião familiar” não parece ser afetada. Estabilidade e mudança são, assim, condição obrigatória: o facto de a família *toda* se reunir novamente, apesar das contingências, obriga à institucionalização da mudança, seja pela inclusão ou exclusão, à integração e diluição do conflito e sua incorporação na renovação cíclica que garante a continuidade da família. O ritual assume, desta forma, as funções de reificação da família relativamente ao passado, de gestão dos recursos quanto ao presente e de reprodução no que respeita ao futuro (Cheal, 1988) e à construção da memória familiar (Muxel, 1996).

A concluir, vimos assim confirmada e ampliada a nossa hipótese de partida. Os rituais constituem, efetivamente, lugares de construção da família contemporânea enquanto espaço simultaneamente físico, relacional e simbólico, tanto *para dentro*, quanto *para fora*: na delimitação de fronteiras, na definição e atribuição de papéis e ainda na criação e afirmação de uma representação e sentido sobre si próprias e a sua

existência. Tendencialmente, são hoje privados, individualizados e sentimentais, ao mesmo tempo que fortemente matizados por estruturas e dinâmicas familiares, contextos sociais de pertença e dinâmicas de género. A compreensão do modo como os rituais familiares constroem a família contemporânea obriga a olhar à forma como as próprias famílias os determinam, idealizam e estruturam, e é da imbricação entre estes dois lados que resulta o seu carácter “especial”. É no prolongamento, mas também na antítese entre o quotidiano dos “pequenos dias” e a exceção dos “grandes”, que se forja, afinal, a família; tese que insinua a atualidade de Durkheim em torno da função social do rito, mais de cem anos volvidos sobre *As Formas Elementares da Vida Religiosa*.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. N. (1993), *A Fábrica e a Família. Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.
- ARIÈS, P. (1988), *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d'Água.
- BARDIN, L. (1977), *L'Analyse de Contenu*, Paris, Presses Universitaires de France.
- BAUMAN, Z. (1999), *Modernidade e Ambivalência*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- (2001), *The Individualized Society*, Cambridge, Polity.
- (2006), *Amor Líquido – Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*, Lisboa, Relógio d'Água.
- BECK, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, London, Sage Publications.
- BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. (1995), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity.
- (2002), *Individualization. Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*, London, Sage Publications.
- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (1994), *Reflexive Modernization*, Cambridge, Polity.
- BECK-GERNSHEIM, E. (2002), *Reinventing the Family: In search of New Lifestyles*, Cambridge, Polity.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. (1999), *A Construção Social da Realidade*, Lisboa, Dinalivro.
- BOSSARD, J. H. S.; BOLL, E. S. (1950), *Ritual in Family Living – A Contemporary Study*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- BOURDIEU, P. (1982), “Les Rites comme actes d'institution”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 43, pp. 58-63.
- (1993), “À propos de la famille comme catégorie réalisée”, in *Actes de la recherche en sciences sociales*, 100, pp. 32-36.

- BOYCE, W. *et al.* (1983), “The family routines inventory: Theoretical origins”, in *Social Science & Medicine*, 17 (4), pp. 193-200.
- BRANNEN, J.; NIELSEN, A. (2005), “Individualization, choice and structures: a discussion of current trends in sociological analysis”, in *The Sociological Review*, 53 (3), pp. 412-428.
- BURGUIÈRE, A. *et al.* (Dir.) (1995), *História da Família*, 4 Vols., Lisboa, Terramar.
- CHEAL, D. (1988), “The Postmodern Origin of Ritual”, in *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 18 (3), pp. 269-290.
- CHURCHILL, S. L.; STONEMAN, Z. (2004), “Correlates of family Routines in Head Start Families”, in *Early Childhood Research & Practice*, 6 (1) [Consult. a 17.10.2010]. Disponível em: <http://ecrp.uiuc.edu/v6n1/churchill.html>.
- COSTA, R. P. (2011), *Pequenos e Grandes Dias. Os Rituais na Construção da Família Contemporânea*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, área de especialização Sociologia Geral, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/4770>.
- CROW, G. (2005), “Family sociology’s paradoxes”, Paper presented at the *Annual Conference of the British Sociological Association*, University of York, March 21-23, 2005, British Sociological Association Web page [Consult. a 17.10.2010]. Disponível em: http://www.britisoc.co.uk/user_doc/05BSAConfCrowGraham.pdf.
- DALY, K. J. (1996), *Families & Time – Keeping Pace in a Hurried Culture*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- DECHAUX, J.-H. (2007), *Sociologie de la Famille*, Paris, Éditions La Découverte.
- DIAS, Isabel (2004), *Violência na Família. Uma Abordagem Sociológica*, Porto, Edições Afrontamento.
- DURKHEIM, É. (1888), “Introduction à la sociologie de la famille”, in *Annales de la Faculté des Lettres de Bordeaux*, 10, pp. 257-281.
- (1975), “Introduction à la Sociologie de la Famille”, in V. Karady, *Émile Durkheim – Textes – Fonctions sociales et institutions*, Paris, Les Editions de Minuit, pp. 9-34.
- (2002), *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, Oeiras, Celta Editora.
- FIGESE, B. H. (2006), *Family Routines and Rituals*, New Haven and London, Yale University Press.
- FIGESE, B. H. *et al.* (1993), “Family Rituals in the Early Stages of Parenthood”, in *Journal of Marriage and the Family*, 55 (3), pp. 633-642.
- (2002), “A review of 50 years of research on naturally occurring family routines and rituals: cause for celebration?”, in *Journal of Family Psychology*, 16 (4), pp. 381-390.
- FIGESE, B. H.; KLINE, C. A. (1993), “Development of the family ritual questionnaire: Initial reliability and validation studies”, in *Journal of Family Psychology*, 6 (3), pp. 290-299.

- FLICK, U. (1997), *The episodic interview. Small scale narratives as approach to relevant experiences*, series paper, [Consult. a 29.10.2010]. Disponível em: <http://www2.lse.ac.uk/methodologyInstitute/pdf/QualPapers/Flick-episodic.pdf>.
- (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa, Monitor.
- GIDDENS, A. (1996), *Transformações da Identidade – Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, 2.^a ed., Oeiras, Celta Editora.
- (2000a), *As Consequências da Modernidade*, 4.^a ed., Oeiras, Celta Editora.
- (2000b), *Sociologia*, 2.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- (2001), *Modernidade e Identidade Pessoal*, 2.^a ed., Oeiras, Celta Editora.
- GILLIS, J. R. (1996), *A World of their Own Making. Myth, Ritual, and the Quest for family Values*, Cambridge, Harvard University Press.
- GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. (1967), *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Chicago, Aldine Publishing Company.
- GOFFMAN, E. (1974), *Les Rites d'Interaction*, Paris, Ed. de Minuit.
- GUERREIRO, M. D. (1996), *Famílias na Actividade Empresarial – PME em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- HALL, E. T. (1986), *A Dimensão Oculta*, Lisboa, Relógio d'Água.
- (1996), *A Dança da Vida. A outra dimensão do Tempo*, Lisboa, Relógio d'Água.
- IEFP (2001), *Classificação Nacional de Profissões – versão 1994*, 2.^a ed., Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- IMBER-BLACK, E.; ROBERTS, J. (1993), *Rituals for Our Times: Celebrating, Healing, and Changing our Lives and our Relationships*, New York, Harper Perennial.
- IMBER-BLACK, E.; ROBERTS, J.; WHITING, R. A. (Eds.) (2003), *Rituals in Families & Family Therapy*, rev. ed., New York, W. W. Norton & Company.
- JENSEN, E. W. *et al.* (1983), “The Family Routines Inventory: Development and Validation”, in *Social Science Medicine*, 17 (4), pp. 201-211.
- JOHNSON, C. L. (1988), “Socially Controlled Civility. The functioning of rituals in the divorce process”, in *American Behavioral Scientist*, 31 (6), pp. 685-701.
- KAUFMANN, J.-C. (1989), *La Vie Ordinaire. Voyage au Coeur du Quotidien*, Paris, Édition Gréco.
- (1993), *Sociologie du Couple*, Paris, PUF.
- (1997), *Le Coeur à l'Ouvrage – Théorie de l'Action Ménagère*, Paris, Édition Nathan.
- (2000), *A Mulher Só e o Príncipe Encantado. Inquérito sobre a Vida a Solo*, Lisboa, Editorial Notícias.
- KELLERHALS, J.; TROUTOT, P.-Y.; LAZEGA, E. (1989), *Microsociologia da Família*, Mem Martins, Publicações Europa América.

- LALANDA, P. (2003), *Transições Familiares e Construção da Identidade das Mulheres*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (texto policopiado).
- LEACH, E. R. (1954), *Political Systems of Highland Burma. A Study of Kachin Social Structure*, London, G. Bell.
- LOBO, C. (1995), “Do (re)casamento às estratégias de recomposição familiar”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 18, pp. 69-95.
- (1996), “Padrastos no quotidiano: estratégias de construção social do papel do padrasto”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 19, pp. 67-82.
- (2009), *Recomposições Familiares: Dinâmicas de um processo de transição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- LUESCHEN, G. et al. (1971), “Family organization, interaction and ritual: a cross-cultural study in Bulgaria, Finland, Germany and Ireland”, in *Journal of Marriage and the Family*, 33 (1), pp. 228-234.
- MILLS, C. W. (1975), *A Imaginação Sociológica*, 4ª. ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MORGAN, D. H. J. (1996), *Family Connections – An Introduction to Family Studies*, Cambridge, Polity Press.
- (1999), “Risk and family practices: accounting for change and fluidity in family life”, in E. B. Silva e C. Smart (Eds.), *The New Family?*, London, Sage, pp. 13-30.
- (2011), *Rethinking Family Practices*, Hampshire, Palgrave Macmillan.
- MUXEL, A. (1996), *Individu et Mémoire Familial*, Paris, Éditions Nathan.
- NEUBURGER, R. (2003), *Les Rituels Familiaux. Essais de systématique appliquée*, Paris, Éditions Payot.
- NEWMAN, D. M. (2010), *Sociology – Exploring the Architecture of Everyday Life*, brief ed., Los Angeles, Pine Forge Press.
- NUNES, J. A. (1992), “As Teias que a Família Tece: alguns problemas da investigação de campo em Sociologia da Família”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, pp. 39-64.
- PETT, M. A.; LANG, N.; GANDER, A. (1992), “Late-Life Divorce. Its impact on Family Rituals”, in *Journal of Family Issues*, 13 (4), pp. 526-552.
- PRES, Á. (1997), “Échantillonnage et recherche qualitative: essai théorique et méthodologique”, in Poupart et al., *La Recherche Qualitative. Enjeux Épistémologiques et Méthodologiques*, Montréal, Gaëtan Morin, pp. 113-169.
- QUIVY, R. ; CAMPENHOUDT, L. V. (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- ROUSSEL, L. (1989), *La Famille Incertaine*, Paris, Odile Jacob.

- RYAN, G. W.; BERNARD, H. R. (2000), “Data management and analysis methods”, in N. Denzin e Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research*, 2nd ed., Thousand Oaks, Sage Publications, pp. 769-802.
- SARACENO, C. (1997), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa.
- SHORTER, E. (1995), *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar.
- SINGLY, F. de (1993), *Sociologie de la Famille Contemporaine*, Paris, Nathan.
- (2001), *Livres Juntos – O Individualismo na Vida Comum*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- SILVA, E. B.; SMART, C. (Eds.) (1999), *The New Family?*, London, Sage.
- SMART, C. (2005), “Textures of family life: further thoughts on change and commitment”, in *Journal of Social Policy*, 34 (4), pp. 541-546.
- (2007), *Personal Life – New Directions in Sociological Thinking*, Cambridge, Polity Press.
- (2008), “Relationality and socio-cultural theories of family life”, *Draft paper* apresentado na *ESA Research Network on Sociology of Family and Intimate Lives “Family in the making: theorizing family in the contemporary European context”*, August 27-29, 2008, Helsinki, University of Helsinki.
- SMART, C.; SHIPMAN, B. (2004), “Visions in monochrome: families, marriage and the individualization thesis”, in *The British Journal of Sociology*, 55 (4), pp. 491-509.
- THERY, I. (1993), *Le Démariage*, Paris, Odile Jacob.
- TORRES, A. C. (1996), *Divórcio em Portugal – Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta Editora.
- (2002), *Casamento em Portugal. Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- TURNER, V. (1980), *La Selva de los Simbolos. Aspectos del Ritual Ndembu*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores.
- (1995), *The Ritual Process. Structure and Anti-Structure*, New York, Aldine de Gruyter.
- VAN GENNEP, A. (1965), *The Rites of Passage*, London and Henley, Routledge and Kegan Paul.
- VIERE, G. M. (2001), “Examining family rituals”, in *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, 9 (3), pp. 285-288.
- WALL, K. (1998), *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- (2005), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- WEBER, M. (1947), *The Theory of Social and Economic Organization*, New York, The Free Press.
- WHITESIDE, M. F. (1989), “Family Rituals as a Key to Kinship Connections in Remarried Families”, in *Family Relations*, 38 (1), pp. 34-39.
- WOLIN, S. J.; BENNETT, L. A. (1984), “Family Rituals”, in *Family Process*, 23 (3), pp. 401-420.

Artigo recebido a 28 de fevereiro de 2013. Publicação aprovada a 7 de janeiro de 2014.

Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais

Magda Nico¹

Instituto Universitário de Lisboa e
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Resumo

Os momentos de vida em que os indivíduos mudam de casa e a duração e condições da permanência numa determinada residência contribuem de forma relevante, no estudo da mudança social, para o estabelecimento de efeitos *período, geração e idade* tão caros à *perspetiva do curso de vida*. Neste artigo, estas relações são exploradas com base nos eventos de vida – profissionais, familiares, disruptivos – responsáveis pela mudança de casa. A análise é desenvolvida através da base de dados longitudinal do projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), “Trajetórias Residenciais e Metropolização: continuidades e mudanças na Área Metropolitana de Lisboa” (ISCTE-IUL, Dinâmia-CET), amavelmente cedida para efeitos desta publicação.

Palavras-chave: mobilidade residencial; carreira habitacional; eventos de vida.

Abstract

Patterns of home-changing and life events: analysis of residential careers

The moments or events of life when the individuals change home and the duration and conditions of their permanence in such homes contributes in a relevant manner, in the study of social change, to the analysis of the period, generations and age effects, fundamental to the life course perspective. In this paper, these relationships are explored through the life events – professional, domestic or disruptive – responsible for the process of changing home. This analysis is developed with the longitudinal dataset of the Project “Residential Trajectories and Metropolization: continuities and changes in the Lisbon Metropolitan Area” (ISCTE-IUL, Dinâmia-CET), funded by *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (FCT) and kindly made available for the purpose of this publication.

Keywords: residential mobility; housing careers; life-events.

¹ Investigadora de Pós-Doutoramento do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: CIES-IUL, Edifício ISCTE, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. *E-mail*: magda.nico@iscte.pt

Résumé | *Les modèles de déménagements et les événements de vie: une analyse des parcours résidentiels*

Les moments de la vie où les individus déménagent et la durée et les conditions de séjour dans une résidence particulière contribuent, de façon pertinente, à l'étude du changement social, pour la création d'effets de période, génération et âge si chers à la perspective des parcours de la vie. Dans cet article, ces relations sont explorées en fonction des événements de la vie – professionnels, familiaux, perturbateurs – responsables du déménagement. L'analyse est effectuée à travers la base de données longitudinale du projet financé par la *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (FCT), “Trajectoires Résidentielles et Métropolisation: continuités et les changements dans la Région Métropolitaine de Lisbonne” (ISCTE-IUL, Dinâmia-CET), qui a été aimablement cédée aux fins de cette publication.

Mots-clés: mobilité résidentielle; carrière logement; événements de la vie.

Resumen | *Patrones de mudanza de casa y eventos de vida: un análisis de las trayectorias de vivienda*

Los momentos en la vida en que los individuos cambian de casa y la duración y condiciones de permanencia en una determinada residencia contribuyen de manera relevante, en el estudio del cambio social, para establecer los impactos de periodo histórico, generación y edad tan valorados en la perspectiva del curso de la vida. En este artículo, estas relaciones son estudiadas a partir de los eventos – profesionales, familiares, disruptivos – de la vida responsables por el cambio de vivienda. El análisis es desarrollado desde la base de datos longitudinal del proyecto financiado por la *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (FCT), “Trayectorias Residenciales y Metropolización: continuidades y cambios en el Área Metropolitana de Lisboa” (ISCTE-IUL, Dinamia-CET), amablemente cedida para efectos de esta publicación.

Palabras clave: movilidad residencial; carreras habitacionales; eventos de vida.

Introdução

O mercado de habitação é considerado uma das esferas esquecidas dos estudos sobre estratificação e desigualdades sociais (Kurz e Blossfeld, 2004). Assim sendo, a mobilidade residencial dos indivíduos que enquanto produto do curso de vida é capaz de incorporar e de refletir, numa escala macro, mudanças geracionais profundas na sociedade portuguesa e, numa escala micro, clivagens sociais entre os indivíduos ao nível dos seus eventos de vida, não tem sido frequentemente alvo de uma análise sistemática. Este artigo pretende precisamente discutir o conceito de mobilidade residencial, através de uma análise que partindo dos eventos de vida dos indivíduos – sejam eles da esfera familiar, profissional ou outra – se centra nos movimentos e nas decisões residenciais que sustentam a dinâmica do mercado de habitação.

Estas questões serão abordadas com base nos dados quantitativos de um projeto financiado pela Fundação para a Ciência e para a Tecnologia, intitulado “Trajectórias Residenciais e Metropolização: continuidades e mudanças na Área Metropolitana de Lisboa” (TDC/CS-SOC/102032/2008), amavelmente cedidos para efeitos desta publicação.² Esta componente quantitativa do projeto foi concretizada pela aplicação de um inquérito à população nascida entre 1945-1975, atualmente a residir na Área Metropolitana de Lisboa. A amostra pretendeu garantir a representatividade dos vários escalões etários compreendidos no intervalo mais lato atrás mencionado (Pereira, Ferreira, Ramos e Coto, 2012; Site Oficial do Projeto).³

A análise centrar-se-á nos aspetos que, segundo a própria apreciação subjetiva do indivíduo relativamente às casas por onde passa, subjazem às mudanças residenciais ao longo do seu curso de vida, e é desenvolvida de duas formas. A primeira abordagem consiste na caracterização das mudanças de casa dos inquiridos e permite identificar, no todo das mudanças de casa registadas no inquérito, e independentemente da sua ordem, da sua direção geográfica ou das características sociais dos indivíduos, quais os eventos, motivos e estatutos de curso de vida que mais justificam as mudanças de casa, e quais as suas variações e oscilações ao longo do tempo social e individual (a unidade de análise é a mudança de casa⁴). Neste caso, a estratégia analítica utilizada é descritiva uni e bivariada, com o auxílio do *software* estatístico SPSS IMB® para os cruzamentos entre variáveis, e do Microsoft Excel para a organização prévia dos dados. Na segunda abordagem, é feita uma “análise de forma holística” (Cohler e Hostetler, 2002: 560; Nico, 2011: 248-258) das trajetórias propriamente ditas, tendo-se em conta os padrões de mudanças de casa e dedicando especial atenção ao regime de ocupação da casa e ao lugar de classe do indivíduo (a unidade de análise é o indivíduo⁵). Nesta abordagem, a base de dados foi trabalhada e codificada sem recurso a programação, e em Microsoft

² Mais informações podem ser consultadas no site oficial do projeto (<http://www.trajectorias-residenciais.com>).

³ Os três grupos etários construídos pela equipa do projeto são os nascidos entre 1945-1954, entre 1955-1964 e entre 1965-1975. Esta divisão consubstancia-se também historicamente: a primeira coorte terá vivido a sua autonomia residencial durante o período ditatorial; a segunda coorte no pós-transição democrática, entre a revolução de 1974 e a adesão à então Comunidade Económica Europeia; e a terceira coorte terá vivido a sua autonomia residencial durante os efeitos de modernização cultural, social, económica e educacional (Pereira, Ferreira, Ramos e Coto, 2012: 7). A diferenciação empiricamente verificada entre as trajetórias destas coortes etárias pode ser consultada em Pereira, Ferreira, Ramos e Coto (2012: 9).

⁴ N= 3651.

⁵ N=1500.

Excel, folha de cálculo essa onde também foi construído o conjunto de imagens representativas das trajetórias patentes no conjunto de Figuras 5. Para a seleção das gerações e das classes sociais foram usados os filtros desta folha de cálculo. A conjugação destas duas *camadas analíticas* do fenómeno da mobilidade residencial pretende contribuir para o conhecimento sociológico acerca da forma como as carreiras habitacionais devem ser entendidas como produto dos cursos de vida.

1. Carreiras habitacionais como produto do curso de vida

A mobilidade residencial é de difícil medição e definição. Tal tem sido constatado tanto em investigações no território europeu como norte-americano (Abramsson *et al. in* Strassmann, 2001). Como consequência, dada a complexidade do fenómeno, os estudos sobre mobilidade residencial centram-se, por vezes, em descrições e análises de movimentos no espaço que não são equivalentes entre si (Lelièvre *in* Strassmann, 2001: 8). Tal complexidade justifica-se pelo facto de a decisão de mudar de casa (a cabo dos agregados familiares constituídos por um ou mais indivíduos) ser o resultado de uma estrutura específica de oportunidades e constrangimentos e de permanecer ainda por explicar com detalhe e precisão a relação entre a intenção inicial da mudança e a sua concretização objetiva (Lelièvre e Lévy-Vroelant *in* Strassmann, 2001: 8). É neste contexto de complexidade e opacidade que a mobilidade residencial é muitas vezes confundida com migração. Esta última refere-se, porém, a movimentos de distâncias mais longas que se justificam mais por estruturas de oportunidade económica e por preferências climáticas (Morris e Winter, 1975: 83).

A relação causal entre mobilidade residencial e os eventos de vida é também de difícil estabelecimento, na medida em que todo o tipo de mobilidade, seja ela residencial ou profissional, é afetada por eventos de outras esferas da vida, muito especialmente os familiares (Huinink, Vidal e Kley, 2011: 3). Dada a grande interdependência entre os eventos de várias esferas da vida, o sentido das relações causais entre a trajetória residencial e a restante trajetória social do indivíduo e do agregado é de intricado estabelecimento. Neste artigo, a mobilidade residencial ou carreira habitacional será tratada como *variável dependente*, não obstante não terem sido utilizados modelos de regressão linear ou outras análises que sigam paradigmas da causalidade. Ao invés disso, apenas se assume que “os eventos de vida como ter um filho, perder o emprego, formar ou dissolver uma união conjugal estão associados à

mobilidade residencial. As necessidades e oportunidade de consumo de um agregado relacionadas com a habitação mudam consoante as circunstâncias da vida” (Rabe e Taylor, 2009: 1). Deste modo, a mobilidade residencial é “causada pela combinação dos acontecimentos da educação, emprego, estado civil, habitação e características e mudanças no seio do agregado” (Myers, 1999: 871).

1.1. A transição residencial como processo

Cada mudança residencial deve ser encarada como um processo. Os indivíduos mudam de residência “seguindo uma série de etapas de formação de preferências e de processos de tomada de decisão” (Coulter, van Ham e Feijten, 2010: 2). Há essencialmente dois conceitos que encapsulam esta ideia de mudanças residenciais como processo: o de *residential trajectories* (Rossi, 1955; Authier, 2010; Bonvalet e Brun, 2002) e o de *housing careers* (Ineichen, 1981) (apesar de alguns outros serem análogos, como o de *housing pathways*, de Clapham, 2002). Segundo Rossi, “a mobilidade residencial é proporcionada pela inadequação da habitação atual, acompanhada pelo desejo de mais espaço, de mudança no tipo de ocupação da casa e de menores custos a explicar o comportamento de realocação” (Rossi in Rabe e Taylor, 2009: 1). Deste ponto de vista, à mobilidade social está implícita a procura de uma maior adequação e de uma melhoria das condições de habitabilidade e, conseqüentemente, a ideia de uma mobilidade social ascendente baseada no acréscimo da qualidade da situação residencial. Estas melhorias dizem implicitamente respeito a diferenças no regime de ocupação, isto é, à mudança de regimes de ocupação por arrendamento para regimes de propriedade ou outras formas de *upgrade* do estatuto residencial (Winstanley, Thorns e Perkins, 2002), que serão exploradas neste artigo, sobretudo na última secção. Já o conceito de *housing careers* (Ineichen, 1981) permite, além disso, “ilustrar as formas em que a motivação é constringida e formada pelas escolhas habitacionais disponíveis” e dar conta das carreiras habitacionais como processos associados não apenas a estruturas de constringimentos e de oportunidades específicas como também às escolhas individuais e aos processos de decisão (Heath e Cleaver, 2003: 19).

As orientações mais comuns sobre mobilidade residencial incorporam, com relativa variabilidade, aspetos dos dois referidos conceitos (*residential trajectories* e *housing careers*). Butler, McAllister e Kaiser (1973) conceptualizavam a mobilidade

residencial como uma série de decisões interligadas que envolviam as experiências passadas de mobilidade residencial, as atuais preferências e intenções do indivíduo e o subsequente comportamento de mobilidade residencial. Esta abordagem da mobilidade residencial como um fenómeno que atravessa o tempo tem beneficiado, desde os anos 80 do século XX, da perspectiva do curso de vida, na medida em que esta, ao ser um *update* analítico da perspectiva do ciclo de vida, permite a identificação e a análise de eventos da vida que não são necessariamente previsíveis e que têm em conta as várias esferas da vida – familiar, profissional, conjugal, etc. –, que podem ter efeito na carreira habitacional (Coulter, van Ham e Feijten, 2010: 4).⁶

1.2. Os temas da mobilidade residencial

Têm sido quatro os principais temas no estudo da mobilidade residencial (Winstanley, Thorns e Perkins, 2002). Um deles, explorado no presente artigo, está relacionado com o modelo da etapa de vida e da sua relação com a mobilidade residencial, ou seja, com a forma como a mudança de residência serve para acomodar as normas culturais relativas à propriedade, a necessidade de mais espaço e, ainda, a mudança da composição etária e sexual da estrutura familiar (Morris *et al.*, 1976 *in* Winstanley, Thorns e Perkins, 2002: 815). O segundo grande tema, explorado apenas de forma latente neste artigo, é o da racionalidade económica, segundo o qual as mudanças de residência são tratadas como sendo resultado de processos de tomadas de decisão baseados sobretudo em racionalidade económica (Clark, 1982; McLeod e Ellis, 1982 *in* Winstanley, Thorns e Perkins, 2002: 815). Estão também presentes na literatura os estudos mais centrados no contexto e na comunidade envolvente, que ficaram de fora deste artigo, bem como os aspetos mais relacionados com as direções geográficas das mudanças residenciais, que se centram nos fatores “ambientais” da residência e na relação entre os residentes e a vizinhança (Winstanley, Thorns e Perkins, 2002: 817). Por fim, um último tema no interior dos estudos sobre mobilidade residencial prende-se com questões metodológicas, entre as quais com o facto de o conhecimento em torno do fenómeno da mobilidade residencial poder ainda ser muito

⁶ A título de exemplo, ver investigação qualitativa circunscrita à primeira saída de casa dos pais de uma camada mais jovem da população (dos 26 aos 32 anos em 2009), pretendeu identificar como é que eventos da vida que costumam passar despercebidos em análises mais estandardizadas, nomeadamente os amorosos (Nico, 2012), tiveram efeitos diretos (ainda que não absolutos) nas carreiras habitacionais dos jovens adultos (Nico, 2011: 235-297).

deficiente e insuficiente (mais concretamente por nem sempre se usarem dados longitudinais nem dados referentes a todo o agregado, em suma, por muitas vezes se acomodar a complexidade do fenómeno à simplicidade dos dados exigida pelos procedimentos e *softwares* estatísticos) (Winstanley, Thorns e Perkins, 2002: 817).

1.3. Os motivos e os eventos da mudança residencial

A literatura que explora os motivos, as motivações, os *triggers* e os eventos de vida que mais despoletam ou justificam a mudança de residência é vasta. Com base nesta pode distinguir-se, em primeiro lugar, as mudanças de casa voluntárias das involuntárias (Butler, McAllister e Kaiser, 1973) e, ainda, o grau de escolha e dos constrangimentos envolvidos na mudança de casa. Esta dimensão deve ser abordada tendo em conta a origem social dos indivíduos, o contexto de vida concreto em que estes se encontram no momento da mudança de casa e, ainda, o sentido ascendente ou descendente dessa mudança (em termos de regime de ocupação, de tipologia da casa, de zona geográfica, de qualidade de vida subjetiva, etc.).

Em segundo lugar, vale a pena destacar a ideia, muito presente na literatura, de que à mudança de regime de ocupação de uma casa está necessariamente associado um *upgrade* ou um *downgrade* residencial, ou seja, uma mobilidade residencial ascendente ou descendente. A noção é a de que existe uma hierarquia social entre o arrendamento e a propriedade, ou seja, de que “nas sociedades ocidentais, as mudanças consecutivas de casa revelam geralmente uma melhoria no preço, tamanho e qualidade da residência, bem como a passagem de arrendatário a proprietário em certa altura da vida” (Helderman, 2007: 239). A passagem de arrendatário a proprietário é considerada, por exemplo no contexto norte-americano, uma componente do *sonho americano*, uma recompensa ou até um direito, atribuído àqueles que seguiram de forma bem sucedida uma série de regras económicas (Blum e Kingston, 1984: 159). Embora relacionados com aspetos económicos e familiares e ainda com a integração na comunidade (Blum e Kingston, 1984: 162), as casas ocupadas pelos seus proprietários, em comparação com as casas ocupadas por arrendatários, são geralmente de melhor qualidade. Tal reflete-se na diferença entre a satisfação com a habitação reportada pelos proprietários e a reportada pelos arrendatários (Helderman, 2007: 241). Os motivos encontrados na literatura para a mudança de casas próprias para casas arrendadas prendem-se, portanto, com *downgrades* residenciais, sendo frequentemente resultado de eventos disruptivos como o divórcio, a separação ou o desemprego; de mudanças para zonas muito distantes

das suas origens; de envelhecimento ou de perda de mobilidade ou autonomia física (Helderman, 2007: 240; Rabe e Taylor, 2009: 1).

Estas duas abordagens face aos motivos da mudança residencial partem de um olhar mais macro-sociológico. Num olhar mais micro-sociológico, ainda que não tocando necessariamente na visão mais subjetiva e qualitativa dos processos de decisão da mudança residencial, encontram-se sobretudo três grandes *clusters* de motivos e de eventos de vida para a mudança residencial: os motivos relacionados com a família (que incluem tanto as uniões como as dissoluções conjugais, entre outras situações, a explorar de seguida), os motivos relacionados com o trabalho (mudar para mais perto do trabalho ou para perto de um novo trabalho), e os motivos relacionados com envelhecimento e saúde (Helderman, 2007: 240). Os motivos para a mudança residencial podem, assim, ser considerados resultado de determinados *strong* e *weak ties*, na medida em que podem ser resultado de eventos da esfera privada e familiar ou de eventos da esfera pública e profissional (Granovetter, 1973 *in* Belot e Ermisch, 2006: 2). De uma maneira geral, os motivos para a mudança residencial apresentados neste nível mais micro-sociológico estão associados ao conceito de *housing stress* que é “gerado quando os indivíduos residem num espaço, ou num bairro, que não dá resposta às suas necessidades ou preferências” (Coulter, van Ham e Feijten, 2010: 2).

Os acontecimentos da esfera familiar, efetivos ou planeados e especialmente os que se refletem diretamente numa alteração da estrutura e composição do agregado (Belot e Ermisch, 2006: 5), têm consequências muito bem documentadas na decisão e tipo de mudança residencial. “Mudar de casa permite aos agregados ajustar o seu contexto residencial a uma melhor resposta às suas necessidades e preferências residenciais” (Clark e Huang *in* Coulter, van Ham e Feijten, 2010: 2). Tal vai ao encontro da teoria de Rossi e de Doling, segundo os quais o “*housing stress* está intimamente relacionado com os ‘ciclos de vida’ individuais” (Coulter, van Ham e Feijten, 2010: 3). Segundo estes ciclos, os indivíduos vão alterando a sua estrutura doméstica à medida que a sua idade avança e que ocorrem determinadas transições de vida, as quais vão provocando *housing stress* e as respetivas reações ao mesmo (Coulter, van Ham e Feijten, 2010: 3). Verifica-se também que quanto menos flexível é a estrutura familiar, ou seja, quanto mais formal é o estado civil e maior é a presença de filhos, menor a probabilidade de um indivíduo mudar de residência (Belot e Ermisch, 2006: 5). Assim, no que se refere ao estado civil ou à situação conjugal, tem sido verificado que os indivíduos solteiros apresentam uma maior predisposição para a

mobilidade residencial do que os casados. Também a chegada de um (outro) filho, o momento de saída de casa dos pais e a dissolução conjugal tendem a proporcionar maior predisposição para a mobilidade residencial (Rabe e Taylor, 2009), como se pode confirmar nos dados aqui trabalhados. Com os casais, são as situações de arrendamento e as mudanças profissionais (novo trabalho, reforma, inatividade, etc.) que mais proporcionam a mobilidade residencial (Rabe e Taylor, 2009). As mudanças familiares ao nível da parentalidade também exercem efeitos ao nível da mobilidade residencial. Ter mais um filho estimula proprietários e arrendatários a mudar de casa, mesmo que se mantendo nas proximidades ou na mesma cidade, isto é, mudando as condições da habitação mas não necessariamente do estilo de vida ou quotidiano (Kulu e Milewski, 2007: 571). As mudanças de situações de arrendamento para situações de propriedade são também muito potenciadas pela chegada de um filho, sobretudo do primeiro (Deurloo *et al.*, 1994 *in* Kulu e Milewski, 2007: 572).

A relação entre trajetória profissional e mudança de residência, independentemente da distância e da direção entre a origem e o destino, é forte e está também muito bem documentada na literatura, nomeadamente das migrações económicas. De acordo com o modelo económico neo-clássico, “os indivíduos estão dispostos a mudar de casa se obtiverem com isso um maior rendimento ou puderem encontrar melhores empregos mais adequados às suas qualificações, tendo portanto em conta que a mais-valia financeira excede os custos da própria mudança” (Huinink, Vidal e Kley, 2011: 3). A relação causal entre estas duas trajetórias tende a estabelecer que a mobilidade residencial é um instrumento para a mobilidade ocupacional ascendente (Huinink, Vidal e Kley, 2011: 5), ou seja, para os indivíduos que têm como objetivo uma trajetória de mobilidade ocupacional ascendente, a propensão para a mobilidade residencial é maior, independentemente da distância entre a origem e o destino geográfico (Huinink, Vidal e Kley, 2011: 27).

2. Mudanças de casa e efeitos do curso de vida

Em teoria, as mudanças de casa podem ocorrer em qualquer altura da vida. No entanto, dada a relação próxima deste evento com outras circunstâncias e constrangimentos sociais, as mudanças de casa tendem a ser relativamente limitadas, apesar de variarem com a idade, período histórico, situação e estrutura familiar e profissional, entre outros fatores já mencionados. Na amostra aqui considerada foram

identificadas 3651 mudanças de casa (as *casas de partida* não foram contabilizadas para este efeito, a não ser quando se consubstanciaram enquanto *casa de regresso*). Entre os indivíduos atualmente residentes na Área Metropolitana de Lisboa, a grande maioria mudou de casa apenas uma ou duas vezes (39% e 29% das mudanças de casa, respetivamente), sendo muito menores as percentagens de mudanças de casa em número mais elevado (16% em 4 casas, 8% em 3% em 6, sendo progressivamente mais residual).

Mesmo em trajetórias residenciais relativamente curtas, em que as mudanças de casa são, em média e em moda, limitadas, encontram-se diferenças consideráveis entre a casa de partida e as subsequentes, tanto no que se refere ao tipo de casa como ao regime de ocupação. Estas diferenças denotam, desde já, processos de mobilidade ora ascendente ora descendente. Deste modo, e apesar dos tipos de casa mais frequentes entre os atuais habitantes da Área Metropolitana de Lisboa serem, nas casas de partida e nas de chegada, os apartamentos (novos e usados) e as moradias (novas e usadas), algumas distinções são relevantes. Nas casas de partida, são os imóveis usados que predominam, sobretudo as moradias, mas seguidas dos apartamentos, o que está relacionado com o facto de a origem de muitos dos atuais residentes da área metropolitana de Lisboa serem zonas mais limítrofes ou fora da mesma, eventualmente zonas mais rurais. Os tipos de casas predominantes nas casas de chegadas (que incluem, mas não apenas, a casa atual) refletem de certa forma o parque habitacional da zona metropolitana em análise. Assim sendo, o apartamento é o tipo de casa predominante, sobretudo o usado (com mais de 60% do total de casas de chegada), seguido do apartamento novo com mais de 15% do total de casas de chegada (Quadro 1). As moradias, sobretudo as usadas, mas também as novas, sofrem entre as casas de partida e as casas de chegada de um acentuado decréscimo, fruto simultaneamente da menor oferta e da menor procura deste tipo de casas em contexto urbano e cosmopolita. Apesar de permanecerem residuais, entre as casas de chegada são as casas tipicamente transitórias e associadas a uma fase específica da vida estudantil como os colégios internos, as residências de estudantes ou o aluguer de quarto ou parte de casa que são mais frequentes.

Quadro 1
Tipo de casa de partida e de chegadas (%)

	Casa de partida	Casas de chegada
Apartamento novo	7,2	16,0
Apartamento usado	36,1	61,6
Moradia nova	7,0	4,9
Moradia usada	46,0	13,5
Barraca	1,4	0,6
Casa degradada	0,3	0,1
Colégio interno	0,0	0,2
Residência de estudantes	0,0	0,2
Lar	0,1	0,1
Quarto/parte de casa	0,4	1,5
Pensão/hotel	0,1	0,2
Quartel	0,0	0,6
Outra. Qual?	1,3	0,5
Total	100,0	100,0

O regime de ocupação da casa verificado é, tanto nas casas de partida como nas casas de chegada, bastante binário. Somados, os casos de propriedade e os de arrendamento atingem percentagens acima dos 90%. No entanto, entre as casas de partida, o regime de ocupação em mais de 50% é o de propriedade, enquanto nas casas de chegada essa percentagem é mais reduzida, rondando os 40%. Estes resultados não contradizem a ideia de uma hierarquia social entre a propriedade e o arrendamento, na medida em que entre as que chamamos de casas de chegada estão as casas transitórias (por excelência ocupadas por arrendamento) e que entre as mudanças de casa estão previsivelmente sobre representadas as situações de arrendamento (dado que a mudança a partir de casa própria é, como vimos acima, muito menos provável). Aliás, como se poderá confirmar na última parte deste artigo, na maior parte de “últimas habitações” o regime de ocupação é, em todas as gerações e na grande maioria das classes sociais, o da propriedade (Conjunto de Figuras 5).

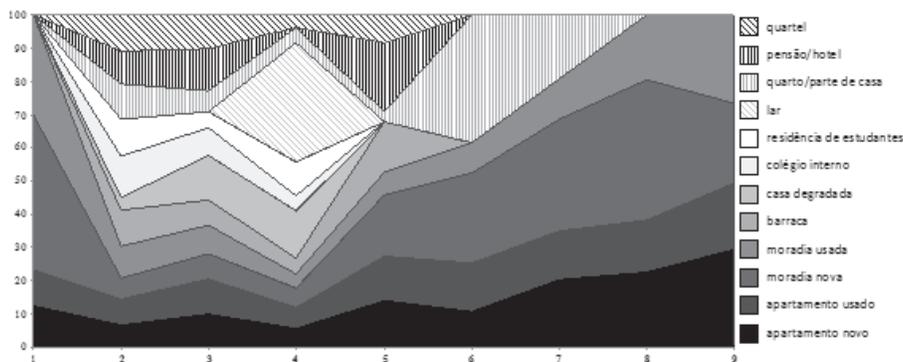
As razões identificadas pelos indivíduos para mudar de casa são bastante diversificadas.⁷ Os motivos mais mencionados confirmam as teorias atrás apresentadas e estão relacionados com mudanças na estrutura familiar (35% do total de razões apontadas), como o nascimento de filho(s) ou a saída dos filhos de casa (o que reflete

⁷ Só foi considerada a primeira numa hierarquia de três selecionada pelos respondentes.

fases diferentes do curso de vida), o fortalecimento de redes familiares ou acolhimento de familiares em casa e, sobretudo, com a entrada na corresponsabilidade conjugal (em 86% dos casos relacionados com a família). Este bloco de motivos familiares é seguido de um bloco de motivos escolares e sobretudo profissionais (26%). Ainda com expressão significativa, 20% dos motivos apontados são aspetos exógenos (relacionados com a zona, vizinhança ou infraestruturas) e endógenos (tipologia, dimensão, condições de habitabilidade) da habitação. Este três blocos de motivos refletem de forma evidente os temas abordados na literatura sobre mobilidade residencial. As respostas que estão relacionadas com eventos negativos e disruptivos no curso de vida (dissolução conjugal, viuvez, doença, dificuldades financeiras, etc.) e que denotam evidentemente mudanças involuntárias de casa estão representadas em cerca de 9%. Com os restantes cerca de 9% estão as razões associadas apenas com a primeira saída de casa dos pais ou do agregado doméstico de origem, concretizada *per se*, isto é, sem nenhum motivo profissional, educacional ou conjugal adicional.

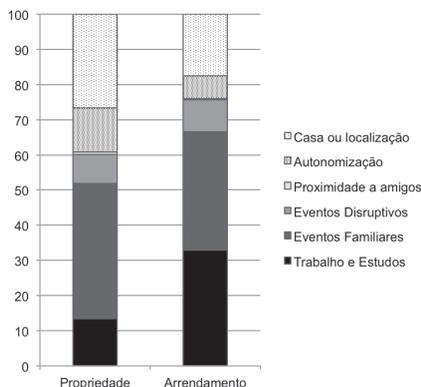
Num olhar micro do curso de vida, pode verificar-se que certas tipologias de casa estão associadas a certos momentos da vida, reflexo de períodos “demograficamente densos” (constituídos por autonomizações residenciais, inícios de corresponsabilidade conjugais, nascimento de filhos, etc.), do qual a transição para a vida adulta é provavelmente o melhor exemplo (Rindfuss, 1991) (Figura 1). Pode, nesse sentido, verificar-se que as residências transicionais como os colégios internos, residências de estudantes ou quartos ou partes de casa (associados ao período jovem-adulto), como os lares e os quartéis ou como as casas mais degradadas, tendem a ser experienciadas nas segundas, terceiras ou quartas residências, para dar de seguida lugar aos tipos mais frequentes de casas de chegada (e também de partida): os apartamentos e as moradias novas e usadas. Mesmo entre estas quatro predominantes categorias, pode verificar-se que as últimas casas tendem a ser tendencialmente mais novas do que usadas, o que vem contribuir para confirmar a ideia de uma mobilidade residencial ascendente ao longo da vida.

Figura 1
Número de casas por tipologia da casa da mudança de casa (%)



A ideia de uma mobilidade ascendente ao longo do curso de vida individual, pelo menos no que toca à passagem de um regime de ocupação de arrendamento para o de propriedade, confirma-se, de certa forma, no cruzamento entre o escalão etário e esse evento. À medida que se avança no curso de vida aumenta o número de compras de casa e aumentam também as mudanças de casa relacionadas com a casa propriamente dita, seja com as suas condições endógenas, seja com as suas condições exógenas. Desta forma, o regime de ocupação associado a cada mudança de casa está relacionado não só a um momento específico do curso de vida como também a diferentes motivações, voluntárias ou involuntárias (Figura 2). As mudanças por motivos de trabalho e de estudo encontram maior presença nas mudanças de casa para situações de arrendamento, por serem situações por natureza mais provisórias, transitórias e flexíveis que tendem a ser melhor respondidas por investimentos mais rápidos e a curto prazo. O mesmo sucede, em menor escala e com menor diferença entre os dois regimes, no caso dos eventos disruptivos, que tendem a exigir ao indivíduo uma mudança rápida, mais flexível e de menor custo do que a que se consubstancia com a mudança para uma casa própria. Pelo contrário, os eventos familiares associados a mudanças na estrutura do agregado doméstico (como a entrada na conjugalidade ou o nascimento de um filho), as mudanças proporcionadas por insatisfações com a tipologia ou condições de conforto da casa ou com a sua envolvente, infraestruturas ou vizinhança, são muito mais frequentes entre as mudanças para casa própria. Estes dois conjuntos de eventos são, por definição ou por desejo, encarados como mais irreversíveis ou pelo menos de mais lenta ou imprevisível alteração.

Figura 2
Regime de ocupação por principal razão da mudança de casa (%)



A variabilidade das razões que justificam as alterações da residência é sintomática de mudanças sociais ao nível do curso de vida numa perspetiva mais macro, isto é, tendo em conta o momento histórico ou social em que o evento ocorreu; e também numa perspetiva mais micro, isto é, tendo em conta o momento da vida individual em que a mudança de casa ocorreu (Figuras 3 e 4).

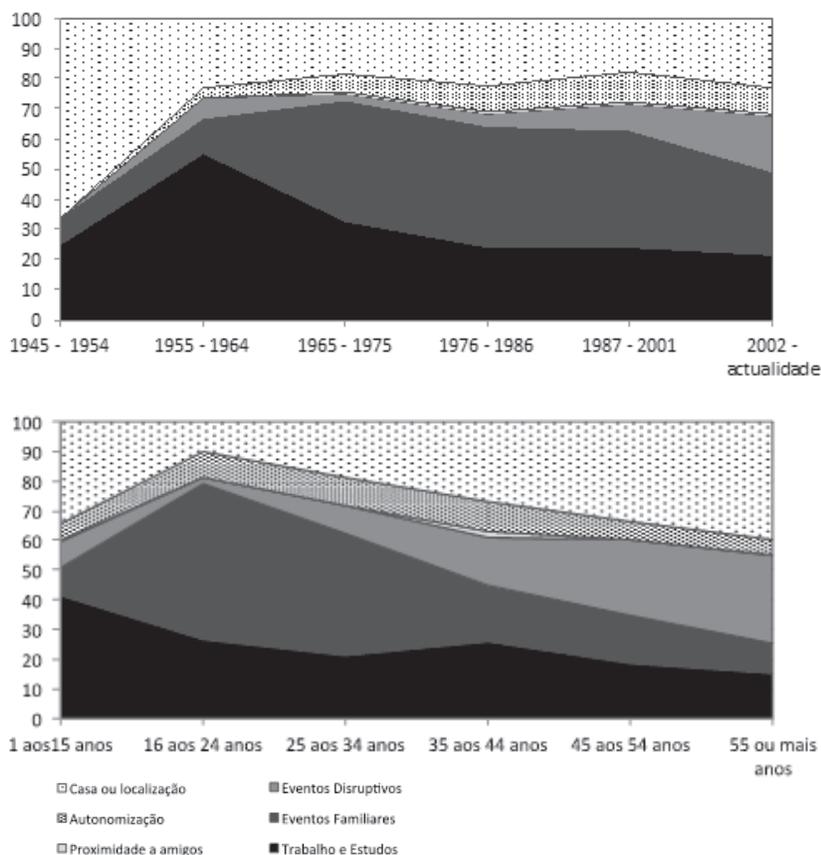
Assim sendo, numa perspetiva mais macro sociológica do curso de vida, pode verificar-se que, em meados do século XX, as mudanças de casa ocorrem por duas grandes ordens de motivos, muito provavelmente relacionadas entre si: as relacionadas com os aspetos endógenos e exógenos da habitação e as relacionadas com a procura de trabalho ou entrada no mercado de trabalho. Esta última ordem de razões sofre no período seguinte um acentuado aumento, com consequente diminuição proporcional das mudanças ocorridas por motivos relacionados com a casa propriamente dita, e com o aumento proporcional de outras ordens de razões para a mudança (entre os quais se destacam os eventos familiares, os eventos disruptivos e ainda o desejo de autonomização). Consolidado no período pré-revolução, as saídas de casa por motivos relacionados com o trabalho e com os estudos tendem a diminuir, fruto de um acentuado decréscimo de processos de migração interna e apesar de um aumento comedido das mudanças de casa relacionadas com a alteração de residência para frequência de ensino, nomeadamente superior. A centralidade dos eventos familiares como motivo para a mudança de casa (especialmente para a primeira), com grande destaque para a entrada na conjugalidade tem, desde o período pré-revolução, sido mantida (Nico, 2011). Estes

eventos são ainda hoje os que proporcionalmente mais se associam às mudanças de casa.

Pode verificar-se, porém, que as mudanças de casa que resultam de adaptações a eventos disruptivos têm vindo a ganhar relevo desde 2001. Este novo destaque tem fundamentalmente a ver ora com processos de dissolução conjugal ora com dificuldade financeira em manter o encargo mensal com a casa (eventualmente decorrente de situações de desemprego). Estas alterações diacrónicas nas razões por detrás da mudança de casa vão ao encontro de tendências demográficas fortes na sociedade portuguesa, das últimas décadas; como a desinstitucionalização das relações conjugais (mas persistência da importância dos eventos conjugais – de entrada ou dissolução – no desenrolar do restante curso de vida); e, mais recentemente, o expressivo aumento da taxa de desemprego.

Por outro lado, numa perspetiva mais micro-sociológica do curso de vida pode verificar-se que a principal razão para a mudança de casa está também profundamente relacionada com o momento da vida, aqui operacionalizado através do escalão etário, em que o evento ocorreu. As mudanças de casa até aos 15 anos do indivíduo deverão dizer evidentemente respeito a eventos ocorridos no seio do seu agregado doméstico, mais do que concretamente na sua vida, e por esse motivo não lhes será dado aqui grande destaque. O período seguinte, dos 16 aos 24 anos de idade, é o intervalo etário no qual a maioria dos eventos que despoletam mudanças de casa está relacionada com a esfera familiar, nomeadamente com a entrada na conjugalidade mas também na parentalidade. Com o passar dos anos, a importância dos acontecimentos familiares na decisão e concretização da mudança de casa diminui, dando lugar a outros dois blocos, alegadamente antagónicos, de eventos. Um destes está relacionado com a habitação propriamente dita, como, por exemplo, com um modelo de casa indesejado, a limitada dimensão ou as suas condições de habitabilidade (antiguidade ou funcionalidade). Esta ordem de motivos leva os indivíduos a mudar para habitações claramente melhores. Assim sendo, ao longo da vida dos indivíduos, parece ocorrer um aumento das mudanças de casa pautadas pela procura de maior conforto da habitação e de satisfação com a zona envolvente, ao qual está latente a ideia de uma mobilidade residencial ascendente. Contudo, na segunda ordem de motivos está latente uma alegada trajetória de mobilidade residencial descendente, na medida em que as mudanças de casa são fruto de eventos negativos e disruptivos do curso de vida como dissolução conjugal, viuvez ou dificuldade em manter o encargo com a habitação.

Figuras 3 e 4
Principal razão para a mudança de casa por período histórico e escalão etário do indivíduo à mudança de casa



3. Carreiras habitacionais e mudanças geracionais e sociais

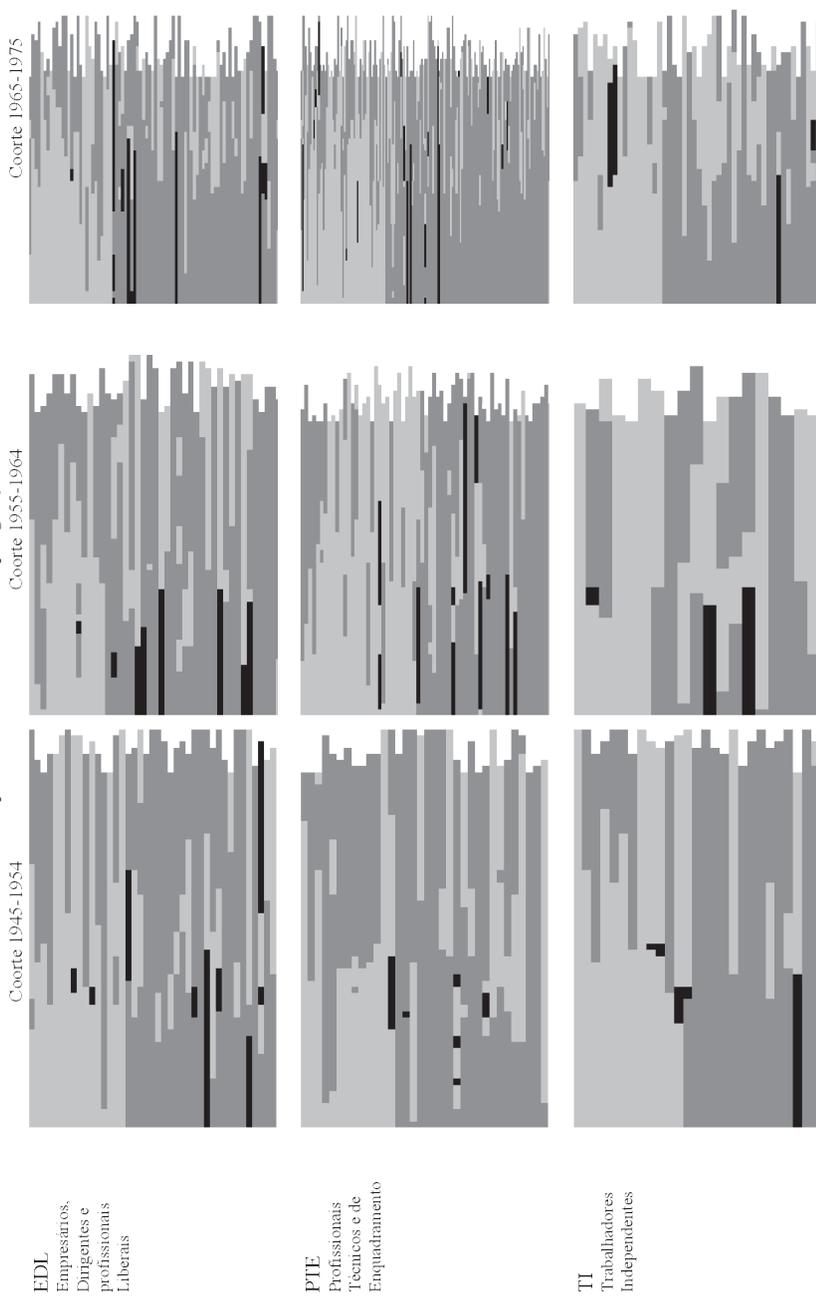
As carreiras habitacionais dos indivíduos refletem e acarretam diferenças sociais sincrónicas e diacrónicas da sociedade onde se desenvolvem. O estudo dos momentos de mudança de casa, dos períodos de permanência nas mesmas e da sua heterogeneidade por geração e lugar de classe contribui para uma análise sobre mudança social. O conjunto de figuras seguinte ilustra estes dados precisamente por coorte etária e lugar de classe (conjunto de figuras 5).⁸

⁸ Antes de mais, algumas notas para a leitura destas figuras: em cada linha está representada uma trajetória individual e cada mudança de tom representa uma mudança de casa. Em coluna estão representados os anos de vida do indivíduo. Os resultados foram apresentados por geração (três, em coluna) e por classe social (cinco, em linha).

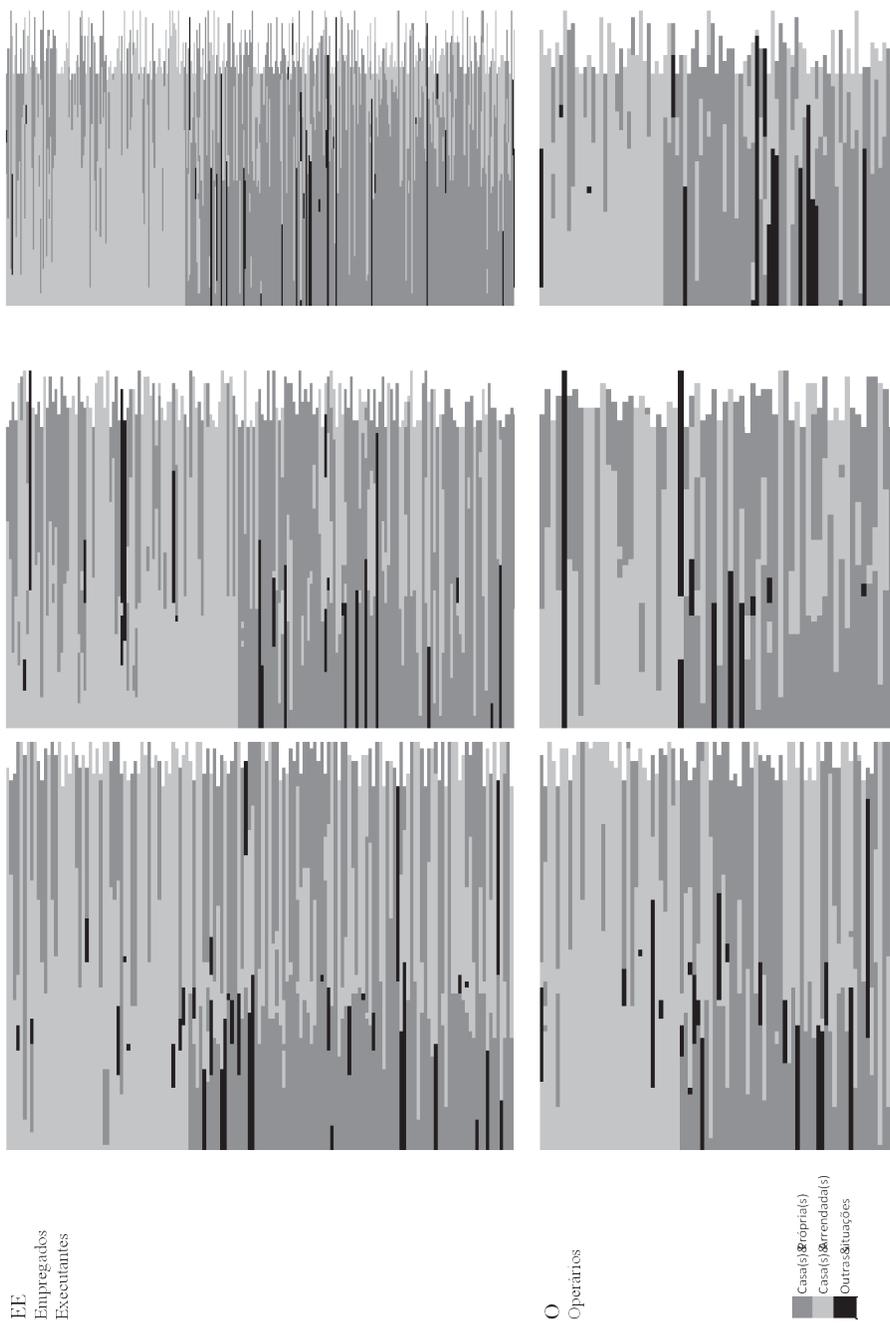
A ideia, atrás referida, de que entre as situações de arrendamento e de propriedade existe, *a la longue*, uma hierarquia social em que as mudanças de situações de arrendamento para situações de propriedade sugerem claramente trajetórias de mobilidade social ascendente (e que as situações inversas sugerem um *downgrade* residencial causado por eventos negativos ou disruptivos do curso de vida) (Helderman, 2007: 239), pode confirmar-se nesta amostra delimitada pela Área Metropolitana de Lisboa. De facto, embora menos frequentemente nas coortes etárias mais velhas e nas classes sociais da base, é visível a predominância dos casos que ilustram processos de mobilidade habitacional ascendente (de arrendamento como casa de partida e propriedade na casa de chegada) face aos que ilustram processos de mobilidade descendente.

Assim sendo, na classe dos Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL) e em todas as coortes etárias consideradas, as mudanças de casa dos indivíduos relevam que as situações predominantes são aquelas que ou partem de situações de propriedade e nelas se desfecham (tanto quando é possível averiguar isso nas coortes mais recentes, cujas trajetórias estão de certa forma incompletas) ou, partindo de situações de arrendamento, conduzem a situações de propriedade. No entanto, e mesmo para os indivíduos atualmente situados na classe dos EDL, é notório que no caso da coorte mais recente as situações provisórias e alegadamente transitórias de arrendamento de casa são mais longas do que nas coortes passadas. Tal refletirá em diferentes escalas – difíceis de determinar com os dados aqui disponíveis – as mudanças profundas na composição desta classe social (sobretudo de recursos escolares, com o aumento dos mesmos) e a acrescida dificuldade em atingir estabilidade profissional no presente momento histórico e económico em Portugal, mesmo para este grupo social.

Conjunto de figuras 5
Mapas de carreiras habitacionais por geração e classe social⁹



⁹ Para uma consulta dos Mapas de carreiras habitacionais por geração e classe social que têm em conta o número de casa, que serviu de base à presente análise, consultar https://www.academia.edu/5583212/Conjunto_de_figuras_5_Mapas_de_carreiras_habitacionais_por_geracao_e_classe_social



No caso dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE), o percurso da coorte dos 55 aos 64 anos aproxima-se mais do dos observados para as classes mais baixas, registando elevados níveis de reprodução social do arrendamento. Assim sendo, neste escalão etário, a reprodução social do arrendamento aparenta ter sido mais consequência de um efeito de episódio histórico – neste caso o congelamento das rendas fruto de políticas do Estado Novo (Melo, 2007) –, do que de efeitos da estrutura social. O caso dos Trabalhadores Independentes (TI), por sua vez, começa a demonstrar a tendência geral aqui encontrada e mais claramente visível nos extremos da escala social: quanto mais elevada a posição social, mais visível a predominância de casos em que tanto as casas de partida como de chegada são próprias, em que os períodos de arrendamento são mais curtos e em que os casos de reprodução social do arredamento são mais residuais. Assim sendo, no grupo dos TI, especialmente na coorte mais recente, a maior parte dos indivíduos vive atualmente em regime de arrendamento, o que relevará de uma de três ou da conjugação das três seguintes situações: períodos vividos em arrendamento mais longos; um crescimento das situações da reprodução social do arrendamento; um aumento da ocorrência de mobilidade habitacional descendente.

No caso dos Empregados Executantes (EE) e dos Operários (O) é clara uma predominância, por comparação às restantes classes, de casos em que a infância e o período anterior à autonomização habitacional foram vividos em contexto de arrendamento; de episódios de reprodução dessa experiência de arrendamento nas suas próprias vidas (ou seja, por casas de chegada em situações de arrendamento), isto é, uma maior predominância da reprodução social do arrendamento em todas as coortes; e ainda, sobretudo no grupo dos O e de um ponto de vista diacrónico, um crescimento dos casos de mobilidade residencial descendente.

Para resumir, à exceção do que se parece ter passado na coorte dos 55 aos 64 anos, a que mais diretamente terá sofrido os efeitos dos congelamentos das rendas no período do Estado Novo e que durante largos anos permaneceram intocáveis, as diferenças entre as classes sociais – mesmo tendo em conta que estas também são produtos diacrónicos e que apesar de um rótulo único, a sua composição interna é muito heterogénea – parecem ser mais marcadas do que as geracionais ou do que os episódios ou períodos históricos. A principal tendência diacrónica a apontar é de facto uma maior predisposição – causada por uma mais alargada estrutura de oportunidades e de mobilidade profissional ou, pelo contrário, por uma maior vulnerabilidade a eventos desencadeadores de processos de mobilidade habitacional descendente – para as situações de arrendamento.

Conclusões

As mudanças de casa são processos que, para além de envolverem uma série de decisões tomadas em contextos sociais, habitacionais e históricos específicos e que desenham, conjuntamente, carreiras habitacionais, devem também ser entendidas como indicadores que permitem analisar, sob a perspetiva do curso de vida, a mudança social. Neste artigo, e com base em dados do projeto “Trajectórias Residenciais e Metropolização: continuidades e mudanças na Área Metropolitana de Lisboa”, a estrutura social dos padrões de mudança de casa foi abordada tendo em conta essencialmente o regime de ocupação da casa, o evento de vida associado pelo próprio indivíduo à mudança de casa, o lugar no tempo social e individual dessa mudança, e ainda as alterações mais vastas de nível geracional e social ocorridas nas carreiras habitacionais dos indivíduos nas últimas décadas. Estes indicadores permitem analisar a hipótese de que a mobilidade residencial ascendente é provocada por mudanças de casa voluntárias, por mudanças de situações de arrendamento para situações de propriedade, por *upgrades* nos aspetos exógenos ou endógenos da casa propriamente dita, e é motivada por eventos de vida não disruptivos.

Com este artigo pretendeu-se usar o potencial do mercado de habitação enquanto indicador que contribui para o entendimento dos processos de estratificação, de desigualdades sociais (Kurz e Blossfeld, 2004) e de mudança social. Através de análises macro e micro do curso de vida, foi então possível verificar o forte impacto que determinados períodos históricos (como no caso Português, o do Estado Novo) e determinados momentos e eventos da vida têm nas trajetórias habitacionais dos indivíduos, e de que forma diferentes estratos sociais afetam e são afetados por estas mesmas trajetórias. Longe de ter esgotado todo o mencionado potencial, este artigo lança para linhas de investigação futuras as respostas a algumas questões, entre outras: como competem e são negociados, num mesmo agregado familiar, os vários motivos para a mudança de casa?; como responde o mercado de habitação, nomeadamente de arrendamento, a estas mudanças mais recentes na esfera familiar e profissional?; como se processa a reprodução social do regime de ocupação no interior de uma mesma família?

Os dados permitiram verificar que os vários tipos de razões apontadas pelos indivíduos atualmente residentes na AML para as suas mudanças de casa correspondem aos vários *triggers* da mudança de casa identificados na literatura (Winstanley, Thorns e

Perkins, 2002: 815). Estas razões são, nomeadamente, as relacionadas com a esfera privada e familiar, que justificam cerca de 35% do total de motivos apontados para mudar de casa (sobretudo no que se refere à entrada na conjugalidade) e que se coadunam com as perspetivas do modelo de etapas de vida; seguidas das relacionadas com a mobilidade ocupacional e profissional, eventualmente baseada em racionalidade económica; e, por fim, as relacionadas com os aspetos exógenos e endógenos da casa propriamente dita. Acrescente-se aqui a importância dos eventos disruptivos do curso de vida que, no total das mudanças de casa verificadas, justificam 9% das mesmas. Estes eventos de vida, porque caracterizados por momentos específicos do curso de vida ou por momentos de cariz positivo ou negativo – que implicam mudanças voluntárias ou involuntárias de casa –, estão também relacionados com o regime de ocupação da casa. Assim sendo, as mudanças de casa por motivos educacionais ou profissionais são mais frequentes nos casos de arrendamento, bem como sucede, numa menor escala, com os eventos disruptivos de vida. Pelo contrário, as mudanças do foro familiar ou as que se caracterizam por pretenderem corrigir ou melhorar aspetos endógenos ou exógenos da habitação são mais frequentes nos casos de mudança para regime de propriedade.

Os motivos para mudar de casa sofrem alterações ao longo da vida. Se as primeiras mudanças acarretam alterações na estrutura familiar propriamente dita e estão muito relacionadas com eventos de ordem familiar, as seguintes serão pautadas ou por processos de mobilidade habitacional ascendente nomeadamente através da melhoria das condições casa ou da sua envolvente ou, em menor proporção, por processos de mobilidade habitacional descendente caracterizados por mudanças de casa involuntárias, justificadas por momentos negativos e disruptivos de vida. Por fim, uma análise das carreiras habitacionais por geração e classe social permite-nos concluir que, à exceção de um período histórico pautado pelo congelamento das rendas (durante o Estado Novo) que veio criar uma certa homogeneização dos percursos nas várias classes sociais (à exceção dos EDL), inflacionando a predisposição para situações mais longas ou finais de arrendamento, as diferenças sociais parecem ser mais marcantes do que as geracionais. De uma maneira geral, o que se verifica também é que quanto mais elevada a posição social do indivíduo, mais predominante é a experiência de casa própria, tanto como casas de partida como de chegada, com períodos menos frequentes e mais curtos de regimes de ocupação pelo arrendamento.

Referências bibliográficas

- AUTHIER, Jean-Yves (Dir.) (2010), *Etat des Lieux sur Les Trajectoires Résidentielles*, Paris, PUCA.
- BELOT, Michèle; ERMISCH, John (2006), “Friendship ties and geographical mobility, evidence from the BHPS”, *ISER Working Paper* 2006-33, Essex, United Kingdom.
- BLUM, Terry C.; KINGSTON, Pau William (1984), “Home Ownership and Social Attachment”, in *Sociological Perspectives*, 27 (2), pp. 159-180.
- BONVALET, C.; BRUN, J. (2002), “Etat des lieux des recherches sur la mobilité résidentielle en France”, in Jean-Pierre Lévy e Françoise Dureau, *L'accès à la ville. Les mobilités spatiales en questions*, Paris, L'Harmattan, pp. 59-70.
- BUTLER, Edgar W.; MCALLISTER, Ronald J.; KAISER, Edward J. (1973), “The Effects of Voluntary and Involuntary Residential Mobility on Females and Males”, in *Journal of Marriage and family*, 35 (2), pp. 219-227.
- CLAPHAM, David (2002), “Housing Pathways: A Post Modern Analytical Framework”, in *Housing, Theory and Society*, 19 (2), pp. 57-68.
- CLARK, W. A. V. (1982), *Recent Research on Migration and Mobility: A Review and Interpretation*, Los Angeles, University of California.
- COHLER, Bertram; HOSTETLER, Andrew (2002), “Linking Life Course and Life Story. Social Change and the narrative study of Lives over Time”, in Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer, pp. 555-576.
- COULTER, Rory; VAN HAM, Maarten; FEIJTEN, Peteke (2010), “A longitudinal Analysis of Moving Desires, Expectations and Actual Moving Behaviours”, *IZA Discussion Paper* No. 5277, Institute for the Study of Labor, [Consult. a 12.05.2011]. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1700446.
- HEATH, Sue; CLEAVER, Elisabeth (2003), *Young, Free and Single? Twenty-somethings and Household Change*, New York, Palgrave MacMillan.
- HELDERMAN, Amanda C. (2007), “Once a homeowner, always a homeowner? An analysis of moves out of owner-occupation”, in *Journal of Housing and the Built Environment*, 22, pp. 239-261.
- HUININK, Johannes; VIDAL, Sergi; KLEY, Stefanie (2011), “Effects of Residential Mobility on Job Mobility over the Life Course”, *CIQLE Working Paper* 2011-01, New Haven, Yale University.
- INEICHEN, B. (1981), “The housing decisions of young people”, in *British Journal of Sociology*, 3 (2), pp. 252-258.
- KULU, Hill; MILEWSKI, Nadja (2007), “Family Change and Migration in the Life course: an introduction”, in *Demographic Research*, 17, pp. 567-590.

- KURZ, Karin; BLOSSFELD, Hans-Peter (Eds.) (2004), *Home Ownership and Social Inequality in Comparative Perspective*, California, Stanford University Press.
- MELO, Inês Quental (2007), *O mercado de Arrendamento. Principais Oportunidades e Fragilidades face ao Mercado de Habitação Própria*, Dissertação de Mestrado em Engenharia do Território, Lisboa, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- MORRIS, Earl W.; WINTER, Mary (1975), “A Theory of Family Housing Adjustment”, in *Journal of Marriage and the Family*, 37 (1), pp. 79-88.
- MYERS, Scott (1999), “Residential Mobility as a Way of Life: Evidence of Intergenerational Similarities”, in *Journal of Marriage and the Family*, 61, pp. 871-880.
- NICO, Magda (2011), *Transição Biográfica Inacabada. Transições para a Vida Adulta em Portugal e na Europa na Perspectiva do Curso de Vida*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Departamento de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa, policopiado.
- (2012), “Partidas, Largadas, Fugidas. Uma análise da saída de casa dos pais a partir dos pontos de viragem amorosos”, in *VII Congresso Português de Sociologia. Sociedade, Crises e Reconfigurações*, Porto, Associação Portuguesa de Sociologia, 19-22 Junho 2012, [Consult. a 05.12.2012]. Disponível em:
http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0050_ed.pdf
- PEREIRA, Sandra Marques; FERREIRA, Ana Cristina; RAMOS, Vasco; COTO, Marta (2012), “Residential trajectories and metropolization in Lisbon: a life course approach”, *WS-12: Migration, Residential Mobility and Housing Policy*, European Network for Housing Research, Lillehammer, Norway, June 25, 2012.
- RABE, Birgitta; TAYLOR, Mark (2009), “Residential mobility, neighbourhood quality and life-course events”, *ISER Working Paper Series*, 28 [Consult. a 05.12.2012]. Disponível em:
<https://www.iser.essex.ac.uk/publications/working-papers/iser/2009-28.pdf>
- RINDFUSS, Ronald R. (1991), “The young adult years: diversity, structural change and fertility”, in *Demography*, 28 (4), pp. 493-512.
- ROSSI, P. H. (1955), *Why Families Move: A Study in the Social Psychology of Urban Residential Mobility*, Glencoe, Free Press.
- STRASSMANN, Paul W. (2001), “Residential mobility: contrasting approaches in Europe and the United States”, in *Housing studies*, 16 (1), pp. 7-20.
- WINSTANLEY, Ann; THORNS, David C.; PERKINGS, Harvey C. (2002), “Moving house, creating home: exploring residential mobility”, in *Housing Studies*, 17 (6), pp. 813-832.

Artigo recebido a 19 de março de 2013. Publicação aprovada a 3 de janeiro de 2014.

A fotografia como retrato da sociedade

Ana Rita Bastos¹
Designer-fotógrafa

Resumo | A evolução (e o retrato) da sociedade a partir da linguagem fotográfica. Uma leitura de factos e acontecimentos sociais a partir da fotografia, nomeadamente quando consideramos o retrato, a fotografia documental e o fotojornalismo. Uma tentativa de compreender momentos sociológicos específicos, considerando a linguagem fotográfica. A fotografia pode e deve ser estudada dentro do contexto da sociologia, uma vez que é uma arte que tem o poder de documentar a sociedade.
Palavras-chave: fotografia; retrato; sociedade.

Abstract | *The photography as a portrait of society*
The evolution (and the portrait) of society from the photographic language. A reading of facts and social events from the photography, particularly when we consider the portrait, documentary photography and photojournalism. An attempt to understand specific sociological moments, considering the photographic language. Photography can and should be studied within the context of sociology, since it is an art that has the power to document the society.
Keywords: photography; portrait; society.

¹ Designer-fotógrafa. Máster en Diseño y Producción Gráfica/Intermedia da Universitat de Barcelona (2011–) (Barcelona, Espanha). Certificado de Competências Pedagógicas (2013). Licenciada em *Design* de Comunicação da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto (2012) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Alquimia da Cor, Rua Manuel Pinto de Azevedo, 65H, 4100-321 Porto, Portugal. *E-mail*: rita@ritabastos.com

Résumé | *La photographie comme portrait de la société*

L'évolution (et photo) de la société du langage photographique. A la lecture des faits et des événements sociaux de la photographie, surtout quand on considère le portrait, la photographie documentaire et le photojournalisme. Une tentative de comprendre moments précis sociologiques, compte tenu de la langue de la photographie. La photographie peut et devrait être étudiée dans le contexte de la sociologie, puisque c'est un art qui a le pouvoir de documenter la société.

Mots-clés: photographie; portrait; société.

Resumen | *La fotografía como retrato de la sociedad*

La evolución (y la imagen) de la sociedad del lenguaje fotográfico. Una lectura de los hechos y los acontecimientos sociales de la fotografía, sobre todo si tenemos en cuenta el retrato, la fotografía documental y el fotoperiodismo. Un intento de comprender determinados momentos sociológicos, teniendo en cuenta el lenguaje de la fotografía. La Fotografía puede y debe ser estudiada en el contexto de la sociología, ya que es un arte que tiene el poder de documentar la sociedad.

Palabras clave: fotografía; retrato; sociedad.

Introdução

“Nunca houve uma forma de sociedade na história em que se desse uma tal concentração de imagens, uma tal densidade de mensagens visuais” (Berger, 2005: 139). Atualmente, mais do que em qualquer outra época, a imagem, e particularmente a fotografia, tem uma grande importância no quotidiano da nossa sociedade. Isso deve-se, essencialmente, ao facto de termos acesso a uma grande diversidade de imagens no nosso dia a dia e à quantidade de fins para que estas são utilizadas. Considerando os diferentes média que temos à disposição diariamente, a comunicação e o desempenho das mais variadas áreas profissionais e a documentação pessoal de cada indivíduo, percebemos que a fotografia tem um lugar central e fundamental na sociedade.

Assim sendo, fizemos uma abordagem histórica da imagem fotográfica, desde a sua origem/invenção até à atualidade, realçando os momentos-chave que contribuíram para a evolução da fotografia e para a relevância que a mesma adquiriu na sociedade.

Além disto, tentou-se mostrar que é possível fazer uma leitura sociológica de vários factos e acontecimentos a partir da imagem, nomeadamente quando consideramos o retrato, a fotografia documental e o fotojornalismo.

1. O retrato

O retrato foi registando momentos específicos da evolução social, nomeadamente a elevação progressiva de algumas camadas sociais em direção a um maior destaque político e social. O aumento do poder económico destas camadas sociais significou um aumento do consumo e da produção de bens. Assim, ao longo do tempo foi necessário industrializar a produção do retrato: desde o final do renascimento (meados do século XVII) era feito com câmaras – máquinas de desenho, que correspondem a uma produção artesanal –, evoluindo para uma produção mecanizada.

A ascensão da classe média começa a verificar-se por volta de 1750, no interior de um aparelho social que até então pertencia aos aristocratas. Com o crescimento da camada burguesa e do seu poder material, aumenta a necessidade desta se afirmar e mostrar o lugar que alcançou (Freund, 2010). Com isso, o retrato, que desde havia muitos séculos correspondia a um ato simbólico que permitia aos indivíduos das classes sociais mais elevadas tornarem-se visíveis, sofre uma democratização. Já antes da Revolução Francesa, o retrato se tinha tornado uma prática comum entre os burgueses. No entanto, à medida que a necessidade de afirmação destes aumentava, esta prática criava novas formas e técnicas para os satisfazer.

Antes (do nascimento) da fotografia, que apenas se tornou domínio público em 1839, em França, era o pintor retratista que satisfazia duplamente a classe burguesa: por um lado, procurava reproduzir nos seus retratos a técnica em voga entre os pintores da corte; por outro, produzia retratos a preços ajustados aos recursos económicos da burguesia. “A procura da semelhança no retrato, pelo cliente francês nos tempos de Luís XV e Luís XVI pode definir-se pela tendência geral em falsificar, e mesmo para idealizar cada rosto, mesmo o do pequeno burguês, para o fazer assemelhar-se ao tipo humano dominante: ao Príncipe” (Wilhelm Waerzold, citado por Gisèle Freund, 2010: 26).

A nobreza era a classe com maior poder e, por isso, mais exigente: impunha uma mestria absolutamente perfeita. Para agradar a esta classe hierárquica e, simultaneamente, ao gosto da época, o pintor procurava utilizar cores suaves e tentava reproduzir da melhor forma possível os materiais e tecidos luxuosos, como veludo e seda. As exigências da nobreza eram tidas especialmente em conta numa das formas de retrato: o “retrato miniatura” (Freund, 2010). Este, muito em voga em meios

aristocráticos, foi uma das primeiras formas de retrato a ser adotada pela burguesia, uma vez que esta encontrou nele um meio de dar expressão ao culto do indivíduo, inclusive dos ausentes. Ao ser adotado pela burguesia, o retrato miniatura vulgariza-se e torna-se uma arte menor. Impõe-se, assim, a necessidade de inventar novas formas de produzir retratos, uma vez que a procura e o interesse se mantiveram.

Neste seguimento, nasce um novo processo para fazer retratos: o “retrato *silhouette*²”. Este processo consistia em recortar perfis de pessoas em papel de lustro, criando silhuetas. Esta técnica – na moda até ao século XIX –, enriquecida com pormenores de vestuário e traços característicos da personagem, tinha a vantagem de poder ser reproduzida em série. Era usada por indivíduos hábeis, principalmente em bailes, festas e feiras populares. “A silhueta é uma forma abstrata de representação. O retrato-silhueta não requer qualquer estudo especial do desenho. O público apreciou-o muito pela rapidez da sua execução e pelos seus preços módicos” (Freund, 2010: 28).

Entre 1786 e 1830, baseada nos perfis de silhueta, surge uma nova técnica de retrato em França: o fisionotráço³. O seu inventor, Gilles-Louis Chrétien (1754-1811), aperfeiçoou a técnica dos perfis de silhueta, combinando-a com o pantógrafo – aparelho utilizado para fazer transferir e redimensionar imagens, que pode ser regulado de modo a executar também ampliações e reduções nas proporções desejadas – para poder alterar o tamanho da silhueta (Amar, 2010). Esta invenção combinava os perfis de silhueta, a gravura e o uso do pantógrafo, criando assim uma nova arte, que deu nome à técnica e, simultaneamente, ao aparelho utilizado: o fisionotráço. Este (aparelho) deslocava-se na vertical (e não na horizontal, como o pantógrafo) e, como tinha um visor, permitia reproduzir as linhas de um objeto a partir do espaço. A distância entre o aparelho e o modelo determinava a escala, que podia ser real ou não. Para utilizar o fisionotráço era suficiente desenhar os contornos da sombra, que se transferia para uma placa de metal onde ficavam gravados.

Os fisionotracistas aperfeiçoaram a técnica, instalaram-se em Paris e rapidamente tornaram esta forma de retrato numa grande indústria: ao ser possível produzir fisionotráços a baixo custo e, por isso, em série, todas as classes sociais tinham acesso a esta técnica. Assim, desde personalidades célebres a um elevado número de

² Importa esclarecer que, apesar de o nome *Silhouette* ser o segundo nome do Ministro das Finanças da época, este nada teve a ver com a evolução desta técnica; desconhece-se, aliás, o inventor da mesma. Sabe-se apenas que Louis Carrogis (1717-1806) a aperfeiçoou e tirou partido dela nesta época.

³ Na época, atribuíram a esta técnica o nome de “*silhouette à inglesa*”.

desconhecidos, todos posaram para obter o seu fisionotraço.

Se no retrato miniatura o valor artístico e a personalidade do pintor eram fatores extremamente importantes que se refletiam na obra/retrato, estas qualidades foram-se perdendo e o retratista tornou-se num técnico hábil, um manufator de retratos. No caso do fisionotracista, nem sequer era necessária muita habilidade e o único valor do retrato residia no seu caráter documental.

Quando se percorre a extensa obra da fisionotracia, constata-se que todos os retratos têm a mesma expressão: esquemática, fixa e vulgar. Para Gisèle Freund (2010: 31), o fisionotraço pode ser considerado o símbolo de um período de transição. Para aquela autora, “é o precursor imediato da máquina fotográfica”. Importa ainda referir que esta técnica evoluiu para a *photomaton* e que atualmente corresponde à indústria automatizada de produção de imagens. Com o fisionotraço, uma grande parte da burguesia pôde aceder ao retrato; no entanto, o processo não satisfazia as classes mais baixas da burguesia, muito menos o povo. O trabalho manual e individual ainda dominava demasiado na execução do retrato e só com a invenção da fotografia é que este se democratiza.

O fisionotraço não está diretamente relacionado com a evolução da fotografia – uma vez que não é uma imagem fotográfica –, mas pode ser considerado como o seu precursor ideológico, tendo em conta que provocou um grande interesse na exploração de técnicas de retrato (Freund, 2010). Quando surgiu a fotografia, rapidamente desapareceram os pintores e os retratistas e surgiram os primeiros fotógrafos. O retrato, que já era prática comum, tornou-se numa prática fotográfica e, ao longo do tempo, foi ganhando cada vez mais adeptos e importância.

Na sua origem e evolução, todas as formas de arte mostram um processo idêntico ao desenvolvimento interno das formas sociais. De uma forma geral, a fotografia veio substituir a pintura-retrato. Libertou-a da figuração e permitiu que os pintores dessem atenção às questões da forma e matéria e à sua possível abstração. A produção de retratos no século XIX não era equivalente à de hoje. O ato de retrato era precioso e as condições fotográficas inicialmente assemelhavam-se muito à pintura. O sujeito permanecia em pose, imóvel e exposto à luz natural (no início, nem sequer existia iluminação artificial), durante muito tempo. A duração longa da pose obrigava o sujeito, de alguma forma, a descontraí-lo e a procurar uma atitude o mais natural possível.

O retrato evoluiu a par dos progressos do registo fotográfico. A primeira

máquina oficial para produzir imagens foi o daguerreótipo. Divulgado na mesma data em que a fotografia se deu a conhecer e se tornou domínio público (1939), o daguerreótipo provocou um enorme sucesso, uma vez que deu a um grande número de fotógrafos a possibilidade de produzir retratos (Bauret, 2011). As classes sociais mais baixas que, até à data, não tinham acesso ao retrato privado, devido ao seu preço, aderiram rapidamente.

Com este novo “advento”, muitos pintores, receosos do seu futuro, converteram-se em fotógrafos. Mais ainda, abriram-se estúdios de fotografia por toda a parte e “a sociedade imunda avança como um único Narciso para contemplar a sua imagem trivial sobre o metal”, conforme disse Baudelaire, citado por Jean-Pierre Amar (2010: 45). De entre os muitos retratistas que ficaram célebres em Paris, podemos referir Lerebours (1807-1873), que, só em 1841, fez 1500 retratos. Crê-se que, em Paris, em 1849, cerca de 100 000 pessoas foram retratadas. Havia fotógrafos por toda a França e, por este motivo, muitos fotógrafos desta época, ainda que talentosos, permaneceram anónimos. Depois de França, seguem-se os Estados Unidos da América e o resto do mundo. Em 1850, recensearam-se mais de 2000 fotógrafos, quer ambulantes quer exercendo em estúdios luxuosos. Estes últimos produziam mais de três milhões de daguerreótipos por ano. Por esta altura, o retrato tratava-se de um “objeto” essencial e era obrigatório ter um. Esta ideia era transversal a todas as classes sociais (Amar, 2010). Josiah Johnson Hawes (1809-1901) e Albert Sands Southworth (1811-1904) estão também entre os fotógrafos mais conhecidos da época. Os seus retratos de personalidades, ainda que formalmente muito convencionais e usando uma pose demasiado “majestosa”, revelam uma evidente capacidade de compreensão interior.

Ter uma coleção de fotografias de celebridades era o desejo de todos estes fotógrafos. Uma das mais importantes coleções é a de Mathew Brady (1823-1896), que nesta época realizava em média 3000 retratos por ano. Instalado em Nova Iorque e em Washington, este fotógrafo inicia em 1944 a construção da sua *Gallery of Illustrious Americans*. John Plumbe (1809-1857), instalado em Boston, assina todas as suas fotografias, para as valorizar (ainda que, muitas vezes, tenham sido realizadas pelos seus assistentes).

Jean-Baptiste Isenring (1796-1860), instalado na Suíça, pinta os seus daguerreótipos, para lhes dar maior realismo e mais “vida”. Os daguerreótipos desta época, com origem na pintura, são caracterizados por poses convencionais: as personagens têm sempre uma expressão muito séria e interiorizada, devido à quantidade

excessiva de tempo de exposição. Muitas vezes em pose frontal, como busto, os retratados olham para o fotógrafo e, portanto, para o espectador. Esta frontalidade implica, quase sempre, um grande envolvimento psicológico, mesmo quando estes retratos não têm uma intenção artística.

Apesar do uso imenso que fizeram do daguerreótipo, este tem alguns inconvenientes, entre eles o peso do equipamento e a quantidade de material necessário, que complicavam muito o processo. Além disso, era necessário fazer a inversão esquerda/direita da imagem – os militares tinham de inverter as suas medalhas e o seu sabre para que na fotografia ficassem na posição correta. O daguerreótipo tinha ainda o problema do tempo de exposição, que era demasiado longo, implicando que o modelo permanecesse muito tempo imóvel à luz do sol (durante, pelo menos, dez minutos), preso numa trave que lhe sustentava a cabeça e os braços.

Para colmatar as falhas do daguerreótipo surge, alguns anos mais tarde, o calótipo. Inventado por William Henry Fox Talbot (1800-1877), este novo método exige apenas um a dois minutos de exposição solar e tem a vantagem de poder ser reproduzido e multiplicado, o que vai reduzir ainda mais os custos, em relação ao daguerreótipo. Em 1853, Adolphe Disdéri (1819-1890) regista a patente, para proteger a sua invenção, de um mecanismo que permite realizar fotografias concomitantes na mesma chapa, sem mudar de caixilho, com um aparelho de quatro objetivas. Com isto, obtinha pequenas imagens, de 6 cm × 9 cm, que eram coladas num cartão brasonado no verso e vendidas a um preço simbólico. Esta nova forma de produzir quatro retratos em simultâneo foi chamada de “cartão de visita” e expandiu-se rapidamente por todo o mundo, desde os grandes estúdios até aos mais pequenos. Estes retratos são caracterizados por poses simples, mas muito estereotipadas, de pessoas de pé, muitas vezes apoiadas numa coluna, ou, mais raramente, de meio-corpo. Estas fotografias informam sobre determinados aspetos da sociedade, em determinada época, especialmente sobre a indumentária (que difere de acordo com as classes sociais e profissões), o penteado e a maquilhagem. Mas também auxilia na definição da forma de celebrar os acontecimentos familiares. Por esta altura, no essencial, os fotógrafos pretendiam retratar e documentar os momentos, e nada mais do que isso.

Colecionados em álbuns pomposos, os cartões de visita não eram apenas um museu familiar fácil de transportar, mas também a história de uma família. Estes cartões são, de alguma forma, os antepassados dos nossos postais ilustrados. O baixo custo permitia produzi-los em grandes quantidades, iniciando-se assim um verdadeiro

comércio de venda de retratos de celebridades e de membros das famílias reais. O êxito comercial evoluiu para o mercado de objetos associados: joias para encastrar um pequeno retrato; pratos decorados com uma fotografia; “fotoesculturas” que tentavam reproduzir com uma técnica complexa o volume do rosto; “cartões-mosaico”, onde se reproduzia, numa superfície diminuta, os rostos dos soldados de um regimento, as personalidades do mundo político, entre outros.

A produção dos cartões de visita durou até à Segunda Guerra Mundial, uma vez que, apesar do êxito destes, as classes sociais com maior poder reclamavam formatos maiores (Edwards, 2006). A década de 50 do século XIX fica marcada pela exploração de outros processos baratos, usados principalmente pelos fotógrafos ambulantes, com destaque para a ambrotipia e a ferrotipia que tiveram um grande êxito. Muitos soldados na Guerra de Secessão⁴ foram retratados por fotógrafos ambulantes que visitaram os campos sulistas e nortistas. A década de 60 do século XIX vê proliferar os estúdios fotográficos, principalmente retratistas, em todos os países, tanto nas grandes cidades como na província. Este fenómeno tem causas muito variadas.

A vontade de construir uma galeria dos antepassados, como a nobreza tinha por hábito fazer, é uma grande tentação da burguesia. Além disso, colecionam fotografias de cientistas, atrizes de renome, políticos, mulheres mundanas e todo tipo de pessoas que tivessem algum prestígio ou fama. Os fotógrafos que fazem este tipo de retratos “trabalham em salões luxuosos de tapeçarias pesadas, tapetes macios e mármore valiosos. Palácios da ilusão e da evasão, decorados quase sempre com animais exóticos e pinturas que representam regiões longínquas. No fundo, estes estúdios são lugares onde é de bom-tom mostrar-se” (Amar, 2010: 21), funcionando o fotógrafo como uma espécie de intermediário social.

Conhecido até hoje como um dos melhores retratistas de sempre, Gaspard-Félix Tournachon (1820-1910), mais conhecido por Nadar, foi nesta época um dos melhores, mais requisitados e mais famosos retratistas. Estabelecido no Boulevard des Capucines, em Paris, retrata as mais importantes personagens da época. Nadar destaca-se dos outros fotógrafos porque deixa os seus modelos “livres” e nunca retoca uma imagem, procurando aquele instante de compreensão que o põe em contacto com o modelo, que o ajuda a resumi-lo e o guia na direção das suas ideias e do seu carácter, para dele realizar um retrato mínimo. Reconhecido como um dos maiores fotógrafos de retrato de sempre

⁴ A Guerra de Secessão ou Guerra Civil Americana desenrolou-se nos Estados Unidos entre 1861 e 1865.

destaca-se o facto de ter conseguido “captar” a verdadeira identidade do sujeito. A respeito de Nadar, Jean-Paul Sartre, citado por Jean-Pierre Amar (2010: 52), dizia na revista *Visages*: “Estas cabeças que Nadar fotografou, cerca de 1860, há muito que estão mortas. Mas o seu olhar permanece, tal como o mundo do II Império, eternamente presente na mira do seu olhar”.

A forte personalidade e o estilo de Nadar esconderam, de alguma forma, outros bons retratistas da época. De entre muitos, é importante citar o francês Étienne Carjat (1828-1906), do qual conservamos principalmente os poderosos retratos de Baudelaire e Rossini, a par de Julia Margaret Cameron (1815-1879), que tem como objetivo “derrubar o muro das aparências para atingir a alma dos seus modelos” (Amar, 2010: 67). No entanto, os seus retratos mais célebres são os de Herschel, Darwin e Virginia Woolf.

No fim do século XIX, o retrato fotográfico desenvolveu-se em todas as direções. Bertillon, que trabalhava na polícia de Paris, serviu-se da fotografia de uma forma científica para tentar determinar, através do inventário dos retratos das pessoas que tinham cometido crimes, o arquétipo da fisionomia dos reincidentes. Sendo um dos principais usos da fotografia, o retrato tornou-se um fenómeno e um tema de criação artística. Aliás, a fotografia foi, graças a ele, integrada na sociedade. O retrato ora se inscrevia no contexto de uma encomenda, ora respondia a uma iniciativa completamente individual e, por isso, livre. Os retratistas do século XIX – Nadar, Carjat, Disdéri, entre outros – desde logo abriram as portas dos seus estúdios a toda a espécie de clientes, colocando assim o seu saber e a sua experiência ao serviço de um projeto de caráter comercial. Outros, contudo, usavam as sessões fotográficas numa perspetiva puramente pessoal e artística.

Neste seguimento, desde logo se desenham na história da fotografia dois mundos paralelos: o mundo da arte e da expressão pessoal; e o da arte aplicada e da encomenda. Estes dois mundos atribuem à fotografia funções diferentes. No entanto, importa esclarecer que fazer “arte aplicada” não exclui a forma criativa e ser artista (fotógrafo) não implica necessariamente ser criador.

No início, os retratistas são guiados no seu trabalho apenas pela preocupação de dar resposta a um determinado pedido, indo até ao ponto de realizar, em pequena escala, uma espécie de inventário de uma determinada população. No decurso da primeira metade do século XX, o fotógrafo August Sander (1876-1964) concretizou o projeto ambicioso de inventariar uma população à escala nacional (Bauret, 2011). *Homens do*

século XX foi o título dado ao projeto, que consistiu em representar as diferentes categorias de indivíduos, os diferentes meios sociais e étnicos. Este projeto, que pretendia mostrar a diversidade de indivíduos, colidiu, obviamente, com a ideologia nazi, que defendia a unificação da raça. No entanto, importa referir que Sander representava os atores das classes sociais mais altas nos seus contextos físicos de vivência, em oposição aos mais pobres, que eram descontextualizados, fotografados sem cenário.

A evolução das técnicas de registo fotográfico, como já referido, permitiu a evolução da prática do retrato. A possibilidade de o fotógrafo poder, ao longo do tempo, deslocar o seu equipamento com maior facilidade, acabou com muitos incómodos e abriu possibilidades interessantes. A situação evoluiu de tal forma que o fotógrafo começou a retratar situações praticamente sem intervir nelas: aconteceu, portanto, uma evolução na forma de fazer reportagem. Nesta parte, há a destacar o fotógrafo Henri Cartier-Bresson (1908-2004), cujo espírito e convicções o levaram a mostrar as coisas como elas são e acontecem, ou seja, a trabalhar no ambiente dos retratados sem perturbar a intimidade dos mesmos. Outros retratistas seguem uma ideologia completamente oposta: “obrigam” as personagens que escolheram fotografar a submeterem-se às suas regras estéticas e, de alguma forma, psicológicas, procurando também encontrar uma verdade, mas com um discurso diferente.

Richard Avedon (1923-2004) foi um dos fotógrafos que foi mais longe. Conhecido pelos seus retratos de caráter, Avedon renunciava à encenação, fotografava sempre sobre fundo branco, de forma a realçar quem fotografava. Explorou a frontalidade, o olhar e a atitude, procurando um confronto com quem fotografava. Como disse Gabriel Bauret (2011: 61), Avedon “não procurou ser cruel, mas cru”, embora afirme que estas palavras têm a mesma etimologia. Avedon misturava acaso e liberdade e gostava de gente anónima.

2. Fotografia documental e o fotojornalismo

A fotografia está frequentemente associada à noção de “documento”. Isto significa que, antes de tudo, a fotografia serve para testemunhar uma realidade e, posteriormente, para recordar a existência dessa mesma realidade. O tempo desempenha, neste caso, um papel primordial, em particular do ponto de vista emocional, uma vez que a fotografia é associada à tomada de consciência da mudança,

do desaparecimento ou até da morte. Na palavra “documento” está ainda implícita a ideia de exclusividade: o seu valor é maior quando ela é única.

A função documental da fotografia evoluiu muito desde a sua origem até aos nossos dias. Associada inicialmente às grandes expedições, a fotografia constituiu um novo instrumento na descoberta do mundo; posteriormente, devido ao avanço da tecnologia, a máquina fotográfica tornou-se num instrumento de informação visual e atualmente contribui para a compreensão de muitos acontecimentos. Substituiu, em muitos casos, a ilustração.

Até ao século XIX, a informação circulava, principalmente, através da escrita. O desenho, mais ou menos fiel à realidade, é, frequentemente, fantasista. A pintura é, quase sempre, feita por encomenda pelos poderes estabelecidos e, por isso, a sua objetividade é escassa. A chegada da fotografia vai arrasar com todos os modos de registo conhecidos e utilizados até à data, uma vez que a fotografia é imediatamente considerada objetiva e autêntica. Começam por ser registados acontecimentos de dimensão nacional e acontecimentos de carácter trágico ou teatral. São ainda fotografadas catástrofes naturais, como o incêndio dos moinhos de Oswego, no estado de Nova Iorque, em 1853, fotografado por George N. Banard (1819-1902) ou as grandes cheias do Ródano de 1856, fotografadas por Denis Baldus (1813-1882). Philip Henry Delamotte (1820-1889) acompanha, em 1854, a construção do Crystal Royal Palace de Londres, até à sua inauguração. Além das fotografias da evolução da construção do edifício, Delamotte mostra-nos ainda a vida quotidiana dos operários deste enorme estaleiro.

A tarefa destes primeiros repórteres fotográficos consistia na captação de fotografias (isoladas), com o objetivo de ilustrar uma história ou de acompanhar um texto. No entanto, isso não é, de certo modo, considerado fotojornalismo. Para Gisèle Freund, o fotojornalismo nasce apenas quando uma imagem consegue, por si só, contar uma história: “é apenas a partir do momento em que a imagem se torna, ela mesma, história de um acontecimento que se conta numa série de fotografias acompanhadas por um texto frequentemente reduzido apenas a legendas, que começa o fotojornalismo propriamente dito” (Freund, 2010: 112). O fotojornalismo teve origem na Alemanha, já que foi lá que operaram os primeiros fotojornalistas (Ruhrberg *et al.*, 2010).

Após a derrota na Primeira Guerra Mundial, a Alemanha atravessou uma grave crise económica e política: a monarquia do Kaiser foi substituída pela Primeira República, proclamada em Weimar, em novembro de 1918. A maioria das pessoas não

compreendeu este novo sistema, que foi visto como sinal de fraqueza. Por este motivo, a República de Weimar apenas se conseguiu manter durante 15 anos. No entanto, o espírito liberal que se instalou na Alemanha durante esse período permitiu um grande desenvolvimento das artes e das letras: Franz Kafka, o mais importante escritor alemão da época, morreu em 1924 e, um ano mais tarde, publicou-se a sua obra póstuma, o romance inacabado *O Processo*, livro que descreve profeticamente o terror dos anos 30; Einstein ganha o Prémio Nobel (1921); e as investigações psicanalíticas de Freud tornam-se célebres. “Nascem” também grandes atores, maestros, músicos, pintores, que dominam as novas tendências da arte. Em 1919, Walter Gropius funda a Bauhaus, na qual Lazsló Moholy-Nagy se tornará professor e virá a ter uma influência decisiva na fotografia. A imprensa, que tinha sido censurada durante os anos da guerra, adquire um novo impulso sob a república liberal e em todas as cidades alemãs aparecem jornais ilustrados. Ao longo do tempo, desaparecem os desenhos para dar lugar à fotografia, que retrata a atualidade. Os fotógrafos que trabalham para esta imprensa nada têm a ver com os da geração que os precedeu. Deixaram de pertencer à classe dos empregados subalternos e passaram a pertencer à sociedade burguesa ou da aristocracia que perdeu fortuna e posição política, mas que preserva ainda o seu estatuto social.

É esta Alemanha do pós-guerra, cuja indústria ótica cresce a grande velocidade, que vai introduzir no mercado duas máquinas fotográficas que vão permitir a evolução da fotografia e, em particular, do fotojornalismo: a Ermanox e a Leica. A primeira, muito pequena e luminosa, vai permitir fotografar com pouca luz; a segunda, com o seu tamanho reduzido e ótima qualidade ótica, vai modificar completamente a forma de os fotógrafos trabalharem. Em 1928, Dr. Erich Salomon (1866-1944) começou a usar uma Ermanox, o que lhe permitiu fotografar em locais onde tal não era permitido, uma vez que conseguia disfarçar facilmente a máquina no chapéu ou no fraque.

Na década de 30 do século XX, a Alemanha é o país europeu com maior número de jornais ilustrados, com inúmeros fotógrafos de renome a colaborar com eles. A primeira agência de imprensa fotográfica – Dephot – nasce em 1928 e vai solidificar o fotojornalismo moderno. Esta agência vai impulsionar a criação de inúmeras outras agências e publicações sobre fotografia no mundo. Criada em 1936, a revista *Life* – uma das mais prestigiadas da época – vai, em 1940, ultrapassar os três milhões de assinantes. Em 1960, emprega mais de cinquenta fotógrafos.

Completamente instalado na sociedade, o fotojornalismo é também entendido como uma ferramenta útil de análise social. Foi nos Estados Unidos da América que

mais fotógrafos se dedicaram ao documentário social. Nas décadas de 30 e de 40 foram contratados vários fotógrafos para retratarem os problemas sociais da população norte-americana: Arthur Rothstein (1915-1985), Walker Evans (1903-1975), Carl Mydans (1907-2004), Ben Shahn (1898-1969), Dorothea Lange (1895-1965), Russel Lee (1903-1986), Jack Delano (1914-1997), Marion Post Wolcott (1910-1990) e John Vachon (1914-1975) foram alguns dos fotógrafos colaboradores. Este projeto foi proposto pela Farm Security Administration (FSA) – uma organização criada em 1937 que tinha responsabilidades que incluíam o apoio a pequenos agricultores e a reorganização das comunidades arruinadas pela Grande Depressão, motivada pelo *crash* de Wall Street, em 1929. A influência dos fotógrafos da FSA foi, na altura, considerável, mas mereceu maior relevo durante os anos 70, altura em que foram publicadas muitas obras sobre a sua história.

Dos fotojornalistas independentes (não envolvidos diretamente em projetos específicos), importa destacar Arthur Fellig (1899-1968), mais conhecido por Weegee. Este vai tornar-se conhecido com as suas fotografias do quotidiano. O seu carro, que é simultaneamente o seu laboratório, tem um rádio sintonizado na frequência da polícia de Nova Iorque, o que lhe vai permitir estar sempre onde as coisas acontecem. Outro nome importante é André Kertész. Este, apesar de muito diferente de Weegee, adota rapidamente o formato de 35 mm da Leica e destaca-se pelo seu estilo muito moderno e mais poético. Importa ainda destacar os nomes de Brassai e Cartier-Bresson. Brassai participa ativamente na vida noturna de Paris, fotografando-a em todos os seus aspetos: gente anónima, bordéis, prostitutas, ruas sombrias, entre outros; Henri Cartier-Bresson destaca-se como um dos maiores fotógrafos sociais de sempre, tendo como objetivo congelar o “instante decisivo”, o momento que considerava único e mágico para retratar um determinado acontecimento. Em Inglaterra, Bill Brandt (1905-1983), influenciado pelas fotografias de Atget, fotografa a vida da sociedade inglesa. No projeto *English At Home*, de 1936, mostra-nos a oposição entre diferentes camadas sociais.

Os fotojornalistas citados, cujo trabalho mais importante é produzido depois da guerra, são produtores de imagens pluridisciplinares: fotojornalistas, ilustradores, fotógrafos de moda, fotógrafos industriais e também artistas. As imagens que os tornaram célebres dizem respeito a imagens produzidas fora do contexto de trabalho.

Como vimos, por esta altura, o fotojornalismo tinha como principal objetivo retratar a sociedade da época e registar o quotidiano dessa mesma sociedade. No entanto, por oposição a este fotojornalismo e à corrente “Visão Nova”, criada por Laszló

Moholy-Nagy (1895-1946), surgiu a “*Neue Sachlichkeit*” (Nova Objetividade). Esta nova corrente tinha como principal objetivo explorar as características da fotografia e as suas verdadeiras possibilidades, tendo como referência o ponto em que a fotografia tinha ficado no século XIX. Karl Blossfeldt (1865-1932), August Sander (1876-1964), Albert Renger-Patzsch (1897-1966) e Werner Mantz (1902-1983), alguns dos pioneiros nesta área, estavam interessados numa representação despretensiosa, sóbria e factual da imagem fotográfica.

“De notar é, também, o trabalho de August Sander, que levou a termo o projeto megalómano de dar a conhecer a sociedade alemã através de retratos (*Citizens of the twentieth century*). Sander condensava nas fotografias os artefactos, poses e cenários mais característicos das diversas profissões e classes sociais” (Ferro, 2005: 375).

3. Fotografia de guerra

Os pequenos conflitos começam a ser registados por fotógrafos anónimos. É com a Guerra da Crimeia⁵ (1853-1856) que começa a “reportagem de guerra”. Roger Fenton foi o fotógrafo oficial da Guerra da Crimeia e, mais tarde, Mathew Brady e Alexander Gardner percorreram os campos de batalha americanos na Guerra da Secessão (1861-1865). No entanto, as técnicas da fotografia não lhes permitiam mostrar os próprios combates, mas apenas o que restava dos mesmos – sobretudo cadáveres de soldados – ou um regimento, em sentido, antes de uma batalha.

Nadar, que tinha uma paixão pela aerostação, regista em 1858 a patente da sua ideia de fotografar a terra vista do céu. Realiza as suas primeiras imagens panorâmicas a 80 metros do solo, com a ajuda de um balão. Este “instrumento”, aparentemente um capricho de Nadar, transformou-se numa verdadeira arma de guerra. Se, nesta data, a fotografia já estava a servir propósitos tão úteis como a publicidade, isto permitiu mostrar a necessidade e a utilidade da fotografia, assim como a emergência de se evoluir mais e mais a cada dia. Nadar abriu uma dimensão completamente nova à fotografia e o resultado foi uma mudança drástica na forma de ver, já que nunca antes alguém tinha fotografado a terra desta forma. Com isto, é justo que se diga que as

⁵ A Guerra da Crimeia foi um conflito que se estendeu de 1853 a 1856, na península da Crimeia (no mar Negro, ao sul da atual Ucrânia), no sul da Rússia e nos Balcãs. Envolveu, de um lado, o Império Russo e, de outro, uma coligação integrada pelo Reino Unido, a França, o Reino da Sardenha — formando a Aliança Anglo-Franco-Sarda — e o Império Otomano (atual Turquia).

imagens de Nadar salvaram a capital francesa da ocupação prussiana, em 1871. A análise dessas fotografias aéreas revelou aos militares que defendiam a cidade aquilo que os soldados não conseguiam ver: não só as posições exatas das tropas que cercavam a capital, mas também os pontos prováveis de ataque e os ângulos táticos, de entre tantas outras coisas. As imagens de Nadar permitiram que os franceses ficassem em condições de reagir instantaneamente, poupando-lhes surpresas desagradáveis. Porém, os chefes militares da época foram incapazes de reconhecer a importância do trabalho de Nadar. Foi necessário outro fotógrafo para demonstrar a importância da fotografia na condução da guerra.

Assim, como coronel das Forças Expedicionárias dos Estados Unidos da América em França Steichen (1879-1973) ficou encarregue do reconhecimento aéreo. Steichen dirigia os serviços de informação como uma fábrica: “era a primeira vez que as fotografias eram produzidas numa linha de produção. Estas perdiam a sua qualidade episódica, em vez de fotografias individuais, havia um caudal de imagens, mostrando uma tendência para as estatísticas de todos os géneros nesta guerra militar/industrial (...)”, nas palavras de Paul Virilio (1986), citado por Ruhrberg *et al.* (2010: 659). Steichen estava a trabalhar no sentido de um novo conceito de imagem, que tinha uma ligação direta com a técnica de fotografia de reconhecimento e com o processo de produção organizado que lhe estava associado.

A experiência de Steichen na guerra alterou por completo a sua atitude perante a fotografia. Renunciou e abandonou por completo a fotografia artística – na qual tinha trabalhado até àquela data – e dedicou-se, a partir daí, a fazer fotografias que tivessem uma utilidade e/ou função prática. Assim sendo, dedicou-se à fotografia de moda e publicidade e tornou-se um dos fotógrafos de revistas com maior sucesso na época. A relação persistente entre guerra e fotografia foi explorada por Margaret Bourke-White (1904-1971) com o seu projeto ambicioso para a revista *Life* – uma série de fotografias dos efeitos dos bombardeamentos dos Aliados às vilas e cidades do Império Alemão: “As fotografias que ela fez para este fim estão entre os documentos mais impressionantes da época. Elas mostram com uma monotonia opressiva como os ataques aéreos aliados transformaram as cidades da Alemanha em desertos sem fim” (Klaus Schroller, citado por Ruhrberg *et al.*, 2010: 660).

“A fotografia deu a conhecer imagens de sociedades longínquas, imagens que despertavam desejos e alargavam horizontes, mas também outras indesejáveis e

incômodas. Robert Capa, conhecido fotógrafo da agência *Magnum*⁶, foi um dos primeiros a fotografar a guerra e, portanto, foi através das suas fotografias que algumas sociedades viram as imagens da guerra (distância). Capa percebeu que a guerra é muito mais do que as batalhas; grande parte das suas melhores fotografias retrata as periferias dos eventos históricos: as relações e as sociabilidades que se tecem em volta dos cenários de guerra” (Ferro, 2005: 374). A reputação e a fama alcançadas por Robert Capa devem-se à proximidade que tinha em relação ao que fotografava. Capa considerava que “se as tuas fotografias não são suficientemente boas, é porque não estás suficientemente perto” (Ruhrberg *et al.*, 2010: 658). Morreu a fotografar, em 1954.

As fotografias de guerra são portadoras de uma autenticidade e de uma objetividade que denunciam todo o horror e sofrimento. É devido à fotografia que, atualmente, se conseguem satisfazer as necessidades da informação e fazer chegar tudo a todos, em tempo real.

Conclusão

Como vimos, a fotografia está frequentemente associada à noção de “documento”, servindo para testemunhar uma realidade e para, posteriormente, recordar a existência dessa mesma realidade. Esta função documental evoluiu muito, ao longo do tempo: inicialmente estava associada às grandes expedições; posteriormente, com o avanço cada vez mais rápido da tecnologia, a máquina fotográfica tornou-se um instrumento de informação e documentação visual; e, atualmente, contribui para a compreensão de muitos acontecimentos.

Concebida como um meio privilegiado de controlo e de expressão, a fotografia, que nasceu no interior da Revolução Industrial e do Estado Liberal, teve (e tem) o poder de mostrar: a relação simbólica entre as pessoas; os objetos e os lugares; a distância entre o social e o político; e os conflitos e relações de força no interior de uma sociedade. A partir dela, conseguimos localizar uma época, espacial e temporalmente, assim como compreender e analisar a sociedade retratada – função de extrema utilidade histórica.

⁶ A Magnum é uma agência fotográfica francesa, que surgiu em 1947, liderada pelo fotógrafo húngaro Robert Capa (1913-1954), que já fotografava em cenários de guerra desde os anos 30. Participaram também na Agência Magnum o fotógrafo polonês David Seymour, o francês Henri Cartier-Bresson, o inglês George Rodger, entre outros. Esta agência ainda existe e continua a ser uma das principais na sua área.

Atualmente, a fotografia é parte do nosso quotidiano, sendo um dos seus traços mais característicos o facto de estar presente em todos os estratos sociais.

Referências bibliográficas

- AMAR, Pierre-Jean (2010), *História da fotografia*, Lisboa, Edições 70.
- BAURET, G. (2011), *A Fotografia – Histórias, Estilos, Tendências e Aplicações*, Lisboa, Edições 70.
- BERGER, J.; ALVES, A. (2005), *Modos de ver*, Barcelona, Gustavo Gili.
- EDWARDS, S. (2006), *Photography: a very short introduction*, New York, Oxford University Press.
- FERRO, L. (2005), “Ao Encontro da Sociologia Visual”, in *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 15, pp. 373-398.
- FREUND, G. (2010), *Fotografia e sociedade*, Lisboa, Nova Vega.
- RUHRBERG *et al.* (2010), *Arte do Século XX*, London, Taschen.

Leituras adicionais

- BADGER, G. (2007), *The genius of photography: how photography has changed our lives*, London, Quadrille.
- BENJAMIN, W.; MILLANES, J. (2008), *Sobre la fotografía*, 4.^a ed., Valencia, Editorial Pre-Textos.
- BOURDIEU, P. (2003), *Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- JEFFREY, I. (2010), *Photography: a concise history*, London, Thames & Hudson.
- MAH, S. (2003), *A fotografia e o privilégio de um olhar moderno*, Lisboa, Edições Colibri/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- NEWHALL, B. (2006), *Historia de la fotografía*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili.
- SERÉN. (2002), *Metáforas do sentir fotográfico*, Porto, Centro Português de Fotografia.
- SONTAG, S.; FURTADO, J. (2012), *Ensaio sobre fotografia*, Lisboa, Quetzal.
- SOUGEZ, M. (2010), *Diccionario de historia de la fotografía*, Madrid, Cátedra.

Artigo recebido a 28 de fevereiro de 2013. Publicação aprovada a 1 de agosto de 2013.

Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise

Paula Guerra¹

Faculdade de Letras da Universidade do Porto e
Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Mónica Santos²

Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

O presente artigo integra-se num eixo específico de um projeto de investigação sobre empreendedorismo social em Portugal, o eixo das políticas portuguesas de empreendedorismo social direcionadas para as organizações do terceiro setor. Este trabalho, de cariz essencialmente exploratório, visa identificar as representações, no seio de atores-chave e organizações de terceiro setor português, acerca da emergência ou não de políticas de desenvolvimento de práticas de empreendedorismo social, assim como refletir sobre as articulações entre o Estado e as entidades do setor no sentido de vislumbrar tendências dos modelos de atuação e relação entre ambos.

Palavras-chave: empreendedorismo social; políticas públicas; representações sociais.

Abstract

Narratives of relations between the State and the Third Sector organizations: some clues for analysis

This article is part of a specific axis of a research project on social entrepreneurship in Portugal, the axis of the Portuguese social entrepreneurship policy towards third sector organizations. In an exploratory way, we aim to identify, within the key stakeholders and third sector Portuguese organizations, the representations about the emergence (or not) of policies that enable the development of practices of social entrepreneurship. From here we are going to reflect about the articulation between the State and third sector entities in order to find out the main trends of this relationship and forms of action.

Keywords: social entrepreneurship; public policies; social representations.

¹ Socióloga. Doutorada. Docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Gabinete 251, Torre B – Piso 2, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal. *E-mail*: pguerra@letras.up.pt

² Socióloga. Doutoranda. Investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP) (Porto, Portugal). *E-mail*: mosantos@letras.up.pt

Résumé

Récits de relations entre l'État et les organisations du Secteur Tiers: quelques pistes pour analyse

Cet article fait partie d'un axe spécifique d'un projet de recherche sur l'entrepreneuriat social au Portugal, l'axe politique portugaise de l'entrepreneuriat social à des organismes du tiers secteur. Ce travail, essentiellement exploratoire, vise à identifier les représentations dans les principales acteurs clés et les organisations du tiers secteur portugais, à propos de l'émergence ou non de politiques de développement des pratiques de l'entrepreneuriat social, ainsi qu'à réfléchir sur les articulations entre l'Etat et les entités du secteur afin de discerner les tendances de modèles et de relations.

Mots-clés: entrepreneuriat social; politiques publiques; représentations sociales.

Resumen

Narrativas de las relaciones entre el Estado y las organizaciones del Tercer Sector: algunas pistas para el análisis

Este artículo forma parte de un eje específico de un proyecto de investigación sobre emprendedurismo social en Portugal, el eje de políticas portuguesas de emprendedurismo social dirigida a las organizaciones del tercer sector. Este trabajo, esencialmente exploratorio, tiene como objetivo identificar las representaciones en los principales protagonistas y las organizaciones del tercer sector portugués, sobre la aparición o no de prácticas de desarrollo de políticas de emprendedurismo social, así como reflexionar sobre las articulaciones entre el Estado y las entidades del sector con el fin de distinguir las tendencias de modelos de conducta y de relación.

Palabras clave: emprendimiento social; políticas públicas; representaciones sociales.

1. Enquadramento e metodologia³

A nossa abordagem integra-se num projeto de investigação sobre empreendedorismo social em Portugal cujo principal objetivo é o de identificar graus de empreendedorismo social nas entidades do terceiro setor, tendo em conta um conjunto de dimensões teóricas e empíricas determinadas pela equipa de investigação⁴. É dentro do eixo das políticas nacionais de desenvolvimento de práticas de empreendedorismo social que se enquadra este artigo. Iremos focar a nossa atenção sobre um conjunto de dados recolhidos fundamentalmente através de entrevistas a atores-chave, provenientes

³ Este artigo foi realizado sob financiamento do FEDER através do COMPETE – Programa Operacional via Fundação de Ciência e Tecnologia no âmbito do Projeto *Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação* (PTDC/CS-SOC/100186/2008), liderado pelo ISFLUP e desenvolvido em parceria com a A3S – Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Setor – e com o Dinâmia/CET-IUL, Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território, do ISCTE-IUL.

⁴ Para consulta detalhada sobre as dimensões ver Parente, Lopes e Marcos (2012).

sobretudo do terceiro setor, da economia social e também de outras esferas cujo trabalho tem contribuído para a emergência do empreendedorismo social em Portugal.

A partir destes dados procuramos aferir (i) o conhecimento dos atores face às orientações e programas políticos que permitem o desenvolvimento de práticas de empreendedorismo social, tal como (ii) o seu entendimento sobre qual tem sido a sensibilidade político-governamental face a este fenómeno e ao próprio terceiro setor e economia social, e ainda (iii) o reconhecimento de obstáculos ou oportunidades conferidas pelas orientações dos programas políticos aos seus associados ou organizações congéneres. Estes três itens de análise foram verificados junto de um conjunto de atores-chave, alguns dos quais se constituem como estruturas representativas (entidades de cúpula) de uma panóplia de organizações de base como as cooperativas, mutualidades, fundações e associações (Parente *et al.*, 2012). No total, foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas, dezoito das quais efetuadas a mandatários de instituições de representação e de programas políticos nacionais e duas a atores-chave individuais. Mais adiante, iremos especificar e tipificar as organizações e os atores individuais entrevistados, por âmbito de atuação e forma jurídica das organizações.

Antecede à exposição e análise dos dados empíricos um breve esboço teórico sobre os diferentes conceitos instrumentalizados e as relações entre o terceiro setor e o Estado, tendo em conta as particularidades da estrutura social portuguesa. Em jeito de síntese, procuraremos, por fim, apurar algumas pistas exploratórias sobre os modelos de relação entre o Estado e as entidades de terceiro setor no tocante às políticas que podemos incluir no espectro do empreendedorismo social português.

2. Articulações entre o Estado e as organizações do terceiro setor português: retomando os principais eixos de análise

A incapacidade ou a falência dos Estados Providência, com particular incidência a partir da década de 1980 (Quintão, 2011), têm contribuído para a (re)emergência de um conjunto de iniciativas de atores e entidades da sociedade civil em geral que procuram encontrar respostas alternativas a velhos e a novos problemas sociais como o desemprego, a habitação, a saúde, a ecologia, etc. Um dos mais recentes conceitos que procura apreender estas novas dinâmicas é o de empreendedorismo social: concretizando-se nas iniciativas de articulação entre os princípios das organizações não

lucrativas e os métodos de negócio dos campos da gestão e da economia com vista à sustentabilidade económica daquelas organizações (Mair e Marti, 2006).

A problemática nasce em contexto anglo-saxónico e foi sendo construída a partir de 1990, criando o resultado do desenvolvimento de iniciativas individuais e/ou coletivas, a diferentes graus de formalização, e pressupondo a primazia da criação do valor social em detrimento da obtenção e acumulação do lucro (Dees, 2001; Austin, Stevenson e Wei-Skillern, 2006). O conceito é, contudo, trabalhado por diferentes escolas que põem tónicas distintas nas dimensões da sustentabilidade económica ou da inovação social (Defourny e Nyssens, 2010), imprimindo um carácter ainda difuso e aberto ao fenómeno. A esta fragmentação teórica, acresce a utilização de outros conceitos, com maior antiguidade e próprios de realidades específicas – sobretudo no contexto europeu – como o de economia social, economia solidária e terceiro setor. A plasticidade que caracteriza estas definições teóricas que embora se refiram a realidades mais ou menos convergentes mas não exatamente sobrepostas, tem impedido grosso modo a determinação de fronteiras distintas entre elas.

De forma genérica, podemos dizer que a economia social engloba o conjunto de cooperativas, mutualidades, associações e fundações (CIRIEC⁵, 2007) que partilham os princípios da primazia do indivíduo e do objeto social sobre o capital; da autonomia e da independência de gestão; do controle democrático dos membros (CIRIEC, 2007; Defourny, 2009). Por sua vez, o terceiro setor corresponde ao espaço ou, segundo o CIRIEC (2007), ao ponto de convergência entre a economia social e o setor não lucrativo, embora não exatamente coincidentes, uma vez que este último não contempla alguns dos princípios da economia social, assentando antes numa lógica mais assistencialista e caritativa. Por último, a economia solidária encontra-se associada às respostas inventariadas para colmatar as necessidades sociais de grupos em exclusão social, e o seu campo de atuação articula-se em torno do mercado, do Estado e da reciprocidade (CIRIEC, 2007). Quintão (2004), tendo como referência o contexto francês, considera que o conceito se foi firmando em oposição às entidades tradicionais da economia social, através de novas soluções institucionais e metodologias de intervenção cujo realce assenta no princípio da solidariedade e da reciprocidade.

No âmbito do nosso estudo, das políticas associadas à problemática do empreendedorismo social, foi rapidamente constatada a inexistência de políticas e/ou

⁵ CIRIEC – *Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative*.

legislação diretamente associada à problemática em questão o que nos conduziu à extensão dos critérios de análise às políticas direcionadas para o terceiro setor, espaço eleito pela equipa para identificar a emergência do fenómeno em estudo (Parente *et al.*, 2012). O conceito de terceiro setor foi privilegiado como campo de aplicação dos processos de empreendedorismo social pela sua capacidade heurística e dada a maior abertura, flexibilidade e pluralidade (Quintão, 2011) de organizações passíveis de analisar. Apresentando uma configuração heterogénea, o terceiro setor compreende um conjunto de organizações diversas, tais como associações, cooperativas, fundações, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), mutualidades, entre outras, cuja representação dentro do tecido institucional varia muito (Parente, 2011; Quintão, 2011). Esta diversidade, embora possa condicionar sobremaneira a autonomia e a capacidade do setor na partilha de princípios e objetivos comuns, é também o seu principal trunfo, pois esta versatilidade permite um contínuo ajuste à natureza mutável e complexa dos problemas e à plasticidade da condição dos destinatários (Hespanha, 2000).

Quintão (2011) refere que é a partir da implantação do regime democrático que se assiste a uma recomposição do terceiro setor português, marcado contudo por diferentes momentos. Porém, é com a entrada na Comunidade Económica Europeia que se afirma um período de maior estabilização visível no crescimento do número e do tipo de organizações (Quintão, 2011: 12-14). As cooperativas que tinham crescido exponencialmente nos primeiros anos após o 25 de Abril de 1974 e que mantiveram um crescimento continuado até meados da década de 1980 só inverteram esta tendência na década de 1990. As organizações ligadas à Igreja Católica como as misericórdias e os centros paroquiais e sociais permanecem com um importante papel no domínio da assistência a públicos mais desfavorecidos, sendo atores-chave na mobilização de recursos de integração social: dados de 2007 indicam que aproximadamente 60% das IPSS teve a sua origem em iniciativas ligadas à Igreja (Joaquim, 2007). Em 2011, as misericórdias ascendiam ao número de 390 no país. As IPSS, cujo estatuto acresce a diferentes personalidades jurídicas, têm registado um aumento significativo: em 1972 contabilizavam-se 1264 instituições a nível nacional, em 1998 eram 2992 e em 2008 existiam aproximadamente 5000. É ainda possível verificar a progressiva implementação de organizações do terceiro setor com intervenção internacional, como as associações de cooperação internacional, de ajuda humanitária ou de comércio justo (Quintão, 2011).

Perante esta configuração organizativa, importa perceber, no entanto, quais os papéis que o terceiro setor assume no contexto da sociedade portuguesa. Sabemos que o desenvolvimento deste setor varia em função dos diferentes modelos sociais nacionais, enquanto produto sócio histórico específico destes, sendo fruto, inevitavelmente, de uma dimensão política e designadamente das políticas públicas (Laville, 2000), mas também enquanto produto do conjunto de interações entre poderes públicos e iniciativas heterogêneas que se traduzem em efeitos mútuos que vão variando no tempo e no espaço no tocante à intensidade e às modalidades. Tal papel pode limitar-se à execução de políticas públicas, mas pode envolver igualmente a escolha das políticas e a formação da própria agenda política, em processos de complementaridade ou confrontação com o Estado (Santos, 1999: 34). As relações com o Estado Providência podem ser múltiplas. Nos últimos anos, dado o recuo e a incapacidade crescente do Estado na criação e manutenção de respostas sociais, a tendência parece pautar-se pelo crescente peso do terceiro setor na estruturação e modalidades de funcionamento do Estado em lógicas de complementaridade e substituição. Se durante o regime ditatorial português, as organizações do terceiro setor foram controladas e instrumentalizadas por um regime corporativo e assistencialista (Parente, 2011; Quintão, 2011), a partir da Revolução de 1974, estas relações complexificaram-se, ora avançando ora recuando os discursos de autonomia e complementaridade entre Estado e terceiro setor, em dinâmicas frequentemente dúbias e contraditórias (Hespanha, 2000; Franco *et al.*, 2005). Estas dinâmicas têm feito com que, gradualmente, se tenha vindo a reconhecer a importância das relações entre o *Estado* e o setor não lucrativo, não obstante a ambiguidade das funções e papéis dos agentes, das fontes de financiamento e do grau de cooperação que permite a autonomia da sociedade civil (Franco, Sokolowski, Hairel e Salamon, 2005).

O terceiro setor, por seu lado, parece estar cativo num paradoxo entre a reivindicação da legitimidade “ética” para representar e defender as necessidades dos mais carenciados, e a sua dependência financeira do Estado, quando supostamente integra a sociedade civil autónoma (Hespanha, 2000). Aliás, é a incapacidade ou a capacidade limitada de gerar recursos e a conseqüente dependência face ao financiamento estatal a principal debilidade apontada ao terceiro setor. É a partir de 1980 que novos enquadramentos legais contribuíram para que muitas organizações se tornassem produtoras de bens e serviços subcontratados pelo Estado (Ferreira, 2000) engendrando o designado modelo “pluralista” (Perista, 2001) de um sistema de

segurança social cujas responsabilidades são partilhadas entre o Estado e o setor não governativo e não lucrativo, modelo aliás intimamente relacionado com a parca consolidação do Estado Providência em Portugal.

No intuito de procurar outras pistas que nos pudessem elucidar sobre as diferentes modalidades de relação entre o Estado e o designado terceiro setor, consideramos Dörner (2008) quando este refere que o aumento da descentralização da atuação do Estado tem potenciando a criação de novos mecanismos e modalidades de participação cívica. A partir do trabalho deste autor (Dörner, 2008), identificamos as tipologias mais citadas que ilustram a diversidade de relações entre o Estado e o terceiro setor. Uma das tipologias (Najam, 2000 *in* Dörner, 2008) socorre-se de duas dimensões – a concordância de objetivos (fins) e a concordância com estratégias (meios) – para a combinação de diferentes cenários: há *cooperação* quando há consenso nestas duas dimensões; *compromisso*, numa vertente de *complementaridade*, quando existe partilha de objetivos mas não de estratégias e, numa vertente de *cooptação*, quando há ausência de objetivos comuns embora exista concordância em termos de estratégia. A complementaridade converte-se em *suplementaridade* quando é o próprio terceiro setor a financiar a sua intervenção. A *confrontação* acontece quando há discordância em ambas as dimensões.

Numa outra abordagem, Coston (1998 *in* Dörner, 2008) constrói uma escala cuja principal dimensão é a capacidade do Estado em aceitar o pluralismo institucional perante atores não estatais. A escala proposta varia entre a *resistência*, via *neutralidade* ou *indiferença*, e o *apoio ativo*. Por seu turno, Brinkerhoff (2002 *in* Dörner, 2008) apresenta uma tipologia com base em duas dimensões: a mutualidade e a identidade organizacional. A tipologia varia entre a parceria real, contratual, extensão e cooptação. Há parceria real quando os atores têm igual oportunidade de influenciar as decisões. Quando um ator tem preponderância no estabelecimento de objetivos mas ao outro ator é-lhe conferida liberdade de participar ou não, estamos perante a relação contratual. Há extensão quando o ator mais fraco não tem capacidade de escolher ou influenciar as decisões. Por fim, a cooptação resulta na capacidade de ator mais forte em interferir e destruir a identidade organizacional do outro.

Young (1999, 2000 *in* Dörner, 2008) analisa esta relação a partir da suplementaridade (divisão horizontal do trabalho), complementaridade (divisão vertical do trabalho) ou rivalidade. Já os autores Kuhnle e Selle (1992 *in* Dörner, 2008) concetualizam a relação quanto ao distanciamento dos atores no que concerne à

facilidade e frequência da comunicação, e quanto à (in)dependência do terceiro setor, inerente ao nível de controlo ou autonomia (visível nos tipos de acordos de financiamento). O cenário de *autonomia separada* ocorre num contexto de fraca comunicação e apoio financeiro, e, por conseguinte, não há controlo entre os atores. No cenário de *dependência separada*, à inexistência de financiamento acresce o carácter unidirecional da comunicação, permitindo maior controlo do Estado. O cenário de *dependência integrada* aponta para a existência de financiamento mas também do controlo sobre o setor. Por fim, no quadro de *autonomia integrada*, as organizações do terceiro setor têm um forte apoio financeiro embora não estejam sujeitas a forte controlo/influência do Estado. Os autores defendem a inexistência de um cenário idílico, assumindo que a relação se pauta, necessariamente, pela competitividade e conflito.

Por último, destaca-se a tipologia construída por Kramer *et al.* (Kramer *et al.*, 1993 in Dörner, 2008) com base em duas dimensões: a provisão financeira e a produção de serviços. Num quadro de *governança dominante*, é o Estado quem assegura estas dimensões. Num quadro de *dominação do terceiro setor*, o financiamento e a prestação de serviços são da responsabilidade do setor não estatal. Num cenário de “*relacionamento dual*”, afere-se uma posição de equidade em termos de financiamento e prestação de serviços. Num cenário de *relacionamento colaborativo*, o Estado assegura o financiamento e delega a prestação dos serviços. Num cenário de relacionamento de *suplementaridade*, verifica-se a parceria positiva através da extensão dos serviços públicos por via da disponibilização de serviços similares. Num cenário de *relacionamento complementar*, há também uma parceria de extensão de serviços, embora estes sejam distintos. Num cenário de *relacionamento rival* ou de rivalidade, a ação do terceiro setor representa uma alternativa ao serviço público.

3. Narrativas e representações das políticas de apoio ao empreendedorismo social, economia social e terceiro setor

Vejamos, de seguida, qual o posicionamento dos atores-chave entrevistados sobre as políticas de fomento do empreendedorismo social em Portugal e sobre os principais constrangimentos e oportunidades no que concerne às orientações dos programas políticos por eles identificados como sendo as mais importantes no espaço do terceiro setor, economia social e empreendedorismo social. O uso destes diferentes

conceitos prende-se com o sentido de identidade e pertença de cada entidade entrevistada face às diversas “famílias” existentes: economia social, terceiro setor, empreendedorismo social, economia solidária, conceitos já descritos no ponto anterior.

Os atores-chave foram selecionados pela importância da sua atuação, ora a título institucional ora individual, sobretudo no espaço do terceiro setor e da economia social mas também no fomento de práticas e iniciativas identificadas como de empreendedorismo social⁶. Entre os entrevistados institucionais, oito são atores de representação de cúpula setorial tendo em conta as diversas formas jurídicas das organizações que compõem o terceiro setor. A organização D, enquanto cúpula de terceiro nível, as organizações A, B, C, E, F, G, M e a organização H, com atuação ao nível regional e representativas das diferentes famílias de subsectores integrantes do terceiro setor. Acrescentam-se, ainda, as organizações de base, organizações I e J, como centros de investigação e de formação na área do empreendedorismo social; a Organização K, associada à temática da inovação social; a Organização L, enquanto única agência de financiamento do terceiro setor; e a Organização N, enquanto ator-chave na promoção da economia social na área educativa. Acrescentam-se a estes organismos de representação setorial, dois atores-chave de representação da política estatal e dois representantes de programas nacionais: o Programa 1 de combate às desigualdades e discriminações no acesso ao mercado de trabalho; e o Programa 2 de coordenação estratégica e operacional das políticas de combate à pobreza e à exclusão social. Os atores individuais – o informante 1 e o informante 2 – foram entrevistados pela experiência de consultoria na área do empreendedorismo social⁷. No Quadro 1, encontra-se a caracterização dos entrevistados.

⁶ Para descrição detalhada dos atores chave e da sua seleção ver Parente *et al.* (2012).

⁷ Para descrição detalhada dos atores chave e da sua seleção ver Parente *et al.* (2012).

Quadro 1
Designação e caracterização jurídica dos atores-chave entrevistados

Âmbito das organizações de pertença	Identificação das organizações de pertença	Tipo de organização/Estatuto jurídico
Organizações de representação sectorial	Organização A	Associação privada sem fins lucrativos
	Organização B	Associação de direito civil e canónico
	Organização C	Associação Mutualista
	Organização D	Confederação de Cooperativas
	Organização E	Entidade privada de interesse público e sem fins lucrativos
	Organização F	Entidade privada de interesse público e sem fins lucrativos
	Organização G	Associação de desenvolvimento local sem fins lucrativos
	Organização H	Associação sem fins lucrativos
Representação política estatal	Representante político 1	Cooperativa de interesse público
	Representante político 2	Instituto público
Organizações de investigação e formação	Organização I	Centro de investigação e formação
	Organização J	Rede de Investigação Científica Europeia
	Organização K	Associação sem fins lucrativos de direito privado
Representantes de programas/ instituições de fomento	Programa 1	Programa político na área do combate às desigualdades
	Programa 2	Programa político na área do combate à pobreza e à exclusão social
	Organização L	Entidade não governamental, sem fins lucrativos
	Organização M	Associação de Solidariedade Social
Instituições e atores ligados ao ensino e formação	Organização N	Cooperativo de Ensino
	Informante 1	a)
	Informante 2	a)

Legenda: a) Atores individuais
 Fonte: Parente *et al.* (2012).

A análise de conteúdo categorial temática realizada incidu em dois grandes eixos: por um lado, o reconhecimento, por parte das entidades, das políticas que nos últimos anos têm permitido o desenvolvimento de práticas de empreendedorismo social ou outro conceito que os atores tenham preferido para identificar a missão da sua instituição⁸ (nomeadamente, economia social, economia solidária, terceiro setor, etc.); e, por outro, entender em que medida as políticas nacionais têm criado obstáculos ou oportunidades aos seus associados ou organizações congéneres. Considerando o primeiro eixo referido atrás, sobre as políticas nacionais, importa referir que apenas dois atores-chave (Organização L e informante 2) desconhecem quaisquer orientações políticas de enquadramento, embora esse desconhecimento não implique a inexistência das mesmas. Contudo, há nove organizações (organizações D, G, H, representante político 1, organizações I, J, K, Programa 1 e organização M) que afirmam o reduzido fomento ou mesmo a inexistência deste tipo de políticas. A título ilustrativo:

“Nos últimos anos, tem havido grandes limitações, sobretudo neste último quadro comunitário, temos sentido fortes limitações ao desenvolvimento da economia social e solidária e à iniciativa dos empreendedores sociais. Este quadro comunitário está muito formatado.” [Organização G]

Porém, nove dos atores-chave denotam conhecimento sobretudo das políticas e orientações mais direcionadas para o seu tipo de organização; posicionamento de autocentramento comum em muitas esferas organizativas. É também de acrescentar que este reconhecimento pode ser sinónimo da crescente visibilidade do terceiro setor (Quintão, 2011), espaço onde a maior parte dos atores atuam.

No que respeita a referências específicas a programas, dois pontos merecem ser retidos: o Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL – Portugal (EQUAL) e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) foram citados por doze atores-chave. Este padrão de resposta releva a importância do programa EQUAL em Portugal e o seu carácter pioneiro e fundador no que diz respeito a metodologias de intervenção alicerçadas na participação e no envolvimento dos beneficiários com iniciativas específicas em torno da economia social, bem como o destaque a uma

⁸ Importa explicitar que apenas dois entrevistados manifestaram o desconhecimento do conceito de empreendedorismo social, seis acentuaram a sua indefinição teórica e oito o seu carácter recente. É ainda de referir que quatro das entidades preferem o conceito de economia social para identificar a missão das suas instituições, três identifica-se com o conceito de economia solidária, um com o de terceiro setor e um com o de terceiro sistema (Parente *et al.*, 2012).

entidade de defesa e pressão de interesses acerca da economia social. Vejamos alguns dos excertos referentes ao EQUAL e à CASES:

“Para mim é um erro não tornar os princípios e as metodologias EQUAL transversais a todas as linhas, prioridades e programas políticos. Mas o EQUAL é determinante e foi determinante no desenvolvimento de uma data de iniciativas que hoje eu considero de empreendedorismo social.” [Organização H]

“A CASES apresenta-se como um ator, não é bem público nem privado, é duplo, porque tem cooperantes públicos e privados, pelo menos nos seus estatutos tem lá grandes responsabilidades tanto no fomento da economia social como na questão do micro crédito.” [Programa Político I]

Outro programa presente em 18% das entrevistas foi o Quadro Estratégico de Referência Nacional 2007-2013 (QREN). Sendo o quadro estratégico de referência nacional até 2013, o QREN é mais do que um programa específico, visto que se apresenta como um conjunto de possibilidades de financiamento que sustentaram vários programas e setores nos últimos anos. Neste ponto, assume especial relevância o Programa Operacional Temático Potencial Humano 2007-2013 (POPH) e em particular os seguintes eixos: Eixo Prioritário 5 – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa; e o Eixo Prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social. Outros programas, atores e iniciativas foram também mencionados, embora com menor frequência, de onde podemos incluir o Programa Indicativo de Cooperação (PIC), o Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES), o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), o Programa Comunitário para o Emprego e a Solidariedade Social (PROGRESS), o Programa Escolhas, entre outros. Há ainda a destacar que o grau de familiarização com os instrumentos políticos pode antever dinâmicas de maior proximidade com instituições da tutela, constituindo-se esta proximidade como um fator decisivo para a obtenção desse conhecimento. Uma vez que estamos perante instituições de representação de cúpula, representantes de programas políticos e de política estatal seria expetável esta maior sensibilidade perante os instrumentos de política.

“Tem havido uma relação muito próxima das ONGD⁹ com o Ministério da Tutela e com as instituições da tutela, têm vindo a ser definidos uma série de mecanismos legais e instrumentos operacionais e de financiamento e as ONGD têm vindo a profissionalizar-se.” [Organização A]

Do que foi dito, depreende-se que quase metade dos entrevistados admite o reduzido ou o inexistente incremento do empreendedorismo social embora, na mesma proporção, se reconheçam políticas na sua área concreta de intervenção.

Olhando agora para os obstáculos que as políticas representam para as entidades, deduz-se que é no campo político e no campo legal que mais constrangimentos existem. No campo legal é a insuficiente legislação que surge como principal obstáculo: onze dos atores chave (organizações B, F, H, representante político 1, organizações I, J, K, Programa 2, organizações M, N, informante 1) indicam a ausência ou o insuficiente enquadramento legal do terceiro setor e da economia social, a falta de códigos e estatutos adequados às especificidades do setor, evidenciando ainda um desconhecimento por parte dos legisladores dos modos de funcionamento destas instituições (Couto *et al.*, 2012).

“Não haver uma legislação específica para este setor. Se não considerar este setor como um setor de facto, mesmo estando definido na Constituição, é muito complicado termos políticas públicas desenvolvidas que possam potenciar o seu crescimento e as organizações do terceiro setor. Tirando algumas delas com maior impacto político e maior visibilidade, são considerados como uma extensão do Estado na prestação dos serviços sociais. E isto para mim é o grande entrave para o desenvolvimento das respostas sociais e das organizações em Portugal.” [Organização H]

O reduzido ou o inadequado enquadramento político-legal acompanhado da indefinição do papel do terceiro setor têm permitido uma diminuta proteção económica-fiscal, nomeadamente no tocante à não isenção fiscal (aflorado por quatro entrevistados) o que compromete o papel destas organizações:

“Nós aqui em Portugal, na última reforma do código contributivo demos mais uma machadazinha no terceiro setor ao aumentar os impostos e ao acabar com a diferenciação positiva das cooperativas ficamos ainda menos concorrenciais do que já éramos.” [Organização L]

⁹ ONGD – Organizações não Governamentais de Desenvolvimento.

O carácter avulso e fragmentado das orientações programáticas e da legislação parece refletir a ambiguidade dos papéis e funções dos atores no campo político. Entre as principais condicionantes, há uma frequente enunciação do reduzido diálogo entre Estado e as organizações do terceiro setor, edificando barreiras ao incremento e ao investimento no empreendedorismo social e no terceiro setor em geral. As dimensões da frequência da comunicação e da autonomia económica são apontadas pelo modelo de Kuhnle e Selle (1992 *in* Dörner, 2008) para a determinação do grau de distanciamento e controlo entre os dois atores analisados. A comunicação reduzida ou unidirecional e a dependência financeira face ao Estado sugerem o cenário da dependência integrada, do controlo do Estado face ao terceiro setor. Neste sentido atente-se aos doze atores-chave (organizações A, B, C, D, F, H, Representante político 2, organizações J, K, Programa 2, organizações M e N) que referem a falta de diálogo, a secundarização e a indefinição do papel do terceiro setor por parte do Estado.

“Não há diálogo (...) por várias razões, por culpa do Estado, por culpa das organizações. Isto aqui é partilhado. As relações entre os Estados e as organizações em todas as partes do mundo (...) não são um processo estável.” [Representante político 2]

“O terceiro setor, entendido como espaço económico forte e poderoso, gerador de emprego, gerador de riqueza, nunca foi valorizado e, portanto, também não é aliciante para as pessoas.” [Organização F]

É importante atentar no pressuposto identificado pelo primeiro excerto relativo às relações não estáveis entre Estado e organizações, embora a responsabilidade não seja atribuída exclusivamente ao primeiro. A competitividade e conflito, inerente às relações entre os atores, vão de encontro ao postulado por Kuhnle e Selle (1992 *in* Dörner, 2008). A Organização B retoma a indefinição do papel do Estado perante o terceiro setor e a natureza do relacionamento entre atores. O Estado tem de decidir o que quer fazer, é o repto lançado. Parece ser necessário que o Estado assuma um compromisso entre os cenários identificados por Najam (2000 *in* Dörner, 2008) da complementaridade, da suplementaridade ou da cooptação ou, tal como é referido por Kramer *et al.* (1993 *in* Dörner, 2008), do relacionamento colaborativo, de suplementaridade ou de complementaridade. Pretende-se que o setor seja uma extensão dos serviços e bens do Estado, que o substitua ou que confira serviços distintos? E qual o grau de autonomia expectável de acordo com as funções intrínsecas aos diferentes

cenários? As organizações parecem não ter uma interpretação consensual destas questões. A aprofundar o distanciamento provocado pela reduzida comunicação, a não inclusão das organizações de forma ativa na formulação e discussão de políticas indicia novamente a secundarização e a ausência de reconhecimento na prática destas entidades no sentido da melhoria e da adequação à realidade dos próprios projetos e políticas afetas ao terceiro setor.

“Implementamos, percebemos os obstáculos dessas medidas, percebemos como podemos melhorar, e depois todo esse know-how nem sempre é aproveitado pelos políticos.” [Organização M]

“Nós sentimos que quando somos chamados já está tudo definido, por muito que se diga ou se deixe dizer, aquilo já está formatado, conseguimos ajustar uma ou outra coisa, mas muitas das vezes somos informados só para validar.” [Organização A]

“Não tem havido espaço para a constituição de equipas, de momentos de reflexão com os técnicos e com a população em geral. As medidas são muito institucionais.” [Programa 2]

Outra das dimensões mais importantes no processo de articulação remete para o grau de autonomia do setor, mensurável pelos modelos de financiamento. Oito dos entrevistados referem a ausência de diversificação de fontes de financiamento e a escassez de recursos:

“Tem havido grandes limitações (...) Este quadro comunitário está muito formatado e se as pessoas não têm projetos e ideias que se encaixem rigorosamente nos programas é muito difícil. É muito difícil desenharmos projetos que respondam ao mesmo tempo às necessidades do território e às exigências dos programas.” [Organização G]

“A ideia é obrigar as organizações a autonomizar-se do Estado mas por outro lado não podes desenvolver negócios ou atividades paralelas porque tens de fazer isto. Estão a deitar por terra o que poderia ser a autonomização das organizações.” [Organização H]

As dificuldades de financiamento oscilam entre a rigidez dos programas e a contradição entre o objetivo de autonomizar o terceiro setor e os obstáculos à sua concretização, numa alusão às próprias tensões entre a missão das organizações sociais e a necessidade do seu autofinanciamento. Parece-nos haver a ideia generalizada de que

muitas destas instituições apresentam um papel de substituição do Estado e que, em troca disso, deveriam ter condições específicas na capacidade de intervenção. Novamente o que está em questão é o próprio papel do Estado e a função de cada uma das entidades. É de referir a espiral da dependência patente nas afirmações do representante político 2 e da Organização G. A dificuldade em recorrer a outras fontes financeiras resulta da pouca profissionalização dos quadros a que subjaz, por sua vez, a escassez de recursos e subsequente incapacidade das organizações em “manter quadros”:

“Há um mercado altamente competitivo a nível internacional onde Portugal se inclui, com verbas muito escassas porque há uma grande quantidade e diversidade de organizações e o que nós assistimos é que há, de facto, a capacidade de um grupo restrito de organizações portuguesas conseguirem responder aquilo que são os critérios internacionais de financiamento (...) as nossas organizações, a maior parte delas, têm uma grande dificuldade em manter quadros que lhes permita depois haver este salto para a profissionalização.” [Representante político 2]

É ainda de salientar, entre os constrangimentos identificados, a ausência de um sistema de avaliação e monitorização das instituições e seus impactos (organizações C, E, Representante político 1, Organização K e Informante 1). Esta parece-nos uma dimensão de posicionamento muito importante, pois alerta claramente para a necessidade de uma avaliação de desempenho, instrumento fundamental de gestão das relações sociais institucionais. A par da vulnerabilidade do setor resultante destes condicionalismos inerentes ao Estado português, e transposta para o inexistente ou o desadequado enquadramento político-legal, acresce a própria inconsistência do setor, no que toca à definição comum e interna de objetivos e estratégias.

“Há quem defenda que (...) o terceiro setor, devem ter as duas vertentes, deve ter respostas consideradas dentro da área social e outras dentro da área não-social, ou seja, se já visarem o lucro, dentro de outras regras. Apesar disso é difícil conciliar dentro de uma instituição cujas contas são comuns não é?” [Organização B]

Voltando-nos agora para as oportunidades conferidas pelas políticas de desenvolvimento do empreendedorismo social, da economia social e do terceiro setor, constatou-se uma maior frequência no registo de propostas de cenários desejáveis, ou seja, objetivos ou aspetos que as organizações ainda não viram concretizados. Como iremos verificar, há uma enorme diversidade de expectativas intrínseca à própria

heterogeneidade do setor. Entre os principais aspetos inventariados, salientamos: o apelo ao enquadramento legal do negócio social e ao fomento de iniciativas locais (Organização L, informante 1); a revisão da lei das ONGD (Organização A); a maior capacitação da sociedade civil e a promoção de parcerias entre as organizações e o setor privado. Neste cenário apontado pelo Representante 2, as organizações seriam, idealmente, sustentáveis e o Estado apresentar-se-ia enquanto facilitador na promoção de parcerias ou um parceiro aquando de interesses consonantes com o setor numa lógica de compromisso, de complementaridade ou de suplementaridade (Najam, 2000 *in* Dörner, 2008).

Em conexão com os constrangimentos económicos, a Organização G faz a alusão a um cenário de maior flexibilidade dos programas de apoio financeiro, por forma à compatibilidade com as necessidades territoriais, assim como ao alargamento do período de financiamento, entre 5 a 10 anos, garantindo uma maior estabilidade. Acrescenta-se, ainda, o necessário reconhecimento político do papel do empreendedor social e a potencialidade do fomento de parcerias público-privadas, no sentido da dinamização do terceiro setor, tal como o Representante político 2 também sugerira. A Organização I sugere projetos de lei de criação de empresas sociais. O papel do Estado, novamente enquanto facilitador, passaria por criar condições e desbloquear, em termos legislativos, o investimento e o acesso a fontes de financiamento. A Organização H propõe uma secretaria de Estado para o setor social e a partilha de conhecimento de forma à criação de escala. Para a Organização N dever-se-ia distinguir as entidades com prática social que conferem recursos e/ou serviços ao próprio Estado, dando primazia àquelas cujos princípios respeitam a economia social, mais numa lógica de extensão e substituição das funções estatais. Para o Representante político 1, o fomento passa por apoios a projetos, nomeadamente as incubadoras, linhas de crédito e, sobretudo, o controlo e avaliação dos seus impactos. Refere-se, ainda, a aposta na descentralização, na capacitação das comunidades e nas dinâmicas locais, cenário também elencado pelo Programa 1. Este representante lembra ainda a sustentabilidade do setor, as parcerias e redes, o apoio aos empreendedores e ao micro crédito. A Organização K considera fundamental a criação de um Departamento de Inovação Social que defina um plano estratégico de forma a reformar as entidades e incitar a regulação das incubadoras sociais. Por fim, na Organização J, apela-se à melhoria dos modelos de gestão das organizações da economia social.

4. Pontos de ancoragem dos discursos acerca do empreendedorismo social em Portugal: pistas conclusivas

Temos verificado ao longo desta abordagem que a heterogeneidade do terceiro setor se coteja não só em função dos diferentes modelos sociais, mas também enquanto produto sócio-histórico específico destes, evidenciando a importância das representações sociais que se vão produzindo. Sistematizando as principais ideias acerca dos discursos dos atores-chave das organizações do terceiro setor português denota-se uma ambivalência acerca do conhecimento das políticas e orientações programáticas de empreendedorismo social. Dois dos entrevistados, ligados a entidades de fomento ao empreendedorismo social afirmam desconhecer políticas e legislação no âmbito deste fenómeno. A estes acrescem mais nove entrevistados que consideram inexistentes ou reduzidas as políticas de fomento ao empreendedorismo social. Por outro lado, nove dos entrevistados identificam políticas direcionadas para as suas especificidades organizativas. Importa referir que encontramos mais organizações de cúpula neste último grupo enquanto as organizações de investigação e formação ressaltam a irrelevância e a reduzida legislação inerente ao fomento do empreendedorismo social. Isto poderá indicar uma maior proximidade destas organizações à temática em si e à afirmação categórica da inexistência de políticas neste âmbito em concreto. Por seu turno, as organizações que apontam as políticas direcionadas para o seu campo de atuação, sobretudo terceiro setor e economia social, tendem a referir a legislação com impacto nas suas organizações. Dentro deste conhecimento merece especial destaque o EQUAL e a CASES, respetivamente um programa e uma entidade que apostou e aposta em iniciativas diretamente vocacionadas para a economia social.

No cômputo das representações acerca do Estado e do terceiro setor no que diz respeito a orientações e instrumentos de política, e situando-nos num segundo eixo de síntese, é possível identificar um conjunto de obstáculos causadores de entropia nas relações entre ambos. Em termos de tipificação podemos identificar obstáculos legais relacionados com a ausência e o insuficiente enquadramento legal do terceiro setor e da economia social, a falta de adaptabilidade de códigos e estatutos face às especificidades do setor e a diminuta proteção económica-fiscal. Estes obstáculos são referidos por treze entrevistados e se tivermos em conta a identificação das organizações de acordo com os conceitos de terceiro setor, economia social e economia solidária, verificamos que a esmagadora maioria das organizações que se identificam com a economia social e a

economia solidária estão aqui representadas, podendo inferir-se o papel de complementaridade destas entidades face às funções estatais, papel que não está a ser legitimado em termos de enquadramento legal. O carácter avulso e fragmentado das orientações políticas parece denotar alguma apatia ou resistência face ao setor que, nos discursos dos entrevistados, se deteta por via da constatação do reduzido diálogo e comunicação entre o Estado e as organizações do terceiro setor em geral. Como vimos com o modelo de Kuhnle e Selle (1992 *in* Dorner, 2008), a comunicação ou ausência dela apresenta-se como uma dimensão fundamental no estabelecimento do grau de distanciamento da relação entre os atores. O facto de doze entrevistados, seis dos quais provenientes de organizações de cúpula, enfatizarem a secundarização e/ou indefinição do papel do terceiro setor por parte do Estado remete-nos para cenários de maior controlo estatal e de menor autonomia do setor, atestado também pelo obstáculo da dependência económica.

As questões financeiras, concretizadas na ausência de diversificação de fontes de financiamento e na escassez quotidiana de recursos com que estas instituições se deparam, estão patentes dos discursos de oito entrevistados. A conjugação da ausência de diálogo com a dependência económica aponta para a tipologia da dependência integrada (Kuhnle e Selle, 1992 *in* Dorner, 2008), mas também para os modelos de resistência por via da neutralidade e da indiferença estatal (Coston 1998 *in* Dorner, 2008) e da relação de extensão (Brinkerhoff, 2002 *in* Dorner, 2008), onde aqui o terceiro setor se apresenta como o elemento mais fraco e com reduzida capacidade para escolher ou influenciar as decisões do poder estatal. Embora o terceiro setor tenha vindo a crescer e a ganhar destaque, a sua inconsistência no que toca à definição comum e interna de objetivos, visível na própria panóplia de “famílias identitárias”, a limitação da sua autonomia e do seu campo de atuação têm representado obstáculos ao seu pleno desenvolvimento.

Ainda que com caráter exploratório, estes resultados apontam para a necessidade de modelos de desenvolvimento económico e social alternativos, sobretudo tendo em conta o panorama atual. Urge identificar os papéis consagrados às instituições do terceiro setor e fomentar o diálogo e a sua participação no processo de reflexão, conceção e concretização das decisões que afetam a sua autonomia e os seus campos de atuação. Parece-nos ainda que um novo modelo tem de assentar num crescente protagonismo de atores institucionais de base local, dotados de conhecimento e plasticidade suficientes para encetarem estratégias de inclusão social mais eficazes no

quadro dos novos constrangimentos. Sublinhamos que o que se pretende aqui é traçar um quadro geral de tendências e de interpretação que não buscou a exaustividade, lembrando-nos sempre de Boaventura Sousa Santos quando refere que: “A questão central é a de determinar o papel do terceiro setor nas políticas públicas e (...) tal depende tanto do próprio terceiro setor como do Estado, como ainda do contexto internacional em que um e outro operam, da cultura política dominante, e das formas e níveis de mobilização e de organização social. Tal papel pode limitar-se à execução de políticas públicas, mas pode também envolver a escolha das políticas e, em última instância, a formação da própria agenda política e pode ser exercido tanto por via da complementaridade como por via da confrontação com o Estado” (Santos, 1999: 34).

Referências bibliográficas

- AUSTIN, James; STEVENSON, Howard; WEI-SKILLERN, Jane (2006), “Social and Commercial Entrepreneurship: Same, Different, or Both?”, in *Entrepreneurship Theory and Practice*, 30 (1), pp. 1-22.
- CENTRE INTERNATIONAL DE RECHERCHES ET D’INFORMATION SUR L’ECONOMIE PUBLIQUE, SOCIALE ET COOPERATIVE (CIRIEC) (2007), *A Economia Social na União Europeia*, Bruxelas, Comité Económico e Social Europeu.
- COUTO, Ana Isabel; SANTOS, Mónica; GUERRA, Paula (2012), “A importância da economia solidária na promoção da coesão social: breve reflexão a partir do caso português”, in *IPEA, Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, 52, pp. 49-54.
- DEES, Gregory (2001), *The Meaning of Social Entrepreneurship*, [Consult. a 06.12.2012]. Disponível em: http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf.
- DEFOURNY, Jacques (2009), “Economia Social”, in Antonio David Cattani *et al.* (Coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina, pp. 156-161.
- DEFOURNY, Jacques; NYSSSENS, Marthe (2010), “Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and Divergences”, in *Journal of Social Entrepreneurship*, 1 (1), pp. 32-53.
- DÖRNER, W. (2008), “A tool for charting out the relationships between government and third sector organizations in various national settings – applying social network analysis to national action plans to flight poverty”, in *8th International Conference of the International Society for Third Sector Research (ISTR). 2nd EMES-ISTR European Conference in partnership with the Cinefogo Network of Excellence*, Barcelona, University of Barcelona, July 9-12, 2008.

- FERREIRA, Sílvia (2000), “As organizações do terceiro sector na reforma das políticas públicas de proteção social”, in *IV Congresso Português de Sociologia. Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*, Coimbra, Associação Portuguesa de Sociologia, 17-19 Abril 2000.
- FRANCO, Raquel *et al.* (2005), *O sector não lucrativo numa perspetiva comparada*, Lisboa e Baltimore, MD, Universidade Católica Portuguesa/Johns Hopkins University.
- HESPANHA, Pedro (2000), *Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das Instituições de Proteção Social em Portugal*, Coimbra, Quarteto.
- JOAQUIM, Henrique (2007), *O serviço social na dinâmica organizacional dos centros sociais paroquiais*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.
- LAVILLE, Jean-Louis (2000), “Le tiers secteur. Un objet d’étude pour la sociologie économique”, in *Sociologie du Travail*, 42, pp. 12-23.
- MAIR, Johanna; MARTI, Ignasi (2006). “Social entrepreneurship research: a source of explanation, prediction, and delight”, in *Journal of World Business*, 41, pp. 36-44.
- PARENTE, Cristina (2011), “Qualified employment in the third sector in Portugal”, in *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 23, pp. 113-134.
- PARENTE, Cristina; LOPES, Alexandra; MARCOS, Vanessa (2012), “Perfis de empreendedorismo social: pistas de reflexão a partir de organizações do terceiro setor nacionais”, in *VII Congresso Português de Sociologia. Sociedade, Crises e Reconfigurações*, Porto, Associação Portuguesa de Sociologia, 19-22 Junho 2012.
- PARENTE, Cristina *et al.* (2012), “Perspectives of Social Entrepreneurship in Portugal: Comparison and Contrast with International Theoretical Approaches”, in *International Review of Social Research*, 2 (2), pp. 113-134.
- PERISTA, Heloísa (2001), *Social enterprises in Portugal – The case of CECI’s – Cooperatives for rehabilitation of people with disabilities*, Lisboa, Centro de Estudos para a Intervenção Social.
- QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Associação Portuguesa de Sociologia, 12-15 Maio 2004.
- (2011), “O terceiro setor e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar”, *IS Working Paper*, 2 (2).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento.
- (1999), “A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado”, in *Oficinas do CES*, 134.
- SANTOS, Mónica; GUERRA, Paula (2012), “O empreendedorismo social em Portugal na estratégia de combate à pobreza e exclusão social (1995-2011)”, in *VII Congresso Português*

de Sociologia. Sociedade, Crise e Reconfigurações, Porto, Associação Portuguesa de Sociologia, 19-22 Junho 2012.

STANDING, Guy (1999), *Global labour flexibility: seeking distributive justice*, London, MacMillan Press.

Legislação e outros documentos

PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL n.º 42/2011 relativa Programa de Apoio à Economia Social (SOCIAL INVESTE), Diário da República, 1.ª série, N.º 13, 19 de janeiro de 2011, pp. 365-367.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 06.08.2012]. Disponível em:
http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf.

Artigo recebido a 6 de março de 2013. Publicação aprovada a 18 de maio de 2013.

A socialização antecipatória para a profissão docente: estudo com estudantes de Educação Física

Patrícia Gomes¹

Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

Paula Queirós²

Faculdade de Desporto da Universidade do Porto e
Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto

Paula Batista³

Faculdade de Desporto da Universidade do Porto e
Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto

Resumo

Este estudo visa conhecer as razões que levam à escolha de um curso de formação para a docência em Educação Física e identificar os agentes de socialização para esta profissão. Na componente extensiva foi aplicado um questionário a todos os estudantes do primeiro ano do segundo ciclo de estudos da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto e na intensiva uma entrevista semiestruturada a 10 estudantes. Na análise utilizou-se estatística descritiva e análise de conteúdo. Nas razões invocadas para a escolha da profissão prevalecem as intrínsecas, seguidas das extrínsecas e, por último, as altruístas. A família emergiu como o principal agente de socialização para a prática desportiva e o professor de Educação Física para a docência.

Palavras-chave: socialização antecipatória; professor; educação física.

Abstract

Anticipatory socialization for teaching: A study with Physical Education Students

This study aims to know the reasons for choosing a training course of Physical Education teaching and identifies the socialization agents addressed to this choice. In an extensive component was applied a questionnaire to all students in the first year of master degree on Faculty of Sport, University of Porto and in the intensive was used a semi-structured interview with 10 students. Descriptive measures and content analysis were used. The intrinsic reasons for choosing the course prevailed followed by the extrinsic and lastly the altruistic. The family emerged as the primary agent of socialization for sport and physical education teacher to teaching.

Keywords: anticipatory socialization; teacher, physical education.

¹ Doutoranda em Ciências do Desporto na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Rua Dr. Plácido Costa, 91, 4200-450 Porto, Portugal. *E-mail*: pgomes@fade.up.pt

² Professora Auxiliar no Departamento de Pedagogia do Desporto na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto e investigadora do Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto (CIF12D) (Porto, Portugal). *E-mail*: pqueiros@fade.up.pt

³ Professora Auxiliar no Departamento de Pedagogia do Desporto na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto e investigadora do Centro de Investigação, Formação, Inovação e Intervenção em Desporto (CIF12D) (Porto, Portugal). *E-mail*: paulabatista@fade.up.pt

Résumé

Socialisation Anticipatoire pour la profession enseignante: une étude avec étudiants d'Education Physique

L'étude veut connaître les raisons du choix d'un cours de formation pour l'enseignement en éducation physique et aussi identifier les agents de socialisation pour l'enseignement. Une vaste enquête a été réalisée à tous les étudiants de la première année du deuxième cycle de la Faculté du Sport, Université de Porto et dont la phase intensive, entrevues semi-structurées à 10 étudiants. On a utilisé des paramètres statistiques descriptifs et de l'analyse de contenu. Parmi les raisons invoquées pour le choix du cours, il y a une prédominance des raisons intrinsèques, extrinsèques et enfin des altruistes. La famille a émergé comme le principal agent de socialisation pour le sport et le professeur d'éducation physique comme le principal agent de socialisation pour l'enseignement.

Mots-clés: socialisation anticipatoire; être un enseignant; éducation physique.

Resumen

Socialización Anticipatoria para la Docencia: un estudio con estudiantes de Educación Física

El presente estudio tiene como objetivo conocer las razones de la elección de un curso de capacitación para la enseñanza de la Educación Física e identificar los agentes de socialización para la elección de la enseñanza. En la componente extensiva se aplicó un cuestionario a todos los estudiantes de primer curso de segundo ciclo de la Facultad del Deporte, Universidad de Porto y en la intensiva una entrevista semiestructurada a 10 estudiantes. Parámetros estadísticos descriptivos y análisis de contenido fueron aplicados. Entre las razones de la elección del curso, las intrínsecas prevalecen, seguidas por las extrínsecas y, por último, las altruistas. La familia emergió como el principal agente de socialización para el deporte y el profesor de educación física para la enseñanza.

Palabras clave: socialización anticipatoria; profesor; educación física.

Introdução

Nos últimos anos, os processos de formação para a docência têm sido alvo de alterações profundas, designadamente com o processo de Bolonha, que aportou transformações não apenas na estrutura dos cursos, mas também nos próprios propósitos. Cornelissen e van Wyk (2005) referem que se no passado a preocupação recaía nos processos e métodos de formação aplicados aos programas de formação, atualmente a atenção incide, sobretudo, na compreensão do modo como os estudantes apreendem os conhecimentos, os valores, as habilidades técnicas e as atitudes necessárias ao exercício da profissão (Flores e Day, 2006; Marcon, Nascimento, e

Graça, 2007). Deste modo, importa também atentar que é necessário pensar a aprendizagem como resultado de uma conjugação de fatores que interagem entre si, designadamente as características individuais dos estudantes e as experiências anteriores à formação (Entwistle, 1995).

A tentativa de perceber o modo como os estudantes constroem a sua identidade profissional, implica considerar que se trata de um processo de construção que é, fundamentalmente, influenciado pelas sucessivas socializações ao longo da vida (Dubar, 1997). Processo este que se inicia antes da formação superior, com a socialização antecipatória (Cornelissen e van Wyk, 2005; Flores e Day, 2006), prossegue durante a formação inicial e continua ao longo de todo o percurso profissional (Albuquerque, Pinheiro e Batista, 2008). Este é, portanto, um processo marcado pela natureza pessoal e social de cada indivíduo, refletindo claramente o caráter interativo e multidirecional da socialização, que não sendo adquirida num só espaço e num só tempo, passa por renegociações permanentes no seio dos vários subsistemas de socialização.

Na verdade, como refere Dubar (1997) ao reporta-se a Percheron (1974), a socialização não é apenas, nem exclusivamente, a transmissão de valores, normas e regras, mas antes o desenvolvimento de uma dada representação do mundo. No caso concreto da profissão de professor várias questões se colocam: “O que é ser professor?”, “Qual o papel e função do professor?”, “Que posição ocupa o professor na sociedade?”. Na tentativa de lhes dar resposta, é crucial considerar que as representações constroem-se não apenas por imposição de agentes exteriores, nomeadamente da família, escola ou outros, mas também através de um processo gradual de múltiplas influências que cada indivíduo vai tendo ao longo do seu percurso, que o levam, ele próprio, a reinterpretar e a formar novas representações. Como aponta Dubar (1997), estas representações adquiridas pela socialização são o produto das influências presentes e passadas dos múltiplos agentes de socialização. Esta “socialização latente”, também designada de socialização antecipatória, é muitas vezes impessoal, informal e intencional, e adquire um papel de tal forma importante que tem responsabilidades no alargar das escolhas profissionais, influenciando as aprendizagens no decorrer de toda a formação. Trata-se de um processo pelo qual o indivíduo aprende a interiorizar, ao longo das suas vivências, os valores de grupos que servem de referência e aos quais desejam pertencer, e que, de alguma forma, interfere na interpretação das novas aprendizagens.

Neste quadro, vários têm sido os estudos (e.g. Bastick, 2000; Kiziaslan, 2010; Kyriacou e Kobori, 1998) que têm perscrutado as razões pelas quais os estudantes escolhem seguir a profissão docente, porquanto entendem que uma melhor compreensão das razões, das perspetivas e dos preconceitos acerca da profissão, pode ter implicações importantes nos processos de formação. Estes autores incidem fundamentalmente em três fontes de motivação: razões altruístas, razões intrínsecas e razões extrínsecas. As razões altruístas decorrem de uma visão do ensino como uma profissão importante e útil para a sociedade. As razões intrínsecas incluem aspetos como a relação com as crianças, a “vocação” para o ensino, o sentir-se capaz e o desejo de servir-se do conhecimento da matéria. As razões extrínsecas abarcam as condições que são atrativas para o desempenho da profissão.

Assumindo que os aspetos relacionados com a socialização antecipatória influenciam o modo como os estudantes incorporam as aprendizagens ao longo do percurso formativo e que, por sua vez, os cursos de formação devem atender ao perfil de estudantes que têm (partindo das suas representações), na tentativa de as desconstruir e reconstruir, este estudo pretende responder às seguintes questões de pesquisa:

- 1) Qual o perfil dos estudantes que ingressam no 2º Ciclo (mestrado) em Ensino de Educação Física nos ensinos Básico e Secundário (EEFEBS) na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (FADEUP)?
- 2) Que razões apontam para a escolha de um curso de formação para a docência?
- 3) Quais os agentes de socialização que identificam para a escolha da profissão docente e qual o seu papel?

2. Metodologia

O presente estudo, de natureza descritiva e interpretativa, representa a primeira componente de um projeto de investigação de Doutoramento em Ciências do Desporto, cujo objetivo é compreender o modo como cada estudante do 2º Ciclo em EEFEBS constrói a sua identidade profissional (IP), enquanto futuro professor, ao longo dos dois anos de formação conducente à aquisição da habilitação para a docência. Nesta pesquisa o foco central é a socialização antecipatória para a profissão docente.

Em termos de estrutura, o estudo tem duas componentes, uma extensiva e outra intensiva. Na primeira fase os participantes foram todos os alunos que ingressaram no curso de 2º ciclo em EEFEBS, no ano letivo de 2012/2013; na segunda fase participaram 10 estudantes, selecionados a partir de critérios qualitativos explicitados no ponto seguinte.

2.1. Procedimentos de recolha dos dados

Na primeira componente recorreu-se a um questionário aplicado a todos os 155 estudantes inscritos no 1º ano do 2º Ciclo em EEFEBS, do ano letivo de 2012/2013. Para o presente estudo foi utilizado o questionário tipo inquérito, com o objetivo de obter dados demográficos, bem como aceder a aspetos relativos à socialização antecipatória dos estudantes. O questionário contém três blocos temáticos: a) percurso académico; b) percurso desportivo; e c) agentes de socialização. O instrumento foi aplicado a todos os estudantes, no início do ano letivo, durante a primeira aula de uma unidade curricular do 1º ano do curso. Posteriormente, tendo como objetivo selecionar um conjunto de estudantes com perfis distintos, com base na análise dos dados obtidos, foram selecionados 20 participantes, atendendo aos seguintes critérios: 1º) prioridade no concurso ao 1º e 2º ciclo de estudos na área da Educação Física (EF); 2º) instituição de conclusão do 1º ciclo de estudos; 3º) média de acesso ao ensino superior; 4º) perfil de prática desportiva (modalidade, razões, tempo de prática); 5º) experiências profissionais na área do Desporto; 6º) disponibilidade e prazer pela escrita. Os estudantes foram contactados e aqueles que demonstraram disponibilidade para participar no estudo (10 estudantes) foram entrevistados, recorrendo a um guião semiestruturado. O objetivo foi aceder a dados mais detalhados da sua socialização antecipatória. A entrevista foi objeto de gravação em áudio, sendo constituída por três blocos temáticos: a) experiências significativas para a escolha do curso de formação para a docência; b) momento(s) de descoberta para a profissão docente; e c) representação do que é “ser professor”.

2.2. Procedimentos de análise dos dados

Para a análise dos dados de natureza quantitativa (questionário) utilizaram-se medidas descritivas básicas (frequências, medidas centrais e de dispersão), com o

objetivo de caracterizar o perfil e a socialização (agentes e vivências) para a profissão docente dos estudantes que ingressam no 2º ciclo em EEFEBS.

Já nos dados de natureza qualitativa (entrevistas e questão aberta do questionário), depois de efetuada a transcrição integral do conteúdo verbal do discurso dos participantes, estes foram sujeitos a uma análise de conteúdo (Patton, 2002), porquanto este método permite tratar de forma organizada dados diversos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade (Bardin, 2004; Quivy e Campenhoudt, 2005). Recorrendo a procedimentos dedutivos e indutivos, os temas e as categorias foram definidos *a priori* e as subcategorias *a posteriori*. Para tal, recorreu-se ao programa de análise qualitativa *Nvivo 10* para a organização dos dados pelos temas, categorias e subcategorias (Quadro 1)⁴.

Quadro 1
Identificação e organização vertical dos temas, categorias e subcategorias

Temas	Categorias	Subcategorias
Socialização antecipatória	Agentes para a Prática Desportiva	Família
		Escola
		Amigos
	Agentes para a Profissão Docente	Professores
		Treinadores
		Família
		Amigos
Razões para a profissão	Razões altruístas	
	Razões intrínsecas	
	Razões extrínsecas	

Na temática da socialização antecipatória, foram consideradas duas categorias: agentes de socialização para a prática desportiva e agentes de socialização para a profissão. Na especificação dos agentes de socialização foram identificados os seguintes: família, amigos, treinadores e professores, particularmente o professor de EF.

Relativamente à temática das razões para a escolha da profissão docente, adotou-se uma taxonomia em resultado de uma síntese dos conceitos veiculados por um conjunto de autores (Bastick, 2000; Kiziaslan, 2010; Kyriacou e Kobori, 1998),

⁴ Todos os excertos das entrevistas, objeto de menção no texto, foram codificadas com um nome fictício de forma a garantir o anonimato e a confidencialidade dos participantes do estudo.

resultando em três fontes de motivação: razões altruístas; razões intrínsecas; razões extrínsecas.

As razões altruístas decorrem de uma visão do ensino como uma profissão importante e útil para a sociedade, onde o desejo de ajudar as crianças e jovens surge no sentido de contribuir para a melhoria da sociedade (Kiziaslan, 2010). Mencione-se a título de exemplo: o gosto pela partilha do conhecimento com os outros; o contributo para a sociedade; ser um exemplo para os alunos. As razões intrínsecas incluem aspetos como o desejo de trabalhar com crianças, a “vocação” para o ensino, o gosto pela matéria de ensino e a profissão que sempre desejou (Kiziaslan, 2010). Como refere Caires (2002), esta tipologia de “razões” reporta-se às recompensas intrínsecas ou psíquicas decorrentes do exercício da profissão. Já as razões extrínsecas abarcam as condições que são atrativas para o desempenho da profissão, tal como o salário, a segurança, as férias, os horários, o prestígio ou o poder sobre os outros (Kiziaslan, 2010).

3. Resultados e Discussão

Na tentativa de procurar dar resposta às questões de pesquisa, numa primeira fase são apresentados os dados de natureza demográfica, de modo a traçar o perfil dos estudantes que ingressam no 2º Ciclo em EEFEBS, na FADEUP. Numa segunda fase apresentam-se as razões para a escolha da profissão docente e os agentes de socialização. De referir ainda que, na segunda fase, são utilizados dados do estudo extensivo e intensivo.

3.1 O perfil dos estudantes que ingressam no 2º Ciclo de EEFEBS

Traçar o “perfil” dos estudantes que se candidatam ao Ensino é o primeiro objetivo desta pesquisa. Neste aspeto mais de dois terços dos estudantes que ingressaram no 2º Ciclo do curso de EEFEBS da Universidade do Porto são do sexo masculino (64,2%). Esta característica é bastante distinta do perfil de candidatos a outras áreas de ensino (e.g. Almeida *et al.*, 2002; Caires e Almeida, 2005; Caires, 2002), em que o número de candidatos do sexo feminino é manifestamente superior. Em termos de idade, esta oscila entre os 20 e os 48 anos. A maioria dos estudantes tem idades

compreendidas entre os 20 e os 23 anos (84,3%), entre os 24 e 26 anos estão 12,3% e apenas 3,4% entre os 27 e 48 anos.

Em termos de percurso académico, os dados encontrados espelham o referido por Almeida *et al.* (2002), que afirmam que o “perfil” dos candidatos ao ensino superior é revelador de percursos escolares e expectativas claramente diferenciadas. Contudo, e não obstante os percursos distintos dos candidatos, é possível identificar a existência de espaços de encontros e desencontros em que os interesses e necessidades, bem como as circunstâncias socioculturais que mediaram o seu modo de agir e de pensar, deram lugar a constantes (re)negociações nos vários subsistemas de socialização admitidos por Dubar (1997). Assim, pode afirmar-se que, apesar dos candidatos terem sido influenciados por fatores distintos, todos passaram por um processo de sucessivas socializações que acabaram por conduzir a uma mesma opção: a de escolher um curso na área do desporto. A natureza pessoal e social do estudante fica aqui bem patente. No Quadro 2 podem ser observados os dados relativos ao acesso ao ensino superior e respetivo percurso académico.

Quadro 2
Percurso académico (%)

Percurso Académico	Prioridade Concurso	Área Desporto	FADEUP	74,3
			Outras Universidades	22,1
		Outra área de Estudo		3,7
	Local Licenciatura	Instituição Pública	FADEUP	46,5
			Outras Universidades	11,6
			ESE	9,3
		Instituição Privada		32,6
	Média de acesso ao Ensino Superior			14,6
	Média da Licenciatura			14,2

Observando a prioridade do concurso de acesso ao ensino superior, constata-se que 74,3% colocaram como primeira prioridade o curso de Desporto na FADEUP, sendo que apenas 46,5% o conseguiram. Por outro lado, embora 22,1% dos participantes desejasse, igualmente, o curso de Desporto, estes colocaram como primeira opção outra instituição que não a FADEUP. Verifica-se ainda que, apenas

3,7% dos candidatos veio para o curso de Desporto como segunda opção, revelando que a generalidade dos candidatos tinha como primeira opção este curso.

Relativamente à instituição em que realizaram a licenciatura, quase metade dos candidatos (46,5%) são da FADEUP, sendo os restantes estudantes oriundos de instituições distintas: 11,6% provêm de outras universidades públicas, 9,3% das Escolas Superiores de Educação e 32,6% de instituições superiores privadas. Este processo de circulação de estudantes entre instituições tornou-se uma realidade em resultado da recente implementação de Bolonha. Na verdade, nos últimos anos, muitos estudantes frequentam o 1º ciclo numa instituição e o 2º ciclo noutra. Este “trânsito” aporta um perfil de estudantes muito heterogéneo no que se refere aos conhecimentos, competências e mesmo conceções, colocando novas e renovadas exigências às instituições de formação. De facto, esta circulação de estudantes entre instituições aporta a coexistência de conceções, de escolhas e de olhares (Almeida e Fensteerseifer, 2007), as quais, de alguma forma, vão influenciar as reinterpretações e representações de cada estudante (Dubar, 1997). Na formação inicial, concretamente no decorrer do 2º ciclo de estudos, estas representações e perspetivas estão presentes, sendo a partir delas que os alunos interagem, aprendem e constroem a sua identidade enquanto futuros professores. Assim, tendo em conta que as novas aprendizagem resultam da influência das vivências e aprendizagens antecedentes (Entwistle, 1995), importa que as instituições reajustem e adequem os processos de formação aos diferentes “perfis” dos estudantes na tentativa de os direcionar para a formação pretendida.

No que concerne às médias de acesso ao Ensino Superior (ES) estas são muito similares às médias finais de licenciatura, evidenciando que o rendimento académico se mantém relativamente constante (14,57 e 14,16, respetivamente no ensino secundário e na licenciatura).

3.2 Razões para a escolha do curso de formação conducente à profissão docente

Ao analisar as três fontes de motivação consideradas – altruístas, intrínsecas e extrínsecas – é visível que as intrínsecas são as de maior relevo (47,2%), seguida das extrínsecas (30,2%) e, por último, as altruístas (22,6%). Estes resultados parecem contrariar a tendência de outros estudos realizados em áreas distintas da docência, designadamente nas línguas (e.g. Bastick, 2000; Kiziaslan, 2010), nos quais se destacam

as razões altruístas e extrínsecas, como sendo as principais fontes de decisão. Já nos estudos realizados em EF (e.g Israel e Duarte, 2000; Santini e Molina Neto, 2005), as razões intrínsecas são as principais fontes de motivação para a escolha de um curso na área do Desporto. Especificamente, aquando da opção pela via de ensino de EF, passam a ser as razões altruístas as principais fontes (Israel e Duarte, 2000). Também Carvalho (1996), reportando-se a uma pesquisa realizada por Dewar (1989), refere que, no caso dos alunos atraídos pela carreira em EF, a escolha da profissão docente resulta da possibilidade de continuarem associados ao desporto e à oportunidade de trabalharem com crianças, numa atmosfera de trabalho que lhes é familiar e positiva. Ou seja, continuar as suas vivências de vida desportiva, podendo transmiti-las a outros.

Assim, não obstante as alterações sociais, designadamente a perda de estatuto social da profissão docente, os estudantes continuam a elencar a mesma tipologia de razões aquando da opção por um curso superior. Neste quadro, é visível, mais uma vez, que a natureza pessoal e social de cada indivíduo ocupa um lugar central nas opções de cada um, isto não obstante a continuidade e descontinuidade dos processos de socialização, que levam os indivíduos a colocarem a descoberto e a reformularem as suas crenças.

Partindo deste entendimento, e tendo em conta os vários percursos que distinguem os estudantes participantes neste estudo, é perceptível que, nas diferentes relações estabelecidas com o outro “social”, os sujeitos constituem a sua individualidade (Almeida e Fensterseifer, 2007). Na verdade, é no processo de internalização de “signos” que os participantes produzem referenciais “próprios”, em consonância com as suas convicções, que os levam a agir, a pensar e a refletir de forma distinta perante experiências de vida iguais ou diferentes. Com refere Dubar (1997), são significados que os sujeitos atribuem e adquirem nas sucessivas socializações, numa constante alternância entre os espaços e o tempo. Alternância esta designada por Chaix (2002) de “transação”. Estas situações transitórias mobilizam a organização conjunta entre os espaços de socialização, enquanto “passagem de um estado para outro, de uma situação para outra” (Kaddouri, 2008: 62) nas mais variáveis vivências. Estas múltiplas transações de cada indivíduo caracterizam-se por serem temporárias e limitadas no tempo e no espaço, sendo neste espaço de transição que a história de cada um é construída. Por esta razão, compreende-se que as respostas às motivações de cada um sejam o resultado da história e significados individuais.

Ao examinar de forma mais específica cada fonte de motivação, verifica-se que, ao nível das razões intrínsecas, alguns participantes colocam a ênfase no gosto pela prática desportiva, não especificando, porém, uma área de intervenção no Desporto, em que efetivamente gostassem de atuar:

“Há alguma coisa que me diz que eu quero ser professor de EF, há outra que também me diz que quero ser treinador, há outra que me diz que quero ir para o ginásio... eu gosto de todas as áreas.” [E1.Daniel]

Este elemento parece apontar para a ideia defendida por Carvalho, que advogava que alguns estudantes optavam por esta formação inicial apenas “como pré-requisito para outra atividade que não o ensino” (Carvalho, 1996: 44). Israel e Duarte (2000) reforçam esta noção ao mencionarem que atividades como o treino, a recuperação e a reabilitação, a administração e a gestão desportiva, poderão constituir algumas das possíveis saídas profissionais almejadas pelos estudantes. Depreende-se assim que, para estes estudantes, o comprometimento com o desporto é mais relevante que o papel que poderão vir a desempenhar em termos profissionais. Neste mesmo sentido, Becker, Ferreira e Krug (1999) advogam que o gosto pelo desporto é o principal motivo pelo qual as pessoas escolhem a EF como profissão. Efetivamente, tal como Santini e Molina Neto (2005) destacam, a maioria dos candidatos à área da EF não aspiram, desde logo, a serem professores. Na verdade, o facto de serem ex-atletas ou pessoas que mantiveram contato com a área desportiva, quando confrontados com a decisão de escolher a profissão, acabam por optar por uma atividade que lhes é familiar e pela qual têm gosto. Tal como verificado acima, talvez esta evidência explique o porquê de, no presente momento, alguns estudantes ainda terem dúvidas quanto ao exercício da profissão docente:

“Ainda hoje não sei propriamente aquilo que eu quero seguir. Qual é a área específica, dentro do curso de Ciências do Desporto, que eu quero seguir... mas sabia que este era o meu lugar.” [E1.Cátia]

Como evidenciaram estudos anteriores (Becker, Ferreira e Krug, 1999; Israel e Duarte, 2000; Krug e Krug, 2008), o gosto por aceder a mais conhecimentos e a identificação com os conhecimentos necessários para intervir na área, além do gosto por ensinar, foram outras razões indicadas pelos estudantes para a escolha do curso:

“[...] sociologia, a antropologia, as fisiologias, as pedagogias, as psicologias, todas as aulas teóricas eu também me identifiquei com elas. Não só a ginástica e a natação, a natação para mim que também é outra modalidade que gosto, não só essas, mas as bases teóricas que aqui estão nesta licenciatura... adorei história do desporto (...) portanto todos esses fundamentos eu identifiquei-me bastante com eles.” [E1.Índia]

Outro elemento que ficou visível foi a elevada determinação por parte de alguns estudantes, porquanto a não entrada no curso na primeira candidatura não os dissuadiu de tentar o concurso na instituição almejada para o prosseguimento de estudos:

“[...] consegui, fiz o curso de Desporto, não consegui entrar aqui logo no 1º ano, fui para o ISMAI e depois pedi transferência para vir para a FADEUP, que era onde eu queria acabar e onde queria fazer o curso [...]” [E1.Mateus]

O gosto pela prática em alguns estudantes surge ainda mais fortalecido pelo seu envolvimento em atividades onde tiveram oportunidade de interagir com crianças ou jovens e de experimentar situações aproximadas ao papel de professor (Caires, 2002). Uma parte substancial dos estudantes revelou ter exercido ou ainda exercer funções enquanto treinador (38,0%) ou professor, nomeadamente professor de dança, de natação ou de Atividades de Enriquecimento Curricular (11,0%), ou ainda estarem envolvidos em atividades de *Fitness* (5,8%). Os restantes (45,2%) não revelaram prática profissional no âmbito do Desporto ou apenas realizaram estágios curriculares ou pequenas colaborações junto de algumas entidades.

Efetivamente, tal como patenteiam os dados do estudo intensivo, a relação com as crianças revelou ser significativa no sentido de fortalecer as escolhas para a profissão:

“A vontade de ser professor, descobri há muito tempo, derivado da vontade de interagir e de trabalhar com pessoas, principalmente com crianças.” [E1.Maria]

O facto de alguns estudantes revelarem já ter tido oportunidade de assumir responsabilidades enquanto treinadores pode explicar a compreensão que revelaram acerca da importância desse papel e a similitude de algumas situações com o papel de professor. Mas os momentos que mais os marcaram foram o reconhecimento de outros (e.g. professores de EF e/ou colegas, diretores de clube, atletas, amigos) da sua aptidão

para a prática desportiva, para a dinamização de atividades desportivas e principalmente para o ensino:

“Como eu tinha facilidade de prática acabava também por ser uma segunda professora que acabava por ir ajudar em vários exercícios.” [E1.Cátia]

Os estudantes denunciaram que para eles era importante os professores de EF reconhecerem-lhes vocação para o ensino, responsabilizando-os pela aprendizagem dos colegas e confiando-lhes tarefas de exemplificação de habilidades motoras. O reconhecimento dos colegas ou atletas, que valorizavam a sua ajuda e o seu trabalho foi também um aspeto realçado:

“[...] nas turmas de 7º e 8º anos eu era dos escolhidos, quer por fazer bem, quer por fazer com segurança, por exemplo na ginástica era eu que ajudava os professores estagiários (...) Sempre gostei de estar nesse papel... no outro lado sem ser o de aluno.” [E1.Mateus]

Particularmente para alguns estudantes, a vivência de estágio no ensino secundário do curso Tecnológico de Desporto foi especialmente relevante no reconhecimento do gosto pelo ensino:

“Foi quando eu comecei a dar aulas a outros alunos. Foi quando eu comecei a estar perante uma turma, e essa turma estava sob a minha responsabilidade e eu transmitia conhecimentos. Eu, “é isto que eu quero, é isto que me preenche, é isto que me realiza”. Foi um momento marcante quando nós passamos para a prática, quando assumimos o papel de professor.” [E1.João]

A variabilidade de experiências e vivências aqui apresentadas mais uma vez conduzem ao questionamento acerca do porquê de diferentes percursos encaminharem à escolha de um mesmo curso de habilitação para a docência. Perante esta evidência, pode considerar-se que o período que antecede a formação profissional para a docência, é geralmente influenciado pelo que as pessoas querem e precisam, e, portanto, tende a existir um relativo grau de conexão entre os indivíduos e as suas conceções e futuros papéis (Cornelissen e van Wyk, 2007).

Percebe-se, portanto, que o ingresso nesta área profissional, não se trata somente de uma situação de “escolha do ofício”, mas da construção pessoal de uma estratégia

identitária profissional, que põe em jogo a imagem do “eu” (identidade para si e reconhecida pelos outros), a apreciação das suas capacidades e a realização dos seus desejos (Dubar, 1997).

No que se reporta às razões extrínsecas, foi notório que a família, para a maioria dos estudantes, funcionou como elemento desincentivador. Estes destacam a pressão exercida pelos pais para a escolha de uma profissão com maiores índices de empregabilidade:

“Quando eu escolhi EF, a minha mãe quase que me batia, porque eu só pus EF, foi a primeira e única opção. Foi EF e foi a FADEUP, eu não pus mais nenhuma faculdade.” [E1.Anita]

Neste quadro, Greene e Magliaro (2005) num estudo com estudantes estagiários, detetaram que uma das estudantes referenciou a desilusão que a sua escolha provocou no seio familiar, porquanto os seus pais sempre a incentivaram para aquilo que desejavam e julgavam ser o melhor para a sua filha. Também nesta pesquisa esta sensação de desilusão ficou patente:

“E foi uma desilusão para a minha família porque eles estavam a contar que eu fosse para medicina, aquelas áreas que toda a gente vê como de topo.” [E1.Anita]

Assim, enquanto a família emergiu como elemento desincentivador, o professor de EF surgiu como o principal incentivador à opção para ser professor:

“[...] com a influência dos professores que tive de EF, quer pela forma como davam as aulas, como pela forma como me motivaram, levaram-me a essa escolha.” [E1.Sissa]

Este relato vai de encontro à ideia de Krug e Krug (2008), que advogam que o professor pode influenciar os alunos quer como pessoas, quer como profissionais, tanto pelo que ensina, como pelo que faz, bem como pelo bom exemplo que dá. Em contraponto com o trabalho de Kyriacou e Kobor (1998), desenvolvido na área das línguas, para estes estudantes, o papel de outras pessoas revelou ser bastante significativo.

Ainda dentro das razões extrínsecas, tal como no estudo de Kiziaslan (2010), percebe-se que, para alguns participantes, a escolha do curso de ensino de EF deve-se ao

facto de considerarem que esta via lhes permite exercer outras atividades profissionais, além de professor de EF:

“Eu não posso ir para o alto rendimento sem saber dos pressupostos básicos de lidar com grupos diferentes, em contexto diferentes (...) Escolhi este precisamente porque acho que é o mestrado mais complexo e mais completo que nós temos. Acho que é aquele que mesmo que nós não tenhamos a escolha ou a opção de seguir o ensino dá-nos saberes e conhecimentos que nos vão ser transversais a todas as áreas.” [E1.Anita]

Por último, ao nível das razões altruístas destaca-se a necessidade que alguns estudantes evidenciaram de poderem vir a influenciar as crianças, ou seja, de contribuir para a sua formação e, conseqüentemente, de colaborar na melhoria da sociedade, transmitindo não só conhecimentos específicos da matéria, mas também valores:

“[...] essa foi uma das coisas que eu mais gostei. Não só ao nível do ensino da dança, mas transmitir-lhes valores a nível do empenho, do esforço e até da cooperação entre eles. (...) Porque o meu objetivo sempre foi formar pessoas. Portanto, todo o professor tem o dever de formar não só a nível da sua área disciplinar de ensino, mas também ao nível pessoal e social porque vai formar um ser.” [E1.Índia]

Uma das participantes considerou importante também estimular a prática de atividade física na sociedade, pelo que perceciona que a atuação do professor na escola junto das crianças é preponderante, na medida em que também pode influenciar os pais:

“[...] por exemplo no meu caso, eu tenho uma prima que é tipo um bicho do quarto, ela passa a vida em casa e isso partiu da minha tia. Ela inculuiu essa postura na minha prima. (...) Eu acho que a função do papel do professor de EF é também este, não só o de mudar a mentalidade dos mais pequenos...” [E1.Anita]

3.3 Socialização Antecipatória (agentes)

A socialização antecipatória corresponde à etapa prévia à entrada na vida ativa, na qual têm lugar um conjunto de experiências e aprendizagens relevantes (Caires, 2002), neste caso concreto para a profissão docente. É durante esta etapa que têm lugar a aquisição de atitudes e a formação de modos de desempenho do trabalho, bem como a formação de expectativas em relação ao trabalho, resultando, em parte, dos agentes de

socialização que assumem um papel preponderante nos comportamentos, atitudes e crenças dos indivíduos. De entre os aspetos de socialização antecipatória consideraram-se duas categorias de agentes de socialização: para prática desportiva e para a profissão docente.

3.3.1 Agentes de socialização para a prática desportiva

O percurso desportivo dos estudantes, até ao momento de ingresso no 2º ciclo de estudos, nas vertentes de prática de desporto federado, desporto escolar ou universitário e de atividades físicas de lazer parece indiciar uma interligação entre a escolha pela área de Desporto e a prática desportiva. De facto, todos os participantes revelaram no seu percurso anterior algum tipo de prática desportiva, embora em diferentes vertentes. A prática que prevalece é ao nível do desporto federado (50,0%), seguida das atividades físicas de lazer (39,2%) e, por último, o desporto escolar e/ou universitário (respetivamente 9,8% e 1,0%). Já ao nível das modalidades, o equilíbrio entre as modalidades coletivas e individuais tendeu a prevalecer (55,1% e 44,9%, respetivamente). No que concerne à idade de início da prática desportiva regular, o escalão etário entre os 6 e os 10 anos é o que mais se destaca (58,4%), seguido dos períodos entre os 2 e os 5 anos (24,8%) e os 11 e os 14 anos (15,3%). Estes dados ilustram que o gosto pela prática desportiva, que os estudantes evidenciaram como sendo uma das razões para a escolha do curso, teve início em idades precoces, maioritariamente incutida pelos pais (19,4%), seguido dos amigos e professor (6,5% e 5,2%, respetivamente). Com valores menos relevantes surgem outros familiares (2,1%) e treinadores (0,7%). Em escalões etários mais avançados o início da prática desportiva por iniciativa própria ganha supremacia (66,1%), em busca do prazer e satisfação pessoal.

Efetivamente, a imagem global dos resultados obtidos no estudo intensivo, vem comprovar os dados anteriores, denunciando que os principais agentes para a prática desportiva dos estudantes foram a família, seguido dos amigos e da escola. Já em 1992 Anderssen e Wold afirmavam que todo o ambiente imediato à atuação ou participação do indivíduo num determinado meio é fator de influência, seja o grupo de amigos, a família ou a comunidade. Dias (1996) também corrobora a ideia de que a família e a escola são dois agentes de socialização fundamentais ao longo da vida das pessoas,

porquanto são elementos enraizados na infância, na rede de relações e na história pessoal (Dubar, 1997).

Assim, embora cerca de 66,1% dos estudantes tenha mencionado que começou a praticar desporto por iniciativa própria, os que iniciaram por influência de outros, foram os pais os principais agentes, principalmente numa fase mais precoce. As razões invocadas devem-se não tanto ao facto de os pais serem praticantes, mas por estes valorizarem um estilo de vida ativo para os seus filhos, considerando, assim, a prática desportiva como uma das principais atividades determinantes para a sua educação:

“[...] quando entrei na escola primária os meus pais sempre foram muito rígidos quanto a notas e resultados finais, mas também achavam o Desporto muito importante. Conciliar as duas coisas era assim o objetivo principal deles.”
[E1.Anita]

Inclusive, alguns participantes assumiram que a prática de certas modalidades, inculcadas pelos pais (19,4%), não eram atrativas para eles:

“Comecei por fazer natação, que eu odiava mas que via que era precisa. É sempre bom nadar, mas mal eu consegui nadar razoavelmente bem, pedi aos meus pais para desistir porque não gostava nada daquilo.” [E1.Anita]

Como plasmado nos excertos abaixo a alteração das modalidades de prática desportiva ocorreu em resultado da influência de colegas (6,5%) e pelas boas experiências com determinados professores de EF (5,2%):

“[...] à medida que fui avançando na escola, fui conhecendo gente nova, que praticava outras coisas e foi aí que eu conheci o voleibol... Então eu pedi à minha mãe...eu queria futebol no início, queria futebol porque toda a gente na minha turma jogava futebol [...]” [E1.Anita]

“Além de ter boas aulas de EF, também não eram professores que se limitavam aos desportos tradicionais, ao futebol, ao basquetebol e ao andebol. Tive desporto da natureza, tive desporto de água...mas cheguei a fazer canoagem, caiaque.”
[E1.Daniel]

3.3.2 Agentes de socialização para a profissão

Relativamente à socialização para a profissão docente, os dados do estudo intensivo destacam como principais agentes de socialização os professores (80,0%), seguidos da família (9,0%) e, por último, os amigos e os treinadores (ambos com 5,5%).

Neste enquadramento, Carvalho (1996) recorre ao conceito atrativos (potenciais benefícios para a ocupação profissional) e facilitadores (mecanismos sociais) para distinguir os fatores que influenciam a escolha pela formação inicial em EF. Como atrativos, o autor refere os benefícios de natureza física (vencimento, mobilidade), de natureza simbólica (prestígio, poder) ou de natureza emocional (prazer, satisfação). E como fatores facilitadores, o autor enuncia a identificação com determinados agentes de socialização.

Assim, no que se refere aos fatores facilitadores, embora cerca de um terço dos estudantes revelasse a existência de familiares professores, aquando do estudo intensivo (entrevistas), estes não reconheceram que eles tivessem influenciado as suas decisões na escolha da profissão. Pelo contrário, tal como no estudo de Barros, Gomes, Pereira e Batista (2012), o professor de EF emergiu como sendo um dos agentes determinantes à decisão, funcionando como um modelo de referência:

“[...] os meus modelos foram os meus professores de EF porque eu nunca tive nenhuma outra relação com a atividade física. Há um professor que me marcou muito, ele era super divertido e super brincalhão, uma pessoa espetacular e um amigo dentro da aula [...]” [E1.Cátia]

Neste entendimento, Almeida e Fensterseifer (2007) destacaram que um dos motivos que leva as pessoas a escolher a área da EF como profissão é a relação da pessoa com a referida disciplina na escola. Esta influência surge não apenas pela vertente positiva, mas também pela vertente negativa, pois quando aos olhos dos alunos o professor revela uma prática pedagógica pouco eficiente, o estudante tem o desejo de instituir novas ações para a EF na escola, refletindo a possibilidade e a vontade de contribuir para um novo referencial na disciplina:

“[...] tive outros professores de EF que me fizeram pensar em tirar este curso, se calhar, para mudar um bocado essa mentalidade. Mas nesses que me serviram de exemplo via-se que havia trabalho. Planeavam, preocupavam-se em adaptar as

coisas aos alunos (...) faziam muita competição que estimulava a aprender e a superar.” [E1.Joana]

De facto, já Schempp (1989) descrevia este período de socialização antecipatória como um tempo em que os futuros professores se familiarizavam com as tarefas de ensino e começavam a formular critérios de avaliação das práticas dos seus professores, distinguindo o que consideravam ser boas práticas e um profissional ideal. Assim, ao apelar aos mecanismos da socialização antecipatória, Carvalho (1996) reporta-se aos estudos que recorrem ao conceito de aprendizagem por observação, utilizado como representação de uma aprendizagem invisível, intuitiva e imitativa de modelos de ensino, de um conjunto de crenças, conhecimentos e habilidades adquiridas enquanto alunos e que depois é transportada para a formação e para as situações de trabalho.

Aqui, tal como referido por Ross (1987), destaca-se o papel determinante da qualidade das relações estabelecidas com figuras adultas que lhes são significativas. De um modo positivo, o autor concebe o “tornar-se professor” como uma tentativa inconsciente ou deliberada de se transformar numa dessas figuras de referência ou de reproduzir as relações vividas. A identificação com esses agentes originava uma maior proximidade com essas figuras que, inconscientemente ou não, os estimulava a seguir os mesmos passos:

“Eu sou treinador de uma equipa no Boavista e já tenho uma lógica do que sou. O que eu revejo em mim, não sei se está certo ou não, é muito o que eu via no meu professor.” [E1.Mateus]

Com efeito, são as relações passadas que tendem a pautar o tipo de relações estabelecidas ao longo do percurso do indivíduo, bem como o tipo de professor em que este se irá tornar (Ross, 1987), pois é através das interações com o “outro” que os estudantes vão construindo os seus referenciais.

Na verdade, os estudantes destacaram a imagem dos professores de EF como sendo os principais modelos profissionais que desejam seguir. Além disso, a maioria dos participantes valorizou mais o papel destes agentes nas suas escolhas profissionais do que as experiências e vivências:

“Foi mesmo decidir um caminho, descobrir uma paixão e dentro dessa paixão estavam aqueles que me ensinavam, aqueles que estavam ao meu lado e foram surgindo ídolos. Os modelos. Não foram bem experiências, foi mesmo olhar para

os ídolos e dizer “eu quero ser como eles, eu quero ser assim forte como eles, quero conseguir fazer tudo o que eles fazem”.” [E1.Índia]

Dois dos participantes referiram ainda que o facto de terem tido professores estagiários de EF se revelou uma motivação adicional, porquanto a sua envolvimento no processo de ensino os fascinou e cativou para o desempenho do papel de professor:

“[...] eu tive o prazer de estar com professores estagiários, que ao contrário de outros professores normais (com quem eu gostei de trabalhar), com eles tinha outra vontade, tinha outro querer, tinha motivação. Isso deu-me um gosto e uma vontade para seguir esta área também.” [E1.Mateus]

Paralelamente, embora o treinador tenha sido mencionado com menor incidência, uma das estudantes referiu que foram algumas das características dos treinadores e alguns dos valores por eles transmitidos que “despertaram” nela a atenção e motivação para a profissão.

De referir ainda que, para um dos participantes, o amigo das brincadeiras de rua foi um elemento significativo para a sua opção. O facto de se identificar com ele nos gostos e na personalidade e este ter optado pela profissão docente levou-o a seguir o mesmo percurso:

“[...] mas a forma como ele encarava as coisas, porque também era um apaixonado pelo desporto, fez-me querer explorar aquilo um bocado (...) essas coisas fizeram-me pensar e comecei a refletir sobre isso (...) e foi o principal influenciador.” [E1.Daniel]

Como mencionado anteriormente, os dados revelaram também que os agentes de socialização identificados, além de terem influenciado os estudantes na escolha da futura profissão, marcaram indelevelmente o seu entendimento acerca do que é ser professor. Assim, nas suas concepções do que é ser professor de EF na escola, o conhecimento e a competência para transmitir o conteúdo da matéria, bem como a capacidade de envolver os alunos no processo de ensino-aprendizagem, ensinando-lhes a dar significado às próprias aprendizagens, foram valorizados em resultado das experiências tidas em contexto de aula:

“A maneira como os professores tratavam a EF, a elevação, a superação das dificuldades, a transmissão de conhecimento... não era só o facto de colocar a

fazer, de nos ocupar e não nos explicar o porquê, ou seja, não é tanto a transmissão de conteúdos mas a forma com que eles transmitiam os conteúdos era totalmente diferente daquilo que estávamos até então habituados.” [E1.João]

“[...] eles deram-me tantas vivências que cada vez fui gostando mais.”
[E1.Daniela]

Além disso, os estudantes destacaram a relação com os alunos e a oportunidade que a natureza da disciplina dá aos professores de estabelecer relações de maior proximidade, levando-os a exercer o papel de amigo capaz de auxiliar na resolução de problemas:

“São professores bastante comunicadores, principalmente. São professores que não se restringem só ao processo de ensino-aprendizagem, são professores que para além das aulas nos dão conselhos e se preocupam com o nosso real estado dentro da escola, não só na EF mas em todas as disciplinas. São professores que são competentes naquilo que estão a fazer.” [E1.João]

Nos diálogos estabelecidos com os estudantes participantes foi possível perceber alguns dos sentidos que estes atribuem às suas histórias pessoais. Sentidos estes resultantes da constante interação que estabeleceram com o meio físico e social, com a cultura e com o próprio percurso. Pelas palavras de Tardif (2002: 72), “ao longo de sua história de vida pessoal e escolar, supõe-se que o futuro professor interiorize um certo número de conhecimentos, de competências, de crenças, de valores, etc., os quais estruturam a sua personalidade e suas relações com os outros (especialmente com as crianças) e são reatualizados, de maneira não reflexiva mas com grande convicção do ofício”. Por outro lado, e como referem Almeida e Fensterseifer (2007: 29), “cabe lembrar que vivenciando espaços e tempos distintos, realizamos a produção, reprodução e transformação da cultura de determinado grupo social em que nos inserimos e, conseqüentemente, significamos nossas ações com referência em alguém quem um dia nos espelhamos”.

Esta socialização antecipada envolve, portanto, a interiorização de modelos e representações do que é ser professor, que importa reconhecer na formação inicial como pontos de partida no processo de aprender a ser professor e no desenvolvimento de uma identidade profissional, que emerge como sendo claramente pessoal.

Conclusões

Ao contrário da maioria dos estudantes candidatos a professores, os que pretendem ser professores de EF são, sobretudo, estudantes do sexo masculino. Em termos de percurso académico destacam-se as diferenças no perfil do estudante que concorre ao 2º ciclo de estudos, resultantes da implementação do processo de Bolonha e da consequente movimentação de estudantes, já que mais de metade dos estudantes provém de outras instituições que não a FADEUP.

No que respeita às razões para a escolha do curso em Ensino de EF, a maioria dos estudantes reconheceu que foi o gosto pelo Desporto que os atraiu para a opção, sendo que só posteriormente, em resultado de algumas experiências marcantes e da vivência com alguns agentes de socialização, passaram a considerar a opção de se tornarem professores de EF. Com efeito, verificou-se um predomínio das razões intrínsecas ao nível das motivações para a profissão docente. Na perceção dos estudantes esta era uma profissão que lhes possibilitaria manter o contato com o Desporto, acedendo a novos conhecimentos, e que simultaneamente lhes daria a possibilidade de transmitir esses conhecimentos a outros. As vivências anteriores em contextos desportivos fortaleceram a vontade de serem professores, ajudando-os a valorizar a profissão. Seguidamente, sobressairam as razões extrínsecas, onde o incentivo, ou não, de outras pessoas afetou as suas decisões. Por um lado, os pais tendiam a desincentivá-los para a profissão docente, na medida em que lhe atribuíam fraca empregabilidade e pouco reconhecimento social. Por outro lado, os pais que tendiam a desincentivá-los para a profissão docente, na medida em que lhe atribuíam fraca empregabilidade e pouco reconhecimento social. Por outro lado, os professores que os incentivavam, porque reconheciam-lhes aptidão e vocação para o exercício da profissão. Por último, surgiram as fontes de motivação altruístas, onde os estudantes evidenciaram o gosto por interagir e trabalhar com pessoas, ajudando-as a aprender e, assim, contribuir para a melhoria da sociedade. Assim, não obstante as semelhanças ou as diferenças de percursos dos estudantes, percebe-se que são os significados pessoais e as representações que cada um vai construindo e reconstruindo, em resultado de socializações sucessivas (Dubar, 1997) e de diferentes situações transitórias (Chaix, 2002), que assumem o papel de mediador da história de cada um, influenciando, assim, a motivação para a profissão.

Os principais agentes de socialização para o desporto referenciados foram os pais, tendo sido este o ponto de partida para os estudantes se “apaixonarem” pelo Desporto e se “reverem” nele numa futura profissão (professor de EF). De entre as vivências positivas na prática desportiva (mesmo quando imposto pelos pais), foi a interação com outros, principalmente com o professor de EF, que determinou a escolha da profissão. Além disso, servindo de modelo, os professores de EF marcaram indelevelmente o entendimento dos estudantes acerca do que é ser professor. Observando estes agentes de socialização, os estudantes perceberam que não só o conhecimento e a competência para transmitir o conteúdo da matéria são importantes, como também a capacidade de envolver os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Deste modo, depreende-se que a escolha da profissão começa muito antes da entrada para o ensino superior e que as experiências prévias, neste caso na prática desportiva, bem como a influência de outros significativos, induzem a processos de valorização de determinados profissionais que, quando associados ao gosto pela área, acabam por ser determinantes na tomada de decisão da profissão futura.

Agradecimentos

Estudo integrado no projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT): *O papel do estágio profissional na (re)construção da identidade profissional no contexto da Educação* (PTDC / DES / 115922 / 2009).



Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, A.; PINHEIRO, C.; BATISTA, P. (2008), “Etude de l’évolution des perspectives professionnelles des élèves d’Education physique et sport pendant leur formation dans les secteurs public et prive – Étude 3.”, in *Actes de la 4ème Biennale de l’Association pour la Recherche sur l’Intervention en Sport*, DVD/Articles expertisés, Besançon.
- ALMEIDA, L.; FENSTERSEIFER, P. E. (2007), “Professores de Educação Física: duas histórias, um só destino”, in *Revista Movimento*, Porto Alegre, ESEF/UFRGS, 13 (2), pp. 13-36.

- ALMEIDA, L. S. *et al.* (2002), *Percursos e expectativas de estudantes universitários: estudo com alunos do 1º ano da Universidade do Minho. Relatório de investigação*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.
- ANDERSSSEN, L.; WOLD, B. (1992), “Parental and peer influence on leisure – Time Physical Activity in Young Adolescents”, in *Research Quarterly for Exercise and Sport*, 63 (4), pp. 341-248.
- BARDIN, L. (2004), *Análise de conteúdo*, 3ª ed., Lisboa, Edições 70.
- BARROS, I.; GOMES, P.; PEREIRA, A. L.; BATISTA, P. (2012), “Experiências prévias na (re)configuração da Identidade Profissional: um estudo com estudantes estagiários de Educação Física”, in *Revista Agora para la educación física y el deporte*, 14 (3), pp. 303-319.
- BASTICK, T. (2000), “Why teacher trainees choose the teaching profession: comparing trainees in metropolitan and developing countries”, in *International Review of Education*, 46 (3/4), pp. 343-349.
- BECKER, A. L.; FERREIRA, L. M.; KRUG, H. N. (1999), “O interesse ou desinteresse dos futuros professores pela atuação na Educação Física escolar”, in *Jornada Académica Integrada*, XIV, 1999, Santa Maria, Anais, CEFD/UDSM.
- CAIRES, S. M. (2002), *Vivências e percepções do estágio pedagógico: a perspectiva dos estagiários da Universidade do Minho*, tese de Doutoramento, Braga, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- CAIRES, S.; ALMEIDA, L. (2005), “Teaching practice in Initial Teacher Education: its impact on student teachers' professional skills and development”, in *Journal of Education for Teaching*, 31 (2), pp. 111-120.
- CARVALHO, L. M. (1996), “A formação inicial de professores revisitada: contributo da investigação sobre a socialização dos professores”, in *Formação de Professores em Educação Física*, Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, pp. 37-56.
- CHAIX, M. L. (2002), “Du technicien à l'ingénieur, les transitions identitaires dans les nouvelles formations d'ingénieurs”, in *Recherche et formation*, 41, pp. 83-101.
- CORNELISSEN, J.; VAN WYK, A. (2005), “Professional Socialisation. an influence on professional development and role definition”, in *Sajhe*, 9 (2), pp. 159-176.
- DEWAR, A. (1989), “Recruitment in Physical Education teaching: Toward a critical approach”, in T. J. Templin e P. G. Schempp (Eds.), *Socialization into physical education: Learning to teach*, Indianapolis, Benchmark Press, pp. 39-58.
- DIAS, J. (1996), *A problemática da relação família/escola e as crianças com necessidades educativas especiais*, Trabalho final para obtenção do Diploma do Curso de Estudos Especializados – Educação Especial, Instituto Jean Piaget (não publicado).

- DUBAR, C. (1997), *A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*, Porto, Porto Editora.
- ENTWISTLE, N. J. (1995), *Influences of Instructional Settings on Learning and Cognitive Development: Findings from European Research Programs a Special Issue of Educational Psychologist*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.
- FLORES, M. A.; DAY, C. (2006), “Contexts which shape and reshape new teachers' identities: a multi-perspective study”, in *Teaching and Teacher Education*, 22 (2), pp. 219-232.
- GREENE, C.; MAGLIARO, G. (2005), “Pre-service teachers' images of teaching”, in Jere Brophy e Stefinee Pinnegar (Eds.), *Learning from Research on teaching: Perspective, Methodology, and Representation*, West Yorkshire, Emerald Group Publishing Limited, pp. 207-234.
- ISRAEL, M.; DUARTE, A. (2000), “Motivação inicial para a profissão docente dos alunos do curso de Desporto e Educação Física da Universidade do Porto”, in *V Congreso Galego-Portugués de Psicopedagogía Actas (Comunicacións e Posters)*, 4 (6), pp. 919-926.
- KADDOURI, M. (2008), “L'alternance comme espace de transitions et de tensions identitaires”, in *Les stages en formation à l'enseignement: pratiques et perspectives théoriques*, Québec, Press de l'Université du Québec, pp. 59-81.
- KIZIASLAN, I. (2010), “Student teacher's motives for choosing the Elt profession: a qualitative description”, Paper presented at the Internacional Conference on New Trends in Education and their implications, Antalya, Turquia, [Consult. a 20.02.2013]. Disponível em: <http://www.iconte.org/FileUpload/ks59689/File/11.pdf>.
- KRUG, R.; KRUG, H. (2008), “Os diferentes motivos da escolha da licenciatura em Educação Física pelos académicos do CEFD/UFSM”, in *Revista Digital EFDesportes.com – Buenos Aires*, 13 (123) [Consult. a 20.02.2013]. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd123/os-diferentes-motivos-da-escolha-da-licenciatura-em-educacao-fisica.htm>
- KYRIACOU, C.; KOBORI, M. (1998), “Motivation to Learn and Teach English in Slovenia”, in *Education Studies*, 24 (3), pp. 345-351.
- MARCON, D.; NASCIMENTO, J.; GRAÇA, A. (2007), “Construction of pedagogical competences in the practicum as a curricular module of Physical Education teacher education”, in *Brazilian Journal of Physical Education and Sport*, 21 (1), pp. 11-25.
- PATTON, M. Q. (2002), *Qualitative evaluation and reserch methods*, 3ª ed., Newbury Park, SAGE Publications.
- PERCHERON, A. (1974), *L'univers politique des enfants*, FNSP, Colin.
- QIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. (2005), *Manual de investigação em Ciências Sociais*, 4ª ed., Lisboa, Gradiva.

- ROSS, E. W. (1987), “Teacher perspective development: a study of preservice social studies teachers”, in *Theory and Research in Social Education*, 15 (1), pp. 225-243.
- SANTINI, J.; MOLINA NETO, V. M. (2005), “A síndrome do esgotamento profissional em professores de Educação Física: um estudo na rede municipal de ensino de Porto Alegre”, in *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 19 (3), pp. 209-222.
- SCHEMPP, P. (1989), “Apprenticeship-of-observation and the development of physical education teachers”, in T. J. Templin e P. G. Schempp (Eds.), *Socialization into physical education: Learning to teach*, Indianapolis, Benchmark Press, pp. 13-38.
- TARDIF, M. (2002), *Saberes docentes e formação profissional*, Petrópolis, Vozes.

Artigo recebido a 28 de fevereiro de 2013. Publicação aprovada a 20 de setembro de 2013.

Fundos de conhecimento e egoredes: traduzindo uma abordagem teórico-metodológica

Filipa M. Ribeiro¹

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e
Universidade Autónoma de Barcelona

Resumo

Este artigo faz uma reflexão interdisciplinar sobre a relação entre a análise de redes sociais e os fundos de conhecimento de investigadores e professores de ensino superior. Argumenta-se que a criação de conhecimento e a sua disseminação podem ser pensadas como e através dos processos de tradução. Esses processos existem e acontecem através de *fundos de conhecimento*, os quais podem ser medidos e descritos, na sua estrutura e conteúdo, através das redes pessoais dos atores que produzem esse conhecimento. Salienta-se a dimensão epistémica das redes de conhecimento, em particular das egoredes.

Palavras- chave: fundos de conhecimento; egoredes; tradução.

Abstract

Funds of knowledge and egonetworks: translating a methodological-theoretical framework

This paper is an interdisciplinary reflection on the relationship between social network analysis, namely egonetworks, and the funds of knowledge of researchers and teachers of higher education. It is argued that the creation of knowledge and its dissemination can be conceived as and through translation processes. These processes exist through and by means of the funds of knowledge, which can be measured and described, in its structure and content, through personal knowledge networks. Egonetworks can, thus, be defined as epistemic conduits.

Keywords: funds of knowledge; egonetworks; translation.

¹ Doutoranda na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) (Porto, Portugal) e *visiting researcher* na Universidade Autónoma de Barcelona (Barcelona, Espanha).
Endereço de correspondência: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto,
Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto, Portugal. *E-mail*: filipa.ribeiro@gmail.com

Résumé | *Les fonds de connaissances et d'ego-réseaux: une approche méthodologique et théorique*

Cet article explore la relation entre l'analyse des réseaux sociaux et les fonds de connaissances des chercheurs et des professeurs. Pour ce faire, on développe une réflexion interdisciplinaire sur les fonds de connaissances dans les établissements d'enseignement supérieur. On prétend que la création de connaissances et sa diffusion peut se concevoir comme des processus de traduction. Ces processus existent à travers des fonds de connaissances, qui peuvent être mesurés et décrits, dans sa structure et son contenu, par le analyse de réseaux de connaissances personnelles.

Mots-clés: fonds de connaissances; ego-réseaux; traduction.

Resumen | *Fondos de conocimiento y egoredes: traducir un enfoque teórico-metodológico*

Este artículo es una reflexión interdisciplinar sobre la relación entre el análisis de redes sociales y los fondos de conocimientos de los investigadores y profesores de la enseñanza superior. Se argumenta que la creación de conocimiento y su difusión pueden ser concebidas como y a través de procesos de traducción. Estos procesos existen mediante los fondos de conocimiento, que pueden ser medidos, en su estructura y contenido, a través de redes de conocimiento personal. Por lo tanto, las egoredes pueden definirse como conductos epistémicos.

Palabras clave: fondos de conocimiento; egoredes; traducción.

1. Fundos de conhecimento: movimento, mudança e analogias²

Este artigo visa apresentar as bases de dispositivo teórico-metodológico para o estudo dos processos de criação de conhecimento, servindo-se para isso de contributos oriundos de diversas disciplinas, com especial destaque para a análise das redes sociais. Para isso, nesta secção, aludindo ao conhecimento científico criado nas universidades, define-se a perspetiva sob a qual se entende o conceito de conhecimento para depois então apresentar a análise de redes de conhecimento como ferramenta de estudo dos processos de criação de conhecimento e seus contextos. Os fundos de conhecimento serão vistos como movimentos sociais, nos quais predominam fenómenos de tradução dos quais serão dados exemplos.

O conhecimento muda e move-se. Estas formas verbais são, simultaneamente, transitivas e intransitivas. O conhecimento académico não se desenvolve ao longo de uma linha pré-determinada, mas sim num caminho historicamente contingente, em que

² Este artigo baseia-se num trabalho realizado no âmbito de uma bolsa de doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

cada geração de cientistas herda pressupostos, técnicas e conceitos da geração anterior, transformando-os e transmitindo-os. Devido a esse processo, percebemos o conhecimento académico como estruturado de uma forma particular, com uma certa ontologia e com diferentes fenómenos atribuídos a domínios distintos. Essa herança flui através de diferentes tipos de dispositivos (equações, leis, teorias, conceitos), alguns dos quais se tornam ícones na medida que crescem como formas de pensamento que tendem a tornar-se mais autoritários, precisos e eternos. O tipo de dispositivos analisado aqui é as redes pessoais de conhecimento como componentes e canais para os fundos de conhecimento dos investigadores e professores universitários.

A questão do desenvolvimento do conhecimento utiliza a ideia de “problematizar o existencial” da sociedade, a fim de refletir sobre o seu significado (Young, 2008). O conceito de “problematizar o existencial” (*problem posing*) significa que professores e alunos usam o diálogo para construir a compreensão de como a vida, a realidade e o mundo funcionam através da intencionalidade para indagar sobre a existência humana (por exemplo, identidade, língua e discurso, ciclos de poder, género, raça, colonização, imperialismo, justiça social, democracia, emancipação, desigualdade e equidade, entre outros).

Urge, então, uma compreensão mais profunda de como essa diversidade de conexões permite que professores e alunos desenvolvam um ciclo de questionamento que começa a construir o pensamento crítico sobre as suas próprias experiências pessoais como conexões. Isso gera novos desafios e efeitos sobre o processo de criação de conhecimento.

Neste artigo argumenta-se que o conceito de fundos de conhecimento permite vislumbrar as estruturas mais profundas sobre a criação de conhecimento, de uma forma que revela uma profunda ligação entre a forma como o mundo é e como os investigadores o experimentam. Isso anda de mãos dadas com a imagem de caça ao tesouro de aquisição de conhecimento, pois simplifica e condensa as emoções, os valores e as crenças abaixo dela.

Os fundos de conhecimento são um conceito, derivado dos estudos socioculturais e antropológicos, sobre ensino e aprendizagem que remete para o conhecimento intelectual e social adquirido por um indivíduo ou comunidade (González, Moll e Amanti, 2005). Outros autores realçaram outras dimensões deste conceito (Bensimon e Neuman, 1993; Argyris e Schon, 1996; Cole, 1985; Gallimore e Goldenberg, 2001), mas o importante a reter é que o conceito inclui quer a atividade

comportamental quer as componentes cognitiva e afetiva. Assim, os fundos de conhecimento refletem como os investigadores e professores definem problemas, situações e criam sentido dos fenómenos. São o *know-how* e o *know-why* que os indivíduos mobilizam (muitas vezes inconscientemente) para realizar o seu trabalho. Sabemos que os investigadores e professores universitários desenvolvem os seus fundos de conhecimento por meios formais e não formais, tais como experiências diárias de conversa com colegas, observação dos estudantes, leitura de revistas científicas e de relatórios, educação formal ou outras atividades profissionais de socialização nas normas da prática científica e docente na cultura da instituição a que pertencem (Bensimon, 2007), mas sabe-se muito pouco sobre os fundos de conhecimento que moldam as práticas de investigação e de ensino nas universidades porque não se analisa em profundidade o envolvimento dos investigadores e professores que refletem o seu compromisso, esforço e empenho. Em termos operacionais, o conceito de fundos de conhecimento é inerentemente dinâmico. Contudo, o fenómeno correspondente continua a ser mal compreendido e as abordagens existentes para a sua modelagem e descrição (por exemplo, textos de linguagem natural e figuras) são fundamentalmente estáticas e, em grande parte, ambíguas. A análise de redes sociais e pessoais permitem esta análise contemplando as mudanças que esses fundos e relações sofrem ao longo do tempo.

O conhecimento, neste artigo, é entendido como uma construção social, o que significa que é construído e reconstruído por grupos sociais que estão, eles próprios, situados num contexto marcado pelo seu próprio passado e por fortes traços pessoais (Polanyi, 1958). Já o conceito de fundos de conhecimento traduz a noção de contextualidade do conhecimento; o conhecimento não é apenas sobre “o que se sabe”, é também sobre “quem é que sabe” e as representações entre um e outro. Não é possível conhecer à distância da reprovação, permanecendo na superficialidade da aparência. Para conhecer é preciso fazer um esforço para nos colocarmos no lugar do outro, calçarmos as suas sandálias gastas de viajante dos tempos. É um trabalho difícil, mas necessário para entender o movimento e a mudança, as características mais perenes do conhecimento enquanto objeto.

A contextualidade do conhecimento e noções como “comunidade de conhecimento” ou “cultura do conhecimento local” devem ser consideradas simultaneamente, visando uma pluralidade de “níveis”, “contextos”, “espaços” ou “comunidades”, quer sejam de âmbito nacional, um setor, uma comunidade de agentes ou “espaços” investidos e criados pelas comunidades de conhecimento, como é o caso

das universidades. O estudo de fundos de conhecimento facilita a compreensão da sua complexidade e resiliência, porque: 1) analisa em conjunto o conhecimento em si e os atores que conhecem; 2) possibilita a análise das representações, racionalidades e contextos sociais do conhecimento; 3) promove o reconhecimento ou negação da diversidade de conhecimentos.

1) Fundos de conhecimento e seus atores

O desenvolvimento da teoria de redes sociais trouxe evidências de que as relações que formam um sistema influem na mudança, nos fluxos e nas estratégias de difusão pelas redes formais e informais de relações sociais que criam redes de entendimentos, influência e conhecimento antes, durante e após qualquer implementação de estratégias de mudança ou inovação (Daly, 2010). Rawlings e McFarland (2011), por exemplo, abordaram um problema semelhante quando analisaram os fluxos de influência nas universidades, analisando os diferentes tipos de impacto de afiliações em mudanças na produtividade e atribuição de financiamento. Usando dados já disponíveis sobre redes de afiliação, os autores tentaram identificar os padrões de influência de características individuais e diádica influenciam os investigadores. Já em trabalhos anteriores (Johri, Ramage, McFarland e Jurafsky, 2011), os autores tinham determinado os diferentes tipos de colaborações dentro de campos e subcampos científicos, usando a análise linguística, de forma a modelarem computacionalmente essas diferenças. Foi um passo importante para compreender as contribuições dos autores individuais, com base nas suas redes de colaborações. Já Ribeiro e Lubbers (2013) estudaram os mecanismos interpessoais que afetam a criação de conhecimento, nomeadamente a similitude em termos de posição académica e de disciplina e a força de laço entre investigadores. Através da análise das redes pessoais de conhecimento de 32 investigadores e professores de universidades e institutos de investigação na Catalunha, os resultados sugerem que a similitude não é um fator determinante para a criação de conhecimento e que a força de laço é determinada por valores pessoais, interpessoais e académicos, afinidade entre os indivíduos, frequência de contacto e presença em mais do que uma rede (colaboração, influência, social, discussão, etc.). Verificou-se ainda que apenas 32% dos colaboradores dos entrevistados eram considerados importantes para a criação de conhecimento individual. Assim, as redes de colaboração não explicam por si só a criação e motivação de conhecimento.

Redes de conhecimento são geralmente definidas como um conjunto de atores que são repositórios de conhecimento que criam, transferem e adotam o conhecimento (Phelps, Heidl e Wadhwa, 2012). As conexões sociais entre esses atores são vistas como canais de informação e conhecimento. Estamos de acordo com esta definição, mas acrescentamos que, particularmente no que diz respeito a processos de criação de conhecimento, as redes de conhecimento configuram-se também como canais epistémicos. Esta definição implica que o valor associado à formação de laços é não só exógeno e exogenamente determinado e conhecido de todos os agentes. Em vez disso, para investigar redes de conhecimento é importante a ênfase na sua dimensão epistémica, ou seja, nos estados epistémicos individuais, coletivos e interpessoais dos atores envolvidos na rede. Dessa forma é possível ver a real importância e a função de práticas epistémicas como as redes de colaboração ou de influência. A principal vantagem de ver uma rede como um canal epistémico, onde ocorrem processos de tradução dos estados epistémicos e de conhecimento é que permite um avanço significativo na análise não só estrutural, mas também do conteúdo das relações que formam essa rede. Os processos de tradução de conhecimento que ocorrem nesses canais são também um processo de coprodução e evocam as formas em que cada tipo de conhecimento é convertido noutra, e como ele ganha a fiabilidade. Entendidas desta forma, as redes sociais podem passar a considerar e a contemplar o significado social e o contexto pessoal, oferecer as lentes teóricas e metodológicas, através das quais a teoria de redes e a Sociologia tentam responder a perguntas relacionadas com a criação e a autoridade epistemológica do conhecimento, no nosso caso específico do ensino superior. Ao mesmo tempo oferecem uma rota para um compromisso com as questões que, apesar de antigas, ainda são importantes e certamente adquiriram uma renovada proeminência nas universidades contemporâneas.

O mapa de redes de colaboração entre os membros das equipas de investigação da Universidade Autónoma de Barcelona (UAB) (Martinez *et al.*, 2007), com enfoque nos diferentes atributos dos atores: género, campo científico e o papel mediador de cada elemento mostra que, entre 2004 e 2006, houve um aumento significativo de colaborações dentro da UAB. Esse aumento, que tem sido continuado, deve-se principalmente a uma rede mais ampla dentro do *campus*. Mas não sabemos se esse aumento das redes de colaboração significou mais criação de conhecimento em termos de diversidade (por exemplo, interdisciplinaridade) e produção científica. Também não

se conhecem os fatores que levaram a este aumento da colaboração. Uma análise mais fina das redes de conhecimento de investigadores de 4 instituições de ensino superior da Catalunha, entre as quais a UAB, destaca dois fatores de rede como propícios à interdisciplinaridade: centralidade e laços fortes. Esses dois mecanismos são mais fortes que os atributos pessoais dos investigadores (por exemplo, estilos de trabalho e criatividade) e o seu peso é maior em redes com mais investigadores afiliados em departamentos da faculdade do que em investigadores afiliados em institutos de investigação (Ribeiro, no prelo).

2) Análise das representações, racionalidades e contextos sociais do conhecimento

Ao contrário de uma forte tendência nas ciências sociais, é importante compreender que na base de qualquer conhecimento está uma qualquer representação entendida não como um espelho do mundo externo nem como construções mentais, mas antes como formas de construção de significado e de criação de realidades interrelacionadas entre sujeitos e entre estes e o mundo. Por isso é importante perceber essas representações como processos inerentemente sociais. Ambos – significado e contexto social – facultam lentes teóricas através das quais podemos olhar a transformação do conhecimento, as suas relações com os contextos sociais e culturais e a diversidade de formas que assume nas esferas contemporâneas. Um exemplo deste tipo de trabalho é o de Gervais (1997), em que o autor estudou as representações sobre o ambiente por altura de um desastre ambiental que teve lugar numa comunidade remota da Escócia. No confronto com o “estranho” e o “diferente” que se seguiram ao derrame de petróleo, a comunidade reformulou as suas representações sobre o ambiente e a natureza por forma a acomodar as novas pessoas e hábitos que chegavam à localidade.

Tome-se ainda o exemplo dos trabalhos de Hernández-Serrano e Stefanou (2009) sobre a transferência de *expertise* através do ato de contar histórias, no qual os autores desenvolveram um modelo de resolução de problemas baseado precisamente na prática de contar histórias. Os autores propuseram um modelo para a resolução de problemas por meio de histórias como um enquadramento geral que explica o fenómeno da construção de significado alcançado por quem tenta resolver esses problemas. O modelo identifica como condição causal um desafio à nossa compreensão do problema que é enaltecido pelas histórias contadas. Este modelo é hoje aproveitado, por exemplo,

na área da estratégia e comunicação de conteúdos nos mais variados tipos de empresas e negócios.

3) Reconhecimento ou negação da diversidade de conhecimentos

Sendo o conhecimento um fenómeno dinâmico, plástico, plural e derivado quer das esferas objetivas como subjetivas, o conhecimento é diverso. A questão é como é que essa diversidade se faz representar em arenas específicas, como as universidades, por exemplo. O que acontece quando os cientistas falam entre si? Ou quando um filósofo dá uma aula a sociólogos? Ou quando sociólogos europeus ouvem sociólogos asiáticos? Ou quando um investigador não pode ensinar o que investiga na sua universidade? O que está em jogo quando decisores políticos decidem o que se ensinar a crianças que vivem em aldeias rurais? Todas estas situações envolvem pontos de contacto entre o conhecimento de si e o conhecimento do outro, entre formas de representação em competição, entre práticas que privilegiam determinadas representações dominantes.

A investigação educacional mostra que currículo e ensino sempre terminam num ato de conhecimento pessoal. Podemos argumentar que uma compreensão crítica das relações pessoais de investigadores e de professores onde o conhecimento acontece também abrange as relações de dominação e subordinação de saberes, onde cada ator tem um papel. A investigação sobre redes pessoais é um subcampo de análise de redes egocêntricas, que, por sua vez, é um subconjunto de análise de redes sociais, disciplina que estuda os padrões de relações entre atores sociais. Como Pablo de Grande (2013) define, uma rede pessoal é o conjunto de relações de um indivíduo com as pessoas que ele conhece mais o conjunto de relações entre estas pessoas. A diferença entre análise de redes pessoais e outros tipos de redes egocêntricas é que não há limites na delimitação dos membros dessas redes (McCarty e Molina, no prelo).

Pelo que ficou dito até aqui fica claro que os fundos de conhecimento são também movimentos sociais. Mas o que pensamos quando pensamos em movimentos sociais? Parte da resposta remete para palavras, documentos, textos e ideias que esses movimentos representam. Um movimento existe apenas em virtude das comunicações que lhe conferem algum grau mínimo de coesão e coerência. Outra parte da resposta remete para a noção de espaços abertos (Kimble, 1939). Atente-se, a este propósito, em duas analogias distintas.

A primeira analogia: as equações. Estas têm uma influência subtil sobre o tecido da nossa linguagem e do nosso pensamento que vai muito além dos limites do campo científico em que foram produzidas, o que se traduz, por exemplo, nas seguintes expressões: “Poder = conhecimento”; “Guerra = matar pessoas”. Com efeito, as equações podem seduzir-nos a considerar que esta é a maneira de pensar e que outras formas são inferiores ou até mesmo defeituosas. Já Heisenberg (1974) afirma que quase todo o progresso em ciência tem sido pago por um sacrifício, pois para quase cada nova conquista intelectual foi preciso desistir de concepções e de posições anteriores. Assim, de certa forma, o aumento de conhecimento e de percepção diminui continuamente a reivindicação do cientista sobre “o conhecimento da natureza”. No entanto, a ciência de hoje tem pouco em comum com a ciência do tempo de Heisenberg.

A segunda analogia: *Our bodies, ourselves* teve a sua primeira publicação em 1973. Tratou-se da primeira publicação comercial do que tinha sido uma série de artigos produzidos por um grupo de discussão sobre saúde das mulheres em Boston, Massachusetts. Desde então, o texto tem evoluído através de cinco edições e várias traduções para outras línguas. A primeira grande revisão – *The new our bodies, ourselves* – foi produzida em 1984 e continuou em 1996; uma segunda revisão de *Our Bodies, Ourselves for the New Century* surgiu em 1998. Uma série de trabalhos paralelos inclui *Ourselves and Our Children* (1978), *Changing Bodies, Changing Lives* (1980) e *Ourselves Growing Older* (1987, revisto em 1994). O livro foi traduzido primeiro para italiano (1974), depois para japonês, espanhol, francês, grego, sueco, alemão e hebreu, holandês, árabe e para bengali, havendo ainda versões em russo, arménio, sérvio e búlgaro, em 2001³. Posto isto, a identidade autoral de *Our bodies, ourselves* é coletiva, mas não é sempre específica. A primeira pessoa do plural é usada com um deslocamento referente, que evoca, por vezes, todas as mulheres nos Estados Unidos e, noutras vezes, quem colaborou na produção de uma parte específica do texto. Os processos de tradução e adaptação complicam (enriquecem) ainda mais a identidade autoral. Na introdução à primeira edição britânica, em 1978, Phillips e Rakusen (1978) escrevem que “decidimos continuar a usar o pronome, mas, como as mulheres de Boston explicam o seu prefácio, isso não significa que estamos todos de acordo com tudo o que foi escrito” (Phillips e Rakusen, 1978: 10). O pronome “nós” refere-se, portanto, à experiência coletiva de todas as mulheres que trabalharam sobre este livro.

³ Sobre a evolução do texto, consulte a referência de Potter (1998). Para uma breve descrição e discussão de alguns desses projetos de tradução mais recentes, consulte Whelan e Pincus (2001).

Shapiro (n.d.) descreve o processo de tradução de *Our Bodies, Ourselves* para um público latino-americano, que resultou na publicação de *Nuestros Cuerpos, Nuestras Vidas*, em 2000. No início de 1990, reconheceu-se que a primeira tradução em espanhol (1976) ficou datada e surgiu uma nova tradução direta da edição em inglês (americano) de 1992. Diferentes capítulos foram, então, reescritos por 20 grupos de saúde feminina em 11 países do Norte, do Sul e da América Central e Caribe. Isto representou uma tentativa de desenvolver uma versão em espanhol para sul-americanas e latinas nos Estados Unidos, o que significou, por sua vez, a apresentação destas duas comunidades uma à outra. Posteriormente foram editadas novas versões em Boston, apoiadas por um médico tradutor experiente. Nesta fase foram introduzidas as alterações feitas para a nova edição de 1998, nos Estados Unidos da América. A produção de *Nuestros cuerpos, nuestras vidas* teve um enquadramento, com alterações na ordem e conceção de seções e capítulos. Por exemplo, foram introduzidas alterações substantivas em vários capítulos, como aquela sobre o aborto, tornando a temática mais adequada para diferentes condições sócio-económicas e políticas. Incluíram-se novos recursos materiais, nomeadamente os títulos de livros e algumas capas foram alteradas, e alguns dos termos principais também foram reformulados. Os “*selves*” em inglês passam a “*vidas*” em espanhol e “*self-help*” tornou-se “*ayuda mutua*”, porque se acredita que ninguém cuida de si por si. Isso é o mais significativo, porque a tradução espanhola torna-se uma fonte para novas versões de *Our Bodies, Ourselves*. A principal fonte para a edição búlgara foi uma tradução para o inglês da versão espanhola *Nuestros Cuerpos, Nuestras Vidas*. Traduções geram traduções e o que os tradutores denominariam como texto de destino é reconstruído como uma fonte. No entanto, parece difícil pensar em traduções em série ou em paralelo; em vez disso, as traduções acumulam-se num corpo de conhecimento, numa forma de pensar e numa forma de expressão característica de um conjunto de textos sem estarem totalmente ou definitivamente concretizados em nenhum deles. A origem ou centro é cada vez mais evasivo e obscurecido. *Our Bodies, Ourselves* é reproduzido, reconstruído, reescrito na medida em que é traduzido. Normalmente, o trabalho de tradução é frequentemente escondido, tratado como um aspeto técnico da produção de um livro, tal como a formatação de texto. Neste caso, porém, é um processo aberto, deliberado, visível, informado por uma ética política que, segundo Shapiro (n.d.), se inspira no ideal de educação participativa de Freire: a educação participativa enfatiza um processo relacional, dialógico entre professor e aluno. No entanto, o processo de adaptação que deu origem a *Nuestros Cuerpos,*

Nuestras Vidas resultou muito mais parecido com a representação textual de uma teia de relacionamentos e a criação de uma comunidade virtual. A teoria educacional de Paulo Freire tem um corolário em teoria literária, ao entender o leitor como autor ou coprodutor de um texto e a leitura como um processo em que o leitor completa o texto. Da mesma forma, e claramente relevante para *Our Bodies, Ourselves*, são os trabalhos feministas recentes em estudos da tradução que afirmam a “agência” do tradutor, bem como as possibilidades de participação entre escritor e tradutor. “A tradução feminista implica alargar e desenvolver a intenção do texto original” (Simon, 2000: 32). Baseado no trabalho de Barbara Godard, argumenta-se que traduzir é um processo transferencial, no qual o assunto da leitura torna-se um assunto de escrita. Prática de escrita e tradução feminista reúnem-se para transformar tudo o que é escrito e reescrito (Simon, 2000). As sucessivas traduções de *Our Bodies, Ourselves* formam um sistema cujo significado é emergente e reproduzido continuamente. A tradução pode ser considerada de três formas: construtiva, na medida em que inventa o objeto que traduz; constitutiva, na medida em que cria comunidades de escritores e leitores; e contingente, na medida em que é determinada pela sua inteligibilidade e utilidade para o leitor e pelo contexto para o qual ele é feito. A reprodução de significado é inevitável e imperfeita. A tradução compromete-se, pois, entre a verdade do original e as exigências da nova situação a que se destina. Para ser lida e recebida no novo contexto, a tradução deve operar segundo uma lógica de adequação e de eficiência. Assim, a tradução é simultaneamente um reconhecimento e uma forma de traição.

2. Teoria e método: tradução, fundos de conhecimento e redes

Nesta secção faz-se a exploração teórica dos constructos teóricos que são objeto de reunião teórica e metodológica neste artigo: fundos de conhecimento e egoredes em que estas são sistemas complexos (canais epistémicos, como definido na secção anterior), onde se processa a tradução de conhecimento(s) em e pelos fundos de conhecimento de professores universitários e investigadores.

2.1. Sistemas complexos

Há uma distinção importante entre o que é complexo e o que é simplesmente complicado. Um sistema complicado é um intrincado de muitas partes, embora as relações entre as partes sejam mensuráveis e o comportamento do sistema como um

todo seja previsível. Um sistema complexo, por outro lado, é aquele em que as relações entre as partes são flexíveis ou não especificadas e o seu comportamento global incerto. Um sistema pode ser um organismo ou uma espécie, um corpo humano, uma família, uma organização ou um estado. Pode ser definido como um conjunto de relações entre as partes ou unidades. É definido pela natureza dessas relações e não pelo carácter dos seus componentes; dito de outra forma, os seus elementos são relações e não entidades.

Os elementos do sistema (as relações que o compõem) são delimitados de alguma forma até que seja feita uma distinção entre o sistema e seu ambiente. Geralmente, este ambiente compõe-se de outros sistemas. O sistema é aberto, dependente do intercâmbio com o seu ambiente e essencialmente preocupado com a manutenção e reprodução de si mesmo. Os sistemas coevoluem com outros sistemas. Tensão, contradição e paradoxo dentro e entre eles são normais e podem ser produtivos. A interação entre os sistemas e elementos dentro de sistemas leva a um comportamento emergente, a algo novo. “Um sistema adaptativo complexo é uma coleção de agentes individuais com liberdade para agir de maneiras que não são sempre totalmente previsíveis, e cujas ações estão interconectadas para que as ações de atores alterem o contexto para outros atores” (Plsek e Greenhalgh, 2001: 625).

As relações dentro e entre os sistemas consistem em fluxos de pessoas, artefactos, dinheiro, informações, regulamentos, emoções e ideias, entre outras coisas. Estas podem ser compreendidas de maneiras diferentes como tipos de comunicação e o sistema pode ser considerado como sendo regulado pela sua interação no seu ambiente (geralmente expresso em termos de *feedback* positivo e negativo). Desta forma, o problema da complexidade pode ser interpretado, em grande parte, como um problema de comunicação. Comunicações que atravessam as fronteiras entre um sistema e o seu ambiente podem ser pensadas como traduções. Um sistema mantém e reproduz-se na medida em que decreta ou realiza traduções. As traduções, em si mesmas, formam um sistema, bem como os documentos, textos e aqueles que escrevem, leem e interagem. O significado é produzido na interação e está em constante evolução. Isso é o que se entende por intertextualidade.

2.2. Tradução

A tradução começa e baseia-se num ato inicial de confiar (Steiner amplifica este ato com o conceito francês de *élancement*). O tradutor assume, em boa fé, que um texto

faz sentido ou que o sentido pode ser reproduzido de forma diferente. O sentido procede por meio de incursão e extração. O tradutor invade o sentido original e traz de volta o que é possível encontrar. Em seguida, tenta dar forma e corpo ao significado apropriado. Os recursos para isso são fornecidos pelo idioma nativo (receção). Fundamentalmente a língua nativa ou conjunto simbólico local corre o risco de ser transformada ligeiramente no ato de apropriação. O movimento final da tradução é um ato de reciprocidade ou restituição, no qual um efeito reforça o original através da tradução: a atenção dos tradutores dignifica e engrandece o texto de origem. Curiosamente, Steiner postula um sistema que é colocado fora de equilíbrio pelos três primeiros movimentos das traduções. O seu equilíbrio dinâmico deve ser mantido por um processo de troca. Houve uma saída de energia a partir da fonte e um ingresso para o recetor, alterando a harmonia de todo o sistema. O tradutor, o exegeta ou o leitor são *fieis* ao seu texto e tornam a sua resposta responsável, somente quando se esforçam para restabelecer o equilíbrio de forças que a sua compreensão disruptiva desestruturou. Assim, a tradução pode ser retratada como a negação da entropia; a ordem é preservada em ambas as extremidades do ciclo: fonte e recetor (Steiner, 1998, *itálicos no original*).

Neste ponto vale a pena referir que a atenção para um determinado tipo de tradução é conseguida através da comparação e da categorização. Comparar algo com outra coisa implica o reconhecimento logicamente prévio ou suposição de que eles são comparáveis. Consiste em usar a justaposição de coisas para lhes dar sentido, separadamente e juntos. Isso é o que James Boyd White se prepara para fazer em *Justiça como Tradução* (White, 1990). Este tipo de trabalho, no Direito e na Literatura e em qualquer área de produção de conhecimento, “não é a transferência de resultados de campo para campo, nem o transporte de *método* (considerado como uma espécie de máquina intelectual que pode ir trabalhar novos temas sem ser modificada), mas antes resulta da esperança de mantê-los na mente ao mesmo tempo de forma a alterar o nosso sentido de ambos” (White, 1990: 19).

Ao desenhar este paralelismo, recorrendo a analogias entre tradução e relações em sistemas complexos, consubstancio a sugestão de que a criação de conhecimento e a sua difusão podem ser pensadas como e através de processos de tradução. Esse processo existe e acontece através de *fundos de conhecimento*, os quais podem ser medidos e descritos na sua infraestrutura, através das redes pessoais dos atores que produzem esse conhecimento.

3. Método de investigação: fases do conhecimento e redes pessoais

Furusten (1999, baseando-se em Latour, 1987) discute as maneiras complementares de compreender como um texto funciona ou produz significado. Podemos olhar para o texto propriamente dito ou para o seu contexto. O texto em si é examinado em três níveis: significado de superfície; argumento implícito ou subjacente; relações que estabelece com outros textos. O contexto inclui tanto as circunstâncias (a forma) em que o texto é escrito ou produzido e aquelas em que é lido. Quando não for possível apreciar esses processos de produção e de receção participando e observando-os, podemos tentar reconstruí-los estudando com aqueles que o produziram.

Analogamente é disto que se trata quando analisamos os fundos de conhecimento recorrendo à análise das redes pessoais de quem o produz. Afinal, no conceito de fundos de conhecimento está também presente uma das mais populares formas de conceber a dinâmica de movimento entre as ciências humanas: o conceito de fluxo, que deriva em parte das pressões e das unidades da dinâmica de fluidos, na qual as intensidades circulam (Deleuze e Guattari, 1988). Henriques propõe uma conceção de movimento, onde o que é transmitido não é um objeto, mas sim uma frequência de repetição ou padrão de energia. Portanto, a ênfase é sobre a relação de movimento entre processos. Como Henriques sugere: é o padrão dinâmico que se move, não é uma coisa (Henriques, 2010).

A premissa básica proposta pela abordagem teórico-metodológica da análise de redes sociais é o estudo de sistemas como sendo redes. Uma das vantagens é usar a visualização como meio de compreensão.

4. Análise de redes sociais e criação de conhecimento

Neste ponto importa retomar a definição de redes sociais e, dentro destas, as redes pessoais. Uma rede social é um conjunto de indivíduos (comumente chamado de atores) e uma enumeração de relações (ou laços) entre esses indivíduos (Kindermann, 2008). O termo rede social deriva do trabalho de Barnes (1954), em que era usado para designar as relações sociais encontradas numa comunidade em Bremmes, na Noruega. Desde então, o termo tem sido associado a diferentes tipos de relações entre diferentes tipos de indivíduos. Redes contemporâneas, ao contrário das comunidades locais, não são apenas centradas na filiação local, mas muito mais em afiliações culturais de nicho e comunidades de conhecimento. Essas novas maneiras de partilhar cultura e

conhecimento têm grandes implicações nas relações entre produção e consumo e as fontes tradicionais de autoridade para a cultura e o conhecimento. Os padrões de criação de conhecimento estão a ser reformatados continuamente, na medida em que as redes se tornaram a lógica cultural dominante (Varnelis, 2008). Como acontece noutros domínios, as universidades também se compõem de atores em rede e, assim, as culturas que emergem são variadas. Nesta sociedade em rede, a criação de conhecimento e a especialização aumentam a probabilidade de que o conhecimento atual seja mantido e multiplicado em novos conhecimentos e práticas.

A análise de redes sociais (ARS) cartografa e mede relações e fluxos entre pessoas, grupos ou organizações. Desde o seu início, a ARS tem sido um método multidimensional e interdisciplinar. A ARS pressupõe que os atores participam em sistemas sociais que os conectam a outros atores, cujas relações influenciam comportamentos uns dos outros. A identificação, a medição e a verificação de hipóteses sobre o conteúdo substantivo das relações entre atores e formas estruturais tem sido a característica distintiva da ARS, em comparação com outras tradições mais individualistas, centradas em variáveis específicas, mais utilizadas em ciências sociais (Knoke e Yang, 2008). Assim, a ARS visa medir e representar as relações estruturais, explicando como estas ocorrem e quais as suas consequências. A utilização da ARS no estudo dos processos emergentes de criação de conhecimento justifica-se pela formação de fluxos localizados e localizáveis do conhecimento, uma vez que é através de intercâmbios entre pares e não pares que estes corpos de conhecimento crescem e se transformam. O conhecimento é sempre um processo emergente, modificado e descartado consoante as circunstâncias. Em suma, compreender se e como as redes sociais modelam os fluxos de conhecimento nas universidades e nos processos de criação de conhecimento é de fundamental importância.

Diane Crane (1972) desenvolveu um trabalho seminal na tentativa de compreender de onde vem o conhecimento que se estuda nas universidades. Quem é responsável? Quem deve exercê-lo? A autora argumenta que o problema da relação entre a estrutura interna de uma instituição cultural particular e os produtos culturais nela desenvolvidos tem sido negligenciado pela Sociologia do Conhecimento. Segundo a autora, esta falha deve-se à tendência para definir os grupos sociais como entidades abstratas, em vez de coleções de indivíduos cujos modos de interação podem ser observados de forma precisa. Essa tarefa exige, segundo Diane Crane, a análise do

desenvolvimento dos sistemas de crenças destes grupos, bem como a análise sociométrica das relações entre os seus membros, das relações entre esses grupos e as relações de tais grupos na estrutura social mais abrangente. O desenvolvimento da análise de redes sociais tem vindo a dar uma contribuição relevante neste domínio.

Com efeito, o desenvolvimento subsequente da teoria das redes representou um contributo importante para lidar com a questão do conhecimento, pois combinou o que intuitivamente sabemos com um crescente corpo de investigação sobre redes sociais, sugerindo que os relacionamentos dentro de um sistema importam ao influenciarem a mudança, os fluxos, as estratégias de difusão, através de redes formais e informais de relações sociais (Daly, 2010).

Estudos educacionais mais recentes salientam a importância de redes sociais fortes entre os professores para a propagação e para a implementação política de reformas ou de inovações (por exemplo, Coburn e Russel, 2012; Moolenaar e Slegers, 2010; Penuel, Frank e Krause, 2009). O papel das redes sociais para a criação de conhecimento também foi estudado fora do campo educacional, destacando o papel crucial das redes formais e informais na aprendizagem organizacional por estimular novos conhecimentos e novas práticas (Ahuja e Carley, 1999; McGrath e Krackhardt, 2003).

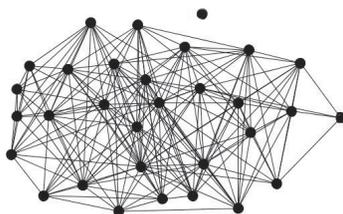
Forman e Markus (2005), Drejer e Jorgensen (2005) e Hlupic, Pouloudi e Rzevski (2002) estudaram a criação de conhecimento e o papel da colaboração. Os autores identificaram a necessidade de mais investigação sobre a relação entre as características das redes sociais e a criação de conhecimento num ambiente de investigação colaborativa. Também Drejer e Jorgensen (2005) e Hlupic, Pouloudi e Rzevski (2002) detetaram a necessidade de mais investigação, integrando os domínios da criação de conhecimento e das redes sociais. Estes investigadores reconheceram que, embora a colaboração e a investigação interdisciplinar sejam frequentemente recomendadas, ainda há uma falta de trabalhos empíricos ou teóricos que validem o papel da sociologia das redes no contexto da criação do conhecimento.

4.1 Redes pessoais: atractores estranhos

No que respeita à ARS, existem duas opções principais. Na análise de redes sociais completas, o foco está num conjunto de nós que servem como a população do estudo. Neste caso, o número de laços mede-se sistematicamente para cada par de nós

na população. Por exemplo, se se fosse analisar todas as relações do corpo docente de uma universidade inteira, a população de nós corresponderia a algum tipo de grupo. A outra opção são as egoredes, cuja análise tem como foco as relações de um ator (ego) e o seu meio social. Por meio desse método, a rede pessoal do ego é estabelecida a partir do seu ponto de vista subjetivo. As egoredes representam o padrão global de relacionamentos de um indivíduo. O foco situa-se na inserção dos atores no seu ambiente social. A análise de egoredes é usada quando o grupo sob investigação é difícil de delinear ou o tamanho do conjunto sugere o estudo de casos individuais (Fischer, 2010; McCarty e Molina, no prelo; Wellman e Berkowitz, 1988). A análise das egoredes combina elementos da abordagem científica tradicional que é baseada nos atributos dos atores e na abordagem que é baseada na ciência das relações. A investigação sobre redes pessoais abrange as seguintes categorias: 1) identificação de padrões e processos de socialização e integração; 2) previsão da variação interindividual nesses padrões; 3) deteção da influência das redes pessoais sobre resultados individuais; 4) uso das redes pessoais como um meio para outros objetivos, tais como estudar populações de difícil acesso; 5) desenvolvimento do método em si.

Figura 1
Egorede de conhecimento de um investigador e docente de Sociologia de uma instituição de ensino superior da Catalunha



Fonte: Ribeiro e Lubbers (2013).

A análise das redes de relações permite compreender como a topologia dessas redes influencia os processos de criação de conhecimento, em que fase os nós (atores) convergem e a que ritmo, bem como perceber os processos inerentes a mecanismos de coordenação ou de aprendizagem.

Conforme argumentado neste artigo, a análise de egoredes, pela sua natureza teórica e operacional, apresenta uma forma diferenciadora na análise de fundos de conhecimento, entendidos como processos de tradução, como explicitado e

exemplificado nas secções anteriores. Isto acontece porque a análise de egoredes permite a identificação de padrões que podem ser identificados e descritos, de forma analógica, como sendo processos de atractor estranho e de afinidade eletiva. O atractor estranho é um conceito oriundo da teoria do caos. Um atractor estranho é um princípio matemático segundo o qual um padrão regular num sistema dinâmico se decompõe e outro emerge: é a matemática de transição dentro e entre sistemas complexos. Tais atractores são denominados estranhos porque precipitam a “saída de” ao invés de conformidade com as normas do sistema. A frase é atribuída a Ruelle e Takens, que discutem entre si sobre quem a inventou (Ruelle e Takens, 1971; Gleick, 1998). O conceito de afinidade eletiva está associado nas ciências sociais a Weber, que se inspirou no romance de Goethe com o mesmo nome (em alemão, *Die Wahlverwandschaften*, 1809). A ideia era corrente na ciência do final do século XVIII e terá sido encontrado por Goethe no seu trabalho em Física. O anúncio da pré-publicação do romance explica como o termo é usado em química para compreender a forma como as substâncias se combinam, separam e recombina. Como um dos personagens do romance explica, “por exemplo, o que chamamos de calcário é mais ou menos puro óxido de cálcio bem combinado com um ácido fraco, conhecido para nós no estado gasoso. Se um pedaço dessa rocha for diluída com ácido sulfúrico diluído, dar-se-á uma combinação que resultará em gesso; o ácido fraco gasoso, por outro lado, escapa. Deram-se, portanto, uma separação e uma nova combinação surgiram e sentimo-nos tentados em usar o termo afinidade eletiva, porque realmente parece que aconteceu um relacionamento que foi preferido em detrimento do outro” (Goethe, 1994: 33). Este é o processo de tradução exposto neste artigo e que consubstancia os fundos de conhecimento passíveis de ser analisados pelas egoredes. Goethe observa também essa afinidade eletiva um conceito antropomórfico tirado de assuntos humanos usados por cientistas para descrever e explicar o comportamento da matéria inanimada. Nesta medida, Goethe⁴ reapropria-se do conceito para o mundo social, usando-o como metáfora. O mesmo se faz nesta argumentação.

Por último, a análise de egoredes propicia uma representação dos fundos de conhecimento, mostrando os laços que formam esse ato de mediação entre origem e destino e estabelece uma relação entre autores em contextos diferentes, a qual tem

⁴ É a teoria da tradução de Goethe que baseia grande parte da teoria de Steiner (1998). Na seleção que Unsel fez dos trabalhos de Benjamin (1977) consta um ensaio, de 1924, sobre a obra *Wahlverwandschaften*, de Goethe, que segue a sua discussão clássica da tarefa do tradutor.

efeitos recíprocos. A título ilustrativo, incluo aqui uma amostra de fundos de conhecimento de um investigador de uma instituição de ensino superior da Catalunha:

Conhecimento material e científico	<ul style="list-style-type: none"> • Educação/Pedagogia • Gramática • Literatura • América Latina • Ensino • Ensino secundário
Negócio/ <i>Business</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Empreendedorismo • Angariação de fundos para investigação • Congressos
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Professor • Professor associado • Voluntariado • Educação de adultos • Ensino e didática
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Redes sociais <i>online</i> • Reuniões de departamento
Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Funções dentro e fora da Faculdade • Coordenação de licenciatura
Políticas e Práticas	<ul style="list-style-type: none"> • Ativismo • Publicações não-académicas • Conhecimento moral e ética de investigação
Arte	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Jazz</i> • Poesia
Edição	<ul style="list-style-type: none"> • Revistas científicas espanholas • Projetos
<i>Networking</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Congressos • Convite de professores externos
Internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Relações entre universidades • Relações dentro do próprio departamento
Estilos de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de confiança na intuição • Preferência por rotinas de trabalho já bem estabelecidas • Preferência por metodologias já bem estabelecidas
Processos de criação de conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Contágio • Difusão • Aprendizagem • Coordenação • Imitação • Rutura
Referências de influência	<ul style="list-style-type: none"> • Herbert Simon

Conclusão

Em suma, mas sem fechar este debate, neste artigo argumenta-se como as egoredes, pelos seus fundamentos metodológicos e teóricos, são um dispositivo adequado para estudar os fundos de conhecimento de investigadores e professores universitários, já que o conhecimento tem uma natureza relacional e acontece numa série de acumulações e emergências, isto é, numa tradução. As egoredes são um ponto de partida para perceber as estruturas e os padrões dos processos de negociação, um ato compartilhado de reconfiguração, explicação e ampliação, adaptação e transformação.

Neste artigo optou-se por uma abordagem e argumentação interdisciplinar para justificar a relação entre egoredes e o estudo dos fundos de conhecimento, pois “a criatividade científica é ‘uma conceção estreita do profissionalismo que conduz insensivelmente a uma especialização forçada e a uma normalização das pesquisas e dos pesquisadores’” (Lopes, 2012: 25). Por outro lado, este cruzamento de perspetivas oriundas de diferentes campos de estudo contribui para aumentar o potencial crítico interno e interventivo da sociologia, pois “a sociologia só será sociologia se for um conhecimento crítico” (Lopes, 2012: 25).

O propósito deste trabalho não era o de chegar a algum ponto final específico ou a conclusões empíricas, estas apresentadas noutros trabalhos (por exemplo, Ribeiro e Lubbers, 2013 e Ribeiro, no prelo). Era antes o de servir como base para a discussão mais prolongada sobre a natureza dos fundos de conhecimento. Por isso, estabelecemos o paralelismo entre aqueles e o processo de tradução e adaptação, no caso, da obra *Our bodies, Ourselves*. Este paralelismo espoleta certamente vários pontos de discussão sobre temas relacionados com sistemas complexos, a tradução e as redes sociais. Neste artigo, fi-lo como se contasse uma história. A utilidade das egoredes para estudar os fundos de conhecimento pode ser maior ou menor conforme o tipo de conhecimentos a que nos referimos. O caso trazido para este artigo é o do conhecimento produzido em instituições de ensino superior. O que é interessante é que as egoredes são um dispositivo performativo (McKenzie e Schweitzer, 2001), justificado na maneira como constitui e representa os movimentos e as mudanças próprias do processo de criação do conhecimento, sobretudo porque essas egoredes são sistemas complexos, abertos, adaptativos. Isso comporta um aspeto material, em que a forma de uma rede surge e o que a une é a produção e distribuição de artefactos culturais e pessoais. A dimensão ideacional dessas redes traduz-se nas conexões que perfazem a própria “metacultura” do conhecimento e da ciência.

Referências bibliográficas

- AHUJA, M.; CARLEY, K. (1999), “Network Structure in Virtual Organizations”, in *Organization Science*, 10 (6), pp. 741-747.
- ARGYRIS, C.; SCHON, D. A. (1996), *Organizational learning II: Theory, method, and practice*, New York, Addison-Wesley.
- BARNES, J. A. (1954), “Class and Committees in a Norwegian Island Parish”, in *Human Relations*, 7, pp. 39-58.
- BENJAMIN, W. (1977), *Illuminationen. Ausgewählte Schriften*, Frankfurt, Suhrkamp.
- BENSIMON, E. (2007), “The Underestimated Significance of Practitioner Knowledge in the scholarship on Student Success”, in *The Review of Higher Education*, 30 (4), pp. 441-469.
- BENSIMON, E.; NEUMANN, A. (1993), *Redesigning collegiate leadership*, Baltimore, Johns Hopkins Press.
- COBURN, C.; RUSSELL, J. (2012), “Supporting sustainability: Teachers’ advice networks and ambitious instructional reform”, in *American Journal of Education*, 119 (1), pp. 137-182.
- COLE, M. (1985), “The zone of proximal development: Where culture and cognition create each other”, in J. V. Wertsch (Ed.), *Culture, communication, and cognition: Vygotskian perspectives*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 146-161.
- CRANE, D. (1972), *Invisible colleges: diffusion of knowledge in scientific communities*, Chicago, Chicago University Press.
- DALY, A. J. (2010), *Social Network Theory and educational change*, Harvard, Harvard University Press.
- DE GRANDE, P. (2013), “Aportes de Norbert Elias, Erving Goffman y Pierre Bourdieu al estudio de las redes personales”, in *Andamios*, 10 (22), pp. 237-258.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1988), *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*, London, Athlone Press.
- DREJER, I.; JORGENSEN, B. H. (2005), “The dynamic creation of knowledge: Analysing public-private collaborations”, in *Technovation*, 25, pp. 83-94.
- FISCHER, M. (2010), *Birds of a feather flock together” reloaded: homophily in the context of web 2.0 in online social Networking sites such as facebook. Master of arts in Communication*, Charleston, The Graduate School Of The College Of Charleston.
- FORMAN, J.; MARKUS, M. L. (2005), “Research on collaboration, business communication, and technology: Reflections on an interdisciplinary academic collaboration”, in *Journal of Business Communication*, 24 (1), pp. 78-102.
- FURUSTEN, S. (1999), *Popular Management Books. How they are made and what they mean for organisations*, London, Routledge.

- GALLIMORE, R.; GOLDENBERG, C. (2001), “Analyzing cultural models and settings to connect minority achievement and school improvement research”, in *Educational Psychologist*, 36 (1), pp. 45-56.
- GERVAIS, M. C. (1997), *Social representations of nature: the case of the Braer oil spill in Shetland*, PhD thesis (unpublished), London, University of London.
- GLEICK, J. (1998), *Chaos. The amazing science of the unpredictable*, London, Vintage Books.
- GOETHE, J. W. von (1994), *Elective Affinities, translated with an introduction and notes by David Constantine*, Oxford, Oxford UP.
- GONZÁLEZ, N.; MOLL, L.; AMANTI, C. (2005), *Funds of Knowledge – theoryzing practices in households, communities and classrooms*, New York and London, Routledge.
- HEISENBERG, W. (1974), *Across the frontiers*, New York, Harper & Row.
- HENRIQUES, J. (2010), “The Vibrations of Affect and their Propagation on a Night Out on Kingston’s Dancehall Scene”, in *Body & Society*, 16 (1), pp. 57-89.
- HERNÁNDEZ-SERRANO, J.; STEFANOU, S. (2009), “Knowledge at work: learning and transferring expert reasoning through storytelling”, in *Education, Knowledge and Economy*, 3 (1), pp. 55-80.
- HLUPIC, V.; POULOU DI, A.; RZEVSKI, G. (2002), “Towards an Integrated Approach to Knowledge Management: Hard, Soft, and Abstract Issues”, in *Knowledge and Process Management*, 9 (2), pp. 90-102.
- JOHRI, N.; RAMAGE, D.; MCFARLAND, D.; JURAFSKY, D. (2011), “A Study of Academic Collaborations in Computational Linguistics using a Latent Mixture of Authors Model”, *Proceedings do 5º ACL-HLT Workshop on Language Technology for Cultural Heritage, Social Sciences and Humanities*, June 24, Portland, Oregon, pp. 124-132.
- KIMBLE, G. H. T. (1939), *The world's open spaces*, London, Thomas Nelson and sons.
- KINDERMANN, T. (2008), “Can we make causal inferences about the influence of children's naturally-existing social networks on their school motivation?”, in T. Little, N. Card e J. Selig (Eds.), *Interdependent data in developmental psychology*, Mahwah, NJ, Erlbaum, pp. 343-376.
- KNOKE, D.; YANG, S. (2008), *Social Network Analysis*, 2nd ed., California, Sage.
- LOPES, J. T. (2012), “Da especificidade da sociologia na transformação do mundo”, in M. J. Casa-Nova et al. (Eds.), *Cientistas sociais e responsabilidade social no mundo actual*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, pp. 25-34.
- MARTINEZ, I. et al. (2007), *Mapa de la Recerca a la UAB Barcelona*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona.
- MCCARTY, C.; MOLINA, J. L. (no prelo), *Personal networks: Research and Applications*, Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona.

- MCGRATH, C.; KRACKHARDT, D. (2003), “Network conditions for organizational change”, in *The Journal of Applied Behavioural Science*, 39 (3), pp. 324-336.
- MCKENZIE, K.; SCHWEITZER, R. (2001). “Who succeeds at university? Factors predicting academic performance in first year Australian university students”, in *Higher Education Research & Development*, 20, pp. 21-33.
- MOOLENAAR, N. M.; SLEEGERS, P. J. C. (2010), “Social Networks, Trust and Innovation – The role of relationships in supporting an innovative climate in Dutch schools”, in A. J. Daly (Ed.), *Social Network Theory and educational change*, Cambridge, Harvard Education Press, pp. 97-115.
- PENUEL, W. R.; FRANK, K. A.; KRAUSE, A. E. (2009), “Analyzing Teachers' Professional Interactions in a School as Social Capital: A Social Network Approach”, in *Teachers College Record*, 111 (1), pp. 124-163.
- PHELPS, C.; HEIDL, R.; WADHWA, A. (2012), “Knowledge, Networks, and Knowledge Networks”, in *Journal of Management*, 38 (4), pp. 1115-1166.
- PHILLIPS, A.; RAKUSEN, J. (1978), “Preface to the UK edition”, in Angela Phillips e Jill Rakusen (Ed.), *Boston Women's Health Book Collective, Our Bodies Ourselves. A health book by and for women*, Harmondsworth, Penguin, pp. i-ix.
- PLSEK, P. E.; GREENHALGH, T. (2001), “The challenge of complexity in health care”, in *British Medical Journal*, 323, pp. 625-628.
- POLANYI, M. (1958), *Personal knowledge: towards a post-critical philosophy*, Chicago, University of Chicago Press.
- POTTER, A. (1998), *Building a New Bodies. The classic women's health manual is updated for the age of corporate medicine*, [Consult. a 25.02.2013]. Disponível em:
<http://www.bostonphoenix.com/archives/1998/documents/00521329.htm>.
- RAWLINGS, C. M.; MCFARLAND, D. A. (2011), “Influence flows in the academy: Using affiliation networks to assess peer effects among researchers”, in *Social Science Research*, 40 (3), pp. 1001-1017.
- RIBEIRO, F. M. (no prelo), “Interdisciplinarity in ferment: the role of knowledge networks and department affiliation”, in *International Journal of Science and Policy*.
- RIBEIRO, F. M.; LUBBERS, M. (2013), “Social networks and knowledge creation in higher education: the role of similarity and tie strength”, Paper presented at the *10th Conference of Applications of Social Network Analysis*, Zurich, August 25, 2013.
- RUELLE, D.; TAKENS, F (1971), “On the nature of turbulence”, in *Communications in Mathematical Physics*, 20, pp. 167-192.

- SHAPIRO, E. R. (n/d), *Crossing cultural boundaries with our bodies, ourselves: linking women's health education and political participation in nuestros cuerpos, nuestras vidas*, [Consult. a 19.01.2013]. Disponível em:
http://www.philanthropy.org/GN/KEN/gntext/fullview_economicrights_crossing_divides_shapiro.htm.
- SIMON, S. (2000), "Gender in translation", in P. France (Ed.), *The Oxford Guide to Literature in English Translation*, Oxford, Oxford University Press, pp. 26-34.
- STEINER, G. (1998), *After Babel. Aspects of language and translation*, Oxford, Oxford University Press.
- VARNELIS, K. (2008), *Networked Publics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. (1988), *Social Structures: A Network Approach*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WHELAN, S.; PINCUS, J. (2001), "Crossing cultural borders with Our Bodies, Ourselves", in *News from the Boston Women's Health Book Collective*, Volume Fall/Winter 2001, pp. 3-5.
- WHITE, J. B. (1990), *Justice as Translation. An essay in cultural and legal criticism*, Chicago, University Chicago Press.
- YOUNG, M. (2008), "From Constructivism to Realism in the Sociology of the Curriculum", in *Review of Research in Education*, 32 (1), pp. 1-28.

Artigo recebido a 1 de março de 2013. Publicação aprovada a 20 de janeiro de 2014.

TEXTOS

Contributos para a definição de uma visão estratégica na construção de um percurso profissional de sucesso¹

Rui Santos²

Câmara Municipal de Santo Tirso e
Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo | O contexto de crise que atravessamos motiva a definição de estratégias bem definidas de entrada e de permanência no mercado de trabalho. Neste artigo pretendemos contribuir para a criação dessas estratégias, com recurso a uma abordagem da prática profissional assente em três conceitos fundamentais: qualificações, competências e *marketing* pessoal.

Palavras-chave: qualificações; competências; *marketing* pessoal.

Abstract | *Contributions to the development of a strategic vision to build a successful career*

The current crisis context justifies the setting of well-defined strategies in order to enter durably the labour market. In this article we will try to help the elaboration of such strategies, resorting to a professional practice based on three main concepts: qualification, skills and personal marketing.

Keywords: qualification; skills; personal marketing.

¹ O presente artigo resulta de uma comunicação feita nas *Noites de Sociologia* da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no dia 25 de maio de 2012.

² Sociólogo. Técnico Superior de Sociologia da Câmara Municipal de Santo Tirso (Santo Tirso, Portugal). Investigador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Câmara Municipal de Santo Tirso, Praça 25 de Abril, 4780-373 Santo Tirso, Portugal. *E-mail*: rsantos@cm-stirso.pt; rsantos@letras.up.pt

Résumé | *Contribution à l'élaboration d'une vision stratégique de construction d'un parcours professionnel réussi*

Le contexte de crise que nous traversons justifie la mise en place de stratégies bien définies afin d'entrer et de perdurer dans le marché du travail. Dans cet article nous prétendons contribuer à la création de ces stratégies, en ayant recours à une pratique professionnelle fondée sur trois concepts fondamentaux: la qualification, les compétences et le *marketing* personnel.

Mots-clés: qualification; compétences; *marketing* personnel.

Resumen | *Contribución para la elaboración de una visión estratégica para la construcción de un camino profesional de suceso*

El contexto de crisis que estamos atravesando motiva la elaboración de estrategias bien definidas de entrada y de permanencia en el mercado del trabajo. En este artículo pretendemos contribuir en la creación de esas estrategias, recurriendo a una práctica profesional basada en tres conceptos fundamentales: calificación, competencias et *marketing* personal.

Palabras clave: calificación; competencia; *marketing* personal.

A questão que constitui o tema da edição das *Noites de Sociologia* do Porto de 2012 não podia estar revestida de maior pertinência, no atual contexto de incerteza face ao futuro. As recentes alterações ao código do trabalho e a consequente flexibilização laboral, a instabilidade profissional, as constantes revisões em baixa dos relatórios das instituições nacionais e internacionais que avaliam os indicadores de desempenho do nosso país relativamente às previsões do Governo, o aumento gradual da taxa de desemprego e a ausência de expectativas de curto e médio prazo, são indícios bem evidentes da preocupação dos jovens licenciados, que acabam por não saber o que lhes reserva o seu futuro profissional.

Algumas alternativas podem adiar essa indefinição, mas não a resolvem verdadeiramente. É o caso do prolongamento dos estudos e a elevação do grau de formação académica, que, ainda que desejáveis, mantêm os recém-licenciados numa espécie de parque de estacionamento, adiando, desse modo, a entrada no mercado de trabalho. É também o caso dos movimentos migratórios, que parecem acentuar-se na atual conjuntura. Mas, neste caso, se essa poderá ser uma solução alternativa e uma oportunidade de mudança para alguns, parece-nos que apenas ocorrerá em última instância para outros. Podemos ainda referir o próximo quadro comunitário de apoio –

Quadro Estratégico Comum – para o período compreendido entre 2014 e 2020, o qual pode trazer alguma esperança para o futuro profissional dos nossos jovens. No entanto, ele não deixa de comportar, ainda, uma boa dose de incerteza.

Na nossa perspetiva, um investimento pessoal e estratégico iniciado no percurso académico e reiterado em qualquer profissão, poderá, pois, constituir a chave para uma carreira de sucesso, apesar de todos os constrangimentos que o futuro previsivelmente possa reservar. E esse investimento deverá passar, em nossa opinião, e entre outros fatores, por um triângulo concetual, centrado nas qualificações, nas competências e no *marketing* pessoal.

No campo das qualificações, elas constituem, sem qualquer margem para dúvida, um dos pilares onde assenta o futuro que profissionalmente vamos construindo. A frequência e a conclusão de uma licenciatura encerram, em si, um conjunto de saberes adquiridos em que alicerçamos esse mesmo percurso profissional, esteja ele relacionado ou não com a área de formação. Com um curso superior obtemos um leque de ferramentas – teóricas, metodológicas e práticas – indispensáveis ao exercício de qualquer atividade e que não teríamos, seguramente, sem a sua frequência.

De resto, a par daqueles que prosseguem uma carreira coincidente com a área da licenciatura, poderíamos multiplicar os exemplos de casos em que os recém-licenciados seguem outro rumo, ora em outras áreas do conhecimento, ora em empregos menos qualificados, mas que se afiguram uma alternativa possível num mapa nacional caracterizado por baixos índices de empregabilidade e com taxas elevadas de desemprego jovem. Por este motivo, afirmamos, com segurança, que as qualificações resultantes de um curso superior desempenham um papel determinante na construção de uma carreira de sucesso.

O mesmo acontece com os saberes e as competências adquiridos durante a licenciatura e que se estendem e se enriquecem ao longo de todo o percurso profissional. Falamos de competências no sentido do desenvolvimento de uma capacidade que permita responder às necessidades e aos imprevistos da entidade patronal, bem como da importância da flexibilidade que deve existir em prol do tipo de atividades que nos propõem realizar, nomeadamente (mas não apenas) através da mobilização de um conjunto de conhecimentos adquiridos com a formação de base. Importa, por isso, distinguir aquilo que é a aquisição e acumulação de saberes num percurso académico, seja ele de maior ou menor duração e qualificação, daquilo que é a sua aplicação em contexto de trabalho e a capacidade necessária – e normalmente

valorizada – para o fazer. Não será despiciendo afirmar que todos conhecemos autodidatas competentes e diplomados incompetentes, o que apenas reforça a necessidade de qualificações e competências andarem de braços dados.

Nesta linha, a realização de trabalhos ocasionais no decurso da licenciatura – coincidentes, ou não, com a área da formação inicial – pode comportar um conjunto de vantagens, algumas delas já enumeradas por outros autores (Gonçalves, Parente, Veloso, 2004: 269-270), como são disso exemplo: i) a referência em termos biográficos no momento da seleção para um posto de trabalho; ii) a inclusão em redes sociais de interconhecimento; iii) a cooperação dos professores com vista ao ingresso no mercado de trabalho; iv) o enriquecimento do *curriculum vitae*. Em oposição, a separação rígida entre o mercado de trabalho e o mundo universitário, por um lado, e a desvalorização das atividades profissionais não relacionadas com o perfil desejado, por outro, podem constituir um forte obstáculo à entrada e/ou permanência no mercado de trabalho.

Sem negar o papel fundamental da Universidade, do Estado, dos empregadores e de outros agentes sociais, percebe-se, pelo que expusemos, que o investimento pessoal se afigura nuclear na construção de uma carreira de sucesso. A aquisição de saberes e a acumulação de experiência resultam, por isso, em dois excelentes indicadores a ter em conta para uma boa estratégia de *marketing* pessoal, já que nos permitem tomar consciência das nossas limitações – que queremos eliminar ou minimizar – e dos nossos pontos fortes – que desejamos potenciar, rumo a patamares de excelência profissional.

O *marketing* pessoal representa um conceito que deve, pois, ser trabalhado continuamente ao longo de qualquer atividade, mas é, igualmente, um conceito que pode ser adotado e adaptado logo no momento da formação escolar. Não se trata de construir uma personagem profissional de cariz fictício; trata-se, antes, de definir uma visão proeminentemente estratégica e de acionar os mecanismos necessários para alcançar objetivos pessoais, que possam, paralelamente, ir de encontro aos objetivos da entidade empregadora.

Com uma boa estratégia de *marketing* pessoal são também adquiridas algumas vantagens face aos nossos pares, que podem revelar-se extremamente úteis no momento da seleção de candidatos ou da avaliação de desempenho. Referimo-nos, por exemplo, à comunicação interpessoal, à configuração de uma densa malha de relacionamentos e à edificação de uma forte imagem pessoal. Para tal, podem ser deixadas no traçado académico e profissional algumas marcas (i) de otimismo (sabendo aceitar críticas construtivas), (ii) de empatia (valorizando o trabalho dos outros), (iii) de espírito de

equipa, (iv) de solidariedade (pessoal e profissional), (v) de visão estratégica (propondo soluções inteligentes) e (vi) de liderança (tentando exercer uma boa influência nos outros), entre outras, capazes de fomentar uma imagem e uma visibilidade profissionais que abram caminho a uma carreira bem-sucedida³.

Não é difícil vislumbrar, portanto, que uma estratégia que congregue o melhor de cada um dos conceitos referidos poderá, mais facilmente, responder às exigências dos empregadores e aos desafios com que nos deparamos em qualquer profissão. Em simultâneo, uma estratégia visionária contribuirá, seguramente, para a obtenção de melhores resultados pessoais e profissionais, num mercado de trabalho cada vez mais seletivo e em que os desafios parecem aumentar em proporção direta ao decréscimo das oportunidades. O caminho é estreito e sinuoso, mas a sua consciencialização e consequente adaptação terão fortes impactos no reconhecimento pessoal, social e profissional.

No atual contexto laboral, a polivalência de funções, a adaptação à modernização tecnológica, a capacidade de aplicarmos e correlacionarmos saberes teóricos e saberes práticos e a disponibilidade para nos voluntariarmos em determinados momentos são fatores-chave para o sucesso pretendido. Dito de outra forma, impõe-se a criação de um perfil de banda larga, que junte saberes escolares a outros instrumentos transversais de aquisição de conhecimentos, que possibilite a aprendizagem de saberes procedimentais, que permita operacionalizar saberes relacionais e, ainda, que seja capaz de alargar as capacidades de interagir, comunicar e cooperar (Parente, 2004: 305-306). Um perfil capaz, enfim, de construir um percurso profissional de sucesso.

Referências bibliográficas

- GONÇALVES, Carlos; PARENTE, Cristina; VELOSO, Luísa (2004), “Licenciados em sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio”, in *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 14, pp. 253-297.
- PARENTE, Cristina (2004), “Para uma análise da gestão de competências profissionais”, in *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 14, pp. 299-343.

³ Estes e outros pontos-chave que podem contribuir para um *marketing* pessoal de excelência podem ser consultados, por exemplo, em: <http://marketingpessoal.org/128-marketing-pessoal-excelencia/>.

Webgrafia

<http://marketingpessoal.org/>

Leituras adicionais

PARENTE, Cristina (2008), *Competências: Formar e Gerir Pessoas*, Porto, Edições Afrontamento.

VELOSO, Luísa (2004), “A configuração das trajetórias profissionais numa empresa do sector electromecânico”, in *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 14, pp. 345-385.

Texto recebido a 28 de fevereiro de 2013. Publicação aprovada a 1 de setembro de 2013.

ESTATUTO EDITORIAL

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

ESTATUTO EDITORIAL

A Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspectivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, recensões, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXVI, JULHO-DEZEMBRO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

Toward a Sociology of Wealth: definitions and historical comparisons

Richard Lachmann

Principais estádios evolutivos da sociologia em Portugal

Hernâni Veloso Neto

Condomínios habitacionais fechados: (im)precisões conceptuais. Apontamentos para um debate sobre urbanidade e autonomia, segregação e qualidade de vida

Marta Martins

Análise comparativa dos divórcios em casais nacionais e binacionais em Portugal (2001-2010)

Sofia Gaspar, Madalena Ramos e Ana Cristina Ferreira

Carreira, arte feminista e mecenato: uma abordagem à dimensão económica do circuito artístico principal sob uma perspetiva de género

Rui Pedro Fonseca

Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico

Caetano De' Carli e Elizardo Scarpati Costa

As Paneleiras de Goiabeiras e a dinâmica da Cultura do Barro

Marcelo de Souza Marques e Vinicius de Aguiar Caloti

FÓRUM

The Vale do Amanhecer. Healing and spiritualism in a globalized brazilian new religious movement

Massimo Introvigne

Panoramas umbrais da modernidade: autoidentidade e o *dissensu* matrimonial em Anthony Giddens

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves e Daniella Santos Alves

Implantação geográfica dos portugueses em França: evolução observada entre 1990 e 2009

Jorge Portugal Branco

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Portugal nas Transições – O Calendário Português desde 1950*

Miguel Quaresma Brandão

N.º XXVII, JANEIRO-JUNHO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990

Ricardo Antunes

Trabalho e processos de marginalização social no século XXI: aproximações teóricas e dados estatísticos

Agostinho Rodrigues Silvestre e Luís Fernandes

Diplomados do ensino superior e posicionamentos avaliativos

Luísa Pinheiro

Participação associativa dos investigadores científicos em Portugal

Luís Junqueira, Ana Delicado, Raquel Rego e Cristina Palma Conceição

A economia social como setor empregador nos distritos de Viseu e da Guarda

Maria Teresa de Sousa e Ilona Kovács

Autonomia, autoridade e confiança em tempo de novas TIC: atitudes e práticas diferenciadas entre os alunos do secundário

Nuno Ferreira

Deambulações exploratórias no Centro Histórico de Guimarães – pontos de chegada sociológicos num estudo multidisciplinar

Natália Azevedo e Raquel Cadilhe Pereira

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

– INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. A **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (RS)** aceita textos de diversa natureza: artigos; recensões; notas de investigação; ensaios bibliográficos.
2. A **RS** publica por ano um número temático. Poderão ser apresentadas propostas nesse sentido, que serão sujeitas a avaliação.
3. Os textos apresentados terão de ser originais, assumindo os autores que não foram publicados, qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação. Excepcionalmente o Conselho de Redação da **RS** poderá aceitar trabalhos já publicados, desde que considerados relevantes cientificamente.
4. Os autores devem indicar a natureza do seu texto (artigos, recensões, notas de investigação e ensaios bibliográficos).
5. Os textos poderão ser apresentados em português, francês, espanhol e inglês.
6. Os textos serão sujeitos a um processo de avaliação com vista à sua possível publicação. A direção da **RS** efetuará uma avaliação inicial que tomará em conta a pertinência do texto face à linha editorial, a qualidade e o cumprimento integral das normas formais de apresentação estipuladas no presente documento. Posteriormente, os textos serão submetidos à avaliação de *referees*, na qualidade de especialistas, em regime de duplo anonimato.
7. Se necessário, aos autores poderá ser solicitada a revisão dos textos de acordo com as avaliações realizadas. A decisão final da publicação será da responsabilidade do Conselho de Redação. Aos autores será comunicada a decisão final sobre a publicação do seu texto.
8. Devem ser apresentadas duas versões dos textos devidamente corrigidas: uma que corresponde ao que o autor propõe que seja publicado; outra anónima e em que estão suprimidas todas as referências que possibilitem a identificação do autor, sendo esta a versão submetida a avaliação.
9. Os textos devem incluir as respetivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto

telefônico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).

10. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.

11. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.

12. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.

13. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco. Estes elementos devem vir no texto e de modo separado, com o título e fontes respetivos, em formato JPEG. As imagens não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.

14. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A **RS** não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

15. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).

16. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

17. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.

18. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.

19. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

- a) Livro: APELIDO, Nome próprio (ano), *Título do Livro*, Local de edição, Editor (ev. ref. da primeira edição).
- b) Artigo em publicação periódica: APELIDO, Nome próprio (ano), “Título do artigo”, in *Nome da publicação periódica*, volume (número), páginas.
- c) Textos em coletâneas/Contribuições em monografias: APELIDO, Nome próprio (ano), “Título do texto/contribuição”, in Nome próprio e apelido (org.), *Título da Coletânea/Monografia*, Local de edição, Editor, páginas (ev. ref. da publicação original da contribuição).
- d) Publicações *online*: APELIDO, Nome próprio (ano), “Título do texto”, Nome da publicação, [Consult. a dia-mês-ano]. Disponível em (colocar o URL).
- e) Teses: APELIDO, Nome próprio (ano), *Título da Tese. Tese de mestrado ou doutoramento (indicar uma delas)*, Local, Instituição de ensino.
- f) Legislação: Indicação do diploma legal (Exemplo: Decreto-lei nº , de).

20. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

21. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

22. Os autores cedem à **RS** o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados. Os textos inseridos na **RS** não poderão ser utilizados em outras publicações, salvo autorização expressa do Conselho de Redação.

23. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para revistasociologia@letras.up.pt ou revsociologiaflup@gmail.com

